UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

FILIPPE LAZZERI VIEIRA

**Categorias psicológicas ordinárias, comportamento e análise do
comportamento**

Versão corrigida

São Paulo, SP

2015

FILIPE LAZZERI VIEIRA

**Categorias psicológicas ordinárias, comportamento e análise do
comportamento**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em
Filosofia

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Frota Pessoa Junior

Área de concentração: Filosofia

Linha de pesquisa: Lógica, Filosofia da Linguagem e
Filosofia das Ciências

Versão corrigida

São Paulo, SP

2015

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L432c Lazzeri, Filipe
 Categorias psicológicas ordinárias, comportamento
 e análise do comportamento / Filipe Lazzeri ;
 orientador Osvaldo Pessoa Junior. - São Paulo, 2015.
 209 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
 e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de Filosofia. Área de concentração:
 Filosofia.

 1. Filosofia. I. Pessoa Junior, Osvaldo, orient.
 II. Título.

Nome: Filipe Lazzeri Vieira

Título da tese: Categorias psicológicas ordinárias, comportamento e análise do comportamento

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em
Filosofia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente:

Ao Prof. Osvaldo Pessoa Jr., por ter supervisionado minha pesquisa de doutorado e discutido comigo todos os capítulos deste trabalho, com valiosos comentários.

Ao Prof. Herivelto P. Souza, por ter gentilmente lido e comentado uma versão do capítulo 1.

Ao Prof. Caetano E. Plastino e à Profa. Maria Helena L. Hunziker, pelos úteis comentários a versões dos capítulos 1 e 2, no contexto da qualificação de doutorado.

Ao Prof. Mark Rowlands, pela supervisão de meu estágio de doutorado na University of Miami e pelas valiosas discussões sobre o capítulo 3 e os temas tratados nele.

A Denis P. Goldfarb, Lenin B. Bárbara e Prof. Valter A. Bezerra, pelas úteis conversas sobre aspectos do capítulo 5.

À Beatriz S. Marques, Jéssica F. de Carvalho e ao Prof. Jorge M. Oliveira-Castro, pelas úteis conversas sobre assuntos relacionados a vários dos capítulos.

Aos membros da banca de doutorado, Prof. André J. Abath, Prof. Luiz Henrique de A. Dutra, Profa. Maria Helena L. Hunziker e Prof. Caetano E. Plastino, por terem gentilmente aceito participar da banca e pelos seus úteis comentários no contexto da defesa.

Ao Prof. Paulo C. Abrantes, por ter supervisionado minhas pesquisas anteriores à pesquisa de doutorado, para a qual elas tiveram muita importância.

Às várias demais pessoas com quem tive conversas filosóficas interessantes durante meu doutorado.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela bolsa de pesquisa de doutorado, #2012/00059-2. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste trabalho são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

RESUMO

Lazzeri, F. Categorias psicológicas ordinárias, comportamento e análise do comportamento. 2015. 209 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2015.

Este trabalho diz respeito às três seguintes questões gerais (e que possuem certas inter-relações):

(i) Qual seria o lugar do comportamento em uma análise plausível das categorias psicológicas ordinárias (tais como as emoções, os humores, as chamadas atitudes proposicionais, dentre outras)? (ii) O que é comportamento, isto é, quais são as condições que delimitam o que conta e o que não conta como tal? (iii) Seria ou não valiosa a adoção de conceitos psicológicos ordinários em análise do comportamento? Com respeito à questão (i), eu procuro: (i.1) clarificar o leque de categorias exatamente envolvidas nela, por meio da elaboração de uma taxonomia relativamente neutra dessas categorias; e (i.2) formular e apoiar uma forma de perspectiva comportamental como resposta, com base em algumas abordagens comportamentais anteriores, dentre outras. Com respeito à questão (ii), procuro: (ii.1) clarificar a noção de comportamento, elucidando suas diferentes acepções e, em especial, as fronteiras que delimitam o que conta como comportamento em uma acepção aqui relevante dela (a saber, comportamento como ocorrência de uma ação ou reação de um organismo), por meio de análise conceitual; e (ii.2) apontar dificuldades (conceituais) em várias definições de comportamento (naquela acepção específica) encontradas na literatura científica e filosófica. Com respeito à questão (iii), procuro: (iii.1) apresentar uma reconstituição semiformal de argumentos de Skinner (behaviorismo radical), Rachlin (behaviorismo teleológico) e Foxall (behaviorismo intencional) sobre ela, com base no modelo de solução de problemas de Laudan sobre a estrutura e a dinâmica de teorias; e (iii.2) oferecer um breve balanço crítico dessas três perspectivas nesse tocante, com base na abordagem que sugiro como resposta a (i).

Palavras-chave: Categorias psicológicas; Taxonomia do mental; Comportamento; Definições de comportamento; Externismo; Behaviorismo; Behaviorismo teleológico; Mente estendida; Análise do comportamento; Tradição de pesquisa científica.

ABSTRACT

Lazzeri, F. Ordinary psychological categories, behavior, and behavior analysis. 2015. 209 p. Dissertation (Doctoral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2015.

This work deals with the following three (to some extent interrelated) questions: (i) What is the place of behavior in a plausible analysis of ordinary psychological categories (such as emotions, moods, so-called propositional attitudes, and so on)? (ii) What is behavior, that is, what are the conditions that distinguish behaviors from non-behaviors? (iii) Would it be useful enough to embrace ordinary psychological concepts in behavior analysis? Concerning question (i), I attempt (i.1) to clarify the range of categories pertaining thereto, by providing a relatively neutral taxonomy of these categories; and (i.2) to put forward and support a particular form of behavioral approach as an answer, by drawing upon some previous behavioral approaches, among others. Concerning question (ii), I attempt (ii.1) to clarify the concept of behavior, by distinguishing different senses thereof and elucidating, in particular, the boundaries of behavior *qua* occurrence of an organism's action or reaction; and (ii.2) to identify (conceptual) difficulties with some definitions of behavior (in that particular sense of the concept) found in the scientific and philosophical literature. Finally, concerning question (iii), I endeavor (iii.1) to present a semi-formal reconstruction of arguments supported by Skinner (radical behaviorism), Rachlin (teleological behaviorism), and Foxall (intentional behaviorism), by taking advantage of Laudan's problem-solving model of the dynamic and structure of theories; and, based upon the approach outlined as an answer to (i), (iii.2) to provide a brief critical assessment of these three perspectives in this regard.

Keywords: Psychological categories; Taxonomy of the mental; Behavior; Definitions of behavior; Externalism; Behaviorism; Teleological behaviorism; Extended mind; Behavior analysis; Scientific research tradition.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Três Questões Gerais	12
Objetivos Gerais	14
Estrutura	15
Métodos	17
1. ACERCA DA TAXONOMIA DO MENTAL PARA CONTEXTOS QUE REQUEREM NEUTRALIDADE	19
1.1. Desideratos e Princípios para uma Taxonomia do Mental em Contextos que Requerem Neutralidade	20
1.1.1. Dois Contextos de Taxonomias do Mental	20
1.1.2. Três Desideratos e Princípios Relativos a Contextos (RN)	21
1.2. Algumas Taxonomias em Contextos (RN)	24
1.2.1. A Taxonomia de McGinn (1996)	24
1.2.2. Ponderações à Taxonomia de McGinn (1996)	26
1.2.3. A Taxonomia de Rey (1997)	31
1.2.4. Ponderações à Taxonomia de Rey (1997)	33
1.2.5. A Taxonomia de Maslin (2001)	35
1.2.6. Ponderações à Taxonomia de Maslin (2001)	37
1.3. Uma Taxonomia Alternativa	40
1.4. Conclusão	47
2. UM ESTUDO SOBRE DEFINIÇÕES DE COMPORTAMENTO	48
2.1. Diferentes Sentidos do Conceito de Comportamento e Algumas de Suas Nuanças	49
2.2. Formas de Definição Possivelmente Adequadas para o <i>Definiendum</i> e o Contexto Relevantes	54
2.3. Desideratos para uma Definição de Comportamento	59
2.4. Algumas Definições de Comportamento Encontradas na Literatura Científica e Filosófica: Uma Revisão Crítica	62
2.5. As Definições de Millikan e Moore e Minha Proposta a Partir Delas	75
2.6. Conclusão	85

3. SOBRE O LUGAR DO COMPORTAMENTO NA ANÁLISE DAS CATEGORIAS PSICOLÓGICAS	86
3.1. Categorias Psicológicas e um Desiderato para uma Modelagem Delas	87
3.1.1. Categorias Psicológicas	87
3.1.2. Um Desiderato para uma Modelagem das Categorias Psicológicas	89
3.2. Externismo Forte Comportamental no Debate Externismo <i>Versus</i> Internismo	89
3.3. Delineamento de um Externismo Forte Comportamental	92
3.3.1. A Tese Principal sobre as Categorias Psicológicas	92
3.3.2. Comportamento e Comportamento Encoberto	93
3.3.3. Como os Comportamentos Formam Fenômenos Psicológicos	94
3.3.4. Fenômenos Psicológicos, Comportamentos e Vida	104
3.3.5. Razões para a Abordagem Delineada	105
3.4. Uma Discussão do Behaviorismo Teleológico de Rachlin e da Abordagem da Mente Estendida de Clark e Chalmers	108
3.4.1. O Behaviorismo Teleológico de Rachlin	108
3.4.2. Uma Discussão da Abordagem de Rachlin	110
3.4.3. A Abordagem da Mente Estendida de Clark e Chalmers	112
3.4.4. Uma Discussão da Abordagem de Clark e Chalmers	114
3.5. Conclusão	116
4. SOBRE ALGUMAS OBJEÇÕES COMUNS A UMA ABORDAGEM COMPORTAMENTAL ÀS CATEGORIAS PSICOLÓGICAS	117
4.1. O que é uma Visão Comportamental (ou Behaviorista) das Categorias Psicológicas?	118
4.2. Comportamentos e Seu Lugar nos Fenômenos Psicológicos: Um Breve Panorama de uma Abordagem Comportamental Particular	120
4.3. A Objeção Causal	124
4.4. “Ator Perfeito” e “Zumbis”	126
4.4.1. “Ator Perfeito”	127
4.4.2. “Zumbis”	128
4.5. “Cérebro em uma Cuba”, “Super-Super-Espartanos” e Contraexemplos Correlatos Alegados	129
4.5.1. “Cérebro em uma Cuba”	129
4.5.2. “Super-Super-Espartanos”	130

4.5.3. Contraexemplos Correlatos Alegados	132
4.6. A Objeção Holista	132
4.7. Observações finais	135
5. A TRADIÇÃO DE PESQUISA EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E OS CONCEITOS PSICOLÓGICOS ORDINÁRIOS	137
5.1. O Modelo de Laudan (1977) sobre a Estrutura e a Dinâmica de Teorias Científicas	139
5.1.1. Teorias e Tradições de Pesquisa	139
5.1.2. Um Enfoque em Problemas	141
5.1.3. A Efetividade de uma Teoria em Resolver Problemas e Sua Aceitabilidade	145
5.2. Algumas Suposições Guia Predominantemente Compartilhadas em Análise do Comportamento	146
5.2.1. Suposições Guia Ontológicas	147
5.2.2. Suposições Guia Metodológicas	152
5.2.3. Suposições Guia Axiológicas (ou Valores Cognitivos)	156
5.3. Behaviorismo Radical e o Vocabulário Psicológico Ordinário (VPO)	157
5.3.1. O Funcionamento do VPO Segundo o Behaviorismo Radical: Algumas Observações	157
5.3.2. Os Argumentos de Skinner para a Rejeição do VPO em Análise do Comportamento	160
5.4. Behaviorismo Teleológico e o VPO	166
5.4.1. O Funcionamento do VPO segundo o Behaviorismo Teleológico	166
5.4.2. Os Argumentos de Rachlin para o Uso do VPO em Análise do Comportamento	167
5.5. Behaviorismo Intencional e o VPO	171
5.5.1. O Funcionamento do VPO (em Particular, do VPI) segundo o Behaviorismo Intencional (e Dennett)	172
5.5.2. Os Argumentos de Foxall para o Uso do VPO em Análise do Comportamento	175
5.6. Algumas Ponderações	180
5.6.1. Ponderações à Perspectiva de Rachlin sobre (Q)	180
5.6.2. Ponderações à Perspectiva de Skinner sobre (Q)	184
5.6.3. Ponderações à Perspectiva de Foxall sobre (Q)	186
5.7. Observações Finais	187
CONCLUSÃO	190

INTRODUÇÃO

Três Questões Gerais

Este trabalho diz respeito a três questões gerais e que possuem certas inter-relações, respectivamente relacionadas à ontologia das categorias psicológicas; à ontologia dos comportamentos; e a conceitos psicológicos ordinários em psicologia experimental. Essas questões são as seguintes:

- (i) *Qual seria o lugar do comportamento em uma análise plausível das categorias psicológicas ordinárias?* Tais categorias podem ser tomadas como classes de conceitos psicológicos ordinários (nível semântico); por exemplo, conceitos relativos a emoções (como 'medo', 'raiva'), a humores (como 'triste', 'alegre'), às chamadas atitudes proposicionais (como 'querer', 'crença'), entre outros. Ou, alternativamente, podem ser tomadas como classes de fenômenos que são designados por meio desses conceitos (nível ôntico); por exemplo, as diferentes emoções, os diferentes humores, as diferentes atitudes proposicionais e assim por diante. Neste trabalho, falarei predominantemente (salvo indicação em contrário) de 'categorias psicológicas ordinárias', ou, de modo abreviado, 'categorias psicológicas', na segunda acepção, isto é, ôntica. No entanto, assumirei que, em geral, as duas acepções podem ser intercambiadas, *mutatis mutandis*. Segundo a visão tradicional, e ainda popular, sobre as categorias psicológicas em filosofia da mente e em algumas ciências empíricas (e.g., neurociência cognitiva), essas categorias dizem respeito a fenômenos que têm lugar estritamente no interior do corpo e que causam os comportamentos do organismo que os exibem (cf., e.g., Noë 2009). Os comportamentos, nessa visão, são tomados apenas como efeitos, e não como processos constitutivos (ou componentes), dos fenômenos psicológicos (isto é, dos exemplares das categorias psicológicas em sentido ôntico). As teorias de identidade mente-cérebro, tanto a de tipos (e.g., Armstrong 1968; Braddon-Mitchell & Jackson 2007; Lewis 1966) como a de particulares (e.g., Fodor 1968; Putnam 1975d/1967), são exemplos dessa visão. Porém, vários autores, tanto recentemente (e.g., Clark 1997; Noë 2009; Rachlin 1994; Rockwell 2005; Rowlands 1999) como também já há considerável tempo (e.g., Kantor 1933; Ryle

1949; talvez até Aristóteles 1984; cf. Rachlin 1994; Smith 1981), contrapõem-se a ela, sugerindo (de maneiras muito diferentes) que comportamentos, na verdade, são em alguma medida constitutivos de fenômenos psicológicos de pelo menos algumas categorias. Entretanto, qual seria a maneira mais promissora de modelar as categorias psicológicas dando proeminência a comportamentos?

- (ii) *O que é comportamento, isto é, quais são as condições que delimitam o que conta e o que não conta como comportamento?* Para determinar o lugar do comportamento em uma análise acurada de categorias psicológicas – isto é, tratar de (i) –, é preciso adotar um conjunto de suposições sobre o que é comportamento (seja de maneira implícita ou explícita). Porém, há uma ampla variedade de definições de comportamento na literatura científica e filosófica (e.g., Bergner 2011; Dretske 1988; Levitis *et al.* 2009; Millikan 1993b; Moore 2008; Tinbergen 1951; Watson 1919), algumas das quais apoiadas argumentativamente, enquanto outras apenas afirmadas ou assumidas. Seriam algumas dessas definições suficientemente plausíveis?
- (iii) *Seria ou não valiosa a adoção de conceitos psicológicos ordinários em psicologia experimental, em especial em análise do comportamento?* Por influência de argumentos do behaviorismo radical de Skinner (e.g., 1961d/1958; 1976/1974) sobre essa questão, tal tradição de pesquisa científica tem predominantemente adotado uma resposta negativa a ela. Entretanto, mais recentemente, alguns autores expoentes dessa tradição têm advogado um amplo uso de conceitos psicológicos ordinários na área. Rachlin (e.g., 1994; 1995b) e Foxall (2004; 2007), em especial, formularam teorias, respectivamente chamadas de behaviorismo teleológico e behaviorismo intencional, que apoiam, por diferentes razões, essa posição alternativa sobre a questão. Quais seriam os pressupostos das teorias de Skinner, Rachlin e Foxall subjacentes a suas posições a respeito e quão razoáveis se revelam seus argumentos em favor delas? Responder a (iii) envolve, em parte, pressuposições sobre (i) e, nessa medida, também sobre (ii).

Apesar de haver certas relações entre (i)-(iii), saliento que, de minha perspectiva (isto é, como elas são tratadas neste trabalho), (i) é uma questão autônoma com relação a (iii); e (ii) é autônoma com relação a (iii) e largamente com relação a (i).

Objetivos Gerais

Os objetivos gerais deste trabalho são, com respeito especificamente ao problema (i) (que apresentei na seção anterior):

- (i.1) *Clarificar quais são as categorias exatamente envolvidas em (i)*, por meio da elaboração de uma taxonomia relativamente neutra dessas categorias (de maneira a, e.g., evitar-se petição de princípio ao se discutir i); e
- (i.2) *Formular e apoiar argumentativamente uma forma de perspectiva comportamental como resposta ao problema (i)*, com base sobretudo em algumas abordagens comportamentais anteriores (em especial, as de Ryle 1949 e Skinner 1953; 1976/1974), dentre outras.

Com respeito especificamente ao problema (ii), este trabalho tem os objetivos gerais de:

- (ii.1) *Clarificar a noção de comportamento*, elucidando diferentes acepções dela e, em especial, as fronteiras que delimitam o que conta como comportamento em uma acepção aqui relevante dela (a saber, comportamento como ocorrência de uma ação ou reação de um organismo), por meio da análise das regras que regem seu uso típico; e
- (ii.2) *Apontar dificuldades (conceituais) em algumas definições de comportamento* encontradas na literatura científica e filosófica (as quais, por sua vez, podem levar a dificuldades com respeito à questão i).

Por fim, com relação ao problema (iii), tenho aqui os objetivos gerais de:

- (iii.1) *Apresentar uma reconstituição semiformal de argumentos e pressupostos de Skinner (behaviorismo radical), Rachlin (behaviorismo teleológico) e Foxall (behaviorismo intencional) sobre (iii)*; e
- (iii.2) *Oferecer um breve balanço crítico dessas três abordagens quanto a (iii) e, através disso, esboçar uma perspectiva alternativa a respeito.*

Estrutura

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos, os quais dizem respeito aos tópicos e objetivos gerais tais como sumarizados a seguir:

Capítulo 1: tópico (i) e objetivo geral (i.1);

Capítulo 2: tópico (ii) e objetivos gerais (ii.1) e (ii.2);

Capítulo 3: tópico (i) e objetivo geral (i.2);

Capítulo 4: tópico (i) e objetivo geral (i.2) (como o capítulo 3);

Capítulo 5: tópico (iii) e objetivos gerais (iii.1) e (iii.2).

Essa é apenas a estrutura genérica do trabalho. A seguir, apresento um breve resumo da estrutura específica de cada capítulo.

- *Capítulo 1.* Qual seria uma taxonomia plausível das categorias psicológicas, para se adotar quando se deseja partir de pressupostos apenas mínimos sobre elas? Nesse capítulo: (1) sugiro alguns desideratos e princípios para tal taxonomia; (2) exponho e examino criticamente alguns casos de taxonomias feitas em livros de introdução à filosofia da mente (a saber, as de Maslin 2001; McGinn 1996; e Rey 1997); e (3) proponho o esboço de uma taxonomia alternativa (para o mesmo tipo de contexto), argumentando que ela se mostra mais harmoniosa do que esses casos com os desideratos e princípios distinguidos.¹
- *Capítulo 2.* Nesse capítulo: (1) distingo e caracterizo alguns diferentes sentidos da noção de comportamento, com ênfase naquele de comportamento enquanto ocorrência de uma ação ou reação de um organismo; (2) identifico os tipos de definição possivelmente adequados para a noção tomada em tal sentido e para propósitos teóricos; (3) apresento uma lista de desideratos para os tipos de definição delimitados; (4) faço, com base nessas distinções, um exame crítico de várias (nomeadamente, doze) definições de comportamento – mais especificamente, definições com aquele sentido do conceito como *definiendum* – encontradas na literatura científica e filosófica; e (5) proponho uma versão modificada de duas delas.²

¹ Utilizei, nesse parágrafo, parte do resumo da versão do capítulo 1 publicada como Lazzeri (2012b).

² Utilizei, nesse parágrafo, parte do resumo da versão do capítulo 2, publicada como Lazzeri (2013d).

- *Capítulo 3.* Nesse capítulo: (1) faço (retomando o capítulo 1) um breve levantamento das categorias psicológicas, além de identificar um desiderato para uma resposta à questão alvo do capítulo (nomeadamente, sobre o lugar do comportamento em uma análise plausível das categorias psicológicas); (2) caracterizo o tipo geral de externismo que sustento (o qual podemos chamar de externismo forte comportamental) como resposta a ela, contextualizando-o no âmbito do debate entre internismo e externismo em filosofia da mente; (3) apresento a abordagem particular que defendo (que é uma forma específica daquele tipo de externismo), inclusive razões em seu favor, procurando chamar atenção para diferentes maneiras como comportamentos constituem os fenômenos psicológicos de diferentes categorias; e (4) discuto criticamente duas outras abordagens externistas (a saber, as de Rachlin 1994 e Clark & Chalmers 1998).
- *Capítulo 4.* Nesse capítulo: (1) caracterizo o que entendo como uma perspectiva comportamental sobre categorias psicológicas; (2) apresento (retomando o capítulo 3) um resumo da abordagem comportamental específica que sugiro; e (3) reconstituo e examino criticamente algumas objeções comuns a esse tipo de perspectiva (e.g., a chamada objeção causal e a objeção holista, dentre outras), procurando mostrar que tais objeções não atingem, de modo nenhum, a abordagem específica que sugiro.
- *Capítulo 5.* Por fim, no último capítulo: (1) reviso o modelo de Laudan (1977) sobre a estrutura e a dinâmica de teorias, do qual (apesar de não concordar com o antirrealismo de Laudan) faço uso ao longo do capítulo; (2) apresento algumas das diretrizes ontológicas, metodológicas e axiológicas predominantemente aceitas em análise do comportamento, articuladas pelo behaviorismo radical de Skinner; (3) reconstituo os argumentos de Skinner, Rachlin e Foxall a respeito da questão alvo do capítulo (a saber, sobre a utilidade ou não de conceitos psicológicos ordinários em análise do comportamento), inclusive conexões e (em especial, no caso de Rachlin e Foxall) divergências de suas teorias com algumas daquelas diretrizes; e (4) faço algumas ponderações às três respectivas teorias, examinando seus argumentos sobre a questão e apoiando uma versão modificada daqueles de Rachlin.

Gostaria de ressaltar que elaborei os capítulos deste trabalho de maneira que fossem em grande medida autocontidos (no sentido de a leitura de um largamente independer da leitura de

outro deles), com exceção de uma parte do capítulo 5. Por isso, em determinados capítulos reitero brevemente alguns resultados de capítulos anteriores. Versões de alguns deles já foram submetidas para publicação e aceitos e/ou publicados. (Indico no começo do capítulo quando uma versão dele já está aceita ou publicada.)

Métodos

Faço uso de diferentes métodos ao longo deste trabalho. Eles incluem os seguintes:

- Análise conceitual, aproximadamente na linha da chamada filosofia da linguagem ordinária, em que se procura elucidar a (na terminologia de Ryle 1949; 2009/1945) geografia lógica de conceitos relevantes; isto é, as regras que governam os usos típicos deles, bem como suas relações com conceitos adjacentes, esmiuçando tipos de inferências aos quais esses usos estão associados e tipos de inferências com os quais contrastam (cf. também, e.g., Bennett & Hacker 2003; Strawson 1992). Neste trabalho, adoto esse tipo de estratégia nos capítulos 1, 2, 3 e 4.
- Rudimentos de lógica clássica e método de reconstituição semiformal de argumentos, em que se procura esmiuçar as premissas centrais e conexões entre premissas deles, de maneira a elucidar esses argumentos e avaliá-los. No presente trabalho, faço uso desse método particularmente nos capítulos 4 e 5.
- O modelo de Laudan (1977) sobre a estrutura e a dinâmica de teorias, que é uma ferramenta bastante útil para se identificar, elucidar e examinar teorias particulares (e.g., behaviorismo radical, behaviorismo teleológico) e os quadros teóricos amplos que elas exemplificam (e.g., tradição comportamental), chamados por Laudan de tradições de pesquisa científica, que são análogas às unidades de análise que Kuhn (1970) denominou paradigmas e, Lakatos (1978), programas de pesquisa científica. Utilizo o referido modelo no capítulo 5, onde também inicialmente caracterizo-o.
- Técnicas de avaliação crítica de argumentos e de definições, técnicas essas relacionadas, em especial, à busca de contraexemplos, e que envolvem análise conceitual e o emprego de rudimentos de lógica, argumentação, teoria das definições e semântica. Faço uso desse tipo de método em todos os capítulos do trabalho.
- Valho-me positivamente (e não apenas para descrever teorias) de alguns conceitos

científicos, como os de reforço, seleção natural, comportamento operante, reflexo, dentre outros, em vários momentos do trabalho (sobretudo nos capítulos 2, 3, 4 e 5), para o desenvolvimento de algumas análises e propostas. (No capítulo 5, porém, vários figuram com um propósito em parte descritivo.)

- Levantamentos bibliográficos.

CAPÍTULO 1

ACERCA DA TAXONOMIA DO MENTAL PARA CONTEXTOS QUE REQUEREM NEUTRALIDADE³

Os predicados psicológicos (ou mentais) ordinários (e.g., 'crença', 'intenção', 'medo', 'imaginação') e os fenômenos aos quais nos remetemos através desses predicados (e.g., ter uma expectativa, ter medo, imaginar) podem ser agrupados em diferentes categorias. Por exemplo, costuma-se agrupar fenômenos como os de crença e expectativa em uma categoria de “atitudes proposicionais”, enquanto que sensações, como as de dor e coceira, em uma categoria distinta. Através de agrupamentos desses predicados ou fenômenos, forma-se uma taxonomia do mental (de caráter semântico, no primeiro caso, ao passo que ôntico, no segundo). Qual seria uma plausível para se adotar em contextos como o de um livro de introdução de filosofia da mente, ou seja, quando se deseja partir de pressupostos apenas mínimos sobre as características desses predicados e fenômenos? (Utilizo a expressão 'fenômeno', neste capítulo, como sinônimo de 'atributo', podendo, assim, englobar estados, processos, eventos e qualquer outra forma geral de atributo.)

Este capítulo (1) sugere alguns desideratos e princípios para uma taxonomia relativa ao referido tipo de contexto; (2) expõe e examina criticamente algumas taxonomias do mental⁴ feitas em livros de introdução à filosofia da mente, em particular as de Maslin (2001), McGinn (1996) e Rey (1997); e (3) sugere o esboço de uma taxonomia alternativa (para o mesmo tipo de contexto). O capítulo está estruturado em três seções gerais, uma para cada um desses objetivos.

Por *taxonomia*, entendo, aqui, uma classificação que possui pelo menos três aspectos inter-relacionados: (i) um aspecto estrutural, correspondente às ramificações das categorias distinguidas; (ii) um aspecto terminológico, correspondente às terminologias adotadas para essas categorias; e (iii) um aspecto intensional, correspondente às características (ou condições) que delimitam as categorias.

³ Este capítulo, em uma versão ligeiramente modificada, foi publicado na revista *Principia* como Lazzeri (2012b).

⁴ A palavra 'mental', aqui, é apenas uma forma alternativa para 'psicológico'. 'Taxonomia do mental' significa taxonomia de fenômenos ou conceitos psicológicos.

1.1. Desideratos e Princípios para uma Taxonomia do Mental em Contextos que Requerem Neutralidade

Uma taxonomia do mental (seja ela semântica ou ôntica) é relativa a algum propósito, isto é, ela depende do contexto em que se enquadra. Portanto, a pergunta por uma taxonomia plausível do mental depende do tipo de contexto que esteja em questão. Os desideratos que se espera que ela cumpra variam conforme o propósito que possua. A seguir, antes de sugerir os desideratos e princípios para uma tal taxonomia, faço uma delimitação do tipo de contexto que está em foco neste capítulo.

1.1.1. Dois Contextos de Taxonomias do Mental

Há pelo menos dois tipos de contextos de taxonomias do mental. Um deles é o de abordagens ou teorias específicas do mental, sejam elas em filosofia da mente, psicologia ou ainda outra área. Nesses contextos – os quais, doravante, chamarei de contextos (T) –, as características dos predicados ou fenômenos mentais já estão modeladas pela abordagem, contrapondo-se a abordagens (concorrentes) que modelam essas características de um modo por ela considerado insatisfatório. Ou seja, em contextos (T), esses predicados ou fenômenos são classificados consoante respostas que a teoria particular propõe a questões substanciais a seu respeito; por exemplo, sobre se as reações frequentemente associadas a emoções (como as reações de aumento do batimento cardíaco, enrubescimento e empalidecimento da pele, tremores no corpo, etc.) são apenas efeitos das emoções ou, antes, elementos constitutivos delas.

Outro tipo de contexto de taxonomias do mental é o daqueles em que se requer neutralidade quanto às questões substanciais acerca dos predicados ou fenômenos mentais. Esses contextos – os quais, doravante, chamarei de contextos (RN) – são aqueles em que se deseja partir de pressupostos apenas mínimos (ou seja, manter grande neutralidade) sobre esses itens. É o tipo de contexto exemplificado, por exemplo, por vários livros e cursos de introdução à filosofia da mente (sobretudo naqueles que pretendem apresentar algumas questões e abordagens tradicionais ao leitor ou uma visão geral da área), quando não se deve de antemão pressupor respostas às questões centrais, nomeadamente, relativas à melhor maneira de caracterizar os referidos itens (sob pena, *inter alia*, de cometer petições de princípio ou apresentar de maneira enviesada as abordagens de interesse).⁵ Vários livros de introdução à filosofia da mente (e.g.,

⁵ Isso a não ser que o trabalho parta (como, e.g., o de Sterelny 1990) de um marco teórico (e.g., uma visão representacionista do mental ou de parcela do mental). Neste caso, tem por objetivo introduzir o leitor a, ou tratar de

Kim 1996; Maslin 2001; McGinn 1996; Rey 1997) partem explicitamente de alguma taxonomia dos referidos predicados ou fenômenos – embora, por vezes, sem pretensão de que seja uma completa –, ou assumem implicitamente alguma (e.g., Braddon-Mitchell & Jackson 2007; Churchland 1988; Heil 2004).

No presente capítulo, estão em foco apenas os contextos (RN). Ou seja, a pergunta que aqui nos concerne não é uma pergunta simplesmente sem mais sobre qual seria uma taxonomia plausível do mental; antes, trata-se da pergunta sobre qual seria uma plausível para se adotar em um contexto em que é adequado partir de pressupostos apenas mínimos sobre as características dos predicados ou fenômenos mentais.

1.1.2. Três Desideratos e Princípios Relativos a Contextos (RN)

Sugiro três desideratos (condições que se espera que sejam satisfeitas) e princípios (regras correspondentes para se satisfazer esses desideratos) para uma taxonomia voltada a contextos (RN). São os seguintes: (a) ser abrangente/princípio da abrangência; (b) ser neutra/princípio da neutralidade; e (c) não ser demasiado pouco taxonômica/princípio da arregimentação. A seguir, esses desideratos e princípios são caracterizados.

(a) *Ser abrangente/princípio da abrangência*: abranger o maior número possível (isto é, todas as formas) de conceitos ou fenômenos consensualmente mentais (ou psicológicos) na taxonomia. Isso porque, em primeiro lugar, uma abordagem geral de filosofia da mente requer consideração das diferentes formas do mental: é seu intuito essa abrangência. No caso de uma abordagem restringida a um subconjunto do mental, isso é potencialmente útil para estabelecer a distinção entre tal conjunto e os conjuntos de que não pretende tratar. Em segundo lugar, levar em conta o maior número possível de conceitos ou fenômenos consensualmente mentais é útil para evitar um viés a exemplos de apenas uma ou poucas categorias, em detrimento de outras. Evitar tal viés é importante ao se avaliar uma abordagem, já que ela pode ser plausível para algumas categorias, mas implausível para outras; e também ao se desenvolver uma abordagem, já que, de modo a ser razoável, ela deve preservar possíveis especificidades de cada categoria. Conforme aponto na seção 1.2 (a seguir), algumas taxonomias feitas em contextos (RN) não levam em conta certas formas do mental, assim deixando a desejar quanto à abrangência.

um, subconjunto próprio dessas questões, já pressupondo respostas ou posicionamentos (e.g., que excluam perspectivas inconsistentes com o marco adotado) com respeito a algumas das questões substanciais, tendo como foco questões mais restringidas (e.g., sobre como modelar mais exatamente, em termos representacionistas, determinada categoria psicológica).

A qualificação 'consensualmente', aqui, visa viabilizar que haja de fato uma taxonomia. Por um lado, se a taxonomia é do mental, então apenas predicados ou fenômenos mentais devem ser considerados nela. Por outro lado, sabemos que predicados ou atributos que não são geralmente reputados como mentais (e.g., disposições como a de solubilidade em água possuída por certas substâncias) podem ser teorizados como na verdade o sendo (como ocorre, e.g., em perspectivas pampsiquistas). Assim, se queremos uma taxonomia para contextos (RN), convém o meio termo de nela abranger todos os predicados ou atributos apenas consensualmente vistos como tais (e.g., emoções e fenômenos perceptuais), deixando em aberto, entretanto, a possibilidade de haver categorias mentais que comumente não consideramos como tais.

(b) *Ser neutra/princípio da neutralidade*: ser uma taxonomia a mais neutra possível, isto é, evitar posicionamentos de antemão sobre questões controversas acerca dos conceitos ou fenômenos em pauta. Esta neutralidade não pode ser inteira, ou seja, a distinção entre neutralidade e parcialidade é apenas de grau; pois classificar implica em delimitar pelo menos algumas características gerais do que está sendo classificado. A taxonomia tem maior ou menor neutralidade conforme a posição que ocupa em um espectro que mensura quanto ela envolve posicionamentos sobre tais questões. Por exemplo, uma taxonomia (no caso, semântica) que assume que os predicados relativos ao perceber (e.g., 'ver', 'ouvir') sejam da mesma categoria daqueles relativos a sensações (e.g., 'dor', 'coceira') é menos neutra a respeito desses predicados do que uma classificação em que eles não são encaixados de início em uma mesma categoria, já que há bastante controvérsia quanto a se os primeiros são suficientemente semelhantes aos segundos (cf., e.g., Armstrong 1984, p. 169ss; Bennett & Hacker 2003, p. 121ss; Ryle 1949, p. 199ss). Estar em consonância com o princípio da neutralidade é um desiderato porque, em primeiro lugar, o tipo de contexto aqui em pauta demanda isso, ou seja, trata-se de contextos em que não se deve pressupor respostas aos principais subproblemas envolvidos na problemática geral (a saber, sobre a melhor ou sobre uma razoável modelagem dos conceitos ou fenômenos mentais). Em segundo lugar, isso potencialmente ajuda a evitar petições de princípio ao se examinar uma proposta específica de modelagem de formas do mental.⁶ Como mostro na seção 1.2, muitos livros introdutórios à filosofia da mente partem de taxonomias que assumem respostas controversas de antemão acerca de subproblemas envolvidos na problemática geral à qual pretendem introduzir o leitor, assim deixando a desejar quanto à neutralidade.

⁶ Ademais, a adoção deste princípio pode ser útil, ao mesmo tempo, como apresentação de alguns subproblemas envolvidos na problemática geral.

(c) *Ser suficientemente taxonômica/princípio da arregimentação*: fazer agrupamentos minimamente consensuais dos conceitos ou fenômenos mentais. Do contrário, não se oferece, em última instância, uma taxonomia como um ponto de partida (mas apenas uma lista de exemplos do mental), quando isso não é o que se espera, já que há acordo em que alguns deles compartilham características importantes que, outros deles, não. Ou então mistura-se elementos em uma categoria sem subdividi-la, quando, antes, por mais que a categorização possa ser correta (nomeadamente, por os elementos possuírem características gerais comuns), essas diferenças requerem atenção através de um encaixamento deles em pelo menos subcategorias (sob pena, *inter alia*, de avaliar-se uma abordagem demasiado apressadamente). Por exemplo, por mais que sensações e emoções sejam atributos que possam ser encaixados em uma mesma categoria geral, porquanto compartilham feições como as de estarem (conceitualmente) ligados a inferências da forma '...sente...' ou '...sente-se...', diferem significativamente em as sensações terem (pelo menos geralmente) alguma forma de localização explícita no corpo (e.g., dizemos que elas estão no pé, na cabeça, etc.),⁷ ao passo que, as emoções, não.⁸ A consonância com o princípio da arregimentação permite calibrar o princípio da neutralidade: por um lado, a taxonomia deve ser neutra, mas, por outro, não convém deixar de levar em conta as nuances de entendimento (a respeito das quais geralmente há acordo) dos conceitos ou fenômenos em pauta.

A experiência com a prática filosófica ensina que poucas questões, se é que alguma, em filosofia, são de muito grande consenso; mas isso ocorre principalmente com as questões substanciais. Costuma-se haver, pelo menos implicitamente, um acordo mínimo sobre questões de entendimento acerca do que se está falando, sob pena de não se saber o que diz ou de não ser possível o diálogo. É minimamente consensual, por exemplo, que ter certa opinião e saber jogar xadrez são atributos que possuem um caráter disposicional (pois, e.g., alguém pode ter uma opinião ou saber jogar xadrez mesmo quando está dormindo), ao passo que sentir uma coceira e enxergar um objeto são acontecimentos episódicos (os quais dão-se em momentos e locais particulares), de tal modo que podemos classificar os primeiros em categorias (ao menos subcategorias) diferentes dos últimos. Cada um dos conceitos ou fenômenos mentais, em geral,

⁷ Digo 'pelo menos geralmente' porque o sentir frio e o sentir calor podem ser considerados formas de sensação, mas sem que tenham sempre a referida característica.

⁸ A expressão 'localização explícita', aqui, procura indicar que, apesar de a semântica dos conceitos para emoções, em seu uso ordinário, não ser coerente com uma concepção delas como tendo localização no interior do corpo, pode-se, em um contexto (T), propor que emoções tenham alguma forma de localização desse tipo. Isso envolveria uma revisão conceitual, a qual pode ou não ser plausível (e bem ou mal motivada). Observação análoga vale para outros casos da expressão 'localização explícita' neste capítulo.

têm características específicas, mas é consensual que também apresentam, ou pelo menos tendem a apresentar, características comuns, sendo assim agrupáveis em categorias.

Essas categorias não precisam necessariamente ser entendidas como conjuntos no sentido da teoria clássica dos conjuntos. Elas podem ser consideradas como categorias difusas; isto é, as características relevantes de seus elementos podem revelar-se, eventualmente, ser apenas *similaridades de família* (cf. Wittgenstein 1953), no sentido de os elementos tenderem a exibir algumas das características, mas não exibirem todas elas, sem que por isso deixem de pertencer ao conjunto (tal como no caso dos diferentes elementos que classificamos como jogos). Porém, as taxonomias que avalio neste capítulo não consideram as categorias em pauta como tendo esse caráter.

Segundo um holismo como o de Quine (1961/1951), qualquer nuance básica associada a algum predicado ou atributo resulta ser, em última instância, revisável. Logo, se tal holismo estiver correto, adotar o princípio da arregimentação não tem por implicação que as nuances que ele recomenda capturar sejam imunes a revisões. Nada impede, a princípio, que uma teoria considere errônea uma ou mais nuances de um conceito ou fenômeno mental. No entanto, os contextos adequados para eventuais revisões nessas nuances (revisões que podem revelar-se razoáveis ou não) são os contextos (T), e não os contextos (RN).

1.2. Algumas Taxonomias em Contextos (RN)

Munido dessas distinções, passarei agora a expor e a avaliar algumas taxonomias feitas em contextos (RN); em particular, as de McGinn (1996), Rey (1997) e Maslin (2001), nesta ordem.

1.2.1. A Taxonomia de McGinn (1996)

Esta taxonomia é ôntica e tem a seguinte estrutura (cf. Figura 1):

Figura 1: Estrutura da taxonomia de McGinn (1996)

McGinn (1996, p. 8-10) classifica os fenômenos mentais em duas categorias básicas: sensações e atitudes proposicionais. As sensações, segundo esta taxonomia, são de dois tipos: sensações corporais, como, por exemplo, dores, coceiras e náuseas; e experiências perceptuais, como, por exemplo, o ver, o ouvir e o cheirar.⁹ O que é comum a ambos os tipos de sensações, segundo McGinn, é: (a) serem definidas pela sua fenomenologia, isto é, pela maneira como o sujeito que as exemplifica as experiencia (e.g., o cheirar uma fruta ser definido por aquilo que se experimenta subjetivamente ao cheirá-la) – por como é estar (*what it is like to be*) nelas, nos termos de Nagel (1974), ou ainda, em outros termos, pelos seus conteúdos qualitativos ou *qualia* –; (b) sua posse por um sujeito não ser suficiente para qualificá-lo como ser racional, no sentido de ser que raciocina e que age conforme razões; e, além disso, (c) serem fenômenos intrinsecamente conscientes (por oposição a poderem ser inconscientes), no sentido de que, quando um sujeito os exemplifica, *ipso facto* nota uma mudança correspondente (não fazendo sentido dizer, e.g., que alguém tenha uma cócega sem que a note). O que distingue os dois tipos de sensações, consoante McGinn, é as sensações corporais não envolverem a propriedade de intencionalidade ou conteúdo intencional (ou proposicional), a qual, segundo o autor, é exibida pelos fenômenos cujas atribuições envolvem complementos frasais da forma 'que...' (*that-clauses*), ao passo que, as experiências perceptuais, sim. Em outras palavras, conforme o autor, sensações corporais, diferentemente das percepções, não são relações com estados de coisas

⁹ Os exemplos que dou na seção 1.2, ao expor não só esta, mas também as outras taxonomias, são de seus próprios autores ou baseados nelas.

(possíveis ou efetivos).

As atitudes proposicionais são subdivididas, nesta taxonomia, em dois tipos: cognitivas, como, por exemplo, crenças; e conativas (ou afetivas), como, por exemplo, desejos e intenções. O que é comum às diferentes atitudes proposicionais, segundo McGinn, é: (a) serem relações entre agentes e conteúdos intencionais (ou proposicionais), no sentido de as atribuições desses fenômenos envolverem complementos frasais da forma 'que...', os quais expressam proposições (ou condições de verdade); (b) envolverem normatividade, no sentido de as atribuições delas alicerçarem-se em suposições sobre quais o sujeito dessas atribuições deve ter (*ought to have*), em um sentido normativo (e não meramente probabilístico), dadas outras atitudes proposicionais que se suponha que ele exemplifique (cf. também McGinn 1996, p. 20-22); (c) poderem ser inconscientes (no sentido de poderem não ser notadas por quem as exemplifica); e (d) não se definirem por alguma fenomenologia, isto é, sua fenomenologia, se alguma, é apenas incidental (e.g., por mais que ocorram, eventualmente, conteúdos qualitativos quando alguém declara uma opinião, esses conteúdos são incidentais à posse da opinião).

A taxonomia de McGinn (1996) não pressupõe que cada fenômeno mental se defina ou por um conteúdo qualitativo ou por um conteúdo intencional. Pois o autor admite que as experiências perceptuais exibem tanto conteúdo qualitativo como conteúdo intencional relevantes; ou seja, as experiências perceptuais são, segundo o autor, identificáveis por ambos os tipos de propriedades.

1.2.2. Ponderações à Taxonomia de McGinn (1996)

Há, a meu ver, vários problemas na taxonomia de McGinn (1996). Nas ponderações (i)-(iv) seguintes, sugiro que ela falha quanto à abrangência.

(i) A taxonomia em pauta não inclui várias formas de afecções; nomeadamente, emoções (e.g., ter medo, raiva, vergonha, admiração), humores (*moods*) (e.g., estar entusiasmado, alegre, triste, melancólico) e apetites (e.g., estar com fome, sede, concupiscência). Logo, ela não satisfaz o desiderato da abrangência. Emoções, humores e apetites não satisfazem o conjunto de critérios do autor para nenhuma das categorias que ele distingue. Não satisfazem aquele que o autor associa às atitudes proposicionais porquanto, por exemplo, apenas alguns (particulares ou exemplares) daqueles fenômenos (nomeadamente, apenas emoções e em certos casos, como o ter medo de que algo aconteça) são atribuíveis em predicções constituídas por complementos

frasais da forma 'que...'; humores e apetites em geral não o são; e tampouco emoções em certos casos, como o aprazer-se com algo ou alguém. Ou seja, o critério (a) do autor para atitudes proposicionais não é satisfeito por várias afecções. Além disso, sua posse por um sujeito, evidentemente, não depende de o sujeito ser racional, no sentido do autor (ter medo, fome, sede, etc. são fenômenos que inclusive encontramos praticamente em todo, senão em todo, o reino animal). Ou seja, o critério (c) do autor para atitudes proposicionais não é satisfeito. Já se o autor encaixasse emoções, humores e apetites em sua categoria de sensações, falharia quanto ao desiderato da neutralidade; por exemplo, no que tange ao critério (a) para sensações. Pois está longe de ser claro que alguns casos dessas afecções, como as de ter prazer com uma partida de xadrez, admirar alguém pela sua virtuosidade, ter satisfação com a leitura de determinado texto, estar tranquilo, etc., envolvam conteúdos qualitativos necessariamente (cf., e.g., Bennett & Hacker 2003, p. 203-205; Ryle 1951). É também disputável, de modo mais geral, se emoções, humores e apetites realmente têm uma fenomenologia constitutiva, por oposição a meramente incidental. Arguivelmente, para que um organismo tenha, por exemplo, fome, não é fundamental que nele esteja ocorrendo alguma experiência fenomênica. De acordo com pelo menos algumas perspectivas comportamentais (e.g., Derr & Thompson 1992; Rachlin 1994), o relevante é que o organismo exiba comportamentos de forrageamento ou apresente certas reações que favoreçam a obtenção de alimento que aprecia, em circunstâncias relevantes (como a proximidade de lugares em que tipicamente há alimento). Conforme perspectivas funcionalistas mais difundidas (e.g., Lewis 1972; Putnam 1975c/1964; 1975d/1967), o relevante é que comportamentos como esses, nas circunstâncias relevantes, sejam causados por entidades internas que tenham um papel causal associado à fome.

(ii) A taxonomia de McGinn (1996) não está em consonância com o desiderato da abrangência também por deixar de lado boa parte dos fenômenos por vezes chamados de processos cognitivos (alguns dos quais são mais propriamente cogitativos), como aqueles relativos ao pensar (no sentido de processo, e não de crença) (e.g., raciocinar, refletir, calcular), à memória (e.g., recordar, memorizar) e ao imaginar. (Dos fenômenos em questão, apenas os perceptuais são distinguidos por McGinn em sua taxonomia.)

Em determinado momento do livro (a saber, nos capítulos 6 e 7), McGinn (1996, p. 83ss) menciona alguns desses fenômenos, apesar de não tê-lo feito em sua taxonomia (presente no capítulo 1 do livro). Porém, não é claro em que categoria, se em alguma, de sua taxonomia o

autor os encaixaria. Se os encaixasse na categoria de sensações, então cometeria um problema terminológico, sintomático de uma falha quanto ao desiderato da neutralidade, porquanto não faz sentido chamar o raciocinar, o recordar, o imaginar, etc. de sensações. Se, por outro lado, encaixasse esses fenômenos na categoria de atitudes proposicionais, então a subsunção seria também problemática, porquanto eles, em geral, são ocorrências, isto é, têm um caráter episódico (pois, e.g., faz sentido dizer que alguém esteja calculando ou imaginando algo de baixo de uma árvore, em um momento particular), ao passo que atitudes proposicionais têm um caráter disposicional (pois, e.g., não faz sentido dizer que alguém esteja tendo uma opinião de baixo de uma árvore, em um momento particular).¹⁰

(iii) Outros atributos que estão ausentes na taxonomia em pauta – assim novamente deixando a desejar quanto ao desiderato da abrangência – são os traços de caráter ou de personalidade, como os de ser honesto, sagaz, inteligente, vaidoso, raivoso, extrovertido, introvertido, etc. Há quem os considere analisáveis em termos de fenômenos mentais agrupáveis em outras categorias, tomadas como mais básicas (e.g., Brandt 1970; Kim 1996, p. 15). Isso pode, eventualmente, ser uma tese correta; mas, em qualquer caso, esses atributos não devem ser negligenciados em uma taxonomia do mental em contextos (RN), conforme o desiderato da abrangência.

(iv) A classificação de McGinn (1996) também deixa de lado as habilidades, como as de saber preparar uma comida (e.g., arroz), jogar um jogo ou esporte (e.g., xadrez), falar uma língua (e.g., português), tocar um instrumento musical (e.g., piano), desenhar, etc., também chamadas de formas de *saber como* (*know-how*). Habilidades não satisfazem os critérios do autor quer para sensações – posto que, por exemplo, não são intrinsecamente conscientes –, quer para atitudes proposicionais – já que, por exemplo, não são atribuídas na forma de predicções constituídas por complementos frasais da forma 'que...!'.

As objeções (v)-(vii) a seguir não implicam em uma problematização da estrutura da taxonomia de McGinn; pelo menos não o fazem sem o acréscimo de outras premissas. Entretanto,

¹⁰ Utilizo, neste capítulo e no restante deste trabalho, as terminologias de 'atitudes proposicionais' e 'processos cognitivos e cogitativos' para referir-me, respectivamente, ao reputado grupo de fenômenos tais como os de ter uma opinião, querer e tencionar, e ao reputado grupo daqueles tais como os de raciocinar, lembrar, imaginar e perceber. Porém, faço-o apenas por falta de terminologias melhores. Procurando, neste capítulo, estar em conformidade com o desiderato da neutralidade, não pressuponho as interpretações dos primeiros em termos de atitudes com respeito a proposições; e tampouco as interpretações dos últimos com base na ciência cognitiva, que geralmente é baseada em noções como as de processamento de informação (cf., e.g., Bermúdez 2010; Rowlands 2010). Falo mais sobre essas qualificações na seção 1.3.

(v)-(vii) são, como as ponderações anteriores, instrutivas para a delimitação de uma taxonomia mais adequada do mental para os contextos (RN) (uma taxonomia tendo outras dimensões importantes além da estrutural).

(v) Há um problema com a adoção da terminologia de 'sensações' (*sensations*) para englobar tanto as sensações corporais como as experiências perceptuais. Pois está longe de ser claro que experiências perceptuais sejam sensações, mesmo em um sentido amplo do termo. O termo 'sensações' conota, em geral, atributos que têm alguma forma de localização explícita no corpo (e.g., em braços, pernas, cabeça), ou que pelo menos estão (conceitualmente) associados a inferências da forma '...sente...' (no sentido do verbo *to feel*). No entanto, nem todas as experiências perceptuais apresentam essas propriedades. Experienciam-se perceptualmente objetos que têm localização em algum lugar, mas os objetos da experiência perceptual, segundo vários autores (e.g., Armstrong 1984, p. 169ss; Austin 1962; Harman 1990; Sartwell 1995), têm localização tão somente no ambiente maior, e não no interior do corpo; por exemplo, segundo eles, ao se ver um prato sobre a mesa, tem-se uma experiência apenas do que está lá sobre a mesa; ao se ouvir o latido um cão, tem-se a experiência apenas do que está ocorrendo no ambiente onde o cão emite esse comportamento; quando se toca uma maçã com a mão direita, o que se sente é apenas o que está na mão. Além disso, é dúvida que todas as experiências perceptuais estejam ligadas (conceitualmente) a inferências da forma '...sente...'. Aquelas relacionadas ao paladar, ao tato e ao olfato o estão (e.g., quando se cheira e se toca uma maçã, sente-se seu odor e seu peso ou solidez, respectivamente), mas não é claro se aquelas relacionadas à visão e à audição também (e.g., que, ao se enxergar o céu, se esteja *ipso facto* sentindo o céu; quando se ouve o latido de um cão, se esteja *ipso facto* sentindo esse latido). Logo, pelo princípio da neutralidade, é recomendável não incluir a categoria das experiências perceptuais em uma categoria de sensações, em contextos (RN).

(vi) Embora, na filosofia contemporânea, seja frequente a suposição de que as “atitudes proposicionais” sejam relações entre agentes e conteúdos proposicionais – como indicado pela própria terminologia que (a partir de Russell) se estabeleceu –, não se trata de uma suposição sem questionamentos (o que não é surpresa, sendo uma questão substancial). A ideia mesma de proposição é objeto de reticência por parte de alguns autores, como Quine (1960), que considera os critérios de identidade das reputadas entidades abstratas denotadas por tal ideia serem obscuros. Além disso, algumas perspectivas sobre atitudes proposicionais (e.g., Davidson 2001;

Dennett 1987; Ryle 1949) não as caracterizam em termos dessa suposição. Assim, pelo desiderato da neutralidade, é recomendável não caracterizar esses fenômenos como relações entre agentes e conteúdos proposicionais, em contextos (RN).

(vii) A caracterização da noção de intencionalidade em termos de ser uma propriedade designada por atribuições compostas por complementos frasais da forma 'que...' pode ser demasiado restritiva. Pois, embora haja desejos de *que* algo ocorra ou não, há também desejos *de* obtenção de algo *X* ou *de* realização de uma atividade *A*. Isso ocorre, similarmente, com outras atitudes proposicionais, além de com as experiências perceptuais: pode-se ter intenção de *que* algo seja ou não o caso, mas por vezes tencionamos *a* obtenção de algo ou *fazer* algo; pode-se esperar *que* algo ocorra ou não, mas também se esperar *por* algo; pode-se ver *que* há certo objeto em determinado local, mas também ver *um* (ou *o*) objeto; e assim por diante. *Prima facie*, não é claro se é fidedigno reduzir essas atribuições a atribuições constituídas pelo complemento frasal 'que...'. Pois, no caso da redução de algumas dessas atribuições, muda-se o objeto envolvido no fenômeno; por exemplo, na atribuição de um desejo de obter *X* ou de fazer *A*, dir-se-ia então que um sujeito *s* deseja que *s* obtenha *X* ou que *s* deseja que *s* faça *A*, de modo que o objeto do desejo passaria a incluir *s*; e, assim, a ser outro que, propriamente, *X* e *A* (para considerações similares, cf. Glock 2001, p. 107-108; Montague 2007).

(viii) Como corolário de (vii), pode-se levantar ainda outra ponderação que, como (i)-(iv), tem implicação para a estrutura da taxonomia de McGinn (1996); a saber, a ponderação de que é disputável se sensações corporais não têm intencionalidade. Há abordagens (e.g., Armstrong 1968; Harman 1990; Tye 1995) que sugerem que as sensações corporais exibem essa propriedade. Assim, pelo desiderato da neutralidade, é recomendável deixar em aberto se elas têm-na ou não. Se esta ponderação estiver correta, então a subdivisão de McGinn de sua categoria de sensações em sensações corporais e experiências perceptuais não se mantém (salvo adicionando-se algum critério diferente para tanto, o que pode, eventualmente, ser plausível). Pois o parâmetro adotado pelo autor para essa subdivisão (como salientei) é o de sensações corporais não exibirem intencionalidade. O autor tem como premissa para sua exclusão da possibilidade de sensações corporais terem intencionalidade a ideia de que as atribuições delas não envolvem complementos frasais da forma 'que...', premissa questionada em (vii).¹¹

¹¹ McGinn, em determinado momento de seu livro (cf. McGinn 1996, p. 127-128), menciona mais uma suposta categoria do mental, a saber, a de tentar (*trying*). Porém, trata-se de um acréscimo já no âmbito de um contexto (T), isto é, de uma teorização específica que desenvolve, e não de um acréscimo à classificação inicial do livro. Entretanto, registro aqui uma ponderação paralela a esse elemento ('paralela' porque diz respeito a uma classificação

1.2.3. A Taxonomia de Rey (1997)

Esta taxonomia é apresentada em termos ônticos, mas pretende admitir simultaneamente uma interpretação semântica (cf. Rey 1997, p. 14, p. 30). É semelhante à de McGinn (1996), subdividindo o mental em duas grandes categorias, inclusive similares àquelas apontadas por esse autor. No entanto, tais taxonomias diferem um pouco em terminologia, bem como em alguns pormenores na caracterização dessas categorias, além de em aquela de Rey não subdividir (em subcategorias) uma delas. Sua estrutura pode ser representada como se segue (cf. Figura 2):

Figura 2: Estrutura da taxonomia de Rey (1997)

Segundo a taxonomia de Rey (1997, p. 18-20), os fenômenos mentais subdividem-se em estados qualitativos e atitudes proposicionais. Exemplos de estados qualitativos (mencionados por Rey) são: ter sensações de dor, cócega, coceira; ver, ouvir, cheirar; imaginar, lembrar. Os estados qualitativos são fenômenos (a) dos quais parecemos estar imediatamente conscientes; e (b) que estão frequentemente associados com algum sentimento ou impressão (a expressão utilizada por Rey é o substantivo *feel*) particular, como, por exemplo, impressões de dor, cócega, cor, som, sabor, imagem (no imaginar) e lembrança (no lembrar) (cf. também Rey 1997, p. 327),

para outro tipo de contexto que o de interesse do presente capítulo). O tentar, segundo McGinn, não é uma sensação, porque, diferentemente das sensações, não tem uma fenomenologia característica. Tampouco, segundo o autor, é uma atitude proposicional, por, segundo ele, não envolver necessariamente racionalidade (que o autor relaciona à capacidade de raciocinar), já que um animal não humano pode tentar fazer coisas sem que seja racional (sob o critério de racionalidade do autor); e atribuímos o tentar na forma de 'tentar algo', e não de 'tentar que'. O tentar seria, assim, uma terceira categoria geral. Esta classificação do fenômeno do tentar é bastante problemática, pois, por exemplo, é baseada na ideia de que as atribuições de atitudes proposicionais sempre se dão com complementos frasais da forma 'que...' (o que não significa dever ele ser considerado como atitude proposicional).

ou seja, eles possuem uma dimensão fenomenológica relevante (há algo como o estar no estado, como coloca Nagel 1974).

As atitudes proposicionais, segundo Rey, são de dois tipos: informacionais e direcionais. De acordo com o autor, as informacionais representam o mundo como sendo de determinado jeito ao invés de outro (isto é, representam determinados estados de coisas como sendo ou não o caso); por exemplo, o achar que há maçãs na mesa da cozinha. As direcionais motivam o agente com relação a um modo particular como o mundo pode estar; por exemplo, o desejar comer uma maçã. Essas subcategorias não são exclusivas, podendo uma atitude proposicional ser ao mesmo tempo informacional e direcional; por exemplo, o gostar do fato de haver maçãs na cozinha. O que é comum às atitudes proposicionais das diferentes subcategorias, consoante esta taxonomia, é (a) serem estados designados por verbos que têm como objetos diretos complementos da forma 'que...' ou 'de...', os quais podem ser entendidos como partes não referenciais daqueles verbos – no caso, tomados como predicados monádicos (e.g., '...ter a expectativa de finalizar a escrita de um livro neste ano', '...achar que o dia será muito agradável') (como sugere Quine, 1960) –; ou, antes, como proposições (ou conteúdos proposicionais) com as quais o sujeito se relaciona – no caso, os verbos sendo tomados como predicados diádicos (e.g., '...ter a expectativa de...', '...achar que...'). Em qualquer caso, geram-se contextos opacos, isto é, que não satisfazem a lei de substituição de idênticos de Leibniz.¹² Pelo menos no segundo caso, diz-se que o fenômeno exhibe intencionalidade. Além disso, as atitudes proposicionais, segundo esta classificação, (b) exibem potencial racionalidade (isto é, podem ser racionais), o que o autor associa à propriedade de haver coerência de uma com outras exemplificadas pelo sujeito e, em alguns casos, com evidências (e.g., a crença de que vai chover é potencialmente racional, de fato o sendo quando há indícios em apoio de que vai chover; querer fazer algo pode ser racional, frequentemente o sendo quando isso não é incompatível com as crenças e outros desejos que se tem); (c) podem ser inconscientes, no sentido de um sujeito não necessariamente saber que as exemplifica; e, por fim, (d) não apresentam uma dimensão fenomenológica constitutiva.

¹² Como é sabido, essa lei diz que a substituição de uma expressão, em um enunciado declarativo, por uma expressão que tenha a mesma extensão, forma um enunciado que mantém o valor de verdade do primeiro. Predicados em questão não satisfazem essa lei na medida em que, por exemplo, um enunciado como “Édipo quer bater em Laio” pode ser verdadeiro, mas ser falso “Édipo quer bater em seu pai”, apesar de o termo 'Laio' estar sendo substituído por uma expressão com mesma extensão. (Cf. também capítulo 5, seção 5.5)

1.2.4. Ponderações à Taxonomia de Rey (1997)

A taxonomia ora exposta é mais neutra do que a de McGinn (1996). Isso ocorre, dentre outras razões, por manifestar que as atitudes proposicionais não necessariamente são designadas por atribuições envolvendo complementos frasais da forma 'que...', podendo o serem da forma 'de...'; e salientar que são interpretáveis (deixando em aberto, claro, se plausivelmente ou não) como não sendo relações com proposições em sentido estrito. Entretanto, a taxonomia de Rey (1997) também requer várias ponderações, algumas delas semelhantes a (i)-(iv) à de McGinn. Não é claro se Rey estabelece-a procurando generalidade, ao invés de procurando apenas mencionar categorias que considera mais centrais. Se o faz com apenas este segundo intuito, algumas das ponderações a seguir não são exatamente objeções, mas pelo menos servem para visualizarmos limitações importantes dessa taxonomia.

(i) Esta taxonomia ou oblitera humores e apetites, assim falhando quanto ao desiderato da abrangência, ou, se (implicitamente) os inclui, falha quanto ao desiderato da neutralidade. Em nenhum momento Rey (1997) menciona, em sua taxonomia, humores (e.g., estar alegre, melancólico) e apetites (e.g., estar com fome, sede) como exemplos das categorias que distingue. De fato, tais fenômenos não satisfazem o conjunto de critérios do autor para atitudes proposicionais; pois, por exemplo, não se trata de fenômenos atribuídos em predicções constituídas de complementos frasais da forma 'que...' ou 'de...'. Além disso, argüivelmente, tampouco satisfazem os critérios do autor para a categoria de estados qualitativos; pois está longe de ser claro que humores e apetites são, e mesmo aparentem ser, de imediata consciência ao sujeito que os exemplifica. Esses (tipos de) atributos têm caráter disposicional (e.g., pode-se estar em um humor durante dias), assim não se tratando de algo do que possamos dizer que haja imediata consciência. Logo, pelo desiderato da neutralidade, é recomendável não alocar esses fenômenos na categoria de estados qualitativos (ao menos tal como caracterizada pelo autor).

(ii) Rey (1997) praticamente deixa de lado as emoções em sua taxonomia, assim falhando quanto ao desiderato da abrangência; ou, se (implicitamente) as considera, o faz de maneira problemática quanto ao desiderato da neutralidade. Emoções não são distinguidas nessa classificação como uma categoria (ou subcategoria), mas o autor menciona o odiar (que é uma emoção) como exemplo de atitude proposicional direcional. Assim, o autor provavelmente inclui outras emoções em tal subcategoria de atitudes proposicionais. No entanto, em primeiro lugar, há emoções que atribuímos sem os complementos frasais tomados pelo autor como típicos das

atitudes proposicionais; ou seja, nem toda emoção satisfaz o critério (a) do autor para tal categoria. É o caso de fenômenos como os de estar contente, aprazer-se e comover-se; dizemos geralmente que um organismo está contente, aprazer-se ou comove-se *com* algo. Em segundo lugar, não é consensual que as emoções em geral satisfaçam os critérios (b) e (d) do autor para atitudes proposicionais, isto é, que sejam potencialmente racionais e que não tenham fenomenologia constitutiva. Pois, como se sabe, considera-se, na tradição filosófica moderna, que emoções não são atributos racionais (apesar de haver razões em contrário) (cf. de Sousa 1994, p. 275-276; Solomon 1977). Ademais, há autores (e.g., Chalmers 1995; Maslin 2001, p. 11-12; Tye 1995) que consideram emoções como casos de fenômenos que exibem, em alguma medida (alguns sugerem que apenas quando sentidas), fenomenologia constitutiva. Logo, pelo princípio da neutralidade, não convém uma subsunção das emoções à categoria de atitudes proposicionais (pelo menos tal como caracterizada pelo autor).

(iii) Não é claro em que categoria Rey (1997) aloca, se é que em alguma, fenômenos relativos ao pensar (no sentido de processo ou atividade, e não do pensar como ter uma crença) (e.g., refletir, calcular). Se não o faz, então falha quanto ao desiderato da abrangência; ou, se os aloca na categoria de estados qualitativos, então falha quanto à neutralidade; ou ainda, se os aloca na categoria de atitudes proposicionais, então falha quanto ao princípio da arregimentação. Alguns processos cognitivos e cogitativos são alocados pelo autor na categoria de estados qualitativos, a saber, imaginar, lembrar e diferentes formas de percepção. Porém, há perspectivas sobre fenômenos relativos ao pensar (e.g., Fodor 1975; Rachlin 1994; Turing 1950) que não sugerem se tratar de fenômenos fundamentalmente constituídos por conteúdos qualitativos. Restaria aloca-los na categoria de atitudes proposicionais. Porém, se o autor o fizesse, não os diferenciaria suficientemente de atitudes proposicionais (como crenças, intenções e expectativas), na medida em que, diferentemente delas, fenômenos como os de refletir sobre um rumo de ação e resolver um exercício de matemática são episódicos, e não disposicionais (e.g., pode-se estar resolvendo o exercício em um momento particular, parar de fazê-lo por um momento e retomar a atividade, ao passo que não se pode fazer isso, e.g., com uma crença ou expectativa).

(iv) A taxonomia de Rey deixa de lado os traços de caráter ou de personalidade, em nenhum momento fazendo referência a eles, portanto falhando quanto à abrangência. Vale aqui observação análoga a (iii) à taxonomia de McGinn.

(v) Tampouco considera habilidades, assim deixando novamente a desejar quanto à

abrangência. Habilidades não satisfazem o conjunto de critérios do autor para a categoria de estados qualitativos, porquanto não são de imediata consciência (sequer fazendo sentido se falar em imediata consciência de um fenômeno que não é episódico, mas, antes, disposicional); e não estão associados a conteúdos qualitativos, não sendo experiências. A possibilidade de encaixar as habilidades na categoria de atitudes proposicionais, tal como entendida pelo autor, está igualmente excluída, na medida em que não se trata de estados designados por verbos que tenham como objetos diretos complementos da forma 'que...' ou 'de...'; e, o que é correlato dizer neste caso, não geram contextos opacos.

(vi) Os processos cognitivos e cogitativos agrupados por Rey (1997) na categoria de estados qualitativos não condizem com a terminologia de 'estados'; ou seja, o ouvir, o cheirar e outros processos perceptuais, bem como o imaginar e o lembrar, argüivelmente, não são estados. Pois estados (sejam psicológicos ou não; e.g., estar nublado, sentir cócega, estar com sede) não são fenômenos que um organismo realize, antes sendo fenômenos que lhe acontecem ou que são resultados de ações. Assim, estados, como Kenny (2003, p. 122-124) aponta, não tomam tempo, em geral, embora perdurem por um tempo; por exemplo, não faz sentido dizer que estar nublado, sentir cócega e estar com sede levem tempo para ser realizados (embora leve tempo para o céu *ficar* nublado e um organismo *ficar* com cócega ou com sede). Já fenômenos como os de ver um pássaro pela janela, cheirar uma maçã, imaginar um pássaro comendo uma maçã, etc., tomam algum tempo. Além disso, como clarifica Kenny (2003, p. 128-129), estados normalmente não admitem imperativos (e.g., normalmente não faz sentido dizer “Esteja com cócega”, “Esteja com uma tensão”). Entretanto, faz sentido, em princípio, pedir a alguém para ouvir o som de uma fonte, experimentar o gosto de uma fruta, imaginar um pássaro comendo uma maçã, lembrar-se de comer uma maçã por dia, e assim por diante.

1.2.5. A Taxonomia de Maslin (2001)

Maslin (2001, p. 8ss) oferece uma taxonomia em termos ônticos e equivale atributos mentais a *estados* mentais. De modo semelhante às taxonomias de McGinn (1996) e de Rey (1997), divide-os em duas categorias gerais. Porém, ela difere dessas outras em aspectos tais como fazer um número maior de subdivisões em uma dessas categorias e distinguir outras características dos fenômenos que inclui em comum com aquelas. Eis uma representação da estrutura desta taxonomia (cf. Figura 3):

Figura 3: Estrutura da taxonomia de Maslin (2001)

Nesta classificação, os atributos mentais são divididos em sensações e estados intencionais. Sensações incluem dores, cócegas, coceiras, palpitações e assim por diante. Elas têm em comum as características de: (a) exibirem alguma forma de localização em uma ou outra parte do corpo (pois dizemos, e.g., que uma coceira ocorre no braço, na perna, no pé, etc.), embora não se trate de localização na mesma acepção em que um objeto ou evento comum (e.g., uma moeda, um jantar) tenham localização, pois as sensações não admitem a transitividade que um objeto ou evento comum admite (e.g., se uma moeda está no bolso e o bolso está em uma calça, então, por transitividade, a moeda está na calça; ao passo que, se uma coceira ocorre no pé e ele está em um calçado, não se segue que a coceira esteja no calçado); (b) serem ocorrências ou episódios (e não disposições); (c) envolverem consciência (*awareness*), no sentido de não fazer sentido dizer que uma sensação ocorra sem que o sujeito que a exemplifica a note ocorrer; (d) exibirem fenomenologia distintiva e constitutiva; (e) não terem intencionalidade, no sentido de sensações não serem sobre, ou dirigidas a, algo possível ou efetivo; e (f) serem fenômenos atômicos (por oposição a holísticos), isto é, que podem existir independentemente de o sujeito exemplificar ao mesmo tempo qualquer outra sensação (a existência de uma sensação individual não tem por implicação a existência simultânea de alguma outra sensação).

A categoria dos estados intencionais é subdividida por Maslin (2001) em: (1) estados cognitivos (ou cognições), exemplos dos quais ele inclui crer, saber, pensar e raciocinar; (2) emoções (em cuja categoria o autor inclui humores), como medo, vergonha, inveja, raiva, tristeza, alegria, etc.; (3) percepções, como ver, ouvir e cheirar; (4) quase-percepções, incluindo

imaginar, sonhar e alucinar; e (5) estados conativos, exemplos dos quais, segundo o autor, são querer, tencionar, agir (*acting*) e tentar (*trying*). Os estados intencionais, independentemente das subcategorias em que se encaixam, apresentam, conforme esta taxonomia, as seguintes características: (a) possuem intencionalidade (isto é, a propriedade de ser sobre, ou dirigido a, algo efetivo ou possível); (b) não têm localização em alguma parte do corpo (não fazendo sentido dizer, e.g., que o medo de alguém ou sua admiração esteja a alguns centímetros de suas orelhas); e (c) são fenômenos holísticos (por oposição a atômicos), ou seja, um estado intencional não pode existir isoladamente de outros, a existência de um implicando que haja ao mesmo tempo outros sendo exemplificados pelo organismo.

Maslin (2001) traça algumas distinções entre as subcategorias (1)-(5). Os estados cognitivos, segundo o autor, não são necessariamente conscientes e tampouco possuem fenomenologia constitutiva, embora possam envolver um ou mais conteúdos qualitativos incidentalmente (e.g., quando alguém declara achar que determinado livro é muito bem escrito, pode experienciar certos conteúdos qualitativos ao lembrar de passagens do livro, mas sua crença sobre ele pode existir perfeitamente sem esses conteúdos qualitativos). Emoções e humores são, conforme o autor, estados disposicionais e que não envolvem inteiramente consciência, mas a envolvem parcialmente, a saber, quando se os sente. Além disso, têm fenomenologia específica constitutiva, embora envolvida apenas nos sentimentos que os formam. Maslin não menciona feições particulares das percepções, mas caracteriza as quase-percepções como estados em que aparenta ao sujeito que os exemplifica estar percebendo (e.g., vendo, ouvindo) algo, quando, na verdade, não o está. Com relação aos estados conativos, aponta que não são necessariamente conscientes e, além disso, que alguns deles, como os de desejo, têm fenomenologia associada; porém, fala isso muito brevemente (cf. Maslin 2001, p. 12), não ficando claro se considera que se trata de fenomenologia específica constitutiva (isto é, haver um conteúdo qualitativo distintivo e *sine qua non* de, e.g., desejo de passear por entre as árvores coloridas de um campus).

1.2.6. Ponderações à Taxonomia de Maslin (2001)

A taxonomia ora em pauta abrange mais categorias do mental do que as taxonomias de McGinn (1996) e Rey (1997). Além disso, distingue características importantes de alguns dos fenômenos em questão não salientadas nessas outras taxonomias. Contudo, ela também requer várias ponderações. Levanto as seguintes ponderações a ela:

(i) Esta taxonomia desconsidera os apetites, assim deixando a desejar quanto à abrangência. Os apetites não são sensações, posto que, por exemplo, diferentemente das sensações, não têm localização explícita e caráter episódico. Tampouco, argüivelmente, são emoções ou estados conativos, tendo, antes, como contrapartida, predicados monádicos (e.g., '...ter fome', '...ter sede'), e não diádicos. Além disso, não são humores, na medida em que frequentemente os humores são exprimidos empregando-se alguns predicados relativos ao dia ou ao tempo e vice-versa, como, por exemplo, quando dizemos que alguém está com um humor radiante ou nebuloso, e que o dia está alegre, triste ou sereno (cf. Ryle 1949, p. 99), ao passo que isso não ocorre no caso dos apetites (e.g., não dizemos que o dia ou o tempo esteja com sede). Ademais, diferentemente de emoções e humores, os apetites muitas vezes estão associados a reações em partes típicas do corpo (e.g., certas sensações na barriga, no caso da fome).

(ii) Como as taxonomias anteriormente examinadas, a de Maslin (2001) negligencia os traços de caráter ou de personalidade. Por isso, deixa a desejar quanto à abrangência novamente.

(iii) Ou esta taxonomia oblitera habilidades, assim falhando (mais uma vez) quanto ao desiderato da abrangência; ou ela as considera, mas, alocando-as na categoria de estados cognitivos (ou cognições), deixa a desejar quanto ao princípio da arregimentação. Maslin (2001) não menciona habilidades em qualquer momento, senão apenas o saber (ou conhecer) em geral (*knowing*) (cf. Maslin 2001, p. 8). Assim, se eventualmente incluísse habilidades em sua classificação, fá-lo-ia provavelmente na categoria de estados cognitivos (já que as habilidades são formas de saber). Porém, há diferenças bastante consensuais entre elas e os outros itens mencionados pelo autor como exemplos de estados cognitivos. Diferentemente do raciocinar, elas são atributos disposicionais, e não episódicos (e.g., um raciocínio pode começar e acabar dentro de instantes, ao passo que uma habilidade é algo que alguém pode, em princípio, ter durante praticamente uma vida inteira); e, diferentemente do crer, são coisas exercitáveis, isto é, treináveis (e.g., podemos exercitar a habilidade de falar uma língua estrangeira, mas não há algo como o exercitar a crença de que os ipês estão belos em determinada época do ano).

(iv) Pelo princípio da arregimentação, a categoria de estados cognitivos (ou cognições), como distinguida na taxonomia de Maslin (2001), requer subdivisões. Pois fenômenos como os de crer e os de raciocinar diferem significativamente, a saber, em os primeiros serem disposicionais, enquanto que os segundos são episódicos.

(v) Também levando em conta o princípio da arregimentação, é recomendável subdividir a

categoria de emoções e humores em pelo menos duas categorias. Pois há diferenças de nuances básicas entre os humores (estar triste, alegre, animado, melancólico, abatido, etc.) em relação às emoções (como as de ter medo de certo animal selvagem, admirar alguém por alguma qualidade, ter prazer com uma partida de xadrez, etc.). Humores são mencionados em resposta a perguntas da forma “Como você/ele(a) está?”; e a resposta a elas, geralmente, tem a forma de uma predicação em que o predicado relevante é monádico: está-se, por exemplo, sentindo um pouco ou muito alegre, triste, animado. Normalmente, essas perguntas não teriam respostas tais como “Estou admirando muito o filósofo que estávamos discutindo” ou “Estou sentindo muito prazer com essa partida de xadrez”. Em outras palavras, como vários autores salientam (e.g., Bennett & Hacker 2003, p. 202; Lamb 1987, p. 107-109; Lormand 1985, p. 389; Solomon 1973, p. 21), humores não são ligados a objetos ou eventos específicos. Falo, aqui, em subdividir a categoria de emoções e humores presente na taxonomia ora em pauta 'em pelo menos duas categorias' porque pode-se (como alguns autores fazem; e.g., Lamb 1987; Thalberg 1964) chamar os humores de emoções, sendo recomendável que, entretanto, se distinga, nesse caso, pelo menos diferentes subcategorias de emoções.

As ponderações (vi)-(ix) a seguir dizem respeito às dimensões terminológica e intensional da taxonomia de Maslin (2001), mas sem implicar diretamente em questionamento de algum aspecto de sua estrutura.

(vi) A terminologia de 'estados intencionais', pelo menos utilizada sem qualificação, como o é na taxonomia de Maslin (2001), é problemática. Pois, conforme sustentado por vários autores, a intencionalidade não é uma propriedade distintiva do mental. Trata-se, antes, segundo alguns autores, de uma propriedade exemplificada por fenômenos não mentais – inclusive em sentido primário, e não, como sugerem outros autores (e.g., Searle 1980), meramente de um modo derivativo –, tais como órgãos corporais e artefatos (cf., e.g., Millikan 1984) e até mesmo fenômenos disposicionais em geral, como os da solubilidade de certas substâncias e a fragilidade de certos objetos (cf. Molnar 2003; também Martin & Pfeifer 1986).

(vii) É bastante questionável considerar fenômenos tais como os de raciocinar, ver, ouvir, cheirar, agir e tentar como sendo estados. Conforme salientei na ponderação (vi) à taxonomia de Rey (1997), estados são coisas que acontecem (ou acometem) um organismo, ou que resultam de uma atividade dele, sem elas mesmas serem atividades; e, assim, não tomam tempo e, geralmente, não admitem imperativos. Por outro lado, os referidos fenômenos são coisas que um

organismo, em geral, realiza, e não coisas que meramente lhe acontecem. Por exemplo, levar a cabo um raciocínio em que se calcula uma multiplicação, ver e cheirar uma maçã, são coisas que tomam um tempo para se realizar e que podemos pedir para alguém fazer.

(viii) A ideia de que emoções e humores têm fenomenologia constitutiva, mesmo que concebida como sendo parcialmente – a saber, como sendo presente nos sentimentos que compõem (não exclusivamente) as emoções –, é problemática. Como salientei na ponderação (i) à taxonomia de McGinn (1996), está longe de ser claro que certas emoções, como, por exemplo, o admirar alguém por possuir certa virtude e o ter satisfação com a leitura de certo texto, bem como certos humores, como, por exemplo, o de estar tranquilo, exibam fenomenologia constitutiva. Logo, pelo princípio da neutralidade, é recomendável não caracterizar, em contextos (RN), as emoções e os humores em geral como tendo, mesmo que parcialmente, fenomenologia constitutiva.

(ix) A ideia de que as emoções em geral sejam conscientes, mesmo que parcialmente – a saber, quando dizemos que a sentimos –, é problemática. O fato de alguém sentir certas reações envolvidas em uma emoção (e.g., sentir algo desagradável estando com medo ou raiva de algo) não implica que esteja simultaneamente consciente dessa emoção. Pois as pessoas, mesmo no momento em que têm essas reações, frequentemente ficam em dúvida sobre quais são as emoções que estão exemplificando. Inclusive, às vezes identificam-nas equivocadamente (cf., e.g., Bedford 1957, p. 284-285; Ryle 1949, p. 162). Em outras palavras, Maslin parece confundir ter consciência de uma emoção com experienciar um sentimento envolvido em uma emoção. Levando em conta o princípio da neutralidade, é recomendável não comprometer a caracterização das emoções com a referida ideia, em contextos (RN).¹³

1.3. Uma Taxonomia Alternativa

As taxonomias das quais vários livros de introdução à filosofia da mente partem têm, como vimos, múltiplas limitações, o que constitui um motivo principal para nossa proposta de uma taxonomia alternativa, para o mesmo tipo de contexto. Sugerimos que essa alternativa (em grande parte baseada em nossa argumentação precedente), é mais abrangente, neutra e

¹³ Outras taxonomias encontradas na literatura relevante são, a meu ver, suscetíveis a ponderações que levantei com relação àquelas aqui examinadas. Por exemplo, a de Kim (1996, p. 13-15) é suscetível a ponderações análogas a (i) e (v) à de Maslin e a (iii) e (vii) à de McGinn. No caso da taxonomia de Kim (1996), declarando o autor não pretender generalidade, mas apenas mencionar “algumas categorias maiores” (*major categories*) de fenômenos mentais (cf. Kim 1996, p. 13), algumas dessas ponderações não são propriamente objeções, servindo apenas para visualizarmos limitações que ela possui.

efetivamente taxonômica do que aquelas anteriormente avaliadas.

Antes de apresentar essa taxonomia, saliento algumas qualificações. Em primeiro lugar, ela pode ser entendida como sendo ao mesmo tempo de predicados e de fenômenos (ou atributos) mentais, apesar de, por economia de palavras, apresentá-la, a seguir, em termos de fenômenos mentais. Em segundo lugar, o fato de apresentá-la assim não implica que sua adoção envolva de antemão comprometimento com algum realismo sobre as categorias distinguidas. Pode-se ter, eventualmente, uma perspectiva não realista a respeito de uma ou mais delas – como é o caso, por exemplo, de diferentes variantes de eliminativismo em filosofia da mente (e.g., Churchland 1988; Rorty 1965) –, mas, simultaneamente, se reconhecer que sejam *classes de predicados* psicológicos ou de *pretensos* fenômenos psicológicos. Em terceiro lugar, seguindo o princípio da abrangência, a taxonomia proposta não é fechada à possibilidade de haver categorias mentais para além daquelas que distingue, pois pode haver categorias mentais que comumente não são reputadas como tais. Em quarto lugar, ela não só pode ser aprimorada – julgo que, em particular, pelo avanço em certos aspectos terminológicos e pela indicação de ainda mais feições das categorias (e subcategorias) distinguidas –, mas também é desejável que o seja. Em quinto lugar, embora sugiro que se trate de uma melhor taxonomia do que aquelas outras, não deve ser entendida como tendo o intuito de ser *a* taxonomia para esse tipo de contexto, sendo, antes, apenas *uma* (mais) plausível, o que o próprio fato de poder receber aprimoramentos indica.

Figura 4: Uma taxonomia alternativa

Na taxonomia que proponho (cf. Figura 4), há pelo menos cinco categorias gerais: (1) atitudes proposicionais; (2) afecções; (3) habilidades; (4) processos (ou atividades) cognitivos e cogitativos; e (5) traços de caráter ou de personalidade. Subdividimos (em termos similares aos de Rey 1997) as atitudes proposicionais em epistêmicas e conativas. As epistêmicas de algum modo representam o mundo como sendo de determinado modo ao invés de outro; por exemplo, achar que há, na segunda-feira à tarde, uma reunião do grupo de que se faz parte. Já as conativas motivam o agente com respeito a uma maneira particular como o mundo pode estar; por exemplo, querer participar de reuniões do grupo de estudos do qual se faz parte. Essas categorias não são exclusivas (não são como *pigeonholes*), ou seja, uma atitude proposicional pode ser tanto epistêmica como conativa; por exemplo, esperar que o fato de a reunião estar marcada para segunda-feira não lhe impeça de participar dela. Características comuns às atitudes proposicionais incluem tenderem a: (a) possuir um caráter disposicional (por oposição a

episódico); (b) poder ser inconscientes (isto é, o sujeito que as exemplifica pode não saber que o faz); (c) não possuir fenomenologia constitutiva; (d) ser atribuídas em predicções que não estão estritamente conformes à lei de substituição de idênticos de Leibniz; (e) ser atributos cuja exemplificação implica a de outros da mesma categoria ao mesmo tempo (e.g., se alguém deseja participar, na sexta-feira, da reunião do grupo do qual faz parte, então acredita que vai haver reunião do grupo nesse dia e que dele é um membro); e (f) não ter localização, pelo menos explícita, em partes do corpo, sendo, antes, propriedades do sujeito como um todo.

Emprego a terminologia de 'atitudes proposicionais', nesta classificação, apenas por não dispor ainda de uma terminologia mais adequada. Ela conota uma interpretação dos itens de sua extensão em termos de atitudes com respeito a proposições, mas minha taxonomia é neutra com respeito a tal entendimento deles. Por isso, seria desejável dispor de uma terminologia melhor para esses itens.

As afecções são subdivididas em: (2.1) sensações (e.g., cócega, coceira, dor); (2.2) emoções (e.g., estar com medo, raiva ou ciúme; admirar, amar); (2.3) humores (e.g., estar tranquilo, relaxado, alegre, animado, melancólico); e (2.4) apetites (e.g., fome, sede, concupiscência). Dentre as características desses atributos, estão as de: (a) serem estados; (b) terem conexão (conceitual) com inferências da forma '...sente...' (e.g., sentir dor, medo, contentamento, sede) ou '...sente-se...' (e.g., sentir-se irritado, satisfeito, animado); e (c) frequentemente estarem associados a certas respostas ditas involuntárias ou passivas do organismo (se como causas dessas respostas ou, antes, sendo constituídos por elas, há controversa), tais como aumento ou diminuição do batimento cardíaco e da respiração, palidez, enrubescimento, suor, expressões faciais como sorrisos e franzimentos, alterações na tonalidades da voz, arrepios, tremores do corpo, contorções, gemidos e suspiros. As *sensações* distinguem-se das outras afecções em pelo menos duas características, a saber, tenderem a: ter um caráter episódico; e a ter alguma forma de localização no corpo (e.g., cabeça, braço, pé), ainda que não se trate de localização no mesmo sentido dos objetos ou eventos comuns, não admitindo a transitividade destes (e.g., se um almoço ocorre na cozinha e se a cozinha está na casa de Hilary, então o almoço se passa na casa de Hilary; ao passo que, se uma coceira está em um dedo da mão esquerda e a mão esquerda está em um bolso, a coceira não está no bolso). Além disso, as sensações são bons candidatos a atributos que possuem fenomenologia específica constitutiva (isto é, a atributos que possuem fenomenologia distinta e que formam uma condição necessária

de sua exemplificação). As *emoções* possuem caráter disposicional; são relações com objetos ou eventos específicos; estão (conceitualmente) ligadas a inferências de crenças (e.g., se alguém está com medo de um inseto, então acha que ele faça certas coisas perigosas); e não obedecem estritamente a lei de substituição de idênticos de Leibniz (e.g., alguém adorar a Estrela Matutina não tem por implicação que adore a Estrela Vespertina, mesmo porque pode não saber que se trata de objetos idênticos – a saber, o planeta Vênus – e ter opiniões diferentes sobre o que descreve como 'Estrela Matutina' em comparação com o que descreve como 'Estrela Vespertina'). Os *humores* têm caráter disposicional, mas não são relações com objetos ou eventos específicos. Além disso, costuma-se exprimi-los por meio de predicados relativos ao dia ou ao tempo e vice-versa (e.g., estar com um humor radiante, nebuloso, taciturno; o dia estar alegre, triste, tranquilo). Os *apetites*, tal como os humores, possuem caráter disposicional e não são relações com objetos específicos. Entretanto, diferentemente dos humores: não exprimimos os apetites por meio de predicados relativos ao dia ou ao tempo e vice-versa; frequentemente estão associados a reações em partes típicas do corpo (e.g., a fome frequentemente envolve sensações na barriga; a sede frequentemente envolve sensações na garganta e na boca); e têm ligação com inferências de desejos (e.g., no caso da sede, desejo de beber líquido saciador).

As habilidades (e.g., saber cozinhar determinado alimento, construir certo artefato, jogar certo jogo, falar uma língua, tocar um instrumento musical) incluem como características: (a) serem formas de conhecimento ou saber prático, isto é, de como fazer determinado tipo de coisa; (b) serem atributos que, em princípio, podem ser treinados; (c) possuem gradações, podendo-se saber pouco, razoavelmente ou bem (isto é, muito) fazer determinado tipo de coisa; (d) terem caráter disposicional; (e) possuírem, normalmente, um caráter amplamente molar, no sentido de molaridade temporal, isto é, tendem a perdurar por um tempo relativamente longo, em comparação com outros atributos mentais (às vezes perduram praticamente uma vida inteira); (f) não possuírem fenomenologia constitutiva; e (g) não terem localização explícita em alguma parte do corpo.

A categoria de processos (ou atividades) cognitivos e cogitativos engloba pelo menos as seguintes subcategorias: (4.1) atividades de pensar (que diferem do pensar na acepção de crença); (4.2) fenômenos perceptuais; (4.3) as quase-percepções, incluindo o imaginar, o sonhar e o alucinar; (4.4) fenômenos relativos à memória; e (4.5) aqueles relativos à atenção. (Digo 'pelo menos' aqui porquanto não tenho a pretensão de indicar todas as formas de processos cognitivos e

cogitativos.) Esses fenômenos tendem a: (a) possuir um caráter episódico; (b) não ser estados, mas atividades; (c) não ter localização explícita em alguma parte do corpo; (d) ser relações com eventos ou objetos particulares; e (e) não seguir de modo estrito a lei da substituição de idêntico de Leibniz (e.g., alguém pode lembrar que Ottawa é a capital do Canadá, sem lembrar que a atual segunda maior cidade da província de Ontário seja a capital do país). A subcategoria do *pensar* envolve, *inter alia*, processos de raciocínio e reflexão, como, por exemplo, refletir sobre o significado e a plausibilidade de enunciados, refletir sobre como fazer determinada coisa (e.g., como informar algo a alguém), fazer refletidamente deduções, induções, abduções e analogias. Nessa medida, trata-se de exercícios de certas habilidades (e.g., habilidades inferenciais e argumentativas). Os processos de *percepção* (e.g., ver, ouvir, cheirar) são intrinsecamente ligados aos órgãos dos sentidos (e.g., olhos, nariz, focinho, papilas gustatórias) e são relações com objetos ou eventos específicos dos arredores do sujeito (ou seja, com estímulos exteroceptivos), os quais efetivamente se dão, isto é, não são meramente possíveis (e.g., se alguém toca em uma maçã, então a maçã efetivamente é objeto do ato de tocar; do contrário, não há um real ato de tocar uma maçã, mas apenas uma quase-percepção). As *quase-percepções*, que são atividades cogitativas, são aqueles fenômenos em que parece ao sujeito que os exemplifica que ele está percebendo, quando, na verdade, é apenas *como se* o estivesse (e.g., no imaginar neve caindo, é apenas como se estivesse percebendo neve caindo). Dizemos que os objetos de alguns (particulares) deles, como, por exemplo, de alguns sonhos e imaginações, são fantasias; nomeadamente, quando dizem respeito a eventos ou objetos fictícios, improváveis e similares. Fenômenos relacionados à *memória* são aqueles como os de lembrar, recordar ou memorizar que algo é ou era o caso, ou de uma experiência passada, ou ainda de como fazer algo. Os relativos à *atenção* (e.g., estar atento, atentar), de modo similar às percepções, são relações com eventos ou objetos particulares que, em geral, efetivamente se dão (e.g., não faz sentido dizer que um organismo esteja prestando atenção em uma planta sem que haja uma planta diante dele). Diferentemente das percepções, podem envolver relação não só com estímulos exteroceptivos (e.g., árvores, pássaros), mas também com proprioceptivos e interoceptivos (e.g., pode-se prestar atenção em palpitações no estômago e contrações musculares). Além disso, eles envolvem, em alguns casos, percepções e alguns outros fenômenos da categoria (4) (e.g., pode-se ver com atenção uma planta, refletir com maior ou menor grau de atenção sobre algo).

A terminologia de 'processos cognitivos e cogitativos' é utilizada aqui com qualificações.

A expressão 'processo cognitivo' pode conotar os usos dela feitos em ciência cognitiva, em que, geralmente, os mencionados fenômenos são entendidos como processos de informação (ainda que haja divergências sobre pormenores importantes, inclusive sobre a própria noção de informação) (cf., e.g., Bermúdez 2010; Rowlands 2010). Adotando o princípio da neutralidade, convém apresentar de modo neutro a categoria em questão com respeito a essa perspectiva, em contextos (RN). Além disso, a expressão 'processo cognitivo' é às vezes utilizada para se denominar também fenômenos que não estou considerando como sendo da categoria (4), como, por exemplo, crenças e a habilidade de falar uma língua. Meu emprego da expressão está conforme, em extensão, apenas a alguns autores (e.g., Rowlands 2003; 2010). Saliento ainda que, levando em conta o princípio da neutralidade, embora o termo 'processos' possa conotar, aqui, processos que acompanhem paralelamente comportamentos do organismo no interior do corpo, deixo em aberto (neste capítulo) se, antes, são de alguma forma constituídos por processos comportamentais. Por fim, há neutralidade também, por razão similar, quanto à possibilidade de que conceitos envolvidos nessas subcategorias tenham não só fundamentalmente a função de designar certas atividades efetivas, mas também a de negar que algumas outras ocorram (e.g., quando dizemos que um organismo está prestando atenção em uma presa, estarmos em parte inferindo que ele não está alocando seu tempo com atividades desconexas à sua obtenção) (cf., e.g., Ryle 1949).

Os traços de caráter ou de personalidade (e.g., ser vaidoso, raivoso, alegre, organizado, corajoso, extrovertido, introvertido) são atributos que: (a) não acometem um sujeito e tampouco são realizados por ele, antes sendo coisas que um sujeito *é* (embora, em geral, ele tenha vindo a tornar-se assim e possa, pelo menos a princípio, deixar de sê-lo); (b) não são relações com objetos ou fatos particulares; (c) têm caráter disposicional; (d) tendem a perdurar por um tempo relativamente longo (em comparação com outros atributos mentais); (e) frequentemente são objeto de apreciação moral, ou seja, vários deles (e.g., ser corajoso, empenhado, vaidoso, irritadiço) admitem alguns predicados morais, como '*...ser uma virtude*' e '*...ser um vício*'; (f) não possuem fenomenologia específica constitutiva; e (g) não possuem localização explícita no interior no corpo.

1.4. Conclusão

Há pelo menos dois tipos de contextos de taxonomias do mental: os contextos teóricos ou (T), em que a taxonomia é feita com base em respostas que uma abordagem particular dá a questões substanciais sobre os predicados ou atributos mentais; e os contextos que requerem neutralidade sobre essas questões, ou contextos (RN), como é comum a vários livros e cursos de introdução à filosofia da mente.

Sugeri que uma taxonomia do mental para contextos (RN) têm pelo menos três importantes desideratos: ser abrangente, neutra e efetivamente taxonômica. A não satisfação deles pode, por exemplo, fazer com que se apresente de maneira enviesada uma abordagem e se cometa petições de princípio.

Várias taxonomias do mental feitas em contextos (RN) relevam-se demasiado limitadas, falhando quanto a um ou mais desses desideratos. Examinei, aqui, em particular, aquelas de McGinn (1996), Rey (1996) e Maslin (2001), mostrando suas limitações.

Uma taxonomia alternativa foi aqui esboçada, para o mesmo tipo de contexto, à luz de três princípios inicialmente estabelecidos e correspondentes a cada um daqueles desideratos. Trata-se de uma taxonomia mais abrangente, neutra e efetivamente taxonômica do que as taxonomias que examinei. Nessa medida, é mais vantajosa do que elas, embora não seja a única taxonomia plausível e, além disso, possa receber mais aprimoramentos.

CAPÍTULO 2

UM ESTUDO SOBRE DEFINIÇÕES DE COMPORTAMENTO¹⁴

Há múltiplas definições de comportamento na literatura científica e filosófica (algumas delas sustentadas argumentativamente, mas outras apenas afirmadas). Por exemplo, Tinbergen (1951, p. 2) define comportamento como o total de movimentos feitos pelo animal intacto; vários autores (e.g., Davis 1966, p. 2, p. 4-5; Pierce & Cheney 2004, p. 1) definem-no como qualquer coisa que um organismo faça (ou aquilo que um organismo faz); Dretske (1988, p. 1ss), como o processo de uma entidade interna ao organismo causar uma mudança corporal ou efeito no ambiente; etc. Quais dentre essas e outras definições de comportamento presentes na literatura científica e filosófica se mostram, se é que alguma delas, suficientemente plausíveis?

Neste capítulo, procuro contribuir para uma resposta razoável a essa questão. Especificamente, nele eu: (1) distingo e caracterizo alguns diferentes sentidos da noção de comportamento, com ênfase naquele de comportamento enquanto ocorrência de uma ação ou reação de um organismo; (2) identifico os tipos de definição possivelmente adequados para a noção tomada em tal sentido e para propósitos que podemos chamar de teóricos; (3) apresento uma lista de desideratos para os tipos de definição delimitados; (4) faço um exame crítico de várias definições de comportamento – mais especificamente, definições com aquele sentido do conceito como *definiendum* – encontradas na literatura científica e filosófica; e (5) proponho uma versão modificada de duas delas. O método que adoto para tanto é predominantemente o de análise conceitual. O trabalho está estruturado em cinco seções principais, aproximadamente uma para cada um desses objetivos.

Gostaria de salientar a significativa importância da questão em pauta. Em primeiro lugar, essa questão tem um interesse filosófico por si próprio. Pois *comportamento* é uma daquelas noções que – tais como várias outros de interesse filosófico (cf. Strawson 1992) – figuram constantemente em práticas interpretativas cotidianas e, no entanto, das quais se tem geralmente um entendimento apenas tácito (isto é, sabe-se como empregá-los, mas sem saber expressar os critérios que regem esse uso e que delimitam o que conta ou não como itens de suas respectivas

¹⁴ Uma versão reduzida deste capítulo foi publicada na *Revista Brasileira de Análise do Comportamento* como Lazzeri (2013d). Uma versão em inglês e mais reduzida dele será publicada como Lazzeri (no prelo 3). Algumas ideias do capítulo foram também publicadas como Lazzeri (2014b).

extensões). Sendo assim, podemos desejar dispor de um conhecimento mais refletido sobre esse conceito. Além disso, ele possui conexões relevantes com noções como as de mente – e com conceitos psicológicos ordinários de modo mais amplo –, que são centrais em algumas áreas da filosofia (como a filosofia da mente). Por isso, dispor de um tratamento adequado da questão em pauta pode contribuir para se evitar confusões conceituais em tais áreas (confusões principalmente relacionadas a tomar como comportamentos fenômenos que não o são, bem como a obliterar que o sejam fenômenos que, na verdade, o são) e para uma análise adequada desses outros conceitos. Em segundo lugar, a questão também tem interesse (com respeito ao qual a análise filosófica pode igualmente contribuir, sendo essa questão em boa medida conceitual) para as ciências empíricas. Pois a noção em pauta figura de modo proeminente em ciências como, por exemplo, a análise do comportamento e a etologia; mas há pouco consenso sobre como defini-la, mesmo entre aqueles que atuam nessas áreas (cf., e.g., Levitis *et al.* 2009; Todorov 2012). Um tratamento adequado da questão pode contribuir para se evitar certas confusões conceituais em práticas científicas que envolvem de modo importante essa noção; e, ademais, como sugerem Bergner (2011) e Levitis *et al.* (2009), para facilitar uma maior integração entre diferentes programas de pesquisa sobre o comportamento.

2.1. Diferentes Sentidos do Conceito de Comportamento e Algumas de Suas Nuanças

O conceito de comportamento possui várias acepções. Dentre as quais, pode-se distinguir pelo menos as seguintes: (i) comportamento como ocorrência de uma ação ou reação de um organismo; (ii) comportamento como padrão ou classe; (iii) comportamento de grupo; e (iv) comportamento como mudança ou movimento de um objeto. As definições em pauta neste trabalho têm como *definiendum*, em geral, o conceito na acepção (i). A seguir, procuro distinguir algumas nuances mínimas dessas diferentes acepções, com ênfase em (i). Ou seja, tento, nesta seção, explicitar algumas regras gerais que governam os usos típicos da noção, esmiuçando tipos de inferências aos quais esses usos estão associados e tipos de inferências com os quais contrastam. Embora esta seção tenha um propósito associado à busca pela determinação de quais seriam definições plausíveis de comportamento, ela não corresponde, por si própria, a uma resposta à questão inicial.

(i) *Comportamento enquanto ocorrência de uma ação ou reação de um organismo.* Comportamento, nessa acepção, é algo frequentemente chamado também de *resposta*, em análise

do comportamento, psicologia experimental de modo mais geral e áreas afins. Trata-se de algo emitido ou realizado por (tipicamente) um organismo, em um momento e um local específicos.¹⁵ Essa acepção do conceito abrange desde coisas realizadas de maneira relativamente espontânea e flexível, como uma pessoa erguer o braço para fazer uma pergunta ou um gato abrir a porta de um recinto para dele sair; até coisas realizadas de modo relativamente automatizado e rígido, como uma pessoa afastar imediatamente a mão de uma superfície abrasante ao tocá-la ou um coelho piscar o olho frente a uma rajada de vento (que são ocorrências de reflexos incondicionados). Os últimos casos (os quais podemos chamar de reações), diferentemente dos primeiros (os quais podemos chamar de ações), são fenômenos cuja probabilidade de se darem é relativamente alta, dada a presença de um estímulo (ou mudança no ambiente) ao qual os padrões dos quais são casos estão associados.¹⁶

Na medida em que são fenômenos emitidos ou realizados pelo organismo, comportamentos, nessa acepção, contrastam com, dentre outras coisas: (1) estados do organismo, como, por exemplo, humores (e.g., estar tranquilo, triste ou alegre) e apetites (e.g., estar com fome ou com sede), posto que estados não são o tipo de coisa que um organismo realize (cf. Kenny 2003/1963, p. 120ss; White 1968, p. 1-3); (2) coisas que correspondem à produção de um resultado meramente incidental pelo organismo, como, por exemplo, os casos típicos de um organismo atrair um predador, produzir sombras, movimentar ar no ambiente, esmagar uma grama, etc. (cf., e.g., Wright 1976); e (3) coisas que lhe acontecem por inteira força de objetos ou eventos do ambiente externo imediato, como, por exemplo, ter um braço ou uma pata erguido por outrem, receber um empurrão, ser arrastado por uma correnteza, os casos típicos de cair, tropeçar, resvalar, etc. (cf., e.g., Allen & Bekoff 1997, p. 42; Dretske 1988, p. 1-2). Digo 'os casos típicos' porque, evidentemente, há casos em que um organismo produz sombras, cai, tropeça, etc. de modo deliberado e, por conseguinte, com um propósito, ao invés de como produção de um resultado meramente incidental ou por inteira força do ambiente externo imediato. (Em tais casos,

¹⁵ Apesar de falar, aqui, em fenômenos do âmbito dos organismos – por esses sistemas serem aqueles que tipicamente exibem comportamentos em tal acepção do conceito –, deixo em aberto se outros tipos de sistemas, tais como robôs e artefatos, podem exibir comportamentos nessa acepção; ou seja, se eles também exibem fenômenos com as mesmas propriedades relevantes aqui sendo apontadas.

¹⁶ Por vezes chamamos de reações alguns comportamentos que envolvem as características associadas aos itens aqui denominados de ações, e vice-versa. Isso acontece, por exemplo, quando dizemos que uma pessoa reagiu bem à determinada notícia. Meu uso das expressões 'ação' e 'reação', neste trabalho, procura, em geral, simplesmente salientar que a gama de itens que são comumente considerados como comportamentos envolve desde itens relativamente automatizados e rígidos até aqueles mais espontâneos e flexíveis, bem como permitir-me apontar comportamentos de um ou de outro lado desse espectro.

são coisas emitidas ou realizadas pelo organismo, o que, é claro, não significa que propósito, ou qualquer propósito, envolva deliberação.)¹⁷ Isso ocorre, por exemplo, quando uma pessoa projeta com a mão sombra sobre o próprio rosto para proteger-se da incidência solar ou tropeça, em uma peça de teatro, para representar um personagem.

Poder-se-ia pensar que as reações – incluindo ocorrências de padrões inatos de comportamento (como pelo menos vários reflexos incondicionados e, apesar da terminologia, os padrões fixos ou modais de ação) e de padrões afins (como pelo menos vários reflexos condicionados)¹⁸ – são, pelo seu relativo automatismo e rigidez, coisas efetuadas pela simples força do ambiente externo imediato; e, desse modo, coisas que não são realmente realizadas pelo organismo. Porém, esse não é o caso.¹⁹ Pois essas ocorrências devem sua existência, em parte, a interações passadas com o ambiente – podendo ser no âmbito filogenético ou no ontogenético (ou seja, respectivamente, da história da espécie do qual o organismo é membro ou de sua história individual), inclusive possivelmente em ambos os âmbitos. Se, por exemplo, como ocorrência de um reflexo (no caso, de tipo condicionado), um coelho contrair a pata dianteira direita frente à apresentação de um som, o fenômeno acontece sob condição de que certos fenômenos passados tiveram lugar resultando em o coelho ser sensível ao respectivo estímulo. Um coelho sem ter passado por uma história interativa de pareamento do som (estímulo eliciador condicionado) com um estímulo eliciador incondicionado relevante (e.g., um leve choque na pata dianteira direita) não tenderia, tudo o mais sendo igual, a contrair a referida pata dada a presença daquele som.²⁰ Além disso, o fato de que a mera movimentação da pata dianteira direita do coelho por inteira

¹⁷ Quando eu falar de propósito, aqui, salvo qualificação em contrário, estarei falando simplesmente da propriedade de ser dirigido a objetivos ou de ter uma ou mais funções. Ocorrências de reflexos e de padrões fixos (ou modais) de ação, por exemplo, possuem esse carácter. Não estou, de modo nenhum, assumindo que ações (que podem ser entendidas como ocorrências de padrões operantes) derivem de modo geral seu carácter propositivo ou funcional a partir deliberação. Antes, mantereí, em grande parte deste trabalho, relativa neutralidade sobre a melhor maneira de modelar a noção de propósito ou função. Apenas as minhas propostas na parte final deste trabalho (especificamente, final da seção 2.4) envolvem uma compreensão mais específica dela.

¹⁸ A qualificação de que *pelo menos* vários reflexos incondicionados ou condicionados contam como reações visa preservar a intuição de que, *prima facie*, não é totalmente claro se alguns casos desses reflexos, como, por exemplo, os condicionados relacionados a secreções endócrinas, contam ou não como comportamentos no sentido de (i). Entretanto, no contexto de uma definição teórica de comportamento, pode-se distinguir critérios que tornem mais claras as fronteiras da noção e que, assim, permitam determinar se casos como esses a satisfazem ou não.

¹⁹ Uma observação em certa medida semelhante a esta é feita por Dretske (1988, p. 3-5). Minha observação é neutra com respeito à sua concepção particular das ações.

²⁰ Esse é um processo de condicionamento clássico, em que um estímulo inicialmente neutro, ao ser apresentado concomitantemente uma ou mais vezes com um estímulo eliciador inato, passa a evocar o comportamento tipicamente evocar por este. Estímulo eliciador é um estímulo que evoca com alta probabilidade uma mudança no organismo. Se ele é um estímulo eliciador incondicionado, ele tem esse poder inatamente, ao passo que, se ele é condicionado, ele era inicialmente neutro (isto é, não tinha esse poder) e o adquiriu a partir de apresentação concomitante com um estímulo incondicionado. Cf., e.g., Chance (2003); Lehner (1996); Mazur (2006).

força de algo externo (e.g., a força do braço de alguém) não contaria como aquele comportamento também revela que se trata de um caso da acepção (i) do conceito.

(ii) *Comportamento enquanto padrão ou classe.* Comportamento, na acepção (i), é uma ocorrência, isto é, um exemplar (*instance*) de um padrão (*pattern*) ou classe, ou uma entidade que, junto com entidades que possuem uma ou mais propriedades relevantes em comum, forma um padrão ou classe ao longo do tempo. O comportamento *qua* ocorrência acontece em um momento e lugar específicos (embora não necessariamente discretos); por exemplo, erguer o braço para fazer uma pergunta a um palestrante, entre 17h30min10s e 17h30min16s do dia 14 de fevereiro de 2013, em tal e tal auditório de certa instituição. Já o comportamento *qua* padrão ou classe é algo realizável, a princípio, em momentos e lugares distintos, ou pelo menos é formado por coisas que ocorrem em momentos e lugares distintos, mas sem ele mesmo possuir tal momentaneidade e localizabilidade (cf., e.g., Lee 1983). Por exemplo, dizemos que erguer o braço para fazer uma pergunta, *qua* padrão ou classe de comportamento, pode existir, a princípio, desde a infância de uma pessoa em seu repertório comportamental e perdurar por toda sua vida, ter sido realizado várias vezes, ser realizado hoje, amanhã, etc., e em múltiplos locais (como os de diferentes salas de aula e auditórios). Assim, essa distinção pode ser também entendida em termos do contraste entre entidades com caráter episódico e aquelas com caráter disposicional, no sentido de Ryle (1949). Logo, referência a um comportamento na acepção (i) implica, em geral, em referência implícita a um padrão ou classe que ele exemplifica ou forma, mas se trata de coisas diferentes.

(iii) *Comportamento de grupo.* Não só organismos singulares exibem comportamentos, mas também grupos de organismos; por exemplo, o comportamento de vigiar uma colmeia ou de fabricar favos por um grupo de abelhas, o de caça por um grupo de leões, o de realização de um experimento por um grupo de cientistas, etc. Comportamentos de grupo, de modo análogo aos comportamentos dos organismos singulares, admitem ser entendidos como ocorrências ou como padrões. Quando são ocorrências, envolvem características similares àquelas associadas à acepção (i) da noção. Trata-se de coisas emitidas ou realizadas e que se dão em momentos e locais particulares. Correlatamente, não faz sentido dizer, por exemplo, que coisas que correspondem à produção de resultados incidentais por um grupo de organismos (e.g., a produção de sombras e sons no solo pelos leões ao estarem em grupo caçando gnus) contem como comportamentos do grupo (salvo, como veremos a seguir, em uma acepção diferente do

conceito). No entanto, ocorrências de comportamentos de grupo têm características peculiares, as quais residem em serem realizadas por pelo menos dois organismos e em cooperação. Ou seja, elas são realizadas por meio de comportamentos na acepção (i) de dois ou mais organismos coordenadamente, de tal modo que produzem como consequência um resultado comum, por contraste a ser um resultado de apenas algum dos membros (cf., e.g., Pacherie 2011, p. 174-175; Searle 2002/1990, p. 94-95).

(iv) *Comportamento como mudança ou movimento de um objeto (com relação aos seus arredores).*²¹ A noção de comportamento é empregada em tal acepção tipicamente quando atribuímos comportamentos a objetos ditos inanimados, tais como rochas, fluídos, partículas e projéteis. Por exemplo, o movimento de uma rocha ao afundar em uma superfície aquática é comportamentos em tal sentido. Podemos dizer, dentre outras coisas, que a rocha está se comportando a uma determinada velocidade média.

É coerente atribuir comportamento em tal sentido a organismos também, mas, em tais casos, a atribuição é muito diferente daquela de comportamento na acepção (i). Pois as atribuições de comportamento na acepção (i) excluem que conte como tal algo correspondente à mera produção de um resultado incidental pelo organismo e algo que faça por causa inteiramente de forças do ambiente externo imediato. Distinguimos, por exemplo, entre uma pessoa erguer seu braço para fazer uma pergunta e o braço levantar-se por outrem erguê-lo; entre um girassol voltar-se para a luminosidade e acontecer de ficar exposto a ela por inteira força de uma ventania; etc. Nos respectivos últimos casos, podemos ainda dizer que se trata de comportamentos dos organismos, mas não como coisas emitidas ou realizadas por eles. Além disso, se uma pessoa ergueu a mão para fazer uma pergunta a um palestrante e aconteceu de o movimento do braço projetar uma sombra em algo (e.g., sobre uma formiga que acontecia de estar passando por perto), esse projetar a sombra, sendo meramente incidental (e não, e.g., algo feito pela pessoa para proteger-se da incidência solar), não é algo realizado pela pessoa, portando contando como comportamento apenas em outro sentido. Em outras palavras, comportamento na acepção (i) tem o que é por vezes chamado de um caráter teleológico, propositivo ou de ser dirigido a objetivos (*goal-directed*), ao passo que, comportamento na acepção (iv), não (cf., e.g., Taylor 1964; Wright 1976). Portanto, os comportamentos no sentido de (i) são fenômenos que dependem não só de mudança ou movimento de um organismo, mas também a outras propriedades. Mudança ou

²¹ Movimento, aqui, é entendido como uma forma particular de mudança; a saber, mudança de posição espacial.

movimento de um organismo não constitui uma condição suficiente de comportamento no sentido de (i), ainda que constitua uma condição necessária dele e, nessa medida, (i) possa ser considerado uma subcategoria de (iv) (cf. Rosenblueth *et al.* 1942).

2.2. Formas de Definição Possivelmente Adequadas para o *Definiendum* e o Contexto Relevantes

Nesta seção, procuro delimitar os tipos de definição possivelmente adequados para a noção de comportamento na acepção (i) – doravante, 'comportamento' ou sua forma plural, salvo qualificação em contrário – e para o contexto aqui relevante. Não adoto, aqui, por inteiro, nenhuma classificação das definições dentre as várias classificações existentes (para algumas delas, cf., e.g., Copi 1982, p. 138ss; Gorskij 1970; Murcho 2006; Pap 1964; Robinson 1954), embora sem pretender estar oferecendo uma concorrente. Apresento um levantamento não exaustivo de tipos de definição, procurando identificar aqueles que são e aqueles que não são, a princípio, cabíveis para o *definiendum* e o contexto, mantendo considerável grau de neutralidade quanto a divergências maiores entre as classificações existentes.

Apenas alguns tipos de definição são possivelmente adequados para o *definiendum* e o contexto em pauta, pois:

- (A) Esse contexto é o de definições com o propósito de explicitar as condições que delimitam o que conta e o que não conta como comportamento (na acepção relevante). Algumas dessas definições podem dispensar comprometimento com a ideia que haja algo como a natureza dos comportamentos; mas há em comum entre as definições nesse contexto o interesse, explícito ou implícito, pelo menos em estabelecer condições que determinam o que conta como comportamento e, desse modo, o que fica de fora da extensão do conceito.
- (B) A noção em pauta não é nova, antes sendo uma noção ordinária, da qual já se possui um domínio tácito. Não é de interesse atribuir um significado inteiramente novo a ela, antes suas nuances mínimas sendo pressupostas.
- (C) A noção (conforme se segue da seção anterior) é tal que os itens de sua extensão possuem características em comum. Estas devem figurar ou ser preservadas, de alguma maneira (mesmo que reduzidas a outras noções), no *definiens*, em termos de uma ou mais condições necessárias (salvo se houver justificação para uma grande mudança na maneira como o conceito funciona;

mais sobre isso adiante).

(A)-(C) serão premissas básicas nos argumentos da presente seção.

As definições admitem ser classificadas sob pelo menos três aspectos: (1) segundo os propósitos aos quais podem servir; (2) segundo as técnicas subjacentes a elas; e (3) segundo seu foco (conforme descrito a seguir). No que tange a (1), as definições admitem (cf. Copi 1982, p. 138ss) ser classificadas (de modo não necessariamente excludente) em:

- (1.1) Definições estipulativas, as quais servem para prescrever um significado a uma expressão nova (e.g., quando estabelecemos o significado de um conectivo em um sistema lógico), ou para prescrever um significado novo a uma expressão já em uso (e.g., como o conceito de reforço é definido em análise do comportamento);
- (1.2) Definições lexicográficas, as quais servem para aumentar o vocabulário de alguém (e.g., quando se ensina um vocábulo a um aprendiz de uma língua), ou para distinguir diferentes acepções do *definiendum* e, assim, reduzir sua ambiguidade (e.g., a entrada de um dicionário distinguir diferentes significados de um termo);
- (1.3) Definições de precisão (*precising definitions*), cuja finalidade é reduzir a vagueza (isto é, a imprecisão dos limites de aplicabilidade) de um *definiendum* vago (e.g., estabelecer que a noção de pessoa se aplica a qualquer indivíduo humano desde a formação do feto);²²
- (1.4) Definições teóricas, cuja finalidade é capturar as condições que delimitam os itens da extensão do *definiendum*, o que inclui definições que procuram especificar a natureza dos mesmos, e tipicamente ocorrem no quadro de uma teoria científica ou filosófica (e.g., a definição de conhecimento como crença verdadeira e justificada; de sal como composto iônico formado por moléculas com um átomo de sódio e um átomo de cloro); e
- (1.5) Definições persuasivas, cuja função é provocar uma atitude de apreço ou despreço com relação ao que é designado pelo *definiendum* (tipicamente por meio de apelo emotivo e uso de termos tendenciosos).

²² Os exemplos dados nesta seção para ilustrar os tipos de definição não visam necessariamente ser boas definições para além de cumprir o papel de ilustrá-los.

No que diz respeito a (1), dado (A) e (B), o tipo principal de definição para o *definiendum* e o contexto aqui relevantes é (1.4), isto é, a definição de tipo teórica. Esse tipo de definição contrasta com as definições persuasivas, já que estas servem para um propósito muito diferente. Contrastam também com as definições que sejam *inteiramente* estipulativas, lexicográficas ou de precisão, embora não necessariamente com aquelas que sejam *em parte* desses tipos. Definições inteiramente lexicográficas não servem para o contexto aqui relevante dado (B), ou seja, porque já temos familiaridade com a noção (inclusive um domínio tácito dela); e além disso, as definições que tenho em vista não visam, pelo menos primariamente, eliminar ambiguidade. É suficientemente claro que seu *definiendum* não é o conceito tomado em geral ou tomado em outra acepção que (i) (embora haja exceções).²³ Por sua vez, definições de precisão não estão em foco posto que, por si próprias, não têm comprometimento com a descrição adequada dos itens da extensão do *definiendum*. Elas são de interesse aqui apenas *per accidens*, a saber, na medida em que uma definição teórica pode, ao mesmo tempo, envolver um propósito de permitir lidar de modo preciso com casos em que é intuitivamente incerto se a noção se predica ou não de certos itens. Por fim, as puramente estipulativas não servem para o contexto em pauta dado (C), ou seja, porque ele é tal que, além de a noção não ser nova, tampouco há nele um interesse em dar-lhe um significado totalmente novo. Do contrário, não haveria razão para associar o pretendido significado ao termo 'comportamento' (antes, seria melhor cunhar um termo para expressar o pretendido significado). No entanto, uma definição teórica que eventualmente seja ao mesmo tempo de precisão *ipso facto* envolve estipulação parcial de significado.

Dentre as definições segundo (2), isto é, segundo a técnica subjacente, incluem-se:

- (2.1) As definições extensionais, que têm como técnica explicitar a extensão do *definiendum*. Elas incluem as definições ostensivas, enumerativas e por subclasse, as quais indicam a extensão do *definiendum*, respectivamente, pela exibição (muitas vezes gestualmente) de um ou mais dos itens dela (e.g., quando se ensina o que é sal para uma criança apontando-se gestualmente para exemplares de sal), enumeração (e.g., definir uma dada propriedade relacional enumerando os pares ordenados que a satisfazem), ou menção de subconjuntos próprios da extensão (e.g., definir a categoria do psicológico pela menção de subclasses dela, como as de emoções, humores, etc.);

²³ Em particular, a definição de Levitis *et al.* (2009, p. 108), que examino na seção 2.4, procura abranger os sentidos (i) e (iii) do conceito ao mesmo tempo.

- (2.2) As definições sinônimas (*synonymous definitions*) consistem em dar o significado do *definiendum* substituindo-o por um termo que lhe é sinônimo (e.g., definir cheiro como fragrância);
- (2.3) As definições por gênero e diferença específica (ou definições clássicas) envolvem a técnica de especificar condições individualmente necessárias e conjuntamente suficientes para o *definiendum* (e.g., na definição de conhecimento como crença verdadeira e justificada, especificam-se três condições necessárias que, juntas, são tomadas como suficientes para haver conhecimento);
- (2.4) As definições disjuntivas têm como técnica especificar disjunções (no sentido inclusivo de disjunção) de duas ou mais condições individualmente suficientes, mas não conjuntamente necessárias, para a predicação do *definiendum* (e.g., definir obra de arte como algo que é um produto deliberado de uma atividade e que possua propriedades estéticas positivas – como beleza ou elegância –, ou um produto deliberado de uma atividade e cuja interpretação envolva atividade imaginativa, ou um produto deliberado de uma atividade e que envolva habilidades refinadas com certos instrumentos). Elas têm frequentemente como motivação a ideia de que o *definiendum* não admite como *definiens* condições que sejam individualmente necessárias e conjuntamente suficientes (Kingsbury & McKeown-Green 2009; Longworth & Scarantino 2010). Dentre as definições disjuntivas, destaco dois subtipos: (2.4.1) aquelas que admitem que o *definiens* inclua uma ou mais condições necessárias relevantes, ainda que implicitamente, a saber, como elementos comuns aos diferentes disjuntos (e.g., definição de obra de arte dada como exemplo há pouco);²⁴ e (2.4.2) aquelas (chamadas de definições de suficiência por Cooper 1972) que não o admitem, sequer implicitamente (e.g., como ocorre em uma caracterização adequada da noção de jogo segundo celebrenemente sugeriu Wittgenstein 1953, §§65ss). É recorrente na literatura sobre definições (cf., e.g., Cooper 1972; Gaut 2005) chamar os conceitos que supostamente requerem (2.4.2) de conceitos de agregados (*cluster concepts*) ou de similaridades de família;²⁵

²⁴ Nesse exemplo, tem-se uma definição disjuntiva com a seguinte forma, aproximadamente: para todo x , x é $A \leftrightarrow [(Dx \wedge Px) \vee (Dx \wedge Ix) \vee (Dx \wedge Hx)]$, sendo que A = (a propriedade) ...é obra de arte; D = ...é um produto deliberado de uma atividade; P = ...tem propriedades estéticas positivas; I = ...requer interpretação imaginativa; H = ...é produto de habilidades refinadas com instrumentos. Note-se que, no caso, apenas Dx é uma condição necessária.

²⁵ Gaut (2005) considera, contudo, que (2.4.2) não corresponde a algo que possa ser denominado *definição* em um sentido estrito do termo.

- (2.5) As definições operacionais têm como técnica especificar operações – no sentido de procedimentos de teste ou de mensuração – que, uma vez efetuadas, estabeleceriam se algo satisfaz ou não o *definiendum* (e.g., definir ácido como algo x tal que, se papel tornassol entrar em contato com x , então x muda a cor do papel tornassol para vermelho) (cf., e.g., Gorskij 1970, p. 323ss; Ribes-Iñesta 2003); e
- (2.6) As definições recursivas têm uma técnica que consiste nos três respectivos passos: identificação de membros iniciais do conjunto sendo definido; especificação de uma condição de acordo com a qual determinadas entidades são membros do conjunto se elas possuem certas relações com os membros inicialmente especificados; e declaração de que nada mais conta como membro do conjunto, mas apenas o que está em consonância com os dois primeiros passos (e.g., a definição de número natural em termos de: 1 é número natural; se n é um número natural, então $n + 1$ é número natural; nada mais é número natural) (cf., e.g., Cook 2009, p. 242).

Quanto às técnicas subjacentes, dado (A)-(C), os tipos de definição possivelmente adequados para o *definiendum* e o contexto em pauta são, em geral, (2.3), (2.4.1) e (2.5). As definições extensionais e as sinônimas não o são, na medida em que não são úteis para aumentar nosso entendimento sobre os critérios que delimitam o que conta e o que não conta como comportamento. Pois, sendo esse o propósito, não há ganho em, por exemplo, apenas fornecer uma enumeração de itens que supostamente formam a extensão do conceito (uma definição extensional enumerativa) ou dizer que comportamento significa conduta (uma definição sinônima), dado que já possuímos um domínio tácito da noção. As recursivas, por sua vez, *prima facie* não são apropriadas para o *definiendum* porque, ao que parece, não se trata de um para o qual haja uma condição correspondente ao segundo passo desse tipo de definição. Em todo caso, os desideratos que sugiro na seção seguinte se aplicam também a esse tipo de definição.

As definições por gênero e diferença específica, um subtipo das disjuntivas e as operacionais, por outro lado, são tipos de definição que podem, cada um ao seu modo, servir para o *definiendum* e o contexto relevantes. Se o *definiendum* admitir uma definição por gênero e diferença específica, elucidá-la por meio de uma definição disjuntiva é insatisfatório (Kingsbury & McKeown-Green 2009). No entanto, não devemos descartar de antemão a possibilidade de que requeira uma definição de tipo disjuntiva; em particular, uma que admita inclusão (ainda que

implícita) de uma ou mais condições necessárias relevantes no *definiens*. As definições disjuntivas que não o admitem não são esperadas para o *definiendum* dado (C), isto é, porque (conforme elucidei na seção 2.1) ele possui algumas nuances mínimas (destacando-se suas nuances teleológicas). Estas devem figurar de alguma maneira (mesmo que reduzida a outras noções) no *definiens*, em termos de uma ou mais condições necessárias – salvo se houver justificação para uma revisão conceitual (isto é, uma mudança na maneira como o conceito funciona). Como corolário, tem-se, portanto, que *comportamento* (na acepção i) não é um conceito de agregados ou de similaridades de família, ao menos se entendermos conceitos de agregados e de similaridades de família como aqueles que requerem definições do tipo (2.4.2).

Por fim, as definições podem ser classificadas em (3.1) nominais ou (3.2) reais. As nominais são aquelas que têm como foco um conceito ou termo (e.g., dizer que o termo 'coração' designa um órgão que tem a função de bombear sangue para o corpo); ao passo que as reais têm como foco entidades de caráter extralinguístico, ou seja, possuem um caráter ôntico (e.g., dizer que o coração consiste em um órgão que tem a função de bombear sangue para o corpo). Em muitos casos, elas são intercambiáveis (para pormenores, cf. Gorskij 1970, p. 315ss; Robinson 1954, p. 16ss). Tanto definições nominais como reais podem ser adequadas para o contexto em pauta. O importante é que possam servir para o propósito de estabelecer os critérios que delimitam o que conta e o que não conta como comportamento.

2.3. Desideratos para uma Definição de Comportamento

Estou agora em posição de listar desideratos para uma definição de comportamento (na acepção i), uma vez que os desideratos para uma definição não são absolutos (ou invariáveis), antes sendo relativos ao *definiendum* de interesse e aos propósitos que se tenha com a definição e, de modo mais amplo, aos tipos de definição que se tenha em vista. Portanto, os desideratos a seguir listados são relativos pelo menos aos tipos de definição delimitados na seção anterior (a saber, definições teóricas, sob a forma de definições por gênero e diferença específica, definições disjuntivas que admitam alguma condição necessária e definições operacionais – quiçá também as recursivas –, quer sejam nominais ou reais). Ei-los:

- (a) *Não ser demasiado abrangente*: o *definiens* não deve denotar mais coisas do que é denotado pelo *definiendum*;

- (b) *Não ser demasiado restritiva*: o *definiens* não deve denotar menos coisas do que é denotado pelo *definiendum*;
- (c) *Não ser viciosamente circular*: o *definiendum* não deve figurar no *definiens*, sequer implicitamente (excetuando-se uma circularidade não viciosa);²⁶
- (d) *Ser informativa*: o *definiens* deve contribuir para aclarar nosso entendimento intuitivo do *definiendum*;
- (e) *Capturar, em geral, as nuances mínimas do conceito*: o *definiens* deve preservar as regras associadas ao uso típico do conceito (excetuando-se revisão conceitual justificada).

Segundo o desiderato (a), deixa a desejar uma definição de comportamento segundo a qual, por exemplo, ele equivale a movimentos do corpo; pois essa definição acaba incluindo na extensão do *definiendum* itens que contam como comportamento apenas na acepção (iv) da noção (como, e.g., o frequente movimento de um organismo em torno do eixo terrestre). Segundo (b), é falha uma definição de comportamento de acordo com a qual, por exemplo, ele é apenas algo feito deliberadamente, porquanto exclui da extensão do *definiendum* comportamentos relativamente automatizados (como, e.g., as ocorrências de padrões modais de ação). Conforme (c), mostra-se implausível uma definição de comportamento em termos, digamos, de ação causada por evento do ambiente, se o termo 'ação' estiver sendo usado por referência a uma subclasse de (i) (a saber, a de ocorrências de ações), ou como um sinônimo de comportamento no sentido de (i); porque, nesse caso, tenta-se elucidar o *definiendum* em termos que já o pressupõem, de modo vicioso. Por sua vez, o critério (d) visa evitar que a definição não cumpra o papel de uma definição teórica. Afirmar, por exemplo, que comportamento consiste em atividade do organismo, não aumenta nosso entendimento intuitivo sobre as condições que estabelecem a extensão do *definiendum*.

Uma pergunta que pode surgir naturalmente acerca desses desideratos, sobretudo de (a) e (b), é: qual pedra de toque ou conjunto de parâmetros temos para aplicá-los? Considero que uma pedra de toque principal que temos para tanto é capturada pelo desiderato (e). Ou seja, sugiro que as nuances mínimas associadas ao *definiendum* em pauta, as quais podem ser trazidas à tona por meio de análise conceitual, constituem parâmetros para aplicação dos outros desideratos sugeridos, em particular (a) e (b). (Portanto, se eu estiver correto, há parâmetros para uma

²⁶ Segundo alguns autores (e.g., Burgess 2008), a circularidade não é viciosa (mas, antes, virtuosa) quando acaba sendo informativa.

definição de comportamento que são largamente independentes dos compromissos de programas ou tradições de pesquisa particulares.) Ao dizermos, por exemplo, que é demasiado abrangente uma definição de comportamento que conte como tal coisas como um organismo sendo empurrado ou girando em torno do eixo terrestre, estamos detectando uma incoerência com nuances mínimas da noção; nomeadamente, uma incoerência com seu caráter teleológico. Ao dizermos que é demasiado restritiva uma definição de comportamento que não conte como tal ocorrências de reflexos, estamos apontando para o fato de que, na verdade, as nuances mínimas da noção são satisfeitas por esses itens. Na formulação de uma definição teórica de comportamento, podemos – quiçá seja até preciso – ir além do que a análise das regras subjacentes ao uso típico da noção por si só revela; mas é desejável que, ao fazê-lo, mantenhamos coerência com essas regras, sob pena de incorrer em arbitrariedade no *definiens* e perder de foco o *definiendum*.

Isso não significa, entretanto, que nuances associadas à noção não possam legitimamente ser questionadas. Com a qualificação 'em geral', em (e), viso salientar que essa possibilidade não está excluída. No entanto, nem toda revisão conceitual é justificável, sob pena de perder de vista o *definiendum*. Por exemplo, se quisermos dizer que o comum girar em torno do eixo terrestre é comportamento, estaremos rejeitando as particularidades da acepção (i) e equiparando-a à acepção (iv). Por isso, como Ryle (1949) e Wittgenstein (1953), penso que, muitas vezes (embora, é claro, não sempre), quando um autor faz uma revisão conceitual, não o faz por realmente querer modificar a noção (no caso anterior, por exemplo, o autor provavelmente não o faria por desejar nivelar os comportamentos dos organismos a comportamentos no sentido de iv), mas, antes, por negligenciar suas nuances básicas.

A meu ver, portanto, não seria satisfatória a ideia de que o *definiendum* em pauta, quando presente no âmbito de uma teoria científica, deva ter seu significado puramente estipulado, ou adquirido simplesmente em função dos comprometimentos da teoria, se ela realmente tiver em vista esse *definiendum*. Ela poderá fazer revisão conceitual, mas essa revisão terá que ter justificação.

Por fim, saliento que a lista de desideratos aqui sugerida não pretende ser exaustiva. Pode-se considerar como um desiderato que ela seja econômica, de modo a não emperrar o uso do conceito (cf., e.g., Levitis *et al.* 2009, p. 104). Porém, uma definição que não é tida como econômica em um momento pode tornar-se econômica, em razão do que optei por prescindir

desse critério aqui. Em todo caso, sugiro que um tal desiderato deve andar em harmonia com (a)-(e).

2.4. Algumas Definições de Comportamento Encontradas na Literatura Científica e Filosófica: Uma Revisão Crítica

Com base nas distinções estabelecidas nas seções anteriores, procedo a um exame de várias definições de comportamento (na acepção i) encontradas na literatura científica e filosófica (algumas delas apenas afirmadas ou assumidas).²⁷ O leque de definições aqui percorrido não é exaustivo, dada a amplitude da literatura e a conveniência de não me estender demais aqui, mas acredito ser um leque representativo.

(I) *Comportamento como mudança ou movimento do corpo, ou (se for uma ação) mudança ou movimento do corpo causado por estados mentais apropriados.* Alguns autores supõem que os comportamentos, ou pelo menos aqueles que não correspondem a ações, equivalem a simples movimentos ou mudanças do corpo. Goldberg e Pessin (1997, p. 128-129), por exemplo, sugerem, ao caracterizarem as ações, que os comportamentos que não são ações equivalem a isso. As ações, segundo Goldberg e Pessin (1997), são movimentos e “ruidos” do corpo causados por entidades mentais apropriadas (em especial, crenças e desejos), diferindo de comportamentos que não são ações apenas em terem essas supostas causas:

É instrutivo considerar a distinção que frequentemente fazemos entre movimentos e ruídos corporais que são ações daqueles que são 'meros' movimentos e ruídos corporais. [...] Para começar, os movimentos e ruídos corporais em questão (roncos no estômago, reflexos, movimento forçado externamente) não são movimentos iniciados pela *própria* pessoa. [...] [É] manifesto que esses movimentos e ruídos corporais não contam como ações [...], pela simples razão de que *nenhum deles têm uma causa mental*. [...] A distinção entre ações e meros movimentos corporais, portanto, parece ser uma distinção entre comportamentos que tem uma causa mental e comportamentos que não a têm. (Goldberg & Pessin 1997, p. 129; grifos no original; trad. minha)

Mele e Moser (1994), de modo semelhante, declaram: “Remova o intencional inteiramente da ação intencional e você tem mero comportamento: bruto deslocamento corporal [*brute bodily motion*] não dissimilar ao movimento da areia varrida pelo vento nas margens do Lago Michigan” (p. 39; trad. minha). Depreende-se do texto de Mele e Moser que, nesse caso, estão empregando o termo 'ação' sem a qualificação 'intencional' como sinônimo de 'comportamento' e, por sua vez, o termo 'intencional' com a conotação de alguma forma de

²⁷ As ponderações feitas nesta seção não têm necessariamente por implicação um questionamento de outros aspectos dos trabalhos em que essas definições se encontram.

causação mental não envolvida em ocorrências de reflexos e padrões similares. Tal caracterização sugere haver em comum entre os comportamentos que são ações e os demais apenas as feições de comportamento na acepção (iv).

Conforme apontam Block (1978) e Hornsby (2006/1986), versões tradicionais de funcionalismo em filosofia da mente (em particular, eles têm em vista o funcionalismo formulado por Putnam e Fodor e aquele por Armstrong e Lewis) assumem uma definição de comportamento nesses termos. Hornsby (2006/1986) afirma: “Quando os funcionalistas falam em comportamento, falam [...] em movimentos corporais, ou então falam em respostas motoras” (p. 34; trad. minha). Nas palavras de Block (1978): “Os funcionalistas tendem a especificar [...] saídas [*outputs*] em termos de movimentos de braços e pernas, som emitido e coisas do tipo” (p. 316; trad. minha). Lewis (1974) é explícito a esse respeito ao dizer que emprega o conceito para se referir a “movimentos corporais e afins” (p. 338). É possível, porém, que as referidas abordagens assumam implicitamente uma distinção similar àquela de Goldberg e Pessin (1997) e de Moser e Mele (1994). Entretanto, não quero entrar em uma questão exegética aqui. O importante é que, em qualquer caso, essas caracterizações implicam em uma definição que acaba sendo, no mínimo, demasiado abrangente,²⁸ isto é, que transgride o desiderato (a), como indico a seguir.

É correto contrastar ações (“ações intencionais”, na terminologia de Mele e Moser) com comportamentos tomados acepção (iv), já que estes, diferentemente daquelas, não possuem feições teleológicas (conforme salientei na seção 2.1). Pode-se dizer isso independentemente de entrar no mérito de se tais autores oferecem ou não uma caracterização apropriada das ações. (A meu ver, elas não o fazem.) Contudo, ao equipararem todo comportamento que não é ação com comportamento na acepção (iv), eles incorrem em um equívoco, uma vez que (consoante apontei na seção 2.1) há comportamentos que não são ações e que, no entanto, são itens da extensão do conceito na acepção (i); a saber, comportamentos relativamente mais automatizados e rígidos, como, por exemplo, as ocorrências de padrões (largamente) inatos de comportamento. Tais fenômenos possuem características em comum com as ações e que os tornam, não menos do que estas, incompatíveis com uma redução a movimentos ou mudanças do corpo tomados por si.

(II) *A definição de Tinbergen.* Tinbergen (1951) define comportamento como “o total de

²⁸ Essa definição tem uma forma disjuntiva e pode ser representada aproximadamente assim: algo é comportamento se, e apenas se, é uma mudança ou um movimento do corpo, ou (caso for uma ação) uma mudança ou um movimento do corpo causado por estados mentais apropriados.

movimentos feitos pelo animal intacto” (p. 2; trad. minha). Na medida em que se cinge a movimentos do animal intacto, trata-se de uma definição em termos puramente topográficos (isto é, termos relativos a propriedades físicas do corpo do organismo).

A meu ver, essa definição revela-se insatisfatória sob alguns aspectos. O primeiro deles (o qual, entretanto, é relativamente menor, porque pode ser retificado sem dificuldade) é falhar quanto ao desiderato (b), isto é, ser muito restritiva, posto que limita o âmbito do comportamento apenas aos animais, quando, na verdade, plantas também realizam comportamentos (cf., e.g., Dretske 1988, p. 3ss). Alguns dos comportamentos de plantas conhecidos popularmente são aqueles do girassol inclinando-se em direção à luminosidade do sol, da planta sensitiva (*Mimosa pudica*) fechando as folhas de seus ramos ao serem tocados e da planta carnívora capturando um inseto. Alguém poderia pensar que, por serem relativamente automatizados e rígidos, esses comportamentos não diferem daqueles tomados na acepção (iv). Porém, esse não é o caso. Se o fosse, então, por exemplo, se um girassol, por simples força de uma ventania ou de uma pessoa que o contorcesse pelo caule, exibisse os mesmos movimentos que costuma exibir quando se volta para o sol, tais movimentos contariam como seu comportamento, o que não ocorre. Além disso, note-se que a individuação do comportamento da planta se dá pela referência a um propósito ou função (sem, evidentemente, envolver deliberação) – no caso, relacionado à obtenção da luz solar –, portanto não sendo algo equiparável a simples movimentos. Contudo, a definição de Tinbergen pode abranger comportamentos de plantas bastando substituir 'animais' por 'organismos' em seu *definiens*.

No entanto, essa definição falha quanto a (b) também pelo fato de que movimentos não constituem sequer uma condição necessária para a individuação de todos os (ainda que, sim, de vários) comportamentos, havendo comportamentos que não envolvem movimentos. Por exemplo, isso parece ser o caso nos comportamentos de certas cobras fingirem-se de mortas ficando imóveis, de um animal esconder-se de um predador em uma árvore, de uma pessoa ficar sentada aguardando algo, de fingir estar dormindo, dentre outros (cf., e.g., Allen & Bekoff 1997, p. 41-42; Dretske 1988, p. 1-2, p. 28-29). O organismo pode mover-se enquanto realiza um desses comportamentos, mas seus movimentos não constituem condição necessária deles.

Pode-se tentar contornar esse último problema qualificando que o total de movimentos feitos pelo animal intacto admite ser nulo. Entretanto, essa definição, em todo caso, mostra-se incapaz de capturar nuances mínimas do *definiendum*. Em particular, reduzindo os

comportamentos a movimentos, essa definição não captura o caráter teleológico deles, revelando-se falha quanto ao desiderato (a), ou seja, demasiado abrangente. Um animal intacto pode executar um total de movimentos que não corresponde a um comportamento, como pode acontecer, por exemplo, se resvalar, cair, sofrer um empurrão, ser arrastado por uma correnteza, etc. Note-se que essa definição acaba incluindo na extensão do *definiendum* até mesmo o comum giro em torno do eixo da Terra ou em torno do Sol (junto com a Terra) feito pelo organismo intacto. Assim, a definição mostra-se implausível.

(III) *A definição de Watson (1919)*. Watson (1919) define comportamento como “o total de mudanças de músculos estriados e não estriados e de glândulas que se segue a um dado estímulo” (p. 14; trad. minha). Como menciona Watson (1919, p. 13), os músculos estriados estão envolvidos na movimentação de braços, pernas, língua, tronco e laringe, ao passo que os não estriados no controle de vasos sanguíneos, intestinos, órgãos de eliminação e órgãos reprodutivos. Por estímulo, ele entende uma mudança do ambiente que causa o comportamento, seja uma mudança no ambiente externo ao corpo ou uma correspondente aos movimentos musculares e secreções no interior do corpo (Watson 1919, p. 9-10). Comportamentos e estímulos complexos (e.g., o comportamento de dirigir um carro), para Watson, reduzem-se a conjuntos de (respectivamente) comportamentos e estímulos entendidos nesses termos (Watson 1919, p. 10-14).

A meu ver, essa definição mostra-se igualmente implausível. Uma primeira limitação dela é falhar quanto ao desiderato (b), posto que se cinge a animais. Esse problema, porém, como no caso de (II), pode ser evitado pela introdução em seu *definiens* de uma ou mais disjunções que acomodem os movimentos de estruturas similarmente relevantes de outros seres vivos.

No entanto, uma segunda limitação dela é mais central; a saber, quanto ao desiderato (a), porque um total de mudanças de músculos e glândulas que se segue a um dado estímulo pode corresponder a coisas que não são comportamentos. Por exemplo, pode corresponder ao total de mudanças de músculos e glândulas ocorrido ao um organismo cair (o que inclui, e.g., os músculos e glândulas moverem-se até a altura do solo), considerando-se que o respectivo total de mudanças envolvido é causado por certos acontecimentos antecedentes do ambiente (e.g., a presença de um buraco no caminho). É incoerente com as nuances do conceito dizer que esse total de mudanças de músculos e glândulas – *qua* total de mudanças da queda – corresponde a um comportamento (salvo, é claro, em outro sentido do conceito, que não é aquele do *definiendum*).

Se o organismo, quando estiver caindo, mover membros do corpo de modo a acomodar a queda, então parte de seu total de movimentos de glândulas e músculos pode contar como comportamento; mas *qua* total de mudanças da queda não contam como comportamento. Mesmo que se considere que possa contar como tal, note-se que o organismo pode cair sem se proteger ou fazer algo similar. Em outras palavras, a definição de Watson (1919) não é capaz de preservar as nuances teleológicas do *definiendum*, acabando por incluir em sua extensão acontecimentos que não possuem nenhum caráter propositivo ou funcional.

Tolman (1932, p. 4ss) pioneiramente ponderara isso a respeito dessa definição, mas, a meu ver, de modo não inteiramente satisfatório. Isso porque Tolman considera que a definição de comportamento presente em Watson (1930) – a saber, em termos de qualquer coisa que um organismo faça – abrange seu caráter propositivo (Tolman 1932, p. 5-7), o que, como apontarei a seguir, na verdade não é o caso.

(IV) *Comportamento como qualquer coisa que um organismo faça*. Muitos autores (incluindo Chance 2003, p. 37, p. 448; Davis 1966, p. 2, p. 4-5; Lehner 1996, p. 8; Myers 2010, p. 6; Pierce & Cheney 2004, p. 1; Solomon *et al.* 2008, p. 1101; Watson 1930, p. 6-7)²⁹ definem comportamento em termos de “qualquer coisa que um organismo faça” ou (equivalentemente) “aquilo que o organismo faz”. Há variantes dessa definição. Na formulação de Chance (2003), Pierce e Cheney (2004) e Watson (1930), supõe-se que se trata de algo que possa ser mensurado, ainda que não necessariamente observável no exterior do corpo. Tais autores desejam contar como itens da extensão do *definiendum* fenômenos psicológicos ou mentais entendidos como sendo inobserváveis exteriormente mas suscetíveis à mensuração, como os de raciocinar, imaginar, os humores e assim por diante. Já Myers especifica a condição complementar de que se trata de algo que possamos observar e registrar, pretendendo explicitamente com isso excluir da extensão da noção fenômenos psicológicos. Ele diz: “Processos mentais são as experiências internas, subjetivas, que *inferimos a partir do* comportamento” (Myers 2010, p. 6; meu grifo; trad. minha). No entanto, em qualquer uma dessas formulações, tem-se uma definição que preserva algumas das nuances mínimas do *definiendum*. Por exemplo, tal definição é capaz de excluir coisas como uma mera queda de um cabelo e o ter um arranhão da extensão do *definiendum*, já que esse não é o tipo de coisa que um organismo *faça*.

²⁹ A definição (ou uma das definições) dada por Skinner (1938, p. 6), que não é totalmente clara, talvez se qualifique como outro exemplo aqui. Porém, creio que a maneira como Skinner pensa a noção é diferente; e é uma maneira que tem provavelmente uma de suas melhores expressões na formulação de Moore (2008), que examinarei mais adiante.

Contudo, essa definição possui dificuldades conceituais. Uma primeira ponderação que ela requer, em particular a versão dela em que se pretende considerar fenômenos psicológicos como comportamentos, é de que alguns fenômenos psicológicos não têm caráter de comportamento, mas de estados. Esse é o caso, por exemplo, dos humores e apetites. Estados, diferentemente de comportamentos, não são coisas que um organismo realiza. Sequer faz sentido dizer que um estado seja algo que *um organismo faça* (antes sendo algo *em que*, de alguma maneira, *um organismo está*). Não quero dizer com isso que esses fenômenos não sejam constituídos por comportamentos. Na verdade, eu penso (cf. capítulos 3 e 4; Lazzeri 2013c; 2015) que comportamentos são componentes centrais deles. Porém, não se deve identificar um exemplar de um fenômeno psicológico, pelo menos de um com caráter de estado, com (uma ocorrência de) comportamento *simpliciter*.

Dito isso, chamo atenção para o fato de que essa definição, em qualquer uma de suas variantes, transgride o desiderato (a), pois há coisas que um organismo faz que não contam como comportamento. Apesar de ela ter o mérito de excluir da extensão do *definiendum* coisas tais como uma mera queda de um cabelo e um arranhão, não exclui várias outras coisas que tampouco contam como itens da extensão dele. Como aponta Millikan (1993b), “Na verdade, muito poucas coisas que um organismo faz são comportamentos” (p. 144; trad. minha). Frequentemente basta termos a aplicação efetiva de um verbo ativo para termos a designação de algo que um organismo faz. Porém, tais verbos, em muitos casos, não designam comportamentos (cf. também L. H. Davis 1979, p. 4-5). Por exemplo, um organismo, ao forragear, pode projetar sombra no chão, despertar atenção de um predador, tropeçar em um galho no caminho, etc., o que são coisas que ele faz. Porém, na medida em que o faz incidentalmente, não se trata de comportamentos (na acepção i). Em outras palavras, esses acontecimentos, diferentemente dos comportamentos, não possuem nenhum propósito ou função.

Além disso, de modo correlato, algo que um organismo constantemente faz é movimentar-se; mas (conforme argumentei na seção 2.1), movimentos de um organismo, considerados por si mesmos, estão longe de constituir uma condição suficiente para haver comportamento. Em suma, tem-se que, embora o comportamento seja em parte algo que o organismo faz, dizer que ele consiste nisso simplesmente sem mais implica em falha quanto ao desiderato (a).

(V) *Comportamento como atividade do organismo, ou como atividade em que se engaje.*

Vários autores (incluindo Donahoe & Palmer 1994, p. 3; Powell *et al.* 2009, p. 3, p. 501; S. T.

Watson & Brown 2011, p. 221) definem comportamento em termos de qualquer atividade do organismo. No caso da formulação de Donahoe e Palmer (1994, p. 3) e de S. T. Watson e Brown (2011, p. 221), comportamento é definido, mais especificamente, como qualquer atividade na qual um organismo *se engaje*. Tanto nessa formulação como naquela de Powell *et al.* (2009, p. 3, p. 501), as atividades são concebidas como podendo ser internas (e.g., secreção de saliva por um cão dado o contato perceptual com um alimento). Consideram como atividades internas do organismo inclusive pelo menos alguns fenômenos psicológicos (mas não fica claro qual é exatamente o âmbito deles que os autores pretendem abranger).

À primeira vista, tal definição pode aparentar praticamente não diferir da definição (V). No entanto, trata-se de definições com diferenças, porque nem tudo que um organismo faz é uma atividade. Por exemplo, um organismo refletir luz ao ser exposto ao sol, tropeçar em um galho e atrair atenção de um predador são coisas que ele faz, mas não são, nos casos típicos, atividades. A definição de comportamento em termos de atividade tem a vantagem sobre (V) de excluir da extensão do *definiendum* esses acontecimentos.

Entretanto, penso que essa definição tampouco se releva suficientemente plausível – pelo menos como definição teórica. Uma primeira ponderação que ela requer, em particular sua variante que pretende incluir fenômenos psicológicos como comportamentos, é de que (conforme apontei anteriormente) alguns fenômenos psicológicos têm caráter de estados, o que contrasta com atividades do organismo. Não é claro qual exatamente é o leque de categorias de fenômenos psicológicos os autores pretendem abranger nessa definição, mas convém ter em conta esse pormenor, sob pena de transgredir nuances mínimas do *definiendum*.

Esse possível problema não é crucial, uma vez que pode ser contornado sem dificuldade (nomeadamente, bastando não fazer menção no *definiens* à possibilidade de inclusão de fenômenos psicológicos com caráter de estado). Porém, pelo menos a variante dessa definição sem a condição de que as atividades sejam aquelas nas quais um organismo se engaje revela-se insatisfatória por outra razão, em particular quanto ao desiderato (a). A razão é de que acaba incluindo atividades desenvolvimentais na extensão do *definiendum*, tais como aquelas de formação ou crescimento de sistemas e órgãos do corpo (e.g., sistema digestivo, coração, ossos, dentes) e de partes afins da anatomia do organismo (e.g., braços, pernas, patas, bicos, penas, cabelos, pelos, unhas, escamas, carapaças). Pelo menos muitas dessas atividades não são o tipo de coisa que conta comportamento (Levitis *et al.* 2009), antes estando relacionadas apenas ao

embasamento (isto é, a certas precondições) dos comportamentos, na medida em que eles dependem de substratos resultantes de tais atividades.

Tal como os comportamentos, as atividades desenvolvimentais possuem funções e, além disso, possuem um caráter episódico – ainda que geralmente sejam muito mais estendidos no tempo –, o que faz com que seja pouco claro *em que* elas exatamente diferem dos comportamentos. No entanto, é muito contraintuitivo dizer que processos como o de crescimento dos dentes, dos pés ou das unhas de um ser humano, das penas ou do bico de uma ave, etc. sejam comportamentos. Acredito que essa distinção está relacionada ao fato de que comportamentos, mas não as atividades desenvolvimentais, têm funções cuja realização envolve a alocação de tempo pelo organismo no ambiente (ainda que muitas vezes inconscientemente); isto é, ao realizar determinado comportamento (seja ação ou reação), um organismo está dedicando seu tempo com certas coisas e, por isso, deixando de realizar vários outros comportamentos. Por outro lado, não há algo como, por exemplo, uma criança estar com os pés, os dentes ou as unhas crescendo ao invés de estar colhendo frutas, desenhando, etc. Mas acredito que um critério mais exato que delimita a fronteira entre atividades desenvolvimentais, pelo menos muitas delas, e atividades comportamentais, é o de que estas últimas envolvem influência direta de estímulos sensoriais, sejam exteroceptivos, proprioceptivos ou interoceptivos (isto é, relacionados respectivamente aos sistemas sensoriais exteroceptivos, proprioceptivos ou interoceptivos), enquanto que, pelo menos muitas daquelas outras (presumivelmente), não. (Mais sobre isso adiante.)

Pode-se alegar que a variante dessa definição em que comportamento é caracterizado como atividade na qual um organismo *se engaje* escapa a esses contraexemplos. Em qualquer caso, sugiro que tanto esta como a outra variante da definição não servem como definições teóricas, embora eventualmente possam servir como definições lexicográficas – e é bem possível que seus autores as tenham formulado não mais do que como tais. A alguém que procure saber em que consiste o comportamento enquanto tal ou as condições que delimitam a extensão do conceito, há pouco acréscimo de entendimento em dizer que comportamento é qualquer atividade do organismo ou qualquer atividade em que se engaje. Isso é semelhante a, diante de alguém que esteja interessado em saber, digamos, em que consiste o processo de ouvir algo, dizer que se trata de qualquer processo pelo qual um organismo percebe os sons aos seus arredores; ou seja, é algo relativamente pouco informativo. Em outras palavras, trata-se de uma definição que não satisfaz

ao desiderato (d).

(VI) *A definição de Marken.* Segundo Marken (1982), “Comportamento pode ser objetivamente definido como resultados controlados das ações de um organismo” (p. 650; trad. minha). Por um resultado controlado, Marken entende “um resultado que é mantido em combinação [*kept matching*] com uma referência interna dentro do organismo para o estado daquele resultado. A referência interna corresponde a uma intenção e é a causa do resultado tencionado” (Marken 1982, p. 648; trad. minha). Ou seja, Marken sugere que comportamentos são os resultados causados por intenções, estas tomadas por ele como entidades internas ao organismo. O autor tem como motivação explícita para essa definição excluir que efeitos incidentais contem como comportamentos. A proposta consegue inclusive ficar imune de maneira mais geral às ponderações de demasiado abrangência a definições anteriormente examinadas. Pois eventos que ocorrem por simples força do ambiente externo imediato, bem como atividades desenvolvimentais, tampouco são o tipo de coisa resultante das concebidas intenções internas.

No entanto, essa proposta é insatisfatória sob outros aspectos. Em primeiro lugar, é equivocado dizer que comportamentos sejam, em geral, *resultados* de ações. Resultados são *produzidos por comportamento*; além disso, muitas vezes o são sem eles mesmos serem comportamentos. Quando, por exemplo, uma pessoa escova bem os dentes, tem como resultado os dentes ficarem limpos, mas os dentes ficarem limpos não é algo que corresponda a um comportamento. Em segundo lugar, essa definição pode ser acusada de falhar quanto a (b), pela razão de que nem tudo que é comportamento envolve intenção no sentido de deliberação ou vontade – conotação que o autor parece adotar –, como é o caso das ocorrências de padrões inatos de comportamento. (Saliento ainda que, a meu ver, Marken adota pressupostos problemáticos sobre a noção de intenção em seu *definiens*, mas não discorrerei sobre isso neste capítulo.)

(VII) *Comportamento como relação entre organismo e ambiente.* Alguns autores (e.g., Jessor 1958, p. 172-173; Maturana 1995, p. 151-152) consideram que o comportamento consiste em uma *relação* do organismo vivo inteiro e o ambiente. Nos termos de Maturana (1995), comportamento é “uma relação entre um sistema vivo operando como um todo e o meio operando como uma entidade independente” (p. 151; trad. minha). Nessa definição, comportamento não é entendido como o *elemento* de uma relação do organismo com o ambiente, mas como sendo ele próprio a relação.

Essa definição é bem motivada, pretendendo evitar confusões entre os sentidos (i) e (iv)

do conceito, mas não é imune a dificuldades conceituais. Em particular, ela é incoerente com a nuance do conceito segundo a qual comportamento é algo emitido ou realizado pelo organismo. Como aponta Todorov (2012), não faz sentido dizer que um organismo emite ou realiza *uma relação* entre ele e o ambiente. É correto dizer que o comportamento é um *elemento de uma relação* com o ambiente, já que (como argumentei), não se reduzindo a mudanças ou movimentos do corpo, ele é individuado por referência a propriedades para além das dimensões topográficas que possua. Porém, isso não significa que ele seja a própria relação entre o organismo vivo inteiro e o ambiente. Isto é, há uma diferença entre comportamento ser uma relação organismo-ambiente e comportamento ser algo que possui propriedades relacionais envolvendo elementos do ambiente como *relata*.

(VIII) *A definição de Bergner*. Uma das propostas mais recentes de definição de comportamento (até o momento) foi feita por Bergner. Sua definição é a seguinte:

Qualquer comportamento [...] é um estado de coisas complexo que inclui como estados de coisas que o compõem uma pessoa específica agindo para realizar os propósitos W1...Wn, agindo sob as discriminações K1...Kn, exercitando competências [*competences*] K-H1...K-Hn, engajando-se em processos físicos ou realizações [*performances*] P1...Pn, alcançando resultados A1...An, expressando características pessoais PC1...PCn e engajando-se em ações tendo os significados S1...Sn. (Bergner 2011, p. 148-149; trad. minha)

Bergner (ao falar em termos de 'uma pessoa agindo', etc.) utiliza a noção de ação no *definiens*, de modo que, salvo se a utiliza significando algo que não implique o *definiendum*, incorre em problema quanto ao desiderato (c); ou seja, em circularidade viciosa. Como convém adotar o princípio de caridade na interpretação, assumo que o autor não esteja utilizando o conceito de ação de modo equivalente ao de comportamento (na acepção i) ou de modo dependente dele. Podemos entender a presença dele em tal *definiens* em termos, por exemplo, de *fazer algo*.

Cabe apontar que, ainda assim, a proposta de Bergner é implausível, posto que transgride (b), dado que se limita aos comportamentos de pessoas, deixando de lado a rica gama de comportamentos que encontramos nos seres vivos em geral. Esse problema, no entanto, pode ser retificado substituindo-se no *definiens* 'pessoas' por 'organismos'.

Porém, a proposta transgride (b) de modo mais grave. Pois não inclui comportamentos relativamente automatizados na extensão do *definiendum* (como as ocorrências de padrões modais de ação e de reflexos). Em primeiro lugar, é dúbio dizer que ocorrências de reflexos

sejam de modo geral exercícios de competências. Pois a noção de competência conota tratar-se de algo de algum modo útil ao organismo, mas há reflexos, particularmente de tipo condicionado, que não são úteis (e.g., uma pessoa aumentar o batimento cardíaco cada vez que vê determinado tipo de objeto totalmente inofensivo, em função de algo muito desagradável ter acontecido alguma vez com ela ao mesmo tempo em que um objeto desse tipo estava presente tornando-se um estímulo eliciador condicionado). Em segundo lugar, as ocorrências de padrões (largamente) inatos, pelo menos comumente, não expressam características pessoais. Que característica pessoal expressa, por exemplo, o comportamento de dança de uma abelha para indicar a direção e a distância de néctar? Bergner reconhece deixar de lado esses fenômenos, sob a assunção explícita que são meros movimentos, e não comportamentos no sentido relevante (Bergner 2011, p. 151). Isso, conforme previamente argumentei, é um equívoco.

(IX) *A definição de Dretske.* Dretske (1988, p. 1ss) define comportamento como o processo, em um organismo, de uma causa interna (no sentido de ter localização no interior dele) produzir um movimento corporal ou (de modo mais geral) uma mudança corporal (incluindo inibição de movimento do corpo). Segundo Dretske, a mudança corporal pode ter um efeito (possivelmente remoto) no ambiente externo, de modo que, nesse tipo de caso, comportamento, além de ser um processo de uma causa interna produzir essa mudança corporal, é também, por transitividade, o processo de certa causa interna produzir certo efeito no ambiente externo (Dretske 1988, p. 21-22). Além disso, a causa interna pode ser, antes, um conjunto de causas internas. Esquemáticamente, tem-se que, comportamento, segundo essa perspectiva, é: o processo de um conjunto *C* de estados ou eventos localizados no interior do corpo causar uma mudança corporal *M* ou uma consequência externa, possivelmente remota, *N*. Note-se que, nessa proposta, comportamento não é *algo causado* por um ou mais estados ou eventos internos; mas, antes, um *processo de um ou mais estados ou eventos internos causarem* um movimento corporal ou consequência externa. Dretske enfatiza ser uma condição necessária para que algo seja comportamento que envolva uma causa com *locus* interno ao corpo, julgando que essa condição exclui que coisas que aconteçam ao organismo por inteira força externa sejam comportamentos. Ademais, o autor considera que alguns comportamentos não requerem movimento (e.g., um urso hibernar, alguém ficar sentado), o que sua definição acomoda.

Para auxiliar sua definição, Dretske (1988, p. 42-44) apresenta uma distinção entre causas disparadoras (*triggering causes*) e causas estruturadoras (*structuring causes*). Causas *disparadoras*

são eventos *S* do ambiente que causam *C* (que, por sua vez, causa um movimento *M* ou consequência *N*). Causas *estruturadoras* são eventos que determinaram um processo de *C* causar *M* ou *N*, isto é, eventos que causaram *C* causar *M* ou *N* ao invés de causar outra coisa. Por exemplo, no caso do cão com o reflexo de salivar quando toca determinado som, este estímulo (um estímulo eliciador condicionado) é causa disparadora de um evento fisiológico que provoca saliva. Já a causa estruturadora do processo é a aprendizagem por pareamento à qual o cão fora submetido (isto é, o condicionamento de tipo clássico). Ele saliva, ao invés de, digamos, pular, diante do estímulo sonoro, por não ter sido os movimentos e efeitos relacionados ao pular o alvo da aprendizagem, mas sim aqueles relacionados ao de salivar. Assim, um comportamento, segundo Dretske, é um processo, determinado por causas estruturadoras, de uma causa interna produzir uma mudança corporal ou um efeito no ambiente a partir de uma causa disparadora.

A proposta de Dretske possui várias qualidades. Pois não só consegue excluir que coisas que acontecem ao organismo por simples força do ambiente externo imediato contem como comportamentos; mas também estados, ao especificar a condição de que comportamento é *processo*, bem como coisas que correspondem à produção de meros resultados incidentais pelo organismo, ao especificar que as variáveis envolvidas no processo são individuadas conforme as chamadas causas estruturadoras. À primeira vista, poder-se-ia acusar sua definição de incluir na extensão do *definiendum* a produção de resultados incidentais, posto que *C* pode ser (por meio de mudanças corporais) causa de múltiplos efeitos no ambiente, muitos dos quais incidentais. Porém, se entendermos que a definição estabelece a condição de que as variáveis *C*, *M* e *N* relevantes são determinadas por causas estruturadoras, o problema é bloqueado.

Contudo, creio que a definição de Dretske enfrenta pelo menos duas dificuldades. A primeira delas é a de que, aparentemente, se segue de sua definição que comportamento não é algo que comumente observamos. A partir dessa proposta, tem-se que, por exemplo, quando estamos diante de um cão latindo, um pássaro pousando em uma árvore, uma pessoa cumprimentando outra com aperto de mão, etc., o que observamos são apenas sons e partes do corpo externo em movimento, e não os comportamentos desses organismos. Evidentemente, os comportamentos envolvem processos causais neurofisiológicos e afins. Além disso, há, argüivelmente, comportamentos que não transparecem na parte externa do corpo. No entanto, dizemos pelo menos de muitos comportamentos (provavelmente a maioria deles), tal como aqueles recém mencionados, que os observamos ao estarmos diante deles. É desejável preservar

essa nuance do *definiendum*, exceto, quiçá, se não dispormos de uma definição mais plausível – o que, conforme sugiro em seguida, não é o caso.

A segunda dificuldade que a definição de Dretske parece enfrentar é a de acabar contando como comportamentos processos desenvolvimentais em geral, como o desenvolvimento de unhas, penas, bicos e escamas. Pois esses processos possuem causas estruturadoras (como a seleção natural, em um nível distal, e os genes do organismo, em um nível menos distal) e também coisas que se qualificam como causas disparadoras, já que eles dependem ou são influenciados por fatores tais como a nutrição e a regulação hormonal do organismo. Entretanto, conforme anteriormente apontei, pelo menos muitos processos desenvolvimentais não contam como comportamentos.

(X) *A definição de Levitis et al.* Em Levitis *et al.* (2009), a seguinte definição de comportamento é proposta: “Comportamento é: as respostas internamente coordenadas (ações ou inações) dos organismos vivos inteiros [...] a estímulos internos e/ou externos, excluindo respostas mais facilmente entendidas como mudanças desenvolvimentais” (p. 1081 trad. minha).³⁰ Diferentemente das definições previamente examinadas, esta pretende explicitamente abranger (i) e (iii) ao mesmo tempo; mas, como meu foco neste capítulo é em (i), não a avaliarei com respeito à sua plausibilidade quanto a (iii).

Uma possível dificuldade dessa definição é introduzir o conceito de ação (e de inação) no *definiens*; a saber, como sinônimo de resposta internamente coordenada do organismo vivo inteiro. Por isso, ela pode ser acusada de falhar quanto a desiderato (c). A própria introdução do conceito de *resposta* no *definiens* é problemática, pois frequentemente ele é utilizado como sinônimo do *definiendum*.

Porém, creio que essa definição admite ser entendida sem circularidade. Para tanto, ela não pode pressupor a introdução do conceito de ação no *definiens*, bastando fazer duas coisas: primeiro, deixar de lado a equiparação entre ação (e inação) com resposta internamente coordenada do organismo vivo inteiro; e, segundo, entender o termo 'resposta' no *definiens* como sinônimo de algo como 'alteração no organismo'. Obtém-se, então, o enunciado de que comportamento consiste em: alterações no organismo vivo como um todo internamente coordenadas e causadas por estímulos externos ou internos, excetuando mudanças

³⁰ Ela admite ser interpretada como uma definição disjuntiva com a seguinte forma: para todo x , $Bx \leftrightarrow [(Rx \wedge Fx \wedge Ex \wedge \neg Dx) \vee (Rx \wedge Fx \wedge Ix \wedge \neg Dx) \vee (Rx \wedge Fx \wedge Ex \wedge Ix \wedge \neg Dx)]$, sendo que C = (a propriedade) ...é comportamento; R = é resposta; F = ...é internamente coordenada; E = ...é causada por estímulo externo; I = ...é causada por estímulo interno; e D = ...é uma mudança desenvolvimental.

desenvolvimentais.

A expressão 'internamente coordenadas', no entanto, não é esclarecida por Levitis *et al.* (2009). Intuitivamente entendida, ela parece ter o papel de evitar que coisas que acontecem por simples força do ambiente externo presente contem como comportamento. Além disso, o significado intuitivo dela exclui a ideia de que qualquer coisa que um organismo faça conte como um comportamento, já que não diríamos que coisas como cair e tropeçar de modo incidental sejam coordenadas internamente. Quiçá, então, seja natural entender a referida expressão como sinônima de 'coordenadas por fatores internos ao corpo'.

Poder-se-ia julgar que a definição de Levitis *et al.*, assim entendida, enfrenta um problema relacionado ao fato de que, comumente, qualquer movimento feito pelo organismo em uma caminhada ou corrida consiste em alterações coordenadas por fatores internos (em particular, neurofisiológicos). Deveria haver, no caso, mudanças desse tipo (excetuando mudanças desenvolvimentais, como querem os autores) que são provocadas por estímulos externos ou internos, mas que não contam como comportamentos. Porém, não vejo casos satisfazendo todas essas condições e, portanto, contraexemplos à proposta que questionam sua adequação com respeito ao desiderato (a).

No entanto, penso que há nela uma dificuldade com respeito ao desiderato (d); ou seja, que ela não é suficientemente informativa. Pois a definição exclui mudanças desenvolvimentais da extensão do *definiendum* como que por *fiat*. Ou seja, ela não é autoelucidativa a respeito de por que mudanças desenvolvimentais não contam como comportamentos. Como já salientei, no mínimo muitas dessas atividades deveras não merecem ser denominadas de comportamentos. Todavia, de maneira a excluí-las da extensão do *definiendum*, a definição em pauta apenas estabelece o critério de que as mudanças do organismo não podem ser desenvolvimentais, sem, antes, possuir um critério a *partir do qual* se elucidasse por que isso é o caso. Logo, pelo menos se dispormos de um critério mais básico para tanto – como julgo que sim (o que inclusive já sugeri) –, ela não se mostra suficientemente plausível.

2.5. As Definições de Millikan e Moore e Minha Proposta a Partir Delas

Até aqui, revisei dez definições de comportamento encontradas na literatura relevante. Dentre elas, as de Dretske (1988) e Levitis *et al.* (2009), a meu ver, revelam-se como as mais próximas de (mas sem chegar a ser) definições satisfatórias. Na presente seção, considerarei

outras duas definições que se mostram próximas de satisfatórias; a saber, as que se encontram em Millikan (1993b) e Moore (2008). Reservei esta seção para essas duas outras definições porque proporei uma versão modificada delas. Eu acredito que as formulações que proponho possam ser eventualmente aprimoradas (não afirmo que elas sejam inteiramente satisfatórias), mas sugiro que elas são as mais plausíveis em comparação com as outras definições aqui examinadas.

(XI) *A definição de Millikan.* Millikan sugere uma definição de comportamento em termos de funções. A autora diz:

Um comportamento é, sugiro, pelo menos o seguinte:

1. É [*sic.*] uma mudança ou atividade externa exibida por um organismo ou por parte externa de um organismo.
2. Ela tem uma função no sentido biológico.
3. Esta função é, ou seria normalmente, realizada via intermédio do ambiente ou via alterações resultantes na relação do organismo com o ambiente. (Millikan 1993b, p. 137)

A condição 1 dessa definição estabelece que comportamentos são mudanças ou atividades externas ao corpo. Caracterizar comportamentos em termos de *mudanças ou atividades* permite que coisas que não são movimentos corporais possam contar como comportamentos; por exemplo, a emissão de ferormônios pelas formigas e a mudança de pigmentação pelos camaleões. Além disso, restringindo comportamentos ao âmbito das mudanças ou atividades *externas*, a condição 1 procura distinguir comportamentos de processos fisiológicos, dado que processos fisiológicos ocorrem no interior do corpo. Por esse critério, são excluídas da extensão do *definiendum*, por exemplo, a circulação sanguínea e as secreções endócrinas (Millikan 1993b, p. 137). (Por enquanto estou apenas expondo a definição de Millikan. Mais adiante aponto o que penso ser limitações dela.)

A condição 2, por seu turno, estabelece que as mudanças ou atividades que são comportamentos são entidades que possuem funções; em particular, funções “no sentido biológico”, as quais a autora também chama de *telefunções* ou *funções próprias*. O termo 'biológico' é utilizado por Millikan em um sentido alargado (Millikan 1999, p. 192), podendo englobar traços que não são moldados no âmbito filogenético. Millikan tem uma teoria a respeito das funções. Para meus propósitos, é suficiente considerar apenas os aspectos mais gerais dessa teoria, a qual corresponde a uma versão da perspectiva histórico-etiológica das funções (perspectiva defendida também por vários outros autores, como, e.g., Artiga 2010 e Mitchell 1993; a formulação pioneira da perspectiva etiológica deve-se a Wright 1973; 1976). Nos termos de Millikan (os quais correspondem a uma definição recursiva de função), um item (ou entidade)

A possui uma função F se ele satisfaz pelo menos um dos seguintes critérios:

- (1) A originou-se como uma 'reprodução' [...] de um ou mais itens anteriores que, *devido*, em parte, à posse das propriedades reproduzidas, efetivamente realizaram F no passado, e A existe por causa [*because*] (em sentido causal e histórico) dessa ou dessas realizações. (2) A originou-se como produto de algum dispositivo anterior que, dadas suas circunstâncias, teve a realização de F como uma função própria e que, naquelas circunstâncias, normalmente faz com que F seja realizada por *meio* da produção de um item como A . (Millikan 1989, p. 288; grifos no original; trad. minha)

Dito em linhas gerais, Millikan expressa com o critério (1) em sua visão das funções a ideia de que uma entidade d do tipo D (e.g., a ocorrência de um padrão de comportamento de um rato pressionar uma alavanca) possui uma função F (e.g., obtenção de alimento) se d deve sua existência a certos processos passados seletivos. Esses processos são entendidos envolverem: variação entre um conjunto de entidades, algumas, em razão da posse de uma ou mais propriedades $C1...Cn$, realizando F , enquanto outras, sem ter $C1...Cn$, não realizando F (e.g., alguns movimentos do rato, exercendo a força requerida para acionar o liberador de alimento, resultaram na obtenção de alimento, ao passo que outros deles, sem a força requerida, não resultaram em alimento); interação dessas entidades com o ambiente, aquelas que realizaram F tendo um sucesso diferencial sobre aquelas que não a realizaram (e.g., os casos de movimento do rato com força suficiente para acionar a liberação de alimento tendem a ocorrer futuramente em circunstâncias similares, enquanto aqueles que não o fizeram tendem a extinguir-se); e retenção das primeiras, por meio de um mecanismo de cópia e de replicação (e.g., mecanismos neurais que embasam processos de condicionamento operante) (Millikan 1984, p. 17ss; cf. também Artiga 2010, p. 198; Lazzeri 2013b). Ou seja, para utilizar a terminologia de Skinner (1981), segundo (1), um item possui certa função se ele tem origem a partir de *seleção pelas consequências* de itens passados semelhantes. O tipo prototípico de processo de seleção pelas consequências é a seleção natural, de modo que exemplos prototípicos de entidades que exibem funções conforme (1) são traços que devem sua origem a esse tipo de processo, tais como, em geral, órgãos do corpo e padrões inatos de comportamento (cf., e.g., Millikan 1984, p. 28; 1989, p. 289). Entretanto, o condicionamento operante, por exemplo, como é amplamente reconhecido (cf., e.g., Artiga 2010, p. 198; Chance 2003; Enç 1995; Garson, 2011; McDowell 2010; Rachlin 1976), também exemplifica o processo de seleção pelas consequências, de modo que, conforme a autora (Millikan 1984, p. 25, p. 28; 1999, p. 205), ocorrências de padrões operantes exibem funções conforme (1).

De acordo com (2), por sua vez, uma entidade d de tipo D tem uma função F se d é produzida por um dispositivo que tem como função produzir entidades de tipo D e, por meio disso, realizar F . Por exemplo, a mudança de pigmentação de um camaleão tem (dentre outras funções) a função de camuflagem derivada do dispositivo de rearranjo de pigmentação, a qual tem a função de produzir mudança de pigmentação dadas certas condições do ambiente (e.g., no caso de mudança para verde escuro, presença de vegetação verde escura) e, desse modo, camuflar o organismo (Millikan 1984, 39ss). Conforme Millikan, comportamentos dos mais diversos tipos satisfazem (1) ou (2); inclusive, em vários casos, ambos os critérios. Ocorrências de padrões operantes e de reflexos incondicionados, por exemplo, podem ser entendidas como tendo também funções derivadas a partir de dispositivos neurofisiológicos ou afins com a função de produzi-las dada a presença de certos estímulos (cf. Millikan 1984, p. 46-47).

Um aspecto importante da condição 2 da definição de comportamento de Millikan é que é uma condição que procura representar o caráter teleológico dos comportamentos. Essa condição exclui que a produção de coisas meramente incidentais e coisas que um organismo faça por inteira força de objetos ou eventos do meio externo imediato contem como comportamentos. O que individua o comportamento são as funções que possuem; por exemplo, no comportamento do rato de pressionar alavanca, a função de acionar liberação de alimento; na ocorrência do reflexo de piscar o olho diante da rajada de vento, função de proteção do olho contra esse estímulo aversivo.³¹

Por fim, a condição 3, a meu ver, não é suficientemente elucidada por Millikan. Com essa condição, Millikan declara pretender excluir da extensão do *definiendum* coisas tais como o organismo excretar suor, excretar gás carbônico na atmosfera, aumentar ou diminuir a respiração em uma corrida, dentre outras, “tomadas por si mesmas” (Millikan 1993b, p. 138). Tais fenômenos são exibidos no exterior do corpo e exibem funções (e.g., excretar suor tem uma função relacionada à termorregulação do corpo) – assim satisfazendo as condições 1 e 2 da autora –, mas não são comportamentos, de modo que se faz necessário um critério para excluí-los. Nos termos de Millikan (1993b), “embora esses eventos ou processos têm funções, a realização de suas funções não se dá por intermédio do ambiente. Isto é, essas atividades não efetuam mudanças no ambiente ou em relação ao ambiente para que ele deva dar um retorno sobre o investimento” (p. 138; trad. minha). Não é totalmente claro o que a autora quer dizer com isso.

³¹ Neste trabalho, apenas assumo como plausível essa teoria sobre funções, ainda que haja autores que a criticam (e.g., Cummins 2002).

Em que sentido se poderia dizer que um coelho, ao piscar diante de uma rajada de vento em sua direção, efetua uma mudança no ambiente (externo, pelo que se depreende) ou em relação ao ambiente (externo) para que este dê um “retorno sobre o investimento”?

Um sentido que podemos dar ao que Millikan expressa com a condição 3 é de que as atividades ou mudanças externas do organismo que possuem funções e constituem comportamentos são apenas aquelas cujas funções são realizadas quando essas atividades ou mudanças envolvem deslocamento ou se dão por influência parcial de uma mudança no ambiente externo presente (cf. Millikan 1993b, p. 138; 1993c, p. 151, p. 156). Entendida dessa maneira, a condição 3 permite excluir da extensão do *definiendum* mudanças como a de excreção de suor pelo organismo tomada por si (já que nem toda excreção de suor se dá por influências do meio externo presente); e, também, incluir nela coisas como o piscar do olho pelo coelho (cujas funções são realizadas por influência, em parte, de estímulos aversivos no ambiente externo) e a mudança de pigmentação de um camaleão (cujas funções se dão por a mudança ser executada dado, em parte, que haja a presença de vegetação com determinados pigmentos). Além disso, assim entendida, a condição 3 permite que atividades desenvolvimentais (tais como formação ou crescimento de unhas, carapaças, escamas, etc.) não sejam incluídas na extensão do *definiendum*, o que também importa. Como essa interpretação da condição 3 é coerente com o que Millikan diz e lhe dá sentido, é a interpretação que assumirei aqui.

Quão plausível, então, é a definição de comportamento dada por Millikan? Eu considero que ela é uma definição com considerável poder, mas que requer duas modificações para se tornar realmente satisfatória. Discordo das condições 1 e 3, apesar de, *mutatis mutandis*, concordar com a condição 2.³² Discordo da condição 1 porque penso que a exterioridade das mudanças e atividades (tomada por si) não constitui um critério de comportamento. Desde que algo que o organismo faça no interior do corpo exemplifique os mesmos parâmetros daquilo que ele faz exteriormente e que conta como comportamento, não há por que não dizer que se trata de algo que consiste *igualmente* em comportamento. Sabe-se (conforme estudos experimentais e relatos em vários livros sobre aprendizagem; cf., e.g., Catania 2012; Mazur 2006; Pavlov 1927; Siegel 2001), por exemplo, que há ocorrências de reflexos, tanto incondicionados como condicionados, que se dão de tal maneira que não podemos contemplá-las pela simples observação do exterior do corpo. Esse é caso, por exemplo, da diminuição da frequência do

³² Isso não significa, no entanto, que concorde com pormenores da visão de Millikan sobre as ações como subclasse dos comportamentos. Sobre a perspectiva de Millikan acerca das ações, cf. Millikan (1993c).

batimento cardíaco em um usuário de droga, dada a presença de determinados sinais visuais do ambiente em que costuma usá-la (como estímulos que se tornaram condicionados); da secreção de saliva pelo cão, dada a presença de alimentos como estímulos incondicionados ou sons condicionados, dentre vários outros casos. Ou seja, esses eventos obedecem aos mesmos princípios causais de eventos que podemos observar pela contemplação do que se passa no exterior do organismo e que contam como comportamentos. Esses eventos são, *prima facie*, como aqueles que podemos observar pela contemplação do que se passa no exterior do organismo e que contam como comportamentos. Logo, tomar a internalidade deles como critério *suficiente* para excluí-los da extensão do *definiendum* é chauvinismo e, portanto, algo que deixa a desejar no que diz respeito ao desiderato (b). Podemos negligenciar seu caráter de comportamento meramente pelo fato de, em geral, não os vermos, ou às vezes pelo fato de ignorarmos que obedecem aos mesmos princípios causais, o que é irrelevante, ontologicamente falando.³³

Sobre a condição 3, o problema com ela é que não se deve excluir fatores internos ao corpo como podendo ser influências (os estímulos) do ambiente presente relevantes para comportamentos. Ou seja, a meu ver, há um problema análogo ao da condição 1 com a condição 3. Fatores corporais internos (e.g., dano em algum músculo provocado por uma queda; garganta seca) podem funcionar como estímulos para alguns comportamentos (no primeiro exemplo, comportamentos que tenham a função de amenizar o dano; no segundo, comportamentos com a função de obtenção de líquido saciador). Porém, há limites para o que pode contar como estímulo, sob pena de introduzir-na na extensão do *definiendum* qualquer atividade desenvolvimental, bem como certas atividades fisiológicas que não contam como itens do *definiendum*, conforme já salientei. E acredito que tais limites são capturados pelo seguinte critério: o que conta como estímulo são apenas fatores do ambiente que afetam sensorialmente o organismo.³⁴ Estímulos sensoriais (efetivos) não significam necessariamente estímulos visuais, auditivos, olfativos, etc. (isto é, estímulos exteroceptivos), pois podem ser estímulos

³³ É possível que essa ideia envolva uma ligeira revisão conceitual. Caso isso ocorra, trata-se de uma que considero justificada pelo argumento que acabo de oferecer.

³⁴ Entendo ambiente, de modo aproximado, como “o espaço que circunda todos os organismos e que os penetra, incluindo todos os objetos, eventos ou condições do universo, alguns dos quais são estímulos sensoriais potenciais. Objetos, eventos ou condições atuando (efetivamente) como estímulos sensoriais (seja exteroceptivos, propioceptivos ou interoceptivos) não são o mesmo que ambiente. Eles são apenas estímulos sensoriais efetivos, que formam uma parte pequena do ambiente (uma distinção similar é feita por Gibson 1960)” (Lazzeri, no prelo 1). Por estímulos sensoriais efetivos, entendo “os objetos, eventos ou condições do ambiente, seja interno ou externo à derme, ao exoesqueleto ou similar do organismo (e.g., objetos que tateamos ou vemos, uma inflamação causada pela picada de um mosquito), provocando a ativação de receptores relevantes do organismo” (Lazzeri, no prelo 1).

proprioceptivos ou interoceptivos; e, ademais, pode haver sistemas sensoriais diferentes envolvidos em alguns organismos (como as plantas). (Aqui, eu sigo em boa medida o modo de pensar de Skinner sobre comportamentos; cf., e.g., Skinner 1953.)

Assim, a minha primeira proposta de definição de comportamento é, colocada de modo resumido, a seguinte:

(D.1) Comportamento é aquilo que um organismo faz que possui uma ou mais funções (entendidas em termos da teoria histórico-etiológica da noção de função, isto é, resumidamente falando, em termos de histórias de seleção filogenética e/ou ontogenética) e cuja etiologia envolve parcialmente fatores do ambiente presente como estímulos sensoriais.

Examinarei agora a definição que se encontra em Moore (2008). Proporei uma formulação modificada dela que é similar a (D.1).

(XII) *A definição de J. Moore.* Segundo Moore (2008), comportamento é “um evento no qual uma relação causal existe entre (α) o funcionamento de um ou mais sistemas neurais ou musculares do organismo responsáveis pelo [seu] movimento ou postura (incluindo permanecer imóvel); e (β) o ambiente” (p. 66; trad. minha).³⁵ Há pormenores importantes subjacentes a essa definição. Um deles é o de que o funcionamento dos referidos sistemas “pode estar em qualquer ponto ao longo de um contínuo rotulado como central ou periférico” (Moore 2008, p. 66; trad. minha), o que permite, aparentemente, evitar uma acusação (como aquela contra a definição de Dretske) de que não observamos comumente comportamentos. Além disso, a referência ao funcionamento de sistemas neurais ou musculares responsáveis pelo movimento ou postura do organismo permite excluir da extensão do *definiendum* atividades desenvolvimentais (já que processos como os de formação ou crescimento de escamas, penas, pelos, dentes, etc. não são mudanças no funcionamento nos referidos sistemas). Outro pormenor importante é o de que Moore considera que o ambiente não é apenas o que está fora do corpo, mas também o que está dentro dele, isto é, considera que o ambiente pode corresponder a variáveis externas ou internas a ele (Moore 2008, p. 66-67).

Por uma relação causal, o autor entende uma relação funcional, no sentido de uma correlação probabilística que podemos estabelecer entre variáveis referentes a (α) e (β). Porém,

³⁵ Moore utiliza os símbolos '(a)' e '(b)', ao invés de '(α)' e '(β)'. Fiz a substituição de '(a)' e '(b)' por '(α)' e '(β)' porque já utilizei os primeiros para designar os desideratos estabelecidos na seção 2.3.

Moore entende que contam como comportamentos apenas eventos que exibem relações funcionais entre (α) e (β) de certos tipos, e não quaisquer relações funcionais, apesar de não estabelecer isso de uma maneira explícita no *definiens*. O autor toma como relações funcionais relevantes apenas aquelas que podemos estabelecer conforme regras operacionais que permitem classificar se algo x conta como ocorrência de um tipo de padrão de comportamento (Moore 2008, p. 67-68, p. 81ss). Essas regras são: (1) apresentar possíveis estímulos eliciadores (quer sejam eles incondicionados ou condicionados, isto é, respectivamente, estímulos inatos ou que tenham adquirido poder eliciador por condicionamento clássico), consequências reforçadoras ou punitivas (ou seja, consequências que, respectivamente, aumentam ou diminuem a probabilidade de ocorrência de comportamentos que as produzem, em processos de condicionamento operante), ou estímulos discriminativos (isto é, estímulos que sinalizam a presença ou ausência de consequências reforçadoras ou punitivas); (2) verificar se processos semelhantes a x ocorrem, ou tendem a ocorrer, com maior ou menor probabilidade depois disso; e, esse sendo o caso, (3) determinar se esses processos ocorrem efetivamente em razão das mudanças ambientais efetuadas em (1) ou se por outras mudanças previamente não detectadas (Moore 2008, p. 82). Essas operações permitiriam determinar se x é ocorrência, por exemplo, de um reflexo, de um padrão modal de ação ou de um operante; e, *ipso facto*, se se trata de um comportamento.

Note-se que movimentos corporais não são tomados por Moore como uma condição necessária de todo comportamento. Segundo sua definição, pode haver comportamento sem movimento corporal, tão logo haja relações funcionais relevantes entre (α) e (β).

Além disso, eventos frequentemente considerados apenas sob o ângulo fisiológico são considerados como comportamentos em determinados casos; a saber, quando se trata de eventos que possuem relações funcionais relevantes com o ambiente. Por exemplo, podemos estabelecer uma relação funcional entre presença de predador como estímulo eliciador condicionado e o organismo aumentar a frequência do batimento cardíaco, de modo que o aumento na frequência do batimento cardíaco é, nesse caso, comportamento (em particular, a ocorrência de um reflexo condicionado), diferentemente de quando se trata do batimento cardíaco regular (Moore 2008, p. 66-67).

Penso que essa definição, ao ser interpretada em termos estritamente das referidas regras operacionais, não se mostra satisfatória o bastante, porque, nesse caso, ao que parece, falha quanto ao desiderato (a). Considere-se, por exemplo, o evento de uma pessoa cair

incidentalmente. Podemos, a princípio, estabelecer uma correlação probabilística entre presença de determinados objetos no meio e determinadas mudanças no funcionamento de um ou mais sistemas neurais ou musculares do organismo responsáveis pelo movimento ou postura envolvidas na queda da pessoa. Inclusive, podemos estabelecer essa correlação em cada membro da espécie humana. Operacionalmente, isso corresponderia à ocorrência de um reflexo. Porém, como já argumentei, tais mudanças envolvidas na pessoa em sua queda não constituem necessariamente um comportamento.

Seguindo a linha de raciocínio sugerida por Millikan, o que isso significa é que os procedimentos operacionais (1)-(3) permitem-nos estabelecer indícios de que algo é um comportamento, mas não provam que de fato se trata de um comportamento. Pois eles não estabelecem necessariamente que o fenômeno examinado possui uma ou mais funções, estas podendo depender de uma história interativa longínqua que escape aos procedimentos (1)-(3). O evento conta como um comportamento apenas quando, por exemplo, a pessoa executa movimentos com os braços de maneira a acomodar a queda, já que, nesse caso específico, os movimentos não são apenas razão de forças do ambiente externo imediato, mas em parte de uma história interativa do organismo, presumivelmente ontogenética, em que consequências reforçadoras se seguiram deles em uma ou mais vezes passadas.

Entretanto, a definição de Moore admite ser interpretada de uma maneira alternativa e sob a qual ganha plausibilidade. Com efeito, interpretando a análise funcional como identificação da etiologia do comportamento e sem a imposição de regras operacionais muito restritivas, a definição de Moore aproxima-se daquela de Millikan. A etiologia dos comportamentos, para Moore, assim como para Millikan, jaz, em grande parte, em histórias interativas de seleção na filogênese (histórias de seleção natural) ou ontogênese (histórias de reforço ou punição) ou ambas. As mudanças ocorridas no organismo ao cair, tomadas por si, não contam como comportamento por não possuírem uma etiologia relevante. O próprio Moore, no fundo, deseja expressar isso, como transparece ao dizer:

Uma pessoa *A* empurra a pessoa *B*, a qual cai. Quando a pessoa *B* cai, é esse evento um comportamento? [...] [O] movimento da pessoa *B* não é comportamento. [...] A queda não se desenvolve [*sic.*] ao longo da história da espécie ou do indivíduo, e é condicional apenas no sentido de que depende da transferência de energia pelo empurrão. Portanto, o sentido de comportamento relevante [...] é aquele de uma interação entre o organismo e o ambiente que [...] pode ter-se desenvolvido filogenético ou ontogeneticamente, e representa uma característica central do organismo enquanto progride em seu ciclo de vida. (Moore 2008, p. 67-68; trad. minha)

Se a história ontogenética e filogenética de um comportamento é considerada de maneira suficientemente distante, somos capazes de excluir da extensão do *definiendum* coisas que acontecem ao organismo por inteira força do ambiente externo imediato, bem como aquelas que correspondem à produção de meros resultados incidentais. As mudanças ocorridas no organismo ao cair, tomadas por si próprias, não contam como comportamento porque sua etiologia envolve meramente o ambiente externo imediato, não envolvendo a seleção natural ou histórias de reforço ou de punição. Para tomar outro exemplo, quando um animal, ao forragear, provoca sombras no solo, seu provocar as sombras não conta como comportamentos porque não se trata da produção de uma consequência reforçadora, isto é, o que ele está fazendo não é razão de ter, em algum momento em sua ontogênese, produzido sombras; e tampouco se trata de uma consequência em razão da qual o que o organismo está fazendo tenha sido selecionado filogeneticamente. Em outras palavras, o forragear do organismo não se dá por causa de uma história de seleção por esse tipo de consequência, mas, sim, por causa de uma história de seleção por outros tipos de consequências (em particular, a obtenção de alimento). Além disso, se, ao forragear, ocorrer de o organismo tropeçar, o tropeço não conta como comportamento do organismo na medida em que não se trata de uma mudança nos sistemas neurais ou musculares dele com uma história causal relevante, antes se dando por simples força do ambiente externo imediato.

Outra modificação que considero dever ser feita na definição de Moore de maneira a se tornar plausível é tirar do *definiens* a menção a tipos específicos de substratos responsáveis pelos movimentos e a postura do organismo, posto que do contrário se mostra chauvinista, não englobando comportamentos de seres vivos que não possuem neurônios ou músculos. Na verdade, mais do que isso, eu sugiro que não seja feita menção a substratos responsáveis por movimentos e postura do organismo. Um critério que acredito manter as atividades desenvolvimentais e os eventos fisiológicos que não contam como comportamentos (e.g., desenvolvimento de dentes, escamas, penas e bicos; processos fisiológicos como o batimento regular do coração, a respiração regular, a transformação dos alimentos no estômago) fora da extensão do conceito é (como já salientei) o de que os eventos ambientais aos quais Moore se refere com (β) sejam eventos ambientais que afetem sensorialmente o organismo, seja em seu exterior ou em seu interior.

Proponho, então, a seguinte definição (colocada resumidamente) com base naquela de Moore:

(D.2) Comportamento é aquilo que um organismo faz cuja etiologia envolve (em parte) processos seletivos na filogênese e/ou na ontogênese do organismo e (em parte) fatores do ambiente presente atuando como estímulos sensoriais.

(D.2) expressa um conteúdo similar a (D.1), diferindo em não fazer uso explícito do conceito de função. Antes, (D.2) substitui a terminologia de funções pela de histórias ontogenéticas ou filogenéticas do organismo, em termos da qual funções são entendidas em (D1).

2.6. Conclusão

Em resumo, *comportamento* se diz de vários modos, incluindo pelo menos os seguintes: (i) *qua* ocorrência de uma ação ou reação de um organismo; (ii) *qua* padrão ou classe; (iii) *qua* comportamento de grupo; e (iv) *qua* mudança ou movimento de um objeto. Neste capítulo, apresentei um balanço de várias definições de comportamento na acepção (i) presentes na literatura científica e filosófica, e propus duas definições alternativas. Previamente, procurei identificar os tipos de definição possivelmente adequados para (i) e interesses teóricos, bem como tornar explícitos desideratos para eles, com base nos quais procedi em meu balanço. A lista inclui os seguintes desideratos: a definição deve: (a) não ser demasiado abrangente; (b) não ser demasiado restritiva; (c) não ser viciosamente circular; (d) ser informativa; e (e) estar em harmonia, em geral, com as nuances mínimas do *definiendum*. Argumentei que nenhuma das doze definições aqui examinadas está livre de dificuldades com relação a um ou mais desses desideratos. Com base em duas delas – nomeadamente, nas de Millikan e Moore –, formulei as seguintes definições, colocadas de modo resumido: (D.1) comportamento é aquilo que um organismo faz que possui uma ou mais funções e cuja etiologia envolve parcialmente fatores do ambiente presente como estímulos sensoriais; e (D.2) comportamento é aquilo que um organismo faz cuja etiologia envolve (em parte) processos seletivos na filogênese e/ou na ontogênese do organismo e (em parte) fatores do ambiente presente atuando como estímulos sensoriais. Trata-se de definições mutuamente compatíveis, uma vez que funções, em (D.1), são entendidas, resumidamente falando, em termos das formas de etiologia referidas em (D.2).

CAPÍTULO 3

SOBRE O LUGAR DO COMPORTAMENTO NA ANÁLISE DAS CATEGORIAS PSICOLÓGICAS³⁶

A visão tradicional, e ainda muito aceita, dos fenômenos psicológicos sustenta que eles são entidades internas não comportamentais de algum tipo (reduzíveis ou não a fenômenos cerebrais) que causam comportamentos. Esta visão é representada, por exemplo, por diferentes tipos de abordagens centradas no cérebro, tais como as teorias da identidade de tipos mente-cérebro (e.g., Braddon-Mitchell & Jackson 2007; Lewis 1972) e de particulares mente-cérebro (e.g., Fodor 1968; Putnam 1975d/1967). Porém, essa visão tem tido seus oponentes, dentre os quais perspectivas comportamentais (e.g., Rachlin 1994; Ryle 1949; Skinner 1976/1974) e diferentes versões da abordagem da mente estendida (e.g., Clark & Chalmers 1998; Rowlands 1999). Entretanto, qual seria a maneira mais promissora de compreender as categorias psicológicas dando proeminência a comportamentos?

Este capítulo visa contribuir para uma resposta a essa questão, apresentando uma abordagem comportamental, baseada em Ryle (1949) e Skinner (1953; 1976/1974), entre outros. De acordo com essa abordagem, todos os exemplares (ou instâncias) de pelo menos a maioria das categorias psicológicas, senão de todas elas, são, de maneiras diferentes, constituídos por comportamentos manifestos e/ou encobertos. (Por um exemplar ou instância, quero dizer um fenômeno singular irrepetível, que é exibido durante um curto ou longo período de tempo e é um caso de uma categoria ou tipo de fenômeno.) Como será explicado mais adiante, essa é uma forma do que pode ser chamado de externismo forte comportamental.

O capítulo está estruturado da seguinte forma. Inicialmente, (1) faço um breve levantamento da gama de categorias psicológicas (nisso retomando o capítulo 1); e identifico um desiderato para uma resposta à nossa questão. De acordo com esse desiderato, a resposta deve, em geral, ser coerente com as nuances básicas das categorias psicológicas. Em seguida, (2) eu caracterizo o externismo forte comportamental tomado em um nível geral, por contraste com o internismo, o externismo tradicional de conteúdo e tipos não comportamentais de externismo forte. Subsequentemente, (3) delinheiro as especificidades do externismo comportamental

³⁶ Uma versão de uma parte deste capítulo será publicada na revista *The Psychological Record* como Lazzeri (no prelo 2).

particular que defendo e procuro chamar atenção para as diferentes maneiras como os comportamentos compõem fenômenos psicológicos. Além disso, apresento razões em favor dessa abordagem. Por fim, (4), discuto duas outras abordagens, a saber, o behaviorismo teleológico de Rachlin (1994) (que, como a abordagem aqui sugerida, é um externismo forte comportamental); e a abordagem da mente estendida de Clark e Chalmers (1998) (que é um externismo forte não comportamental). Argumento que a abordagem aqui sugerida é mais satisfatória do que essas outras, principalmente porque é mais coerente com as nuances básicas das categorias psicológicas, mas também por ser virtuosamente parcimoniosa. O método adotado é em grande parte análise conceitual, especialmente em linha com a filosofia da linguagem ordinária (cf., e.g., Harzem & Miles 1978).

3.1. Categorias Psicológicas e um Desiderato para uma Modelagem Delas

Nossa questão diz respeito ao lugar de comportamentos em uma análise plausível das categorias psicológicas. Devemos, portanto, ter em mente a gama dessas categorias. Assim, começarei (retomando o capítulo 1) oferecendo um breve levantamento delas. Posteriormente nesta seção, sugirirei um desiderato para uma resposta ao problema.

3.1.1. Categorias Psicológicas

Categorias psicológicas podem ser consideradas como conjuntos de atribuições formadas por conceitos psicológicos (nível semântico), ou como conjuntos de fenômenos aos quais nos referimos por meio de tais atribuições (nível ôntico). Neste capítulo (e também no capítulo 4), falarei de categorias psicológicas tomadas em nível ôntico; mas eu assumo que, *mutatis mutandis*, elas podem ser tomadas em nível semântico intercambiavelmente.

Uma classificação aceitável, mesmo que aproximada, de categorias psicológicas, para o propósito de delimitar nossa discussão, deve ser abrangente e não cometer petição de princípio. Penso que essas características são exibidas pela seguinte classificação (*grosso modo*), que vou assumir ao longo do capítulo:

- (a) as chamadas atitudes proposicionais (e.g., acreditar, querer, tencionar);
- (b) afecções, incluindo (b.1) sensações (e.g., ter dor, formigamento, cócega, coceira), (b.2) emoções (e.g., temer, odiar, ter ciúme, admirar), (b.3) humores (e.g., estar sereno,

- relaxado, alegre, triste) e (b.4) apetites (e.g., ter fome, sede);
- (c) habilidades (e.g., saber como tocar um determinado instrumento musical, como falar uma determinada língua, como cozinhar um determinado prato);
- (d) processos cognitivos e cogitativos,³⁷ incluindo (d.1) pensar, (d.2) lembrar, (d.3) processos perceptuais (e.g., ver, cheirar, tocar), (d.4) processos quase-perceptuais (e.g., imaginar, sonhar) e (d.5) prestar atenção; e
- (e) traços de caráter ou personalidade (e.g., ser arisco, raivoso, ciumento, audacioso).

Que essa é uma classificação relativamente abrangente (mesmo que não pretendendo ser exaustiva) fica claro ao ser comparada com outras classificações encontradas na literatura (e.g., a de Rey 1997), que muitas vezes não levam em conta algumas das categorias aqui destacadas (cf. capítulo 1).

Tal classificação não comete petição de princípio na medida em que pressupõe apenas as nuances mínimas ou básicas (na terminologia de Ryle 1949, a geografia lógica; na de Wittgenstein 1953, a gramática) de conceitos psicológicos. Essas nuances ou regras subjazem ao, e são pressupostas pelo, uso comum desses conceitos. Por exemplo, temos um conhecimento tácito de que afecções (sensações, emoções, humores e apetites) têm conexões conceituais com inferências da forma '... sente ...'; não têm o caráter de atividades (pois atividades são coisas que o organismo faz, enquanto que, afecções, não); e estão frequentemente associadas a reações do organismo, tais como aumento ou diminuição da frequência cardíaca, palidez, enrubescimento, sorrisos, franzimentos, mudanças no tom de voz, calafrios, etc. As emoções têm um caráter disposicional (pois, e.g., uma emoção pode acontecer em momentos e lugares diferentes; mais sobre isso adiante) e são relações com objetos ou eventos (e.g., quando um organismo tem medo, ele tem medo de uma coisa particular ou tipo de coisa). Humores e apetites têm caráter disposicional também, mas não são relações com objetos ou eventos particulares. Uma das principais diferenças entre os humores e os apetites é que estes, mas não aqueles, são frequentemente associados com reações em partes específicas do corpo (e.g., ao se ter fome, certas reações no estômago; ao se ter sede, reações na garganta). Sensações diferem das outras afecções em que elas têm um caráter episódico (ou seja, sua existência é no aqui e agora, por assim dizer) e acontecem, em geral, em partes do corpo (e.g., tem-se coceira nas costas, nas

³⁷ A terminologia de 'processos cognitivos' aqui é simplesmente um rótulo conveniente. Como ficará claro mais adiante, não estou assumindo nenhum pressuposto distintivo da ciência cognitiva.

pernas, etc.). Essas são algumas das nuances básicas de tais (sub)categorias e ilustram por que a classificação que assumirei doravante não comete petição de princípio (para pormenores, cf. capítulo 1).

Ao se fazer afirmações sobre a constituição de fenômenos psicológicos (e sobre outras questões substanciais a seu respeito), as relações entre suas categorias nesta classificação pode mudar. No entanto, o que então resulta é uma classificação para fins outros que o de delimitar a discussão.

3.1.2. Um Desiderato para uma Modelagem das Categorias Psicológicas

Quais qualidades deveríamos esperar encontrar em uma abordagem satisfatória do lugar de comportamentos em fenômenos psicológicos de diferentes categorias? Sugiro que um desiderato (não quero dizer que seja o único) para essa abordagem é o seguinte: ela deve, em geral, estar em harmonia com as nuances básicas (isto é, as regras gerais que regem as atribuições) de categorias psicológicas. Pois, ao se negligenciar e não capturar essas nuances, perde-se de vista as categorias. A questão em pauta no presente capítulo não é exatamente sobre as nuances dos fenômenos psicológicos de diferentes categorias, mas sim sobre como modelar a constituição (ou composição) deles. No entanto, por essa mesma razão, essas nuances devem ser levadas em conta na resposta à questão. Se, por exemplo, uma abordagem implica que, digamos, os apetites são coisas que o organismo faz, então apetites são concebidos como (*inter alia*) coisas que podem ser interrompidas e depois retomadas pelo organismo, o que é muito incoerente com as nuances básicas dos *apetites*. Em termos de Ryle (1949), trata-se um erro de categoria. (Isso não significa, porém, que apetites não são constituídos de comportamentos. Mais sobre isso adiante. Cf. também Lazzeri 2015.) Quando se apresenta uma teoria sobre as categorias psicológicas, pode-se sugerir modificações em nuances de uma ou mais delas, ou seja, uma revisão conceitual. Porém, uma revisão conceitual deve ser apoiada por fortes razões, sob pena de perder de vista seus objetos alvo.

3.2. Externismo Forte Comportamental no Debate Externismo *Versus* Internismo

A perspectiva que chamo convencionalmente de externismo forte comportamental é uma alternativa ao internismo sobre categorias psicológicas, bem como ao externismo tradicional de conteúdo e a versões não comportamentais de externismo forte. A seguir, apresento um breve

panorama dessas perspectivas (começando com o internismo), a fim de contextualizar o externismo forte comportamental.

Seguindo Rowlands (2003, p. 12ss), por internismo eu entendo a conjunção de duas teses. De acordo com a primeira tese, a qual Rowlands chama de tese da localização (TL), qualquer exemplar de um fenômeno psicológico exibido por um organismo *s* é espacialmente localizado dentro do corpo de *s*. E de acordo com a segunda tese, a qual Rowlands chama de tese da posse (TP), a individuação da posse de qualquer tipo de fenômeno psicológico por um organismo *s* é, a princípio, independente de qualquer aspecto externo ao corpo de *s*. Em outras palavras, para o internismo, um organismo desejar beber água, por exemplo, é algo que ocorre totalmente dentro do corpo de *s*; e o fato de que *s* tem um desejo de beber água, ao invés de, digamos, um de beber chá, é inteiramente uma questão de fatores internos ao corpo de *s*. O dualismo de Descartes (2004/1641) é frequentemente citado como um exemplo de internismo (e.g., Fodor 1980; Rowlands 2003), pelo fato de ele ter sustentado que os fenômenos psicológicos (ou pelo menos muitos deles) ocorrem em um “fantasma na máquina” (para usar a expressão de Ryle 1949); e que poderiam ter sua identidade determinada de modo independente de referência ao ambiente circundante, como seu argumento do gênio maligno sugere. O internismo parece também ser subscrito, embora geralmente em termos materialistas, pela ciência cognitiva tradicional e pela neurociência cognitiva (cf., e.g., Noë 2009).

Os externistas acerca de categorias psicológicas, por outro lado, rejeitam (TL) e/ou (TP). O externismo tradicional de conteúdo, motivado por argumentos desenvolvidos por Putnam (1975a) e Burge (1979), colocam em cheque (TP). Tais argumentos tentam mostrar que, se fixarmos tudo o que está dentro do corpo do indivíduo, mas mudarmos o ambiente circundante, então atitudes proposicionais do indivíduo e fenômenos semelhantes (que possuem “conteúdo”) podem mudar. Por exemplo, de acordo com o argumento de Putnam (1975a), as condições de verdade de uma frase declarativa, como, digamos, 'A água é úmida', difere na Terra Gêmea em relação à Terra, uma vez que a Terra Gêmea é um planeta, em um cenário imaginário, onde tudo é idêntico à Terra, com exceção da composição molecular da água. O significado de 'A água é úmida' não é, portanto, o mesmo na Terra e na Terra Gêmea. Na Terra, essa frase significa que uma substância composta por moléculas de H₂O é úmida, enquanto que, na Terra Gêmea, significa que uma substância composta por moléculas de, digamos, XYZ, é úmida. Portanto, o significado de frases declarativas depende de fatores ambientais externos ao corpo do indivíduo.

Assim, atitudes proposicionais e quaisquer outros fenômenos psicológicos que envolvam conteúdo (isto é, que envolvam relações com fatos que podem ou não ser o caso) são, em virtude de terem conteúdo (uma vez que conteúdo implica individuação através de condições de verdade), individuados por referência a fatores externos ao agente.

Os argumentos de Putnam (1975a) e Burge (1979) não questionam (TL). A partir da rejeição de (TP) não se segue uma rejeição de (TL). De fato, os externistas tradicionais de conteúdo (e.g., Burge 1979; Davidson 1987) consideram que a individualização de fenômenos psicológicos depende de fatores do ambiente circundante e, ao mesmo tempo, que eles são entidades internas ao corpo, de modo semelhante a como queimaduras solares estão na pele e, ainda assim, são individuadas por referência a fatores externos (a saber, radiação solar) (cf. também Rowlands 2003).

Diferentemente do externismo tradicional de conteúdo, o externismo forte é primariamente a rejeição de (TL), embora seja comumente conjugado com uma rejeição de (TP) também. Assim, o externismo forte implica que pelo menos alguns exemplares de fenômenos psicológicos estão localizados (parcial ou totalmente) fora do corpo do organismo. Há, contudo, formas muito diferentes de externismo forte. Para meus propósitos, é útil distinguir entre versões comportamentais e não comportamentais de externismo forte. (As distinções entre perspectivas traçadas nesta seção são apenas uma classificação breve e conveniente para os fins deste capítulo. Para uma classificação mais detalhada, cf. Hurley 2010.)

Caracterizo o externismo forte comportamental (EFC) como o ponto de vista segundo o qual todos os exemplares de algumas ou de todas as categorias psicológicas são parcial ou inteiramente constituídos de comportamentos. Em outras palavras, (EFC) afirma que os comportamentos são a matéria-prima parcial ou total dos fenômenos psicológicos de algumas ou de todas as categorias (para outros pormenores, cf. capítulo 4, seção 4.1). São exemplos de (EFC) o behaviorismo teleológico de Rachlin (1994) e, aparentemente, a abordagem de Ryle (1949) (embora Ryle esteja mais preocupado com a análise das nuances – ou, em seus termos, com a geografia lógica – de categorias psicológicas do que com a constituição de seus exemplares), dentre outras abordagens. Noë (2009) e Rockwell (2005) sugeriram recentemente abordagens que parecem contar como formas de (BSE) também.

As versões não comportamentais de externismo forte, por outro lado, sugerem que as categorias psicológicas têm exemplares apenas contingentemente constituídos por

comportamentos. Essa perspectiva afirma que pelo menos alguns exemplares de fenômenos psicológicos não estão confinados no interior dos organismos, mas sem sugerir que uma ou mais categorias psicológicas sempre exigem comportamentos. Segundo ela, os fenômenos psicológicos de diferentes categoriais têm exemplares nem mesmo parcialmente constituídos por comportamentos. As abordagens da mente estendida de Clark e Chalmers (1998; também Clark 2008) e Rowlands (1999; 2010) são exemplos dessa perspectiva. (Isso não significa que todas as abordagens da mente estendida são versões não comportamentais de externismo forte. Em Noë 2009 há uma forma de visão da mente estendida que parece ser uma forma de EFC.)

3.3. Delineamento de um Externismo Forte Comportamental

Irei agora delinear uma versão de (EFC) e oferecer algumas razões para ela. Aceito, em linhas gerais, os argumentos de Putnam (1975a) e Burge (1979) contra (TP), mas minha principal preocupação é em como desenvolver a rejeição de (TL).

3.3.1. A Tese Principal sobre as Categorias Psicológicas

Sustento que todos os exemplares de pelo menos a maioria das, senão de todas as, categorias psicológicas são compostos por comportamentos. Esses comportamentos podem ser ações e/ou reações, além de manifestos e/ou encobertos, e singulares, em cadeia ou espalhados no tempo e no espaço, dependendo do caso, conforme vou explicar.

Eu não sugiro aqui uma identidade entre exemplares de fenômenos psicológicos e exemplares de comportamentos ou conjuntos de comportamentos; mas sim que os comportamentos são componentes necessários dos fenômenos psicológicos de pelo menos a maioria das categorias. (Digo 'componentes' porque a minha tese é de constituição por comportamentos, e *não* uma simples dependência de comportamentos. Minha tese implica rejeição de TL, enquanto que uma afirmação de dependência de comportamentos para fenômenos psicológicos se darem é compatível com TL; cf. Rowlands 2010.) Eu considero que as *relações* que os comportamentos possuem com objetos, condições e eventos do ambiente atuando como estímulos sensoriais (exteroceptivos, proprioceptivos ou interoceptivos) também compõem os fenômenos psicológicos. (Ou seja, as *interações* comportamentais do organismo com o ambiente formam os fenômenos psicológicos.) Além disso, deixarei em aberto, neste trabalho, se os fenômenos psicológicos de pelo menos algumas categoriais têm também processos físico-

químicos que subjazem aos comportamentos como componentes (mais sobre isso adiante).

3.3.2. Comportamento e Comportamento Encoberto

Por um comportamento de um organismo (no sentido de resposta), quero dizer, resumidamente falando, algo que um organismo faz tal que sua etiologia envolve processos de seleção na filogênese e/ou ontogênese do organismo e, em parte, também um ou mais fatores do ambiente antecedente imediato atuando como estímulos sensoriais (exteroceptivos, proprioceptivos ou interoceptivos). (Uma caracterização algo semelhante é dada por Moore 2008.) Os fatores ambientais não precisam ser externos ao corpo, conquanto atuem como estímulos sensoriais (estímulos proprioceptivos e interoceptivos se dão, em geral, no interior do corpo). Essa caracterização pode também ser expressa do seguinte modo: o comportamento de um organismo é qualquer coisa que o organismo faz que possui uma ou mais funções e acontece parcialmente por influência de estímulos sensoriais do ambiente antecedente imediato do organismo. Funções, aqui, devem ser entendidas de acordo com a chamada teoria etiológica das funções, como desenvolvida por Millikan (1984; 1993a). (Esta formulação alternativa é, ela própria, uma versão modificada da definição de comportamento de Millikan 1993b.) A teoria etiológica das funções relaciona funções a histórias de seleção na filogênese ou ontogênese do organismo.

Nem todos os pormenores sobre esta caracterização de comportamento são particularmente importantes para os fins deste capítulo (para pormenores, cf. capítulo 2). O que eu gostaria de salientar aqui é que o comportamento não precisa ser aparente do lado de fora do corpo. Se o organismo faz algo (relativamente) interior que tem os mesmos parâmetros etiológicos das coisas que o organismo faz exteriormente que contam como comportamentos, então isso que ele faz conta como comportamento da mesma forma. Por exemplo, um cão salivando dada a presença de um alimento e o aumento da taxa de respiração de um organismo dado o som de grama farfalhando (este associado no passado com a presença de predador) são comportamentos, assumindo que eles devem sua existência (pelo menos em parte) a mecanismos e processos (nesses exemplos, reflexos) que dão origem a comportamentos manifestos. Deixar de fora da extensão do conceito de comportamento o que eu estou (seguindo aproximadamente Skinner 1953; 1976/1974) chamando de comportamentos encobertos seria chauvinismo. Não há nenhuma razão por que o caráter relativamente interior desses acontecimentos devesse ser uma

condição suficiente para que eles não contassem como comportamentos.

Outra coisa que eu gostaria de salientar sobre a noção de comportamento é que ele pode ser a ocorrência de uma ação ou reação. Alguns comportamentos são coisas que um organismo faz de forma relativamente espontânea e não rígida, como uma pessoa acenar para alguém. Outros são relativamente automatizados e rígidos, como o exemplar de um ataque de um peixe esgana-gata macho. A probabilidade de ocorrência desses últimos, diferentemente dos primeiros, é relativamente elevada, dada a presença de estímulos aos quais estejam associados. Tanto os primeiros como os últimos são coisas funcionais que o organismo faz na presença de estímulos sensoriais relevantes. Padrões (largamente) inatos de comportamento (e, conseqüentemente, seus exemplares), incluindo, por exemplo, os reflexos incondicionados e padrões modais de ação, devem sua existência (principalmente) a processos evolutivos filogenéticos, em particular, à seleção natural. De acordo com a teoria etiológica das funções, as funções deles, como as de nossos órgãos do corpo, resultam de tais processos históricos. Os reflexos condicionados são amplamente moldados na ontogênese do organismo, e eles têm o que Millikan (1984; 1993a) chama de funções próprias derivadas; isto é, *grosso modo*, eles têm funções derivadas de mecanismos neurofisiológicos que têm a função – por sua vez devido a histórias de seleção – de produzi-los dada a presença de estímulos relevantes. Ações, argüivelmente, devem sua existência (pelo menos parcialmente) a histórias de seleção operante.³⁸ Em outras palavras, tanto as ações como as reações são processos funcionais (ou seja, propositivos ou dirigidos a objetivos), e seu caráter funcional é oriundo de histórias de seleção na filogênese e/ou na ontogênese do organismo. Dada minha visão das atitudes proposicionais, no entanto, eu não tomo as ações como sendo parcialmente causadas também por atitudes proposicionais. Como Ryle (1949; também Rachlin 1994), eu concebo as ações como sendo constituintes de atitudes proposicionais ao longo do tempo, e não como efeitos de atitudes proposicionais tomadas como causas internas (mais sobre as atitudes proposicionais em um momento).³⁹

3.3.3. Como os Comportamentos Formam Fenômenos Psicológicos

Comportamentos não compõem os fenômenos psicológicos da mesma forma. A fim de

³⁸ Digo 'pelo menos parcialmente' para não excluir a participação de processos não seletivos (ou neutros) em sua etiologia (e.g., deriva genética na filogênese e seus análogos na ontogênese). Sobre isso, cf. Cleaveland (2002).

³⁹ A perspectiva aqui delineada, porém, difere daquelas de Ryle e Rachlin. Por exemplo, eu considero que comportamentos encobertos compõem alguns exemplares de fenômenos psicológicos, ao passo que, Rachlin, não. (Aponto outras diferenças na seção 3.4.2). Minha perspectiva está, talvez, largamente em continuidade com a de Ryle, mas eu trabalho com uma caracterização mais pormenorizada de comportamento.

determinar as formas como eles o fazem, algumas particularidades de cada categoria devem ser tidas em conta. Distinguir entre fenômenos psicológicos disposicionais e episódicos é útil para essa tarefa (cf. Ryle 1949).

Se um fenômeno psicológico tem um caráter disposicional (como no caso, e.g., de emoções e habilidades), ele é o tipo de coisa que pode acontecer em momentos e lugares distintos; não tem começo e término claros a ponto de que sua duração pudesse ser determinada com um cronômetro; não pode ser interrompido e depois retomado; e não é o tipo de coisa que um organismo pode ser dito fazer. Fenômenos psicológicos disposicionais requerem uma análise em termos de disjunções de enunciados subjuntivos aproximadamente da seguinte forma: se o contexto ou situação tal e tal fosse o caso, então este ou aquele (tipo de) comportamento ocorreria. Ou seja, eles podem ser analisados em termos de disjunções de enunciados condicionais que expressam relações entre fatores ambientais (estímulos discriminativos ou estímulos eliciadores, em termos da análise do comportamento) e ocorrências de ações ou reações do organismo. Diferentemente de fenômenos disposicionais como, por exemplo, a fragilidade, que podem ser analisados em termos de condicionais subjuntivos que expressam relações relativamente homogêneas (e.g., se um vaso de flores é frágil, então ele facilmente quebraria ou ficaria gravemente danificado se fosse atingido), fenômenos psicológicos disposicionais muitas vezes requerem análise em termos de vários condicionais subjuntivos, expressando uma série de relações heterogêneas; ou seja, ligando variadas relações ambiente-comportamento (cf. também Lazzeri 2013a; Oliveira-Castro & Oliveira-Castro 2003). Por exemplo, se uma criança tem medo de cães, então: se ela fosse apresentada a cães, ela (provavelmente) evitaria tocá-los; e/ou se ela tivesse a oportunidade de ter um cão, ela provavelmente recusá-lo-ia; e/ou se um cão latisse próximo dela, ela teria um aumento da frequência cardíaca; etc. Não há uma relação ambiente-comportamento única que caracterize o fenômeno de ter medo de cães. No entanto, de acordo com a visão que eu sugiro, alguém que tem esse medo exibe com alguma frequência ações ou reações como as que acabo de mencionar, em circunstâncias às quais estão associadas.

Um fenômeno psicológico episódico (e.g., raciocinar, lembrar-se, imaginar), por outro lado, tem um começo e término relativamente claros (pode-se, a princípio, determinar sua duração com um cronômetro); é o tipo de coisa que, em geral, pode ser interrompido e depois retomado; e muitas vezes é algo que o organismo faz. Fenômenos psicológicos disposicionais são constituídos por, em geral, agregados de comportamentos espalhados em diferentes momentos e

lugares. Já os fenômenos psicológicos episódicos são constituídos por comportamentos efetivamente sendo realizados no local em que o organismo está quando os exemplifica. Um fenômeno psicológico episódico pode envolver agregados de comportamentos, mas os agregados, neste caso, são muitas vezes na forma de cadeias de comportamentos, ao invés de comportamentos descontínuos um do outro no espaço e no tempo. A exemplificação de um fenômeno psicológico episódico, diferentemente da exemplificação de um disposicional, implica um enunciado categórico sobre algum acontecimento ocorrendo. Por exemplo, se alguém está lembrando de um local com o qual costumava brincar em sua infância, está fazendo alguma coisa neste momento (provavelmente, realizando determinado comportamento reflexo condicionado); enquanto que, a pessoa ter medo de cães, não implica qualquer acontecimento particular relevante a esse respeito ocorrendo neste momento.

Permita-me agora considerar brevemente algumas (e apenas algumas) especificidades de cada categoria psicológica principal. Muito pode ser dito sobre isso, mas me limito aqui a chamar atenção para o lugar de comportamentos na constituição dos exemplares dessas categorias.

3.3.3.1. Atitudes proposicionais. Atitudes proposicionais são fenômenos psicológicos disposicionais. Pois eles não são o tipo de coisa que um organismo faz, não podem ser interrompidos e retomados, e não têm início e fim claros. Assim, entendendo a constituição das atitudes proposicionais em termos de ações e/ou reações tipicamente espalhadas no tempo e no espaço. Alguém que, por exemplo, tem a intenção de escrever um livro filosófico, é alguém que exhibe algumas interações comportamento-ambiente ao longo do tempo com funções associadas à produção de um livro filosófico. Não há uma real intenção de escrever um livro filosófico sem algumas interações desses tipos ocorrendo com alguma frequência ao longo de um certo período de tempo. Isso está em harmonia com o fato de que, se uma pessoa diz que tem a referida intenção, mas não tem feito qualquer coisa mais ou menos relacionada com a realização desse resultado, o que ela diz provavelmente será posto em questão. Além disso, se, por outro lado, a pessoa diz que não tem essa intenção, mas, na verdade, exhibe esses comportamentos nas circunstâncias típicas, colocaremos em dúvida a última (diferente) declaração também. Neste último caso, ela provavelmente não quer tornar pública sua intenção por algum tempo, quando, na verdade, a intenção está tornando-se pouco a pouco evidente. Segundo minha interpretação, isso significa que os comportamentos que constituem sua intenção, ou sinais desses

comportamentos, estão tornando-se mais evidentes (cf. Rachlin 1994; Ryle 1994).

Alguns autores (e.g. Braddon-Mitchell & Jackson 2007) consideram que uma atitude proposicional é episódica quando o agente está consciente dela acontecendo e exercendo influência causal sobre suas ações. Assim, eles sugerem que as atitudes proposicionais são, em certos casos, ocorrências, tendo lugar em contextos e momentos particulares. No entanto, isso pressupõe que atitudes proposicionais são ou podem ser causas internas de comportamentos. Além disso, parece dar a entender que tais fenômenos podem ser interrompidos e retomados, ter início e fim claros, etc., o que é conceitualmente equivocado. É mais correto dizer, eu penso, que, nos supostos casos de atitudes proposicionais episódicas, o organismo está simplesmente em um dado momento satisfazendo um dos enunciados condicionais subjuntivos que expressam relações comportamento-ambiente do organismo.

3.3.3.2. Afecções. Emoções, humores e apetites, de modo similar, têm um caráter disposicional.⁴⁰ Temer, ter ciúme, estar triste ou alegre, ter fome ou sede, e assim por diante, não são coisas que um organismo faz. Além disso, esses fenômenos têm começos e fins difusos, e podem ser o caso mesmo quando o organismo está dormindo. Alguns desses fenômenos podem durar por até meses e anos. De acordo com minha proposta, um organismo com sede, por exemplo, é um organismo que, sob certas condições ambientais (atuando como estímulos sensoriais), exibe comportamentos tendo tipicamente como uma função a obtenção de líquido saciador, a preparação do organismo para ingerir o líquido, ou a própria ingestão dele (cf., e.g., Charles *et al.* 2012). Por exemplo, garganta seca é uma condição ambiental que pode eliciar (induzir) certas reações com tais funções. Se o organismo com sede é apresentado a uma fonte de líquido saciador, ele irá beber o líquido, a não ser que seja impedido de fazê-lo ou esteja querendo fazer outra coisa – onde o querer fazer outra coisa não é um fenômeno não comportamental, mas sim algo expresso no fato de que o organismo está ocupado (isto é, alocando tempo) com uma ou mais outras atividades.⁴¹ Não há sede se o organismo não exibe qualquer ação ou reação desses tipos, dadas as condições ambientais a que estão associadas.

⁴⁰ Alguns autores acham que, como as atitudes proposicionais, essas afecções têm um caráter episódico em certos casos. Meu comentário anterior sobre supostas atitudes proposicionais episódicas aplica-se analogamente aqui.

⁴¹ A bem conhecida objeção holista a abordagens comportamentais não é uma ameaça para a abordagem aqui delineada. Essa objeção assume que tais abordagens pretendem reduzir atribuições de fenômenos psicológicos a atribuições de comportamentos sem introduzir menção a outros fenômenos psicológicos. Além disso, a objeção comete petição de princípio, uma vez que pressupõe que os fenômenos psicológicos são causas internas dos comportamentos (cf. Lazzeri 2014a; Lazzeri & Oliveira-Castro 2010a; também capítulo 4, seção 4.6).

Alguns autores (e.g., Chalmers 1995) parecem supor que as emoções, os humores e os apetites são todos constituídos por, ou até mesmo por apenas, qualidades fenomênicas; mas, a meu ver, isso é equivocado. Em primeiro lugar, por vezes uma pessoa não percebe que está com fome até que nota a si própria comendo vorazmente; que está irritada até que nota a si própria evitando alguém ou sendo indelicada; etc. Dado que as qualidades fenomênicas são pensadas como coisas inseparadas de consciência imediata (de “primeira pessoa”) delas, tais afecções não podem ser simplesmente qualidades fenomênicas. Em segundo lugar, alguns exemplares de emoções (e.g., certos casos de irritação e medo) parecem envolver as mesmas qualidades fenomênicas (cf. Bedford 1957; Bennett & Hacker 2003). Aparentemente, esses casos não diferem senão em comportamentos do organismo (e.g., esquiva, aproximação, tratar bem ou mal alguém). Em terceiro lugar, você pode estar satisfeito(a) ou admirado(a) com uma realização, animado com alguma coisa, tranquilo, etc., sem ter qualquer sensação relevante (cf. Ryle 1951).

Sensações, diferentemente das outras afecções, têm aparentemente um caráter episódico, uma vez que ocorrem em momentos e situações particulares, e é relativamente claro quando elas começam e terminam. Inclusive, indica isso o fato de que em um minuto, digamos, alguém pode ter várias sensações (e.g., uma coceira no braço e outra na perna por causa de um mosquito, mais uma dor no pé por causa de uma batida em algo). Além disso, sensações presumivelmente são indissociáveis de qualidades fenomênicas, em geral.

Penso que as sensações têm um caráter fisiológico, mas talvez também um caráter comportamental. Elas não podem ser comportamentos *simpliciter*, pois as qualidades fenomênicas envolvidas nas sensações não são coisas nas quais o organismo se engaja, enquanto que, os comportamentos, sim. No entanto, como Skinner (1953; 1969a; 1976/1974) aponta, as coisas que sentimos dizem respeito a formas de interações do organismo com seus próprios comportamentos, condições corporais e ambiente circundante atuando como estímulos interoceptivos, proprioceptivos ou exteroceptivos. Os organismos de diversas espécies estão equipados com sistemas interoceptivos, proprioceptivos e exteroceptivos, que lhes permitem ser sensíveis a algumas condições e eventos de seus próprios órgãos e glândulas (estímulos interoceptivos); de sua postura corporal e dos movimentos e posição de seus músculos, tendões e articulações (estímulos proprioceptivos); e do ambiente externo ao corpo (estímulos exteroceptivos), respectivamente. Podemos sentir nosso próprio coração batendo e o estômago “roncando”, sentir a posição dos braços no espaço e (o que não é sensação, mas sim percepção)

ver ou cheirar frutas, por exemplo, porque essas condições ou objetos funcionam como estímulos sensoriais. A questão sobre se as sensações mesmas têm um caráter em parte comportamental resume-se a se os comportamentos com os quais estímulos proprioceptivos e interoceptivos estão relacionados – como (conforme o caso) tremores, comportamentos de coçar, contorções, certas secreções endócrinas, etc. – as compõem. Penso que faz sentido dizer que sim (razões que ofereço adiante parecem favorecer isso). Porém, admitidamente, as sensações podem revelar-se fenômenos puramente fisiológicos, o que não afetaria muito a abordagem geral aqui favorecida, pois ela não exclui essa possibilidade.

3.3.3.3. Habilidades. Habilidades têm um caráter disposicional e são, em comparação com atitudes proposicionais, emoções, humores e apetites, frequentemente mais prolongadas no tempo. Embora talvez aspectos não comportamentais de processos neurofisiológicos compõem parcialmente habilidades, você não vai encontrar nenhuma habilidade se olhar apenas no nível neurofisiológico do organismo. Você pode determinar se, ou o grau em que, uma pessoa sabe nadar ou como escrever um trabalho filosófico pela observação de seus comportamentos ao longo do tempo, dadas as circunstâncias ambientais relevantes (e.g., no primeiro caso, a presença de um lugar adequado para nadar; no segundo, prescrição de um ou mais trabalhos de ensaio filosófico). Não existe tal determinação simplesmente pela consideração das entranhas da pessoa (com a ajuda, e.g., de um *PET scan*). A habilidade é, em certa medida, transparente no nível das interações comportamentais do organismo com o ambiente. Alguns componentes de uma habilidade filosófica provavelmente são processos de raciocínio, mas esses processos, como sugiro a seguir, são comportamentais. Além disso, apesar de alguns dos (não todos) processos de raciocínio compreenderem comportamentos encobertos, a habilidade claramente não se reduz a eles. Ademais, as habilidades correlacionam-se com as práticas: quanto mais uma habilidade é exercitada, mais ela se desenvolve e é otimizada; a falta de exercício por períodos muito longos leva-as a reduzirem-se ou até mesmo a extinguirem-se (cf., e.g., Noë 2009).

Pode-se imaginar casos de habilidades que nunca são exercitadas; por exemplo, talvez algumas pessoas podem ser corretamente ditas saber (em algum grau) como cozinhar um determinado prato, mesmo sem nunca o terem preparado até o momento. Entretanto, essas pessoas certamente já prepararam outros pratos, provavelmente já fizeram uso de alguns dos ingredientes necessários para esse prato, sabem como misturá-los, como usar um fogão ou micro-

ondas, e assim por diante. Portanto, nesse tipo de caso, a habilidade pode, também, ser razoavelmente entendida como sendo constituída por comportamentos ao longo do tempo. Similarmente, faz muito tempo desde a última vez que preparei um determinado prato, mas eu provavelmente ainda sei como fazê-lo. Tal habilidade é constituída pelos meus comportamentos passados de prepará-lo e foi indiretamente mantida por meio de reforço de tipos de comportamentos envolvidos em fazê-lo (e.g., os de utilizar o fogão ou micro-ondas, mexer ovos, etc.), os quais tenho realizado mais recentemente.

3.3.3.4. Processos cognitivos e cogitativos. Processos cognitivos e cogitativos, em geral, têm um carácter episódico. Raciocinar, lembrar-se, ver, ouvir, imaginar e assim por diante acontecem em momentos e locais específicos, têm começo e fim relativamente claros, e a princípio podem ser interrompidos e retomados. Sua exemplificação em determinado momento é constituída pelo comportamento do organismo em tal momento.

Os processos de memória são classificados de várias maneiras. As habilidades são por vezes tomadas como um tipo de memória, chamada de memória procedural, mas elas não são processos. Memória, neste sentido particular, não tem um carácter episódico, mas sim disposicional. A memória como um processo, por outro lado, tem um carácter episódico. De acordo com Bennett e Hacker (2003), ela pode ser memória factual (ou lembrar-se que ...; e.g., alguém lembrar-se que deixou certo alimento em algum lugar na geladeira); memória experiencial (ou lembrar-se ...-ndo; e.g., quando alguém lembra-se de si caminhando para um campus); e memória objetual (no sentido de ser expressa de tal modo que requer especificação de algum objeto específico; e.g., lembrar-se de um local pelo qual costumava passar; lembrar-se de uma palavra de uma determinada língua para uma palavra de outra língua).

Alguns desses processos de memória são constituídos por comportamentos manifestos. Nesses casos, lembrar-se talvez não seja diferente de ação manifesta sobre o ambiente de modo a obter um determinado resultado, sob a influência de um estímulo sinalizador (ou discriminativo). Se, por exemplo, um rato (em um esquema de reforço FI-15) pressiona uma alavanca apenas quinze segundos após tê-la pressionado pela última vez, de forma a obter uma pelota de alimento contingente a esse comportamento, podemos dizer que, cada vez que o rato pressiona a alavanca, ele lembra-se de que fazê-lo é instrumental para a obtenção desse resultado.

Por outro lado, alguns casos de processos de memória são constituídos por

comportamentos encobertos. Quando, por exemplo, uma pessoa vê um jardim, e o jardim faz com que ela se lembre de um brinquedo com o qual ela costumava brincar, ela deve estar realizando um reflexo condicionado encoberto eliciado (induzido) pelo jardim como um estímulo condicionado. Ou seja, ela está comportando-se como se estivesse na frente do brinquedo, porque o jardim tornou-se associado com o brinquedo no passado (por condicionamento clássico ou pavloviano) (cf. Lazzeri 2015).

Processos de memória talvez compreendam também atividades puramente neurais como componentes, mas não concordo com a metáfora de armazenamento e recuperação de representações no cérebro. Em primeiro lugar, uma vez levados em conta os comportamentos encobertos, a metáfora do armazenamento e recuperação resulta desmotivada, posto que essa metáfora se baseia na ideia de que os processos de memória não são comportamentais. Eles podem ser explicados por referência aos tipos de variáveis comuns aos outros fenômenos comportamentais, mas a metáfora sugere uma visão diferente (cf. Donahoe & Palmer 1994; Palmer 2003). Em segundo lugar, como alguns autores (Bennett & Hacker 2003; Noë 2009; Skinner 1969a) apontam, tal metáfora é conceitualmente problemática, porquanto implica a atribuição de fenômenos psicológicos ao cérebro, ou, em outras palavras, sugere a existência de homúnculos, resultando em uma regressão infinita. De modo mais geral, como destacarei em seguida, não faz sentido (ou seja, é conceitualmente equivocado) atribuir-se os fenômenos psicológicos ao cérebro. Apenas o organismo como um todo os exemplifica.

Processos perceptuais envolvem comportamentos influenciados por objetos e eventos do ambiente circundante aos quais os sistemas exteroceptivos do organismo são sensíveis. Não há percepção (mas apenas quase-percepção) sem o seu *relatum* ser o caso (e.g., se um organismo vê ou cheira uma fruta, deve haver uma fruta no ambiente como estímulo) (cf., e.g., Ryle 1949). A interação com o *relatum* pode, assim, ser considerada como o último passo de um processo perceptual. Seguindo Gibson (1979) e Noë (2004; 2009) (cf. também O'Regan & Noë 2001; Rowlands 1999), eu penso que os processos perceptuais são constituídos por comportamentos de exploração e/ou manipulação de objetos do ambiente externo através de movimentos de partes do corpo, tais como os olhos (ou seja, os movimentos sacádicos dos olhos), a língua, a cabeça, os dedos ou as mãos, às vezes a locomoção (aproximar-se ou afastar-se de objetos), de modo a alcançar estimulação exteroceptiva visual, tátil, olfativa, gustativa ou auditiva. Assim, a percepção é um processo ativo. Como Noë (2004; 2009) coloca, a percepção é algo que

alcançamos, ao invés de algo que simplesmente nos acontece ou algo dentro de nós. O mundo é aqui tomado como disponível ou ao alcance, ao invés de representado dentro do organismo. O que vemos, ouvimos, saboreamos, cheiramos ou tocamos não são representações de objetos do ambiente circundante, mas sim os próprios objetos.

Processos quase-perceptuais (diferentemente dos processos perceptuais) implicam que seus *relata* não são o caso; em outras palavras, não há nenhum ver, ouvir, cheirar, etc. neles. Eles envolvem comportamentos do organismo *como se* o organismo estivesse percebendo seus *relata*. Consideremos, em particular, o imaginar. Ele é composto (pelo menos parcialmente) de comportamentos manifestos e/ou encobertos. Se uma pessoa comportar-se como se estivesse jogando tênis, por exemplo, está imaginando-se a jogar tênis, e o imaginar, nesse caso, é formado por comportamentos em geral manifestos. Em uma peça de teatro, um ator comportar-se como se estivesse fugindo de um animal ameaçador forma um exemplar de imaginar um animal ameaçador. Não dizemos, de modo nenhum, que as pessoas em tais casos estão fazendo duas coisas distintas: comportando-se dessas formas e imaginando.

Alguns exemplares de imaginação, por outro lado, são compostos por comportamentos encobertos. Para imaginar-se a si mesmo(a) fugindo de um animal ameaçador, por exemplo, não é preciso sair correndo, é claro. Ainda assim, há, sugiro, comportamentos envolvidos nesses casos – comportamentos como se o organismo estivesse enfrentando ou testemunhando a situação, tais como, talvez, aumentar o batimento cardíaco, ofegar, mover os olhos em certas direções, dentre outros, alguns dos quais encobertos (cf. Kantor 1933). Inclusive, é provável que comportamentos reflexos condicionados como aqueles envolvidos em alguns processos de memória estão envolvidos nesses casos (cf. Skinner 1976/1974). (Para observações sobre outros fenômenos quase-perceptuais, em grande medida compatíveis, a meu ver, com a perspectiva sugerida, cf. Genone 2011; Kantor 1933; Noë 2004.)

Prestar atenção tem a ver com a maneira como o organismo se comporta e, nessa medida, é algo composto por comportamentos (cf. Ryle 1949). Quando as pessoas estão prestando atenção em uma palestra, elas estão engajando-se em atividades como as de ouvi-la, fazer notas, ver os *slides* (se houver), ou semelhantes. A atenção não é um ato paralelo a essas atividades – não dizemos que o organismo está engajando-se nelas e prestando atenção na palestra. Antes, a atenção é formada por essas atividades sendo realizadas de determinadas maneiras; em particular, sem ser interrompidas por outras fontes de estímulos (e.g., sem a pessoa ficar olhando para outros

lugares ou ficar pensando em coisas que não tenham correlação com a palestra – e pensar é um fenômeno comportamental, conforme sugiro a seguir). Quando os pais de uma criança pedem a ela para que preste atenção na aula, eles estão pedindo-lhe para fazer aqueles tipos de coisas e não se engajar em outras atividades (como as de dormir, brincar com um colega, etc.) no contexto.

O pensar se diz de vários modos, dentre os quais: prestar atenção a uma tarefa à mão (e.g., uma pessoa prestar atenção para o que ela está fazendo ao estar cozinhando é estar pensando na preparação da comida); lembrar-se (e.g., alguém que esteja lembrando-se das coisas que fez ontem está pensando nelas); imaginar (e.g., imaginar-se cheirando uma fruta é estar pensando no ato de cheirar essa fruta); raciocinar ou resolução de problemas (e.g., calcular o resultado de uma multiplicação); e acreditar, que é uma atitude proposicional, e não um processo cognitivo ou cogitativo (para outras distinções e detalhes, ver Bennett & Hacker 2003, p. 175-179). Portanto, o pensar é implicado por alguns casos de outros processos cognitivos e cogitativos previamente discutidos, e até mesmo por um tipo de atitude proposicional. Não é um único tipo de processo, mas, antes, variados tipos de coisas.

Um sentido de pensar ainda não discutido aqui é o pensar como o raciocínio ou resolução de problemas. Como Clark e Chalmers (1998) e Rowlands (1999), julgo que apenas um viés cartesiano impede alguns de considerar comportamentos manifestos como sendo constitutivos de alguns exemplares desses fenômenos. Por exemplo, a atividade de escrever coisas relevantes em um pedaço de papel, ao, por exemplo, estar-se resolvendo uma multiplicação ou planejando uma viagem, é uma cadeia de comportamentos compondo um exemplar de pensar. Esses comportamentos têm a função de resolver a multiplicação e de planejar a viagem. Não dizemos que a pessoa esteja engajando-se em duas coisas paralelas: escrever e pensar.

Alguns exemplares de raciocínio, por outro lado, não são constituídos por comportamentos manifestos. Diferentemente de Clark e Chalmers (1998) e Rowlands (1999), entretanto, eu sugiro que esses exemplares de raciocínio têm um caráter (pelo menos parcialmente) comportamental também. Quando uma pessoa chega a uma resposta para, digamos, uma equação matemática depois de pensar por um tempo sem fazer qualquer gesto saliente exteriormente, temos boas razões para supor que a pessoa está comportando-se de modo encoberto. Por exemplo, ela pode estar subvocalmente ruminando algo como “a raiz quadrada do número tal e tal é igual a..., que subtraído por tal e tal outro número é igual a ...”. Esta atividade, é

bastante razoável supor, deve sua existência a um processo de aprendizagem que envolve histórias de reforço (tenha-se em conta, e.g., como você aprendeu a lidar com números). Por isso, é um fenômeno comportamental (cf. Skinner 1953; 1976/1974; também, e.g., Donahoe & Palmer 1994; Leigland 2014; Palmer 2003).

3.3.3.5. Traços de caráter (ou de personalidade). Por fim, traços de caráter são fenômenos disposicionais e, como as habilidades, geralmente são consideravelmente prolongados no tempo. Alguém que é vaidoso ou arisco, por exemplo, é alguém que age e reage, respectivamente, de modo vão ou arisco com uma frequência relativamente alta, em contextos e situações em que a pessoa média geralmente não se comporta dessa maneira (cf. Rachlin 1994; Ryle 1949; Skinner 1953). De acordo com minha proposta, um traço de caráter está longe de ser algo interno, apesar de alguns comportamentos que constituem um exemplar de traço de caráter poderem ser encobertos (e.g., um organismo arisco provavelmente exibe, além de certos comportamentos manifestos, tais como esquiva e fuga de certos tipos de coisas ou situações, também algumas reações reflexas encobertas). É fácil identificar traços de caráter em um organismo uma vez que começamos a ficar familiarizados com ele pela simples razão de que começamos, então, a conhecer alguns dos contextos e situações com os quais ele interage e as maneiras como o organismo se comporta neles.

3.3.4. Fenômenos Psicológicos, Comportamentos e Vida

Esta abordagem, semelhantemente à de Noë (2009), descentraliza a atribuição de fenômenos psicológicos, de seres humanos e animais de algumas espécies para os organismos de todo o reino dos seres vivos. Pois onde há vida, há comportamentos; e, de acordo com o que sustento, os fenômenos psicológicos são, em geral, constituídos por comportamentos. A vida tem a ver primariamente com comportamentos que têm como funções a obtenção de recursos alimentares, a manutenção da saúde (incluindo a prevenção de situações de perigo), procura de oportunidades de acasalamento e afins – funções que parecem ser compartilhadas pela maioria dos comportamentos. Existem alguns tipos de fenômenos psicológicos, por exemplo, em insetos (e.g., uma abelha pode às vezes ficar irritada) e bactérias (e.g., elas querem evitar fontes de estímulos aversivos). Em outras palavras, conquanto um organismo apresente interações comportamentais com o ambiente ao longo do tempo, apresenta os critérios fundamentais para as

atribuições de fenômenos psicológicos; e isso acontece em todo o reino dos seres vivos (cf. Lazzeri 2015).

Isso não é um antropomorfização dos organismos de outras espécies; antes, pelo contrário. Há antropomorfismo quando se atribui atributos próprios dos seres humanos para outras coisas. Eu estou chamando atenção para a similaridade, em um nível geral, entre os nossos comportamentos e os dos organismos de outras espécies. Tal similaridade não é evidente para alguns talvez porque, dentre outros fatores, nossa cultura tende a sobre-intelectualizar os seres humanos – negligenciando suas raízes filogenéticas e seus mecanismos de aprendizagem – e por não ser significativamente familiarizada com a vida selvagem.

3.3.5. Razões para a Abordagem Delineada

Pelo menos duas razões gerais favorecem a abordagem delineada, a saber: (i) sua harmonia geral com as nuances básicas das categorias psicológicas (desse modo satisfazendo um desiderato maior para uma teoria dessas categorias); e (ii) sua parcimônia ou simplicidade ontológica. Essas razões para a abordagem não são conclusivas, mas contam em seu favor.

3.3.5.1. A harmonia com as nuances básicas das categorias psicológicas. Uma série de considerações apoiam a razão (i). Em primeiro lugar, (i.1) fenômenos psicológicos são exemplificados apenas pelo organismo vivo como um todo (Ryle 1949, p. 167-168; Wittgenstein 1953, §281ss; também Bennett & Hacker 2003; Noë 2009). É apenas, por exemplo, uma pessoa (como um todo) que tem medo de alguma coisa, não (entre outras coisas) seu cérebro; é apenas o leão que está ouvindo alguma coisa ou querendo capturar uma presa, não o cérebro dele; e assim por diante. Ora, comportamentos, sejam eles tomados individualmente ou em agregados, são o tipo de coisa tipicamente predicado do organismo como um todo. Por exemplo, é a pessoa (como um todo) que em uma situação assustadora pode respirar rápido, fugir ou subir em uma árvore, não seu cérebro; é o leão que lambe seus filhotes e persegue sua presa, não seu cérebro; e assim por diante. Certamente, o cérebro é fundamental para que os comportamentos de muitos organismos possam ocorrer. No entanto, comportamentos (mesmo quando são encobertos) geralmente são coisas nas quais é o organismo (inteiro) que se engaja. Por outro lado, algumas abordagens das categorias psicológicas incorrem na dificuldade conceitual de atribuir os fenômenos psicológicos a partes do corpo, sobretudo ao cérebro e suas partes.

Em segundo lugar, (i.2) fenômenos psicológicos têm um caráter abstrato. Ou seja, eles (ao contrário, e.g., de cadernos e partes do cérebro) não são o tipo de coisa que possa ser literalmente tocado, cheirado, molhado, estar distante a alguns centímetros de outras coisas, transportado de um lugar para outro, etc. Ora, comportamentos, sejam eles singulares ou em agregados, são fenômenos abstratos que os organismos exibem. Eles não podem ser literalmente tocados, cheirados, molhados, estar a alguns centímetros de outras coisas, e assim por diante (Lazzeri 2015; cf. também Ribes-Iñesta 2004; 2008). Algumas abordagens das categorias psicológicas, por outro lado, acabam negligenciando essa característica, ao identificá-los com entidades que não têm esse caráter, incorrendo, assim, em confusões conceituais. (Algumas outras caem no dualismo, que enfrenta suas próprias dificuldades, bastante conhecidas. A abordagem aqui defendida evita o dilema entre a Cila do dualismo e a Caríbdis das visões centradas no cérebro e similares reificantes, como, e.g., a de Clark & Chalmers 1998, como veremos).

Além disso, (i.3) fenômenos psicológicos (aparentemente de todas as categorias) são muitas vezes transparentes na história de interações comportamentais, e/ou (dependendo do caso) nas interações comportamentais atuais, do organismo com seu ambiente (cf., e.g., Bennett & Hacker 2003; Kantor 1933; Krueger 2012; Ryle 1949; Stout 2010). Podemos ver, por exemplo, emoções nas expressões faciais de um organismo (franzimentos, sorrisos, etc.), em seu esquivar-se ou aproximar-se e em seus comportamentos ternos ou violentos. Como Wittgenstein (1967) colocou, “Olhe para o rosto de outra pessoa, e veja a consciência nele [...]. Você vê nele [...] alegria, indiferença, interesse, ânimo, torpor e assim por diante. [...] Você olha para dentro de si para reconhecer a fúria no rosto dela? Está lá, tão claramente quanto em seu próprio peito” (§220, p. 40e; trad. minha; cf. também §225). Em outras palavras, as interações comportamentais constituem critérios para a atribuição do fenômeno psicológico. Elas *não* são como sintomas a partir dos quais traçamos hipóteses a respeito de se o fenômeno real está presente, confinado ao interior do corpo.

Sem dúvida, frequentemente precisamos olhar para além do que o organismo está fazendo no momento a fim de descobrir seus medos, intenções, expectativas, personalidade, etc. Muitas vezes, no entanto, este olhar para além envolve levar em conta interações comportamentais passadas e/ou futuras do organismo. Além disso, parte dos fundamentos comportamentais para a atribuição de alguns casos de fenômenos psicológicos são comportamentos verbais; pois também perguntamos às pessoas como elas estão, quais são suas intenções, se estão com fome, etc. Afinal,

a própria pessoa é normalmente a mais familiarizada com suas próprias interações comportamentais. Ela também é a única a ter contato interoceptivo com suas ações e reações encobertas e com suas condições corporais. Uma pessoa, algumas vezes, pode esconder alguns de seus fenômenos psicológicos, mas isso pode ser entendido como uma ocultação de alguns de seus comportamentos do público. Por outro lado, algumas abordagens dos fenômenos psicológicos tomam-nos como se eles fossem totalmente escondidos de um ponto de vista de terceira pessoa, o que está em desacordo com a maneira como nós e outros animais experienciam e entendem uns aos outros.

Outros aspectos poderiam ser mencionados para ilustrar a harmonia geral da abordagem que defendo com as nuances básicas das categorias psicológicas. Penso que minhas análises anteriores transparecem bastante isso.

3.3.5.2. Parcimônia (ou simplicidade ontológica). A segunda razão geral em favor da abordagem delineada é (ii) sua parcimônia ou simplicidade ontológica. Como a Navalha de Ockham dita, não se deve multiplicar entidades para além da necessidade, em que 'para além de necessidade' pode ser lido como 'além do necessário para explicar um determinado tipo de fenômeno'. Parcimônia não é, por si só, uma virtude, mas ela é virtuosa em uma abordagem das categorias psicológicas, se esta é de modo geral coerente com as nuances básicas dessas categorias e parece promissora à luz das evidências disponíveis. A abordagem aqui sugerida é relativamente parcimoniosa porque não postula construtos hipotéticos (usados por muitas abordagens) tais como substâncias ou propriedades imateriais, processos computacionais internos e representações mentais (que, aliás, como já sublinhei, geram dificuldades conceituais). Em vez disso, chamo atenção para, dentre outras coisas, (a) histórias de interações comportamentais do organismo com seu ambiente, bem como para (b) a natureza comportamental de vários eventos que são em grande medida inaparentes no exterior do corpo do organismo (ou seja, para comportamentos encobertos). Em consonância com a análise do comportamento padrão, eu entendo que uma vez que (a) e (b) são levados em conta, as postulações de processos computacionais no cérebro e construtos similares acabam por ser supérfluas para explicar os fenômenos psicológicos (cf. Palmer 2003; Skinner 1976/1974). (Para críticas correlatas, cf. Kantor 1978; Smith 2007.)

Como Skinner (1971; 1976/1974; 1981) astutamente apontou, tendemos a postular construtos hipotéticos não comportamentais porque as variáveis que se encontram no passado,

como, por exemplo, histórias de reforço, são facilmente negligenciadas. Comumente não são evidentes no cenário atual do organismo. Podemos raciocinar e tencionar, por exemplo, sem perceber que esses fenômenos são compostos de comportamentos, os quais decorrem de histórias de interação com o ambiente (cf. também capítulo 5). É ainda mais fácil ignorar as variáveis históricas e sentir necessidade de apelar para construtos de outra natureza porque alguns comportamentos emergem de longas histórias de seleção e da cooptação de diferentes padrões de comportamento (para ilustrações, cf., e.g., Catania 2012; Donahoe & Palmer 1994; Epstein *et al.* 1984). Cognitivistas tradicionais não aceitam esse ponto de vista selecionista. Porém, eles não só o subestimaram, mas também muitas vezes o compreenderam de modo equivocado (cf., e.g., Catania 2013; Cleaveland 2002; Jensen & Burgess 1997; Moore 2008).

3.4. Uma Discussão do Behaviorismo Teleológico de Rachlin e da Abordagem da Mente Estendida de Clark e Chalmers

Nesta seção, discutirei o behaviorismo teleológico de Rachlin (que, como minha abordagem, é uma forma de externismo forte comportamental) e a abordagem da mente estendida de Clark e Chalmers (que, diferentemente de minha abordagem, é um externismo forte não comportamental). Escolhi essas abordagens em parte porque é útil contrastar meu ponto de vista com outro comportamental recente (o de Rachlin) e com uma forma no momento bastante popular de externismo forte (o de Clark e Chalmers).

3.4.1. O Behaviorismo Teleológico de Rachlin

Rachlin apresenta uma abordagem das categorias psicológicas que ele chama de behaviorismo teleológico, segundo o qual:

[O]s termos mentais referem-se ao comportamento manifesto de animais intactos. Eventos mentais não são supostos ocorrer dentro do animal de modo nenhum. O comportamento manifesto não apenas *revela* a mente; ele *é* a mente. Cada termo mental significa um padrão de comportamento manifesto (Rachlin 1994, p. 15; grifos no original; trad. minha).

Rachlin sugere que os fenômenos psicológicos são padrões de comportamento manifesto. Para ele, há uma identidade entre os fenômenos psicológicos e comportamentais (Rachlin 2005). Pretender ser um filósofo, por exemplo, é exibir um padrão (muito prolongado no tempo) de atividades manifestas que geralmente incluem ler muitos livros de filosofia, discutir ideias e

argumentos de outros filósofos e as próprias, etc. Um organismo ter fome é entendido como um padrão composto por comportamentos manifestos que, presumivelmente, tendem a favorecer comer certos tipos de alimentos e evitar situações que normalmente atrasam alimentação.

Segundo esse ponto de vista, apenas comportamentos manifestos (isto é, aqueles observáveis a partir do que se passa de fora do corpo) compõem os fenômenos psicológicos. Rachlin (e.g., 1985, p. 76; 1994, p. 28; 2012a, p. 10; 2012b, p. 135) proíbe explicitamente a ideia de Skinner (1953) de comportamentos encobertos em sua abordagem. Ele aparentemente assume que, se alguém aceita comportamentos encobertos na análise de categorias psicológicas, está comprometido com a ideia de que são categorias de itens privados, de modo não muito diferente de abordagens centradas no cérebro e afins (cf. Lazzeri 2013b). Para Rachlin, os fenômenos neurofisiológicos (ou equivalentes no caso de, e.g., eventuais robôs complexos) são importantes, mas apenas como pré-requisitos para fenômenos psicológicos, na exata medida em que são pré-requisitos para padrões de comportamento manifesto.

Rachlin (1994) também apresenta sua perspectiva contrastando causas eficientes e finais. Ele afirma que os padrões de comportamento manifesto e, portanto, fenômenos psicológicos, são causas finais. Estruturas e processos neurofisiológicos, por outro lado, são concebidos por ele como causas eficientes dos comportamentos. As causas finais, de acordo com Rachlin, são relações que exibem a característica de um evento encaixar-se em outro, formando um padrão, ao passo que as causas eficientes seriam relações mecânicas, do tipo “bola de bilhar”. Nas causas finais, elementos formam um padrão maior (uma entidade molar, estendida no tempo) (cf. também Dutra 2006). Por exemplo, o padrão de comportamento de tocar o movimento de um concerto pode ser entendido como uma causa final de tocar cada uma de suas subpartes. A existência dessas subpartes como tais, isto é, como componentes daquele movimento do concerto, depende da existência desse todo maior que formam ao longo do tempo. Estruturas e processos neurofisiológicos adequados embasam o comportamento do músico, mas o que define seu comportamento como o de reprodução de um determinado movimento não é eles.

Além disso, de acordo com Rachlin (1994, p. 21-22; 1995a, p. 115-116; 2005, p. 48-49), as causas finais têm graus. A ideia é que comportamentos (singulares) compõem padrões de comportamento, os quais, por sua vez, podem compor padrões de comportamento ainda maiores. Assim, um comportamento pode, juntamente com outros comportamentos ao longo do tempo, formar padrões de diferentes graus de abrangência. Por exemplo, tocar uma nota de um concerto

pode ser um componente de um padrão de comportamento de tocar um movimento do concerto, que por sua vez pode ser o componente de um padrão de comportamento de tocar todo o concerto, que pode formar um padrão de comportamento de tocar músicas com um certo tipo de instrumento, e assim por diante. De modo similar, um abraço, junto com outros comportamentos cordiais, pode formar um padrão de comportamento de apreço por alguém e, em conjunto com outros comportamentos ao longo do tempo, um padrão mais abrangente de amizade ou amor (dependendo de quais são esses outros comportamentos).

As observações teleológicas de Rachlin destinam-se a apoiar uma forma de análise operante molar de categorias psicológicas. Como diz Rachlin (1995a): “A definição comportamental em cada caso baseia-se em consequências comuns do comportamento – contingências comuns” (p. 116; trad. minha). E ainda:

A classificação de Aristóteles dos movimentos em termos de causas finais ao invés de causas eficientes corresponde [...] à concepção de Skinner de um *operante* como uma classe de movimentos com um fim comum [...]. Essa concepção aristotélica, o *operante* [...] desloca o foco da investigação comportamental [...] para causas finais – contingências de reforço. (Rachlin 1994, p. 83-84; grifo no original; trad. minha)

Assim, Rachlin entende as causas finais dos comportamentos relevantes em sua proposta como contingências molares de reforço (cf. também Baum 1997; Rachlin 2007, p. 137). Esta interpretação das causas finais implica que os padrões de comportamento e, nessa medida, os fenômenos psicológicos, são conjuntos ou agregados de (para ele apenas) comportamentos manifestos exibidos pelo organismo sob contextos em que esses comportamentos tornaram-se associados, em virtude das consequências que produziram nesses contextos. Padrões de comportamento são estabelecidos, mantidos, otimizados ou extintos por meio de seleção operante (reforço, punição e processos relacionados). Eles não são definidos pelas propriedades do corpo do organismo, mas sim pelas consequências que os comportamentos produzem que alteram a probabilidade de sua ocorrência em contextos semelhantes. Aparentemente, Rachlin não dá nenhuma relevância a outros tipos de padrões de comportamento (e.g., reflexos, taxias) na análise de categorias psicológicas.

3.4.2. Uma Discussão da Abordagem de Rachlin

Deve estar claro que concordo com algumas características da abordagem de Rachlin; sobretudo com aquelas em comum com a de Ryle. No entanto, existem pelo menos quatro

diferenças salientes entre sua abordagem e aquela que eu sugiro.

Em primeiro lugar, diferentemente de Rachlin, atribuo importância não só a comportamentos manifestos, mas também a comportamentos encobertos, na análise de categorias psicológicas. Interpretar todos os fenômenos psicológicos, ou mesmo apenas aqueles de algumas categorias, como comportamentos encobertos, seria algo equivocado, porque incoerente com suas nuances básicas. Isso deve estar claro a partir de minhas observações anteriores. Porém, a afirmação (que eu rejeito) de que eles são comportamentos encobertos é uma coisa; outra bem diferente é a afirmação (que eu favoreço) de que os exemplares de fenômenos psicológicos são constituídos *por comportamentos manifestos e/ou encobertos*. Rachlin, como já assinaliei, parece rejeitar a noção de comportamento encoberto porque algumas pessoas equivocadamente equiparam fenômenos psicológicos com comportamentos encobertos. Portanto, a rejeição de Rachlin dessa noção acaba sendo como jogar fora o bebê com a água suja (cf. Lazzeri 2013b). Sua parcimônia deveria permitir comportamentos encobertos, pois de outra forma falha em capturar nuances básicas de algumas categorias psicológicas. Se, por exemplo, alguém está neste momento resolvendo uma multiplicação sem a emissão de comportamento manifesto, está, no entanto, engajando-se em alguma atividade (episódica). Tal atividade é pelo menos parte do que queremos dizer ao dizermos que a pessoa está pensando, raciocinando ou calculando.

Em segundo lugar, alguns fenômenos psicológicos dão-se no aqui e agora, ao invés de em diferentes momentos. Quando dizemos que alguém está resolvendo uma multiplicação, queremos dizer que a pessoa está envolvida agora em uma atividade momentânea com a função de resolver a multiplicação. A habilidade de calcular pode ser entendida como um padrão de comportamento abrangente, o qual tem um caráter disposicional. O que temos aqui, no entanto, não é exatamente a habilidade, mas sim seu exercício, que é algo episódico (seja manifesto ou encoberto). A proposta de Rachlin, tal como está, não leva em conta o fato de que algumas categorias são disposicionais e outras são episódicas, dessa maneira incorrendo em dificuldades.

Em terceiro lugar, Rachlin parece não dar nenhuma importância a padrões de comportamento outros que os operantes. Eu, por outro lado, sugiro que os comportamentos de outros tipos de padrões, incluindo reflexos (tanto os incondicionados como os condicionados), taxias, padrões modais de ação e cadeias de reação, são a matéria-prima dos fenômenos psicológicos também. Por exemplo, o comportamento (exemplar de uma taxia) de uma larva virar à direita dada luz brilhante na direção oposta compõe um exemplar de querer proteção contra a

ameaça.

Por fim, a abordagem que defendo neste trabalho, diferentemente daquela de Rachlin, não descarta a possibilidade de que pelo menos alguns fenômenos psicológicos têm como componentes parciais aspectos não comportamentais de processos neurofisiológicos. Pode acontecer de não só a dimensão funcional, mas também aspectos da base físico-química do comportamento serem a matéria-prima de – ao invés de simplesmente pré-requisitos de – fenômenos psicológicos.

3.4.3. A Abordagem da Mente Estendida de Clark e Chalmers

A tese central da abordagem da mente estendida de Clark e Chalmers (1998) é de que certos tipos de fenômenos psicológicos podem ser, mas nem sempre são, parcialmente constituídos por (e não apenas dependentes de) processos e estruturas fora do corpo do organismo. A tese é limitada a crenças e processos cognitivos e cogitativos. Os processos externos que podem parcialmente constitui-los são tomados como ações de exploração e de manipulação pelo organismo, tais como a manipulação dos botões de uma máquina jogando-se Tetris e o uso de lápis para realizar uma multiplicação. As estruturas são aparentemente entendidas como aquelas portadoras de informação, tais como (mais obviamente) cadernos, livros, listas de compras e pontos de referência (cf. também Clark 2008, p. 76; Rowlands 2010, p. 58-59; Wheeler 2010, p. 246). Trata-se, portanto, de uma oposição direta a (TL), a tese da localização. No entanto, essa abordagem é um externismo forte não comportamental, pois não sugere que comportamentos são sempre constituintes de fenômenos psicológicos de uma ou mais categorias. Comportamento, para Clark e Chalmers, é apenas um tipo contingente de componente de crenças e processos cognitivos.

Central na visão deles é o que veio a ser chamado de *princípio da paridade*, segundo o qual: “Se, ao enfrentarmos alguma tarefa, uma parte do mundo funciona como um processo que, *se ele fosse realizado na cabeça*, nós não hesitaríamos em reconhecer como sendo parte do processo cognitivo, então essa parte do mundo é [...] parte do processo cognitivo”. (Clark & Chalmers 1998, p. 8; grifo no original; trad. minha)

A ideia é de que a localização de um processo não importa para que conte como cognitivo, desde que tenha o papel funcional relevante. Somos apresentados a uma espécie de funcionalismo estendido, nos termos de Wheeler (2010, p. 248-249).

O funcionalismo tradicional sobre fenômenos psicológicos diz que algo é um fenômeno psicológico (e.g., a crença de que vai chover) se possui as relações causais certas com: estímulos sensoriais como entradas (e.g., foi um efeito de ver nuvens escuras no céu ou de ouvir um trovão); comportamentos como saídas (e.g., pegar um guarda-chuva); e outros (supostos) fenômenos psicológicos interiores (e.g., interage causalmente com a crença de que trovão indica chuva), tomados como sendo realizados pelo cérebro ou substratos semelhantes (e.g., Fodor 1968; Lewis 1972; Putnam 1975d/1967). (TL), a tese da localização, é tomada como certa na formulação tradicional do funcionalismo.

A abordagem da mente estendida, por outro lado, sugere que, para algo contar como um exemplar de um tipo de fenômeno psicológico, em particular de crença ou processo cognitivo, a localização da entidade é irrelevante, desde que possua os tipos certos de relações causais com entradas sensoriais, saídas comportamentais e outros fenômenos psicológicos; ou seja, desde que tenha o papel funcional que supostamente define aquele tipo de fenômeno psicológico (cf. também Clark 2008, p. 8; Menary 2010a, p. 5). Por exemplo, se uma pessoa fosse realizar uma tarefa de multiplicação sem a ajuda de lápis e papel ou de qualquer outra estrutura externa, mas apenas “na cabeça”, as pessoas não hesitariam em chamar isso de um processo de pensamento. Porém, realizar a mesma tarefa com a ajuda de lápis e papel, sugere a abordagem da mente estendida, exibe um papel funcional semelhante; ou seja, possui as relações causais relevantes com: entradas sensoriais, tais como ser perguntado pelo resultado de determinada multiplicação; saídas comportamentais, tais como declarar o resultado da multiplicação; e outros fenômenos psicológicos, tais como desejo de responder à pergunta. A partir do princípio de paridade, segue-se que a ação de usar o lápis e o papel deve ser reconhecida como uma parte desse exemplar de calcular a multiplicação.

Da mesma forma, em um exemplo frequentemente citado, Inga ouve de um amigo que há uma interessante exposição no Museu de Arte Moderna de Nova York. Ela lembra que o museu é na 53rd Street e, motivada pelo desejo de ver a exposição, parte em direção a esse endereço. Inga, dizem-nos Clark e Chalmers (1998), já tinha a crença de que o museu está na 53rd Street “em algum lugar na memória, à espera de ser acessada” (p. 12; trad. minha). Somos agora convidados a considerar Otto, um paciente de Alzheimer que depende fortemente de um caderno, onde ele gosta de anotar as informações novas úteis que ele aprende. Como Inga, Otto ouve falar da exposição. Impulsionado pelo desejo de ver a exposição, ele procura o endereço do museu em seu

caderno e depois parte para o local. De acordo com Clark e Chalmers (cf. também Clark 2008, p. 78; 2010, p. 45-46), a informação recuperada por Otto de seu caderno é uma crença que ele já tinha acerca do endereço do museu. Seu caderno tem um papel funcional semelhante àquele que a “memória biológica” ocupa para Inga. Apenas um preconceito sobre a localização da cognição, sugerem-nos Clark e Chalmers, impedir-nos-ia de dizer que a informação no caderno de Otto não é uma crença; pois a informação possui relações causais semelhantes com estímulos sensoriais (a saber, ouvir sobre a exposição), saídas comportamentais (em particular, ir para o museu) e outros fenômenos psicológicos (em particular, o desejo de ver a exposição).

3.4.4. Uma Discussão da Abordagem de Clark e Chalmers

Como a abordagem de Clark e Chalmers, a minha é uma forma de externismo forte, mas com várias diferenças fundamentais. Em primeiro lugar, o funcionalismo estendido deles é uma extensão do funcionalismo tradicional, que, penso, é equivocado. O funcionalismo tradicional implica que qualquer fenômeno psicológico pode ser um fenômeno interior totalmente não comportamental. Minha abordagem tem características funcionalistas, mas não no sentido da formulação tradicional do funcionalismo. A definição de comportamento que eu sustento é (teleo)funcionalista (no sentido de Millikan 1993a), pois eu entendo comportamentos como processos funcionais, dirigidos a objetivos (onde funções devem ser entendidas, resumidamente falando, em termos de histórias de seleção). Os fenômenos psicológicos, na minha abordagem, herdam funções dos comportamentos que os compõem. Por exemplo, estar com fome tem a ver com comportamentos que possuem como funções a busca por alimentos, evitar obstáculos para o comportamento alimentar, e similares (talvez com a função comum de obtenção de alimento, em um nível molar). As funções dos fenômenos psicológicos são aquelas que os comportamentos possuem por direito próprio. Assim, minha perspectiva opõe-se diretamente ao funcionalismo tradicional, que é em grande parte retida por Clark e Chalmers.⁴²

Em segundo lugar (e correlatamente), onde há lembrar-se, imaginar ou raciocinar sem qualquer comportamento manifesto sendo exibido pelo organismo, Clark e Chalmers concebem o processo cognitivo como sendo um processo computacional dentro da cabeça, e não como um processo comportamental. Embora sua abordagem tente mitigar o papel de computações e

⁴² As versões da abordagem da mente estendida de Menary (2010b) e Rowlands (2010) não dependem do funcionalismo tradicional. No entanto, penso que elas são sujeitas, *mutatis mutandis*, a pelo menos às segunda e quarta observações que levanto a seguir, senão também a uma versão modificada da terceira observação.

representações mentais em processos cognitivos, acaba dependendo desses construtos de modo amplo (cf. Clark 1997). A meu ver, por outro lado, como destaquei acima, ao levarmos em conta a natureza comportamental desses fenômenos não só quando acontecem abertamente, mas também quando acontecem encobertamente, a necessidade de tais postulações é removida. Ou seja, Clark e Chalmers negligenciam a natureza comportamental dos exemplares de processos cognitivos que não envolvem comportamento manifesto, por isso postulando aqueles construtos. Essas postulações, além disso, como também aponte, enfrentam várias dificuldades conceituais (como, e.g., a chamada falácia mereológica).

Em terceiro lugar, Clark e Chalmers acabam reificando os fenômenos psicológicos, sobretudo as crenças. Segue-se a partir de sua abordagem que crenças podem estar disponíveis em estruturas como cadernos e listas de compras, as quais, por exemplo, possuem localização e podem ser transportadas de um lugar para outro. O exemplar de uma crença (e.g., uma crença sobre as coisas a serem compradas em um supermercado), então, poderia estar disponível no lado esquerdo ou direito de uma mesa, mais ou menos distantes da testa, e assim por diante. Ora, isso é incoerente com as nuances da noção de crença (além de com as nuances de outras categorias psicológicas). Não faz sentido (ou seja, é equivocado conceitualmente) dizer que a crença de alguém pode passar de uma sala para outra, estar alguns centímetros de seu próprio nariz, e assim por diante. Clark e Chalmers inclusive já partem de uma visão reificadora das crenças (além de outros fenômenos psicológicos), ao assumirem que elas podem ser armazenadas no cérebro (cf. Lazzeri 2011b). Diferentemente de sua abordagem, a minha é consistente com o caráter abstrato de crenças e outros fenômenos psicológicos.

Por fim, a dimensão propriamente externista da abordagem de Clark e Chalmers é bastante limitada em escopo, pois limita-se a crenças e processos cognitivos. Eles aparentemente pensam que emoções, humores, apetites, a maioria das atitudes proposicionais, etc. estão confinados no interior dos organismos e não têm componentes comportamentais. Em outras palavras, a sua abordagem é ainda bastante mentalista (em um sentido usual deste termo; e.g., Moore 2010; Smith 1984; cf. também capítulo 5), apesar de ter uma dimensão externista. Por outro lado, a abordagem sugerida no presente trabalho é externista forte (e comportamental) sobre as categorias psicológicas em geral (ainda que deixe em aberto a possibilidade de uma exceção).

3.5. Conclusão

Em suma, esbocei um externismo forte comportamental segundo o qual todos os exemplares de pelo menos a maioria das (senão de todas as) categorias psicológicas são constituídos por comportamentos, que podem ser ações e/ou reações, manifestos e/ou encobertos, e singulares, em cadeias ou espalhados em diferentes momentos e lugares (conforme o caso). Comportamentos não compõem os fenômenos psicológicos da mesma maneira. Eu procurei delimitar as maneiras como eles o fazem, com base em especial na distinção entre fenômenos psicológicos disposicionais e episódicos. Pelo menos duas razões gerais parecem favorecer a abordagem delineada, a saber: sua ampla harmonia com as nuances básicas das categorias psicológicas; e sua parcimônia. Esta abordagem contrasta com o internismo, com o externismo tradicional de conteúdo, com o externismo forte não comportamental e com algumas formas de externismo forte comportamental. Comparei-a especialmente com o externismo forte comportamental de Rachlin e com o externismo forte não comportamental de Clark e Chalmers. As abordagens de Rachlin e de Clark e Chalmers, como procurei mostrar, falham em satisfazer ao desiderato de coerência geral com as nuances básicas das categorias psicológicas e não são virtuosamente parcimoniosas (a de Rachlin não é parcimoniosa na medida certa, ao passo que, a de Clark e Chalmers, é relativamente não parcimoniosa). A abordagem aqui apresentada tenta manter as qualidades dessas abordagens e evitar seus defeitos. Embora não seja uma modelagem completa das categorias psicológicas, promove, penso eu, uma melhor imagem do lugar do comportamento nessas categorias.

CAPÍTULO 4

SOBRE ALGUMAS OBJEÇÕES COMUNS A UMA ABORDAGEM COMPORTAMENTAL ÀS CATEGORIAS PSICOLÓGICAS

Como modelar as categorias psicológicas (ordinárias), tais como as emoções, as chamadas atitudes proposicionais, os processos cognitivos e cogitativos e semelhantes? Dentre as tentativas de respostas a esse problema, estão abordagens comportamentais (ou behavioristas) (e.g., Rachlin 1994; Ryle 1949) – um tipo de perspectiva que tem sido pouco popular em filosofia da mente nos últimos cinquenta anos. Afirma-se ou supõe-se frequentemente (e.g., Braddon-Mitchell & Jackson 2007; Hauser 2005) que esse tipo de perspectiva é incapaz de lidar com as críticas comuns a ela (e.g., a objeção holista). No entanto, serão essas críticas realmente corretas?

Neste capítulo, procuro mostrar que tais críticas, na verdade, são equivocadas. Em particular, eu defendo que elas não representam qualquer ameaça à abordagem comportamental específica que favoreço, a qual se baseia em Ryle (1949) e Skinner (1976/1974), entre outros (cf. capítulo 3). Começarei caracterizando o behaviorismo (em um nível geral) sobre categorias psicológicas e resumindo algumas das principais características da abordagem comportamental particular que apoio. Depois, avaliarei: (i) a chamada objeção causal (e.g., Braddon-Mitchell & Jackson 2007); (ii) supostos contraexemplos segundo os quais pode-se exibir os comportamentos típicos associados a (ou seja, os critérios comportamentais para) um fenômeno psicológico sem se exemplificar o último, incluindo (ii.1) o caso do “ator perfeito” de Lewis (1966; 1994) e (ii.2) o zumbi imaginário de Kirk (1974); (iii) alegados contraexemplos segundo os quais pode-se exemplificar fenômenos psicológicos sem se realizar nenhum comportamento associado a eles, incluindo (iii.1) o cérebro em uma cuba imaginado por Armstrong (1968), (iii.2) os “super-super-espartanos” de Putnam (1975b/1963) e (iii.3) casos correlatos; e (iv) a objeção holista (e.g., Chisholm 1957).⁴³ Minha estratégia será, aproximadamente, fazer reconstruções – em vários casos, semiformais – dessas críticas e colocar em questão uma ou mais de suas premissas. Argumentarei que elas frequentemente possuem premissas errôneas sobre o behaviorismo.

⁴³ Esta não é uma lista exaustiva de objeções. Outra objeção, por exemplo, pode ser encontrada em Block (1981), que, a meu ver, é bem respondida por Ben-Yami (2005) e Rachlin (1994). Limitar-me-ei às objeções (i)-(iv) aqui.

4.1. O que é uma Visão Comportamental (ou Behaviorista) das Categorias Psicológicas?

Começarei com uma breve caracterização do behaviorismo sobre categorias psicológicas. (Nessa medida, retomarei aqui alguns aspectos da seção 3.2; porém, tocarei em outros pormenores.) Isso ajudará a contextualizar a abordagem comportamental particular que eu apoio. Além disso, algumas caracterizações deste tipo de visão são equivocadas, e pode não ser claro ao(à) leitor(a) quais são os critérios para uma visão das categorias psicológicas qualificar-se como comportamental.

O behaviorismo sobre categorias psicológicas é às vezes entendido (até mesmo por alguns autoproclamados behavioristas; e.g., Hocutt 1985) como a visão de que os fenômenos psicológicos são disposições para se comportar de certas maneiras (cf. também, e.g., Block 1980, p. 175; Braddon-Mitchell & Jackson 2007, p. 37). No entanto, essa é uma representação um pouco enganadora dele. Em primeiro lugar, dependendo de como se toma disposições comportamentais, tem-se (como, e.g., em Armstrong 1968) uma teoria da identidade de tipos ou de particulares mente-cérebro. Porém, apenas se as disposições comportamentais são tomadas como pelo menos parcialmente *constituídas por comportamentos* resulta-se um ponto de vista *distintamente comportamental*. Em segundo lugar, essa caracterização não é abstrata o bastante. Por exemplo, um ponto de vista distintamente comportamental não precisa sustentar que os fenômenos psicológicos de todas as categorias são disposicionais, por oposição a episódicos (sobre essa distinção, cf. capítulo 3; também seção 4.2 a seguir).

Eu penso que existem pelo menos duas formas gerais – e várias subformas reais e possíveis – de visão comportamental das categorias psicológicas. De acordo com uma primeira forma, (I) todos os exemplares (ou instâncias) de todas ou de algumas categorias psicológicas são constituídos por (em oposição a apenas dependentes de) comportamentos, parcial ou inteiramente. Em outras palavras, as abordagens comportamentais deste tipo afirmam que a matéria-prima de todos ou de alguns fenômenos psicológicos é parcial ou totalmente comportamentos. (Alternativamente, pode-se dizer que uma abordagem de acordo com a qual todos os exemplares de tais e tais categorias – e.g., atitudes proposicionais, apetites e traços de caráter – são compostos de comportamentos é uma visão comportamental *dessas* categorias específicas, mas não, ou não necessariamente, comportamental sobre outras.) Versões reais ou possíveis de (I) diferem quanto a se comportamentos são *toda* ou *parte* da matéria-prima dos fenômenos psicológicos; se os comportamentos são componentes dos exemplares de *todas* ou de

apenas *algumas* categorias; sobre *a(s) forma(s) como* os comportamentos os compõem; e sobre o que é *comportamento*. Acredito que diferentes versões de (I) podem ser encontradas, por exemplo, em Kantor (1933), Rachlin (1994), Ryle (1949) e, em certo sentido, Skinner (1953) (digo 'em certo sentido' por uma razão que será mencionada em breve). Chemero (2009), Noë (2009) e Rockwell (2005) parecem apresentar abordagens comportamentais também, mas (provavelmente em parte por causa das habituais interpretações estreitas feitas do behaviorismo pela literatura em filosofia da mente) não as descrevendo como tais.

Um segundo tipo de visão comportamental das categorias psicológicas é (II) o que podemos chamar de eliminativismo comportamental. De acordo com visões eliminativistas (sejam comportamentais ou não comportamentais) tomadas em um nível geral, os fenômenos psicológicos de algumas ou de todas as categorias são, na verdade, ficções (eles não existem de modo nenhum); e, além disso, ficções no caminho errado. Isto é, o eliminativismo diz que o vocabulário relativo a algumas ou todas as categorias psicológicas corresponde a uma teoria completamente falsa e que deveria ser abandonada em favor de um quadro teórico mais adequado para explicar e prever o comportamento. (Alternativamente, pode-se dizer que uma abordagem segundo a qual todos os exemplares de categorias psicológicas tais e tais são ficções no caminho errado etc. é um eliminativismo sobre *essas*, mas não sobre algumas outras, categorias particulares.) Atribuições de fenômenos psicológicos, segundo o eliminativismo, são supostas designar entidades de um determinado tipo, quando na verdade essas entidades não existem de modo nenhum, da mesma forma que as atribuições de bruxaria, *vis viva*, flogisto, calórico e semelhantes falham em designar coisas no mundo. Eliminativismos centrados no cérebro (e.g., Churchland 1988; Rorty 1965) favorecem alguma forma de quadro teórico neurocientífico como alternativa, enquanto eliminativismos comportamentais favorecem um quadro teórico comportamental (embora não necessariamente exclusivo). Baum e Heath (1992), por exemplo, sugerem um eliminativismo comportamental, afirmando que atitudes proposicionais e fenômenos intencionais correlatos são meras ficções que apenas atrapalham nossa compreensão do comportamento. Skinner parece sugerir um eliminativismo comportamental às vezes (e.g., Skinner 1976/1974, p. 16), mas várias de suas análises das categorias psicológicas (e.g., em Skinner 1953; 1976/1974) são, argüivelmente, consistentes com uma perspectiva comportamental não eliminativista (cf., e.g., Charles 2011; Deitz 1986; Lazzeri & Oliveira-Castro 2010b; também capítulo 5).

Minha delimitação de ambas as formas de perspectiva comportamental sobre categorias psicológicas, ou seja, de (I) e (II) (que são, respectivamente, formas não eliminativistas e eliminativistas), envolve, naturalmente, algum grau de convenção, e pode-se eventualmente melhorá-la. De qualquer forma, eu submeto que ela promove uma caracterização mais plausível desse tipo de perspectiva. Além disso, ela ajuda a contextualizar a abordagem comportamental particular que eu defendo (cf. capítulo 3; também Lazzeri 2015),⁴⁴ a qual resumirei na seção seguinte.

Neste capítulo, concentrar-me-ei em apoiar uma versão de (I), isto é, da variedade não eliminativista de perspectiva comportamental. A meu ver, as categorias psicológicas *não* são ficções. Antes, os fenômenos psicológicos de diferentes categorias existem, em geral, mas fundamentalmente como realidades comportamentais. Por isso mesmo, não considero que eles necessariamente competem com quadros teóricos científicos, sejam comportamentais ou neurobiológicos. Quadros teóricos rigorosos podem coexistir pacificamente ao lado do vocabulário psicológico ordinário e podem – se guiados por uma análise conceitual cuidadosa – ajudar a lançar luz sobre alguns aspectos dele (cf. também capítulo 5).

4.2. Comportamentos e Seu Lugar nos Fenômenos Psicológicos: Um Breve Panorama de uma Abordagem Comportamental Particular

A abordagem que apoio é naturalmente comportamental. Sua tese geral é de que todos os exemplares de pelo menos a maioria das (senão de todas as) categorias psicológicas são constituídos de comportamentos. Esses comportamentos podem ser ações e/ou reações, manifestos e/ou encobertos, e individuais, em cadeias ou em agregados que não chegam a formar o que poderíamos chamar de uma ocorrência de comportamento.

Deixo em aberto aqui se aspectos não comportamentais de processos neurofisiológicos (isto é, *grosso modo*, processos físico-químicos subjacentes aos comportamentos) também constituem parte da matéria-prima dos exemplares de pelo menos algumas categorias psicológicas. Em particular, aspectos não comportamentais desses processos podem ser necessários para se acomodar totalmente as chamadas qualidades fenomênicas (e.g., os sentimentos desconfortáveis que se tem quando em dor severa) como componentes parciais de alguns exemplares de fenômenos psicológicos, ainda que, em geral, os considere apenas

⁴⁴ Articulei um delineamento inicial dessa abordagem em Lazzeri (2011a; 2013a; 2013b; 2013c).

contingentes (mais sobre isso adiante). (Porém, a meu ver, as qualidades fenomênicas de processos perceptuais – ver, ouvir, etc. –, em particular, tais como as cores e os sons, não estão no interior do organismo. Considero-os, ao invés – como, e.g., Genone 2011 e Noë 2012 –, como sendo propriedades do meio ambiente em relação à nossa posição nele e às condições de iluminação, umidade e assim por diante.) Em qualquer caso, esses processos não devem ser tomados sem se levar em conta sua dimensão comportamental.

Reiterando o que já expliquei anteriormente, entendo comportamento (na acepção de resposta) como qualquer coisa que um organismo faz cuja etiologia envolva uma história de seleção na filogênese e/ou na ontogênese do organismo, juntamente com a influência de condições ou eventos do ambiente antecedente como estímulos sensoriais. Em outras palavras, por comportamento quero dizer qualquer coisa que um organismo faz que tem uma ou mais funções e é parcialmente causado por estímulos sensoriais. Adoto uma compreensão histórico-etiológica das funções (Millikan 1984; 1993a), segundo a qual algo x do tipo X possui uma função F se x deve sua existência a uma história de seleção (tipicamente, seleção natural ou condicionamento operante); ou x é produzido por um mecanismo que tem a função (por sua vez como resultado de uma história de seleção) de produzir itens do tipo X e, desse modo, realizar F , dadas certas condições ambientais (cf. capítulo 2, seção 2.5).

Alguns comportamentos são em grande medida (no limite, inteiramente) inaparentes por simples contemplação do que se passa no exterior do corpo do organismo. Chamo-os (aproximadamente como Skinner 1953; 1976/1974) de comportamentos encobertos. A título de exemplo, contam como comportamentos secreções endócrinas induzidas por eventos ambientais com os quais se tornaram associadas por condicionamento pavloviano; e dizer subvocalmente (consigo mesmo, em silêncio, como se diz) algo como “cinco vezes um é igual a cinco; cinco vezes nove é igual a quarenta e cinco; então ...”, enquanto resolvendo a multiplicação 5×91 (neste último caso, a atividade é em parte resultante de seleção por condicionamento operante).⁴⁵ O que um organismo realiza não precisa necessariamente envolver movimentos do corpo externo (observáveis por simples contemplação do que se passa na parte externa da derme, exoesqueleto ou similar) para se qualificar como um comportamento, desde que sua etiologia seja do mesmo

⁴⁵ Não quero dizer, porém, que todos os processos de raciocínio, muito menos todos os processos de pensamento, são compostos de apenas comportamentos encobertos. Sugiro, antes, que alguns exemplares de processos de pensamento são constituídos por comportamentos manifestos. Da mesma forma para os exemplares de outras categorias psicológicas: eles são constituídos por comportamentos manifestos e/ou encobertos.

tipo de uma etiologia que dá origem a comportamentos manifestos.⁴⁶

Comportamentos encobertos, conforme eu os concebo, são, pelo menos em boa medida, observáveis a partir de um ponto de vista de terceira pessoa, entretanto. Assim, comportamentos encobertos e manifestos estão em um *continuum* de observabilidade de terceira pessoa. Um organismo salivando dado um estímulo sensorial (e.g., olfativo) ao qual está associado, por exemplo, conta (sob minha caracterização) como um comportamento encoberto porque é algo em grande medida não observável por simples consideração do que se passa na parte exterior à derme, embora possa até certo ponto ser observado de um ponto de vista de terceira pessoa em condições favoráveis (cf. Lazzeri 2013b). (De acordo com minha caracterização de comportamentos encobertos, esse exemplar de salivação ainda é encoberto depois de ser observado, uma vez que é em grande medida não *observável* por simples consideração do que se passa no exterior da derme. Se o comportamento fosse contar como manifesto depois de ter sido observado, então os comportamentos de, digamos, um organismo sozinho – sem ser observado – na floresta ou em uma sala contariam como encobertos. Minha definição de comportamento encoberto é semelhante à de Palmer 2003; 2009; mas difere desta a esse respeito.)

De modo semelhante, estímulos sensoriais não são necessariamente aparentes no lado de fora da derme do organismo. Alguns estímulos sensoriais acontecem mais ou menos dentro do corpo do organismo. Por exemplo, quando alguém sente o estômago “roncar de fome”, está reagindo a determinadas condições do estômago como estímulos (interoceptivos); quando sente as próprias pernas em movimento, está sob influência parcial das condições delas exercendo estimulação (proprioceptiva) (cf. Skinner 1953; 1969a; 1976/1974; também, e.g., Tourinho 2006).

Além disso, vale a pena salientar que comportamento pode ser uma ação ou uma reação do organismo. A extensão do conceito de comportamento engloba exemplares de padrões de comportamento tais como reflexos (incondicionados e condicionado), taxias e cadeias de reação, que têm uma forte base filogenética; bem como exemplares de padrões operantes, que têm uma forte base ontogenética.

Diferentemente das interpretações davidsonianas (que remetem a Davidson 1980/1963) e outras intelectualistas das ações, eu não considero ações como movimentos provocados por

⁴⁶ O behaviorismo é às vezes (e.g., Hacker 2012; Hamlyn 1953; Hauser 2005) acusado de assumir uma visão do comportamento como movimentos corporais externos (ou algo parecido). Porém, aparentemente, poucas propostas comportamentais (e.g., Hempel 1980/1935 e Hull 1943) aderiram a uma tal visão estreita de comportamento (cf. Kitchener 1977). Em particular, é preciso estar claro que minha compreensão de comportamento está muito longe da visão estreita (cf. capítulo 2).

atitudes proposicionais ou similares tomadas como causas internas não comportamentais. Antes, em minha perspectiva (e em linha com Skinner 1953; 1976/1974), as ações estão em um *continuum* com as reações, diferindo em ser relativamente menos rígidas e automatizadas. Sua probabilidade de ocorrência não é relativamente alta dada a presença dos estímulos antecedentes aos quais estejam (por meio de históricas de interação com o ambiente e mecanismos de aprendizagem operante) associadas. Elas são, *grosso modo*, exemplares de operantes, que são aqueles padrões de comportamento que devem sua existência, em geral, a histórias de seleção pelas consequências que produzem na ontogênese do organismo (cf. também capítulo 5).

Além disso, segundo a abordagem aqui apoiada, deliberação é algo que pode influenciar algumas ações; mas a deliberação, ela própria, já é ação. Ou seja, exemplares de deliberação são constituídos por comportamentos manifestos e/ou encobertos (dependendo do caso). Não se trata de uma causa interna não comportamental de comportamentos.

Comportamentos compõem fenômenos psicológicos de diferentes maneiras. Alguns fenômenos psicológicos, tais como os processos cognitivos e cogitativos, têm um caráter episódico. Estes têm início e fim relativamente claros (e.g., é geralmente claro quando se começa e termina a resolução de uma multiplicação); podem ser interrompidos e retomados (e.g., pode-se, a princípio, parar de resolver uma equação e depois retomar a tarefa); e, pelo menos muitos deles são coisas que um organismo faz e têm o caráter de atividades. Em geral, se um organismo exemplifica no momento um fenômeno psicológico episódico, ele está realizando alguma ação ou reação no momento. Por exemplo, se alguém está resolvendo uma equação, está empenhado em escrever alguns números em um pedaço de papel, ou manipulando uma calculadora, ou dizendo para si relações numéricas relevantes (possivelmente de maneira subvocal), ou algo semelhante. Segundo minha perspectiva, exemplares de fenômenos psicológicos episódicos são compostos por ações e/ou reações singulares ou em cadeias, ocorrendo no local em que o organismo está quando exemplifica o fenômeno.

Por outro lado, alguns fenômenos psicológicos, como, por exemplo, exemplares de atitudes proposicionais, emoções e apetites, são disposicionais. Isto é, eles, em geral, acontecem em diferentes momentos e lugares (e.g., pode-se ter medo de aranhas por dias, meses e até anos); têm começo e fim difusos (e.g., não há algo como cronometrar um medo ou admiração); não são o tipo de coisa que possa ser interrompido e depois retomado (e.g., não há algo como interromper um medo e depois retomá-lo, em sentido próprio); e, em geral, não são coisas que um organismo

pode ser dito fazer (e.g., não faz sentido dizer que um organismo faz um temer ou ter fome). Um fenômeno psicológico disposicional requer uma análise em termos de disjunções de enunciados subjuntivos que especificam (muitas vezes variegadas) relações entre objetos, eventos ou condições como estímulos sensoriais, e ocorrências de ações ou reações do organismo (cf. Ryle 1949). Por exemplo, se um organismo está com fome, então: dado certos contextos (e.g., presença de uma presa ou de uma praça de alimentação), iria (provavelmente) apresentar alguns comportamentos que favorecem a alimentação (e.g., a caça da presa, a compra de alguns alimentos); e/ou evitar atraso da alimentação (e.g., alocando seu tempo com outra tarefa só mais tarde); e/ou, dado o cheiro de comida, teria certas reações fisiológicas de preparação do comportamento de comer; etc. De minha perspectiva, fenômenos psicológicos disposicionais são, de modo geral, compostos de agregados de ações e/ou reações (manifestas e/ou encobertas) espalhadas em diferentes momentos e lugares. Diferentemente dos fenômenos psicológicos episódicos, as ações e/ou reações que os compõem não são, em geral, singulares ou em cadeias.

O behaviorismo em filosofia da mente é muitas vezes tomado como uma análise puramente disposicional preocupada com a redução dos fenômenos psicológicos a movimentos corporais externos (e.g., Braddon-Mitchell & Jackson 2007; Hauser 2005; Lewis 1966; Moya 1990). Isso, porém, não é verdade de todas as abordagens comportamentais. Em especial, não é o caso da abordagem que sugiro. No que se segue, argumentarei que as objeções comuns ao behaviorismo são vítimas desse tipo de equívoco.

4.3. A Objeção Causal

A chamada objeção causal a uma perspectiva comportamental afirma que esse tipo de perspectiva (doravante 'BEH', de 'behaviorismo') implica que os fenômenos psicológicos não têm quaisquer poderes causais sobre os comportamentos que eles explicam e que, por isso, não é plausível. Como Braddon-Mitchell e Jackson (2007) colocam:

A objeção causal ao behaviorismo é de que ele nega um papel causal aos estados mentais em relação ao comportamento. Quando você acredita que vai chover, a sua crença pode, por exemplo, ser responsável por você ser tal que, se você fosse sair, levaria um guarda-chuva. Quando você grita de dor, é sua dor que produz o grito. Ser inteligente é o que é causalmente responsável pela habilidade de Jones de resolver problemas difíceis [...]. [...] [B]ehavioristas veem-se na posição de negar o truísmo de que os estados mentais são causalmente responsáveis pelo comportamento [...]. (p. 42; trad. minha)

Essa objeção, como eu a entendo, pode ser representada da seguinte forma:

- (1) Fenômenos psicológicos têm influências causais sobre os comportamentos que eles são ditos explicar. [Premissa]
- (2) Ora, se o BEH fosse o caso, então fenômenos psicológicos não teriam influências causais sobre os comportamentos que eles são ditos explicar. [Premissa]
- (3) Portanto, o BEH não é o caso. [De (1) e (2), *modus tollens*]

Em primeiro lugar, eu sugiro que a premissa 2 é falsa. O BEH não implica necessariamente que os fenômenos psicológicos não têm influências causais sobre os comportamentos que eles são ditos explicar. O BEH que eu apoio, em particular, não tem essa implicação. Meu ponto de vista é de que os poderes causais dos fenômenos psicológicos estão tipicamente nas inter-relações comportamento-comportamento e comportamento-ambiente. Por exemplo, se alguém, digamos, está resolvendo a multiplicação 12×378 , está engajando-se em comportamentos com a função de fornecer o resultado, tais como manipulação de um lápis e um papel, e/ou manipulação de uma calculadora, e/ou dizendo para si coisas como “duas vezes oito é dezesseis; duas vezes sete é quatorze; assim ...”, e/ou outros semelhantes. Ao se falar subvocalmente relações entre números, o que se está realizando é também um comportamento, não importando se não se está fazendo nada aparente na parte externa do corpo. Pois o que se faz, em tal caso, deve sua existência, em parte, a uma história de aprendizagem através de condicionamento operante (ou reforço). Assim, o comportamento verbal de expressar a resposta ao problema é o último passo de uma cadeia de comportamento. As etapas comportamentais intermediárias de tal processo ajudam a se chegar à resposta. Os processos de raciocínio, de fato, têm influências causais sobre comportamentos, mas essas relações causais se dão entre os próprios comportamentos que os compõem. Observações semelhantes aplicam-se, *mutatis mutandis*, a vários outros fenômenos psicológicos episódicos. A objeção causal deixa de apreciar isso em parte porque ela se baseia na suposição de que o BEH é uma análise disposicional de todas as categorias psicológicas.

Além disso, julgo que a premissa 1 é parcialmente falsa. Na verdade, fenômenos psicológicos disposicionais (e.g., atitudes proposicionais, emoções, traços de caráter), em particular, não são, em geral, causas por de trás dos comportamentos. A meu ver, os fenômenos psicológicos disposicionais têm certos poderes causais também, mas esses poderes causais não

são aqueles que Braddon-Mitchell e Jackson (2007), entre outros, sugerem que eles têm. Por exemplo, se uma pessoa pega um guarda-chuva antes de sair por acreditar que vai chover, o comportamento de pegar o guarda-chuva – que, de minha perspectiva, é *prima facie* um componente desse exemplar de crença – não é causado por sua crença. Ou seja, achar que vai chover não é um evento interno subjacente ao comportamento de pegar um guarda-chuva. Dizemos que a pessoa pega o guarda-chuva porque ela acha que vai chover; mas a palavra 'porque', aqui, é apenas uma maneira de subsumir o comportamento em questão sob o contexto maior de outros de seus comportamentos, passados e/ou futuros (alguns dos quais podem ser encobertos), tais como olhar para fora da janela para verificar se está chovendo e deixar as janelas fechadas antes de sair (cf. Ryle 1949; também, e.g., Charles 2011; Rachlin 1994; Tanney 2009). No entanto, pegar o guarda-chuva e esses outros comportamentos têm influências causais sobre o ambiente (tanto externo como interno ao corpo) e podem influenciar outros comportamentos, tais como, por exemplo, o comportamento de tirar um pertence de uma pasta para carregar menos peso. A crença influencia alguns comportamentos somente por meio dos comportamentos que a compõem ao longo do tempo.

Insistir que é um truísmo dizer que os fenômenos psicológicos disposicionais são causas internas não comportamentais dos comportamentos incorreria em petição de princípio contra BEH, especialmente contra o tipo particular de BEH que eu apoio. Pois essa afirmação é em geral um alvo principal de tais abordagens. Sob pena de circularidade, o oponente do BEH não pode usar uma premissa diretamente posta em causa pelo proponente do BEH (Lazzeri 2013c, p. 63).

4.4. “Ator Perfeito” e “Zumbis”

Gostaria agora de abordar duas objeções que tentam apoiar a primeira premissa do seguinte argumento:

- (1) Um organismo pode falhar em exemplificar um dado conjunto de fenômenos psicológicos mesmo se o organismo exhibe os comportamentos associados a eles durante um relevante período de tempo. [Premissa]
- (2) Se (1), então o BEH não é o caso. [Premissa]
- (3) Logo, o BEH não é o caso. [De (1) e (2), *modus ponens*]

4.4.1. “Ator Perfeito”

Segundo Lewis (1966), o BEH não tem lugar para “um ator perfeito fingindo ter uma experiência que ele na verdade não tem” (p. 22; trad. minha). O BEH, diz Lewis (1994), não tem “um lugar para o enganador resoluto, disposto venha o que vier a comportar-se como se seus estados mentais fossem diferentes do que realmente são” (p. 417-418; trad. minha). A ideia, portanto, é de que um ator *x* pode imitar os comportamentos de alguém *y* perfeitamente, aconteça o que acontecer; e, ainda assim, não exemplificar os mesmos fenômenos psicológicos de *y*. Por isso, o BEH não seria plausível.

Considero que esse imaginado contraexemplo enfrenta o seguinte dilema. Ou o ator *x* na verdade não exibe os mesmos (tipos de) comportamentos de *y*. Pois os comportamentos de *x* não têm as mesmas funções que os de *y* (em outras palavras, os comportamentos de *x* estão sob o controle de diferentes variáveis), na medida em que *x* apenas imita *y*. Se, por exemplo, *x* tão somente imita o comportamento de *y* de tomar um banho ou de fugir de um predador, o comportamento de *x* não tem a função relacionada ao banho ou a função de proteção contra predador, mas sim a função de imitar o banho ou de imitar a fuga de um predador (e, talvez, sendo *x* um bom ator, funções como a de obter algum dinheiro).

Ou então, se Lewis estivesse disposto a insistir que *y* realmente realiza os mesmos comportamentos de *x*, então os comportamentos de *x* e de *y* teriam as mesmas funções. Neste último caso, *x* não simplesmente imitaria *y*; ou seja, a ideia de simples imitação estaria excluída (Lazzeri 2013c, p. 67-69). Se, por exemplo, *x*, como *y*, liga um chuveiro, entra nele, lava seu corpo sujo, e assim por diante, então deve ficar claro que *x* não está simplesmente imitando o comportamento de *x*. Provavelmente tanto *x* como *y* acham que o chuveiro é um lugar onde se toma banho, tiveram a intenção de tomar um banho, o desejo de limpar-se e outros atributos em comum. Se *x*, como *y*, vê-se diante de um leão na selva, sai correndo, entre em um jipe, acelera ao ver que o leão vem em sua direção, etc., deve estar claro que *x* não apenas imita *y*. Supondo uma semelhança entre vários comportamentos de *x* e *y* em outros contextos e situações ao longo de suas respectivas vidas, é seguro dizer que ambos temem o ataque de leões, quiseram proteger-se do leão, acham que subir no jipe é uma maneira de proteger-se, etc. Como Stout (2006) coloca, “um total fingimento não seria fingimento de todo, mas um modo de vida em seu próprio direito” (p. 8; trad. minha). Portanto, objeção do “ator perfeito” de Lewis não representa nenhuma ameaça para o tipo de BEH que apresentei.

4.4.2. “Zumbis”

Kirk (1974) pede-nos para conceber “um organismo indistinguível de um ser humano normal em todos os aspectos observáveis anômicos, comportamentais e outros, porém sem sentiência” (p. 43; trad. minha). Tal imaginada criatura veio a ser chamada de “zumbi filosófico” na literatura (cf., e.g., Kirk 1999). Não é como os zumbis de filmes, que têm corpos deformados. Ainda assim, eles são chamados de zumbis, porque são concebidos como não tendo, apesar de todas as aparências, nenhuma sentiência (ou capacidade de sentir; e.g., exteroceptiva, interoceptiva). Kirk (1974) tenta alentar a possibilidade desse cenário descrevendo a perda progressiva de uma pessoa de sua sentiência até a fase de completa ausência dela. Ora, continua a objeção, se uma criatura é física e comportamentalmente indistinguível de um ser humano médio e, contudo, não tem sentiência, então o BEH (e, aliás, qualquer outro ponto de vista materialista) não pode estar correto. Segundo essa objeção, o zumbi filosófico apenas aparenta estar percebendo (e.g., vendo, ouvindo, cheirando) coisas, tendo emoções (e.g., apreciando e odiando certas coisas), e assim por diante, sem realmente exibir esses fenômenos psicológicos.

Eu penso que essa objeção é bastante equivocada. Em primeiro lugar, como Tanney (2004) aponta, os predicados psicológicos que se aplicam ao ser humano médio seriam, de modo geral, aplicados ao zumbi também, se tal pudesse existir (o que duvido). *Ex hypothesi*, essa criatura discriminaria entre uma variedade de formas, sons, cores, sabores, e assim por diante (ou seja, distinguiria uma variedade de pios, grunhidos e latidos; distinguiria diferentes bebidas e alimentos; beberia água, mas não acetona; etc.); comportar-se-ia (durante um período considerável de tempo) exatamente como um organismo que odeia ou aprecia determinados tipos de coisas, como, digamos, certos esportes (e.g., evitando atividades relacionadas a eles, ao invés de gastar uma quantidade considerável de tempo engajando-se nessas atividades); e assim por diante. Questionar a aplicabilidade dos predicados psicológicos relevantes a esse organismo, tais como 'ouvir', 'ver', 'estar com sede', 'apreciar', 'ter angústia', 'odiar', etc., não faria sentido. Isso, penso, coloca em dúvida a possibilidade (inclusive lógica) do cenário imaginado por Kirk.

Para tornar esse ponto mais latente, considere que levar a sério o cenário de um zumbi (filosófico) equivale a levar a sério a hipótese de que todos os seres humanos e outros seres vivos, com exceção de si próprio(a), são zumbis. A aplicabilidade dos predicados psicológicos simplesmente não seria afetada. Isso parece mostrar que o caso imaginado por Kirk (1974) não

representa uma ameaça para uma abordagem comportamental das categorias psicológicas.

Mesmo se o cenário de Kirk (1974) for logicamente possível (ou seja, aproximadamente falando, não implicar qualquer contradição lógica), seria injustificado inferir que o cenário é naturalmente (ou fisicamente) possível (isto é, de acordo com as leis naturais). Não sei se ele é possível logicamente (parece-me que não o é); mas, em nosso mundo e qualquer outro com as leis naturais do nosso, se uma criatura realizar os mesmos comportamentos de um organismo médio e ter sistemas exteroceptivos, proprioceptivos e interoceptivos regulares (e não severamente danificados), então, sugiro, o organismo exemplifica os fenômenos psicológicos (emoções, humores, apetites, etc.) do ser humano médio e, inclusive, é senciência. Inferir que o cenário do zumbi é naturalmente possível (para além de logicamente possível) seria uma petição de princípio contra o BEH que apoio (e presumivelmente várias outras formas de BEH). (Isso não significa que eu considere a senciência como um fenômeno redutível a comportamentos. A meu ver, aspectos não comportamentais dos processos físico-químicos subjacentes à interação do organismo com o ambiente provavelmente são também necessários para uma modelagem completa da senciência.)

4.5. “Cérebro em uma Cuba”, “Super-Super-Espartanos” e Contraexemplos Correlatos Alegados

Passarei agora à resolução de objeções que tentam sustentar a primeira premissa do seguinte argumento geral:

- (1) Alguns fenômenos psicológicos podem ser exemplificados independentemente de qualquer comportamento típico associado a eles tendo lugar durante um período relevante de tempo. [Premissa]
- (2) Se (1), então o BEH não é o caso. [Premissa]
- (3) Logo, o BEH não é o caso. [De (1) e (2), *modus ponens*]

4.5.1. “Cérebro em uma Cuba”

Armstrong (1968) pede-nos para imaginar o seguinte:

Suponha-se que fôssemos capazes de fazer um registro completo dos impulsos do sistema nervoso de alguém durante toda sua vida. Suponha-se que criemos artificialmente uma cópia exata desse sistema nervoso, mas o separemos de qualquer corpo. [...] [E]ntão organizemos o que acontece a esse sistema artificial de modo que

seja *exatamente* igual [...] ao que aconteceu ao sistema nervoso da pessoa em vida. Certamente, é provável que este cérebro teria uma mente, e, *subjetivamente*, suas experiências seriam [...] as mesmas que aquelas da pessoa cujo sistema nervoso foi copiado. Contudo, por hipótese, o cérebro seria incapaz de *comportamento* [...]. O que o behaviorista pode dizer sobre esse caso? (p. 71-72; grifos no original; trad. minha)

Em outras palavras, Armstrong convida-nos a levar a sério a possibilidade de um cérebro em uma cuba com uma vida psicológica rica, mas nenhum comportamento. (A expressão “cérebro em uma cuba”, porém, não é de Armstrong 1968, mas sim, até onde sei, de Putnam 1981.)⁴⁷ Esse caso imaginado contra o BEH, no entanto, incorre em confusões conceituais. Em primeiro lugar, comete uma falácia mereológica, porque predicados psicológicos aplicam-se com sentido apenas ao organismo vivo como um todo. É um equívoco conceitual dizer que o cérebro de um organismo está com fome, está triste ou feliz com uma determinada notícia, acredita que há vida em outros lugares do universo ou é cético em relação a isso, tem a capacidade de tocar piano, e assim por diante (Bennett & Hacker 2003; Wittgenstein 1953). Armstrong (1968) pressupõe em sua objeção um materialismo cartesiano (no sentido de Bennett & Hacker 2003), que é, a meu ver, equivocado.

Além disso, correlatamente, o cérebro não é sujeito aos mesmos eventos e condições ambientais que um organismo vivo como um todo. Porém, esses eventos e condições são necessários para pelo menos vários, senão em última instância todos os, fenômenos psicológicos ser exemplificados. Por exemplo, não há tal coisa como gostar de ter o próprio corpo limpo sem ter um corpo; sentir o próprio batimento cardíaco rápido, sem ter um coração; ver uma coruja proteger seu território, sem que haja uma coruja nos arredores; sentir a maciez de uma maçã, sem ter com o que tocar a maçã, além de sem ter a maçã diante de si; etc. (Lazzeri 2013c, p. 64-65). Se eu estiver correto, portanto, o caso imaginado por Armstrong contra o BEH não se sustenta.

4.5.2. “Super-Super-Espartanos”

Putnam (1975b/1963) pede-nos para imaginar uma comunidade de seres humanos que têm dor e que, no entanto, não exibem nenhum comportamento típico de dor. Devido a razões culturais e ideológicas e a uma “força de vontade” particularmente forte, esses “super-super-espartanos”, como lhes chama Putnam, conseguem suprimir por completo todos os comportamentos de dor e fingir que não sabem o que é dor. Nas palavras de Putnam

⁴⁷ Putnam imagina um cenário algo semelhante, mas não como uma objeção ao BEH. Além disso, Putnam acaba questionando o cenário como inconsistente (embora por razões um pouco diferentes das minhas).

(1975b/1963):

Eles não estremecem, gritam, se retraem, soluçam, rangem os dentes, fecham os punhos, exibem gotas de suor, ou agem como as pessoas em dor ou pessoas que suprimem as respostas incondicionadas associadas com a dor. Porém, eles sentem dor, e eles não gostam dela (assim como nós). [...] Ocorre apenas que eles têm o que consideram ser importantes razões ideológicas para se comportar como fazem [...]. [...] [E]les começaram a suprimir até mesmo a fala de dor. (p. 332, p. 334; trad. minha)

Putnam (1975b/1963, p. 334) afirma que tal cenário imaginado refuta o BEH. Se ele fosse um cenário plausível e fosse generalizado a outros tipos de fenômenos psicológicos, o BEH, de fato, não seria o caso.

No entanto, penso que essa objeção é equivocada, por pelo menos duas razões. Em primeiro lugar, é incoerente dizer que alguém *x* pode ter uma dor *insuportável*, mas que *x* ao mesmo tempo a *suporta* completamente. Este problema com a objeção é diagnosticado por Stout (2006), que aponta que “[P]osso dizer que minha dor é *insuportavelmente* ruim. Isso significa que eu não posso suportá-la estoicamente. [...] [N]ão faz nenhum sentido dizer que eles [os espartanos de Putnam] têm uma dor enquanto tal de todo, posto que dor é justamente aquele estado que em formas extremas é insuportável” (p. 11; grifo no original; trad. minha). Isso, eu penso, mostra que o aduzido contraexemplo de Putnam é um cenário demasiado fantasioso.

O segundo problema com a objeção de Putnam é que ele não leva em conta os comportamentos encobertos. Não é razoável conceber dor em seres humanos como algo que não envolve reações endócrinas ou semelhantes, o que pode ser entendido como comportamentos reflexos (dependendo do caso, incondicionados ou condicionados) induzidos por coisas tais como, por exemplo, danos em tecidos corporais e condições semelhantes. Pode-se aguentar uma dor leve e torná-la inaparente do lado de fora do corpo, mas isso não quer dizer que não haja comportamentos aqui ocorrendo. Alguns comportamentos envolvidos em tal caso dão-se em grande medida no interior do organismo (como comportamentos encobertos). Portanto, temos boas razões para rejeitar a objeção de Putnam.

Gostaria de mencionar ainda que, por mais que dores e outras sensações se mostrassem como fenômenos puramente fisiológicos, sem nenhuma dimensão comportamental, isso não seria necessariamente uma objeção a um BEH. O BEH não requer sustentar que os exemplares de todas as categorias psicológicas sejam formados por comportamentos (conforme apontei anteriormente).

4.5.3. Contraexemplos Correlatos Alegados

Contraexemplos aduzidos menos fantasiosos incluem organismos paralíticos exemplificando fenômenos psicológicos (Armstrong 1999, p. 62; Lewis 1966, p. 22; 1994, p. 418); e raciocínios e sensações sem realização de comportamento (manifesto) (e.g., Armstrong 1968, p. 69-70; 1980/1970, p. 194; Hacker 2012).

No entanto, esses outros alegados contraexemplos pressupõem duas premissas erradas, a saber: a ideia de que o BEH entende (ou deveria entender) comportamentos como movimentos corporais externos; e a ideia de que o BEH é limitado a fenômenos psicológicos disposicionais (Lazzeri 2013c, p. 65-67). Eu e alguns outros behavioristas (mais notavelmente Skinner 1953, mas também, e.g., Kantor 1921) rejeitam ambas as referidas suposições. Certamente, pode-se, a princípio, imaginar ou lembrar-se de certas coisas, por exemplo, sem se realizar qualquer comportamento manifesto durante o tempo em que isso ocorre. Entretanto, a partir de uma perspectiva comportamental como a minha, nesses casos o organismo ainda está engajando-se em certos comportamentos – em atividades que resultam de processos tais como histórias de reforço ou condicionamento pavloviano, em conjunção com estímulos sensoriais presentes. No caso de uma paralisia severa, se o organismo estiver realmente vivo e raciocina, lembra-se, imagina, tem desejos, e assim por diante, ele realiza alguns comportamentos sob a influência de certos estímulos (exteroceptivos, proprioceptivos ou interoceptivos), ainda que esses comportamentos do organismo possam ser (no limite, inteiramente) inaparentes a partir da observação apenas do que se passa do lado externo de seu corpo.

4.6. A Objeção Holista

A objeção holista ao BEH é provavelmente a mais comum encontrada na literatura. De acordo com ela, nos termos de Putnam (1975c/1964), “Estados psicológicos são caracterizáveis apenas em termos de suas relações uns com os outros [...], e não como disposições que possam ser 'desempacotadas' sem se retornar aos mesmos predicados psicológicos que estão em questão” (p. 391; grifo no original; trad. minha). Segundo Dennett (1969):

Tome-se, por exemplo, a crença de que está chovendo. Que comportamento decidiria que *A* acredita que está chovendo? Não importa o que seja sugerido, resultar-se-á que tal é um argumento decisivo [*clincher*] demonstrando que *A* acha que está chovendo apenas se assumirmos que *A* tem alguns propósitos e intenções particulares. *A* dizer 'Está chovendo' ou responder 'sim' à pergunta 'Está chovendo?' apenas conta como evidência sob o pressuposto de que, entre outras coisas, *A* não tem a intenção de enganar-nos, e 'intenção' é uma expressão Intencional. [...] Se uma atribuição de crença sempre depende

de uma atribuição pressuposta de intenção, o inverso também ocorre. [...] Um levantamento de outras expressões Intencionais e híbridas mostra que o uso de qualquer uma delas tem implicações sobre crenças e intenções [...]. (p. 31-32; grifos meus; trad. minha)

A objeção holista é às vezes (como no caso da formulação de Dennett) restringida ao âmbito de expressões intencionais (isto é, às atribuições de atitudes proposicionais e outros fenômenos psicológicos que possuem “conteúdo”); outras vezes (como no caso da formulação de Putnam) é generalizada para todos os tipos de expressões psicológicas. Considerarei aqui a formulação generalizada, que, em termos semiformais, pode ser representada assim:

- (1) Se um organismo *x* exemplificar um dado fenômeno psicológico *P1* (e.g., o desejo de pegar um guarda-chuva) e exibe um comportamento associado a *P1* (e.g., o comportamento de pegar um guarda-chuva), então *x* tem uma série de outros fenômenos psicológicos relevantes, *P2...Pn* (e.g., a crença de que vai chover, o desejo de não ficar molhado). [Premissa]
- (2) Se (1), então a atribuição de *P1* não pode ser reduzida a atribuições de comportamentos sem (tácita) referência a outros fenômenos psicológicos, *P2...Pn*. [Premissa]
- (3) Portanto, a atribuição de *P1* não pode ser reduzida a atribuições de comportamentos sem (tácita) referência a outros fenômenos psicológicos, *P2...Pn*. [De (1) e (2), *modus ponens*]
- (4) Se (3), então o BEH não é o caso. [Premissa]
- (5) Portanto, o BEH não é o caso. [De (3) e (4), *modus ponens*]

Em outras palavras, segundo o chamado holismo do mental, *P1* não existe isolado de uma série de outros fenômenos psicológicos, *P2 ... Pn*. Porém, assim continua a objeção, o BEH visa reduzir fenômenos psicológicos singulares a fenômenos comportamentais, sem mencionar outros fenômenos psicológicos. Por isso, o BEH seria inconsistente com o holismo do mental e, portanto, insustentável (cf. também, e.g., Chisholm 1957, p. 173ss; Davidson 1980/1971, p. 216-217; Geach 1957, p. 8- 9; Heil 2004, p. 61-62).

Apesar de sua popularidade, essa objeção, a meu ver, não se sustenta. Concedo, porém, as premissas 1 e 2 e, por conseguinte, o passo intermediário 3 do argumento. De fato, o chamado holismo do mental é plausível, ou seja, a verdade de uma atribuição particular de fenômeno psicológico implica a verdade de uma série de outras atribuições de fenômenos psicológicos.

Assim, um determinado fenômeno psicológico não pode ser analisado sem referência a alguns outros.

Contudo, a premissa 4 parece ser um *non sequitur*. Essa premissa envolve a afirmação de que o BEH pretende reduzir atribuições de fenômenos psicológicos a atribuições de comportamentos sem a introdução de referência a outros fenômenos psicológicos. Porém, embora isso possa ser verdade de alguns casos de BEH (e.g., Hempel 1980/1935), minha abordagem comportamental (assim como a de Ryle 1949) não visa fazer essas reduções. Não há nenhum problema em mencionar outros fenômenos psicológicos enquanto se caracteriza um particular, conquanto eles não sejam de modo geral interpretados como entidades internas de algum tipo não comportamental.

Por exemplo, se *x* quer usar um guarda-chuva, então *x* apresenta certas ações e/ou reações ao longo do tempo, sob estímulos discriminativos ou eliciadores aos quais estão associadas. Por exemplo, *x* pega seu guarda-chuva de uma caixa onde o mantém se *x* estiver em casa; e/ou pede a alguém para que lhe alcance o guarda-chuva; e/ou vai a uma loja para comprar um guarda-chuva novo se seu guarda-chuva foi perdido; e/ou *x* fica nervosa se não encontrar seu guarda-chuva e precisar sair de casa em breve; e/ou etc. Ao dizermos, por exemplo, que *x* (provavelmente) ficaria nervosa se não encontrasse seu guarda-chuva, estamos fazendo referência a outro fenômeno psicológico. Uma análise correta do querer pegar o guarda-chuva requer referência a outros fenômenos psicológicos – e não há problema com isso, de meu ponto de vista, já que a referência é, conforme sugiro, em geral, a fenômenos (pelo menos em parte) comportamentais. Também, por exemplo, se *x* sai para uma loja para comprar um guarda-chuva, *x* acredita que essa loja vende guarda-chuvas e por um preço que *x* acha aceitável gastar; e assim por diante. Isso seria um problema para o BEH, ou para a versão de BEH que apoio em particular, apenas se a referência a esses outros fenômenos psicológicos fosse entendida de modo mentalista, isto é, como referência, de modo geral, a fenômenos inteiramente não comportamentais. Se *x* acredita que há guarda-chuvas disponíveis naquela loja e que tem dinheiro suficiente para o guarda-chuva, então, falando de modo aproximado, *x* comporta-se ao longo do tempo (o que pode incluir o próprio comportamento de ir lá quando na necessidade de instrumentos desse tipo) de forma coerente com o estado de coisas de que há guarda-chuvas disponíveis naquela loja e de que ela tem dinheiro suficiente. E *x* sai para a loja apenas se não quiser fazer outra coisa que acredite ser mais importante no momento, o que significa que, dentre outras coisas, *x* provavelmente não está

trabalhando ou muito ocupada com outra tarefa no momento; e assim por diante. Por meio desta série de referências a fenômenos psicológicos, dá-se sentido ao comportamento de *x* por, fundamentalmente, sinalizarem certas interações comportamentais de *x* passadas, presentes e/ou futuras com seu ambiente (cf. Lazzeri & Oliveira-Castro 2010a).

Portanto, a objeção holista parece implicitamente pressupor (na premissa 4 da reconstituição) que os fenômenos psicológicos são coisas de algum tipo não comportamental que causam comportamentos, o que temos razões para contestar. Nesta medida, se a objeção holista (pelo menos em suas formulações usuais) é levantada contra uma abordagem comportamental como a minha, comete petição de princípio (Lazzeri 2014a; Lazzeri & Oliveira-Castro 2010a). (Para uma resposta alternativa à objeção holista, cf. Rowlands 1991.)

4.7. Observações finais

Em suma, neste capítulo, procurei responder concisamente às seguintes objeções a uma abordagem comportamental sobre as categorias psicológicas: (i) a objeção causal, levantada, por exemplo, por Braddon-Mitchell e Jackson (2007); (ii) alegados contraexemplos que tentam mostrar que um organismo pode exibir os comportamentos associados a um fenômeno psicológico sem exibir o último, incluindo (ii.1) o “ator perfeito” de Lewis (1966; 1994) e (ii.2) o “zumbi” de Kirk (1974); (iii) alegados contraexemplos segundo os quais os organismos podem exemplificar fenômenos psicológicos sem exemplificar qualquer comportamento típico, incluindo (iii.1) o “cérebro em uma cuba” imaginado por Armstrong (1968), (iii.2) os “super-super-espartanos” de Putnam (1975b/1963) e (iii.3) alguns casos correlatos; e (iv) a objeção holista, levantada por vários autores. Localizei suposições equivocadas em cada uma dessas críticas. Se eu estiver certo, portanto, essas objeções não se sustentam. Em particular, elas não representam nenhuma ameaça à abordagem comportamental que eu favoreço, baseada em Ryle (1949) e Skinner (1953; 1976/1974), dentre outros. As respostas aqui oferecidas a (i)-(iv) não são inteiramente completas. Cada categoria psicológica tem suas especificidades, o que, por uma questão de brevidade, eu simplifiquei neste capítulo. No entanto, espero ter mostrado que essas objeções sofrem de equívocos graves.

Pode parecer a alguns que o fato de eu não ter proposto, aqui, explicitamente, fatores gerais individuadores dos tipos de fenômenos psicológicas seria uma limitação de minha abordagem. Entretanto, não vejo isso como uma objeção. Em primeiro lugar, que é preciso ter-se

em conta que análises conceituais em parte indicam, independentemente de uma teorização sobre fatores individuadores gerais para esses tipos, que os exemplares de vários desses tipos podem ser formados por comportamentos bastante diferentes (cf. Ryle 1949). Em segundo lugar, considero, no entanto, ser possível que haja fatores individuadores gerais de pelo menos alguns desses tipos, em termos de disjunções de funções possuídas por comportamentos. Por exemplo, quiçá ter medo de leões (como tipo de fenômeno psicológico) seja tal que todos os seus exemplares constituem-se de comportamentos que tenham uma ou mais dentre funções tais como as de preparação para fuga, a fuga propriamente dita, esquiva do predador e, em um nível mais molar, proteção contra o predador. Deixo em aberto, aqui, a possibilidade que haja individuadores gerais nesses termos.

CAPÍTULO 5

A TRADIÇÃO DE PESQUISA EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E OS CONCEITOS PSICOLÓGICOS ORDINÁRIOS

O vocabulário psicológico ordinário é formado por uma rica gama de conceitos, tais como: conceitos relativos ao que em filosofia têm sido chamado de atitudes proposicionais (e.g., 'crença', 'desejo', 'intenção'); conceitos relativos a emoções (e.g., 'medo', 'raiva', 'ciúme'); conceitos relativos aos chamados processos cognitivos (e.g., 'lembrar', 'imaginar', 'prestar atenção'); conceitos relativos a traços de caráter ou personalidade (e.g., 'inteligente', 'audacioso(a)', 'tímido(a)'); dentre outros (para uma taxonomia dessas categorias, cf. capítulo 1). Alguns autores (e.g., Churchland 1988; Lewis 1972; Sellars 1956) consideram que esse vocabulário forma uma teoria de senso comum do comportamento. Embora isso não seja inteiramente consensual (cf., e.g., Bennett & Hacker 2003), há amplo consenso de que se trata de um vocabulário usado, no âmbito da vida cotidiana em nossa cultura, para explicar e predizer comportamentos uns dos outros e de animais de pelo menos várias outras espécies. Quando dizemos, por exemplo, que alguém deu água a um cão porque achou que estava no momento de fazê-lo (ou achou que o cão estava com sede) e porque preza por ele, estamos, de alguma maneira, explicando aquele comportamento da pessoa de dar água; isto é, dando alguma inteligibilidade ao que a pessoa fez por meio de atribuições de crença e apreço. Ao dizermos, por exemplo, que um macaco, ao ver um leão espreitando, fugirá subindo no topo de uma árvore porque tem medo de leões e acha que o topo da árvore permite-lhe escapar, estamos fazendo a predição do comportamento de fuga por meio de atribuições de medo e crença (cf. Lazzeri 2011a, p. 4-5).⁴⁸

Os psicólogos, e cientistas do comportamento de modo mais geral, incorporam, em maior ou menor medida, esse vocabulário em suas vidas, por meio de herança cultural. Porém, será ele legítimo e útil no contexto específico de uma psicologia científica que se pretenda rigorosa, em especial em análise do comportamento? Esta tradição de pesquisa em psicologia tem, com base na argumentação de Skinner (e.g., 1950; 1961d/1958; 1976/1974), adotado predominantemente

⁴⁸ Não estou pressupondo, ao afirmar isso, que tais atribuições refiram-se a causas internas do comportamento (internas no sentido interiores ao corpo do organismo). A predição e a explicação, aqui, podem ser de outro tipo, conforme alguns autores argumentam (e.g., Peters 1958; Ryle 1949). A questão sobre a maneira como essas atribuições funcionam é importante, mas minha observação nesse parágrafo é largamente independente dela.

uma perspectiva negativa frente a essa questão (cf., e.g., Foxall 2004; Lacey 2001; Lazzeri & Oliveira-Castro 2010b). Naturalmente, a adoção dessa perspectiva negativa foi alvo de críticas por parte de alguns teóricos não comportamentais (e.g., Dennett 1978; Lacey 2001). No entanto, inclusive alguns expoentes dessa tradição, em especial Rachlin (e.g., 1988; 1995b) e Foxall (2004; 2007), têm argumentado, de diferentes maneiras, em favor de uma resposta afirmativa à questão. Rachlin e Foxall propõem teorias alternativas ao behaviorismo radical de Skinner, respectivamente denominadas de behaviorismo teleológico e behaviorismo intencional.

Neste capítulo, eu procuro (i) apresentar uma reconstituição de alguns aspectos centrais da controvérsia corrente em análise do comportamento sobre a questão de se seria ou não útil o uso do vocabulário psicológico ordinário para fins investigativos da área. (Doravante, designarei esse problema por '(Q)'). Valho-me para tanto de duas ferramentas de análise, a saber: do modelo de Laudan (1977) sobre a estrutura e a dinâmica de teorias científicas; e de alguns rudimentos de lógica clássica. Terei como foco as perspectivas de Skinner (behaviorismo radical), Rachlin (behaviorismo teleológico) e Foxall (behaviorismo intencional) a respeito de (Q).

Também procuro, neste capítulo, (ii) tecer algumas ponderações a essas três perspectivas, no que tange especificamente à questão (Q),⁴⁹ e por meio disso esboçar uma resposta alternativa. Minhas ponderações apoiam uma perspectiva semelhante à de Rachlin (e também de Deitz & Arrington 1984; cf. também Deitz 1986; 1988), com premissas diferentes sobretudo acerca do funcionamento do vocabulário psicológico ordinário. Ressalto que a proposta que aqui apoio não é de abrir inteiramente mão da diretriz metodológica de Skinner relacionada a (Q). O que sustento, antes, é, resumidamente falando, que há justificativa para perseguir um subprograma de pesquisa em análise do comportamento com adoção do vocabulário psicológico ordinário, para certas finalidades. Há razões *a priori* que indicam que isso, contrariamente ao que supôs Skinner, estaria em harmonia com as suposições ontológicas e axiológicas dessa tradição de pesquisa (e com várias de suas suposições metodológicas) e expandiria sua capacidade de resolução de problemas, conquanto tal vocabulário seja empregado de modo adequado – o que envolve, dentre outras coisas, respeitar as nuances básicas das diferentes categorias que o formam.

O capítulo está estruturado da seguinte maneira. Na seção 5.1, reviso alguns aspectos principais do modelo de Laudan.⁵⁰ Na seção 5.2, procuro apresentar algumas das diretrizes

⁴⁹ Pelo menos as teorias de Rachlin e, notavelmente, a de Skinner, não dizem respeito, é claro, apenas a (Q), mas também a outras questões de fundamentos da psicologia e, em particular, da análise do comportamento. Neste trabalho, cinto-me apenas aos aspectos delas mais relevantes quanto a (Q).

⁵⁰ Laudan (1977) articula esse modelo tendo em parte motivações antirrealistas. Porém, a meu ver, trata-se de um

ontológicas, metodológicas e axiológicas predominantemente aceitas na análise do comportamento, articuladas pelo behaviorismo radical de Skinner (e.g., 1953; 1969a). Em seguida, apresento uma reconstituição de argumentos de Skinner, Rachlin e Foxall a respeito de (Q), nas seções 5.3, 5.4 e 5.5, respectivamente. Aponto algumas conexões e (em particular, no caso de Rachlin e Foxall) divergências de suas teorias com as diretrizes listadas na seção 5.2. Na seção 5.6, apresento algumas ponderações a tais argumentos. Por fim, na seção 5.7, concluo tecendo algumas breves observações sobre o modelo de Laudan; pois pode-se considerar que uma das dimensões do uso que faço desse modelo, no presente capítulo, é testar alguns de seus aspectos por meio de um estudo de caso (ao que Laudan *et al.* 1986 nos convidam; cf. também R. Laudan *et al.* 1988). Os objetivos principais deste capítulo, no entanto, são (i) e (ii), os quais procuro realizar com base parcialmente em alguns elementos desse modelo.

5.1. O Modelo de Laudan (1977) sobre a Estrutura e a Dinâmica de Teorias Científicas

Começarei pela exposição de alguns aspectos do modelo de Laudan (1977) sobre a estrutura e a dinâmica de teorias científicas. Não é meu objetivo fazer uma apresentação de todas as teses que constituem esse modelo, mas apenas uma apresentação geral dele, incluindo os aspectos mais relevantes para este capítulo.

5.1.1. Teorias e Tradições de Pesquisa

O modelo de Laudan (1977) enfatiza (tal como, e.g., os modelos de Kuhn 1970 e de Lakatos 1978) os quadros teóricos mais amplos que as teorias exemplificam. Ele chama esses quadros teóricos mais amplos de tradições de pesquisa, macroteorias ou (em Laudan *et al.* 1986 e R. Laudan *et al.* 1988) suposições guia (*guiding assumptions*), que correspondem às unidades de análise que Kuhn (1970) chamou de paradigmas e Lakatos (1978) de programas de pesquisa científica. As tradições de pesquisa ou suposições guia são conjuntos de: (1) suposições ontológicas, isto é, sobre quais são os tipos de objetos, propriedades e processos de um domínio de investigação; e (2) suposições metodológicas, ou seja, normas que prescrevem os métodos a serem adotados para o estudo desse domínio (Laudan 1977, p. 79-81; 1981, p. 150-151). Em *Science and values*, Laudan (1984) salienta ainda uma terceira dimensão das tradições de

modelo compatível com um realismo científico. Apesar de utilizá-lo aqui, acredito na razoabilidade de uma forma branda de realismo científico, que leve em conta, dentre outras coisas, que as teorias científicas bem estabelecidas frequentemente possuem aspectos idealizadores ou abstrativos (cf. Suppe 1972).

pesquisa, a qual será levada em conta neste trabalho, a saber, (3) diretrizes sobre os fins cognitivos (e.g., adequação empírica, aproximação da verdade, preditividade) a serem adotados na investigação. Por meio de (1)-(3), uma tradição de pesquisa desempenha papéis tais como: delimitar o domínio de aplicação de suas teorias (e.g., se a metodologia da tradição de pesquisa prescrever que apenas fenômenos de alguma maneira observáveis devem ser investigados, então fenômenos inobserváveis tenderão a ficar fora do âmbito das preocupações de suas teorias); promover dicas para a construção de teorias (papel heurístico); e justificar suas teorias (Laudan 1977, p. 86ss). Laudan (1977, p. 75; Laudan *et al.* 1986, p. 163) parece sugerir, contrariamente a Kuhn (1970), que as suposições guia são explícitas desde o começo, embora, como apontarei em seguida, Laudan admita que elas podem mudar ao longo da evolução da tradição de pesquisa.

Uma tradição de pesquisa é tipicamente exemplificada por várias teorias, uma sucedendo outra e podendo existir simultaneamente. Ela é uma entidade mais duradoura do que suas teorias (Laudan 1977, p. 78-79; 1981, p. 151). Além disso, ela é mais abstrata do que suas teorias, pois são apenas estas, e não a tradição de pesquisa, que realizam descrições, explicações e predições de eventos ou fenômenos específicos (Laudan 1977, p. 81-82).

Também diferentemente do modelo de Kuhn (1970), para quem um conjunto de suposições guia reina sem rivais em um campo científico (no período que ele chama de ciência normal, por contrasta ao período de “ciência revolucionária”), o modelo de Laudan – neste tocante como o de Lakatos (1978) – considera que a competição entre conjuntos de suposições guia é constante (Laudan 1977, p. 74, p. 134; 1981, p. 152-153; cf. também Laudan *et al.* 1986, p. 166, p. 169, p. 212). Isso é bastante claro, por exemplo, no caso da psicologia, em que as tradições psicanalítica, comportamental e cognitivista rivalizam desde há muitas décadas.

O modelo de Laudan (1977, p. 96-100; cf. também Laudan *et al.* 1986, p. 164) (segundo Laudan, diferentemente tanto do modelo de Kuhn 1970 como daquele de Lakatos 1978, mas esse aspecto exegético dele é questionável) admite que a identidade da tradição de pesquisa pode alterar-se ao longo do tempo. As teorias ligadas a ela podem ser complementares umas às outras, mas podem, ao invés, competir entre si (e não apenas com as de outras tradições do mesmo campo). Na procura pelo aprimoramento de sua capacidade de resolver problemas, as teorias podem sugerir modificações em algumas das suposições guia da tradição à qual se associam. Conforme Laudan, um subconjunto das suposições guia é tomado, em um determinado período, como sacrossanto; mas, no mesmo período, um subconjunto de outras suposições da tradição é

considerado como menos central e, assim, alterável ainda no âmbito da tradição. Até mesmo o subconjunto considerado como sacrossanto em uma época pode, em um estágio posterior da evolução da tradição de pesquisa, vir a ser considerado alterável. Nessa medida, com a paulatina modificação do conjunto de suposições guia, poderá haver até mesmo “muitas discrepâncias entre a metodologia e a ontologia de sua formulação inicial [a formulação inicial da tradição de pesquisa] e de sua formulação mais recente” (Laudan 1977, p. 98-99; trad. minha).⁵¹ Em psicologia experimental, por exemplo, isso ocorre tanto na tradição comportamental (e.g., na mudança do behaviorismo de Watson para os behaviorismos de Tolman e de Skinner; cf., e.g., Chiesa 1994), como na tradição cognitivista (e.g., pense-se nas mudanças do cognitivismo simbólico-computacional para as versões mais recentes, não computacionais; cf., e.g., Varela *et al.* 1991).

5.1.2. Um Enfoque em Problemas

O modelo de Laudan tem (neste tocante, em certa medida como o de Kuhn 1970) um enfoque na solução de problemas. Segundo Laudan (1977), o objetivo principal das teorias é resolver problemas. Por isso, segundo o autor, a aceitabilidade de uma teoria depende fundamentalmente de quão efetiva ela é em fazê-lo. Para Laudan, isso contrasta com a aceitabilidade da teoria depender de ela ser verdadeira, confirmada ou bem corroborada (Laudan 1977, p. 13-14). O que significa efetividade na resolução de problemas será clarificado nesta e na próxima subseção.

Nesse modelo, diferentemente, por exemplo, daquele favorecido pelos empiristas lógicos, são considerados como problemas científicos e que contam na avaliação de uma teoria não apenas questões empíricas, mas também questões conceituais. Os problemas empíricos são entendidos como quaisquer *reputadas* coisas do mundo natural julgadas requererem explicação. Eles não se confundem necessariamente com fatos; e, portanto, resolver problemas não significa o mesmo que explicar fatos. Pois, em primeiro lugar, para que algo conte como um problema empírico, basta que seja concebido como um fato, ou estado de coisas real, o que não implica necessariamente que o seja (Laudan 1977, p. 14-15). Por exemplo, para alguns filósofos naturais medievais, era um problema explicar como sangue quente de bode pode quebrar diamantes, tendo

⁵¹ Porém, em Laudan (1981, p. 151; trad. minha), lê-se que “o que todas as teorias [de uma tradição de pesquisa] têm em comum é que elas compartilham a mesma ontologia da tradição de pesquisa genitora e podem ser testadas e avaliadas usando-se suas normas metodológicas”. Essa asserção parece inconsistente com o que Laudan diz em *Progress and its problems*.

eles pressuposto que isso fosse um fato. Para os cognitivistas ligados à visão simbólico-computacional de mente, explicar como a percepção (visão, audição, etc.) ocorre no cérebro é um problema. Eles já partem da pressuposição que os fenômenos perceptuais têm como *locus* o cérebro (mas é possível que o cérebro não seja o *locus* desses fenômenos, como argumentam alguns teóricos de outras vertentes; e.g., Gibson 1979). Nos termos de Laudan (1977, p. 15; trad. minha), “problemas de todos os tipos (incluindo os empíricos) surgem dentro de certo contexto de investigação e são parcialmente definidos por tal contexto”. Ou seja, algo é um problema apenas sob o ângulo de certas suposições sobre o mundo, no interior de uma ou mais tradições de pesquisa. Problemas não se confundem com fatos, em segundo lugar, porquanto há fatos que não constituem problemas, seja porque são desconhecidos, seja porque não despertam nenhuma curiosidade, pelo menos em determinada época (Laudan 1977, p. 16-17).

Laudan (1977, p. 17; 1981, p. 146) distingue três tipos de problemas empíricos que se apresentam a uma teoria *T*: (a) os não resolvidos (ou potenciais), que são aqueles que não foram resolvidos por *T*, nem por qualquer outra teoria rival; (b) os resolvidos, que são aqueles que já foram resolvidos por alguma teoria, seja *T* ou uma ou mais teorias rivais; e (c) os anômalos, que são aqueles já resolvidos por uma ou mais teorias rivais, mas não por *T*.

Assim, os problemas empíricos anômalos formam uma subclasse de problemas resolvidos. Note-se que, segundo esse modelo (em contrasta com o que, e.g., sugere Popper 1959), um contraexemplo *R* a (isto é, um caso refutante ou falseador de) *T* pode não ser uma anomalia empírica (ou problema empírico anômalo) para *T*, já que ele é uma anomalia empírica para *T* só se houver alguma teoria rival que resolva *R*. Além disso, um caso que não falsifica *T* (ou seja, que é consistente com *T*), mas que seja resolvido por alguma teoria rival e não por *T*, conta como anomalia empírica para *T* (Laudan 1977, p. 27-29; 1981, p. 146). Sobre as anomalias empíricas, Laudan (1977, p. 27-28) ainda salienta que a ocorrência de uma delas para *T* não acarreta que *T* deva ser abandonada, antes apenas levantando dúvidas sobre sua adequação empírica. A aceitabilidade de *T* depende de sua efetividade na resolução de problemas, a qual pode ser significativa o bastante para se permanecer com *T*, mesmo que enfrente algumas anomalias empíricas; pois *T* poderá vir a converter estas em problemas resolvidos.

Um problema empírico *P* é resolvido por *T*, segundo Laudan (1977, p. 22-24; 1981, p. 148), quando *T* tem como consequência lógica um enunciado pelo menos aproximado de *P* (isto é, daquilo que é concebido por *T* como um fato que requer explicação). Isso significa, ao fim e ao

cabo, que P é resolvido por T , conforme Laudan, quando a comunidade científica ligada à T julga que T resolve o problema. Em outra tradição de pesquisa, ou na mesma tradição, mas de outra época, P pode ser considerado como não tendo sido resolvido por T . Portanto, o *status* de um problema como resolvido ou não por T é visto ser relativo ao ponto de vista da tradição que T exemplifica em determinada época (cf. também Laudan *et al.* 1986, p. 209). Para Laudan, é irrelevante a questão sobre a veracidade de T para determinar se T promove ou não uma explicação de P : “não é preciso considerar, e os cientistas geralmente não consideram, questões sobre verdade ou falsidade ao determinar se a teoria resolve ou não um problema empírico particular” (Laudan 1977, p. 24; trad. minha).

Laudan estabelece que os problemas têm graus de importância e sugere que esses graus estão envolvidos na avaliação da aceitabilidade de uma teoria. Alguns dos fatores que aumentam o grau de importância de um problema P para uma teoria T são: uma ou mais teorias rivais de T resolverem P (mesmo se T também resolve P); P ser um problema recalcitrante para as teorias do domínio investigativo de T (de modo que T ser a única a resolvê-lo contará em seu favor); P ser um problema arquetípico em alguma teoria do domínio investigativo de T , no sentido de P dizer respeito a processos aos quais se julga que outros processos de seu domínio reduzem-se (ontologicamente); se P for mais geral do que outro problema, P' , de T (isto é, resolver P implica em resolução de P' , mas não vice-versa), então P é mais importante do que P' para T (cf. Laudan 1977, p. 33-35).

Alguns dos fatores que diminuem a importância de P para T são: T colocar em xeque a autenticidade ou relevância de P , pela modificação de algumas de suas crenças relacionadas a P (e.g., em razão de um resultado experimental não se mostrar replicável); P passar a ser considerado não mais do domínio investigativo de T (e.g., psicologia), mas de outro domínio (e.g., fisiologia); P perder o *status* de problema arquetípico no domínio investigativo de T em razão de a teoria na qual P era arquetípico ter sido abandonada (e.g., problemas arquetípicos da física aristotélica tornaram-se menos importantes com a emergência de outros problemas arquetípicos na física cartesiana) (cf. Laudan 1977, p. 35-36).

Alguns dos fatores que influenciam o grau de importância de um problema empírico anômalo para uma teoria T (isto é, de um problema resolvido por uma ou mais teorias rivais, mas não por T) são: o grau de discrepância entre uma predição feita por T e o resultado observado (quanto maior a discrepância, mais importante é o problema para T); e a idade do problema e seu

grau de resistência à solução por T (quanto mais resistente à solução por T , após muitos esforços consecutivos em atingir a solução, mais importante torna-se o problema para T) (cf. Laudan 1977, p. 39-40). Conforme o modelo de Laudan, não é apenas o número de anomalias que conta para o abandono de uma teoria, mas também sua importância, entendida (por definição) como sendo dependente da comparação da teoria com suas teorias rivais.

Enquanto os problemas empíricos correspondem a questões de primeira ordem sobre reputados fenômenos do mundo natural, os problemas conceituais, por sua vez, são problemas de ordem superior, isto é, sobre a fundamentação das teorias. Laudan distingue dois tipos de problemas conceituais que uma teoria T pode enfrentar: (d) os internos, que ocorrem quando T possui uma inconsistência interna, ou categorias vagas ou ambíguas; e (e) os externos, que ocorrem quando T possui uma inconsistência com outra teoria ou doutrina (e.g., quando falha em utilizar as categorias de uma teoria mais geral à qual esteja subordinada; quando é incompatível com certa metodologia) e proponentes de T acreditam que essa outra teoria ou doutrina é bem fundamentada (Laudan 1977, p. 48-49; 1981, p. 146; para outros pormenores a respeito, cf. Laudan 1977, p. 49ss). Para Laudan, essas teorias ou doutrinas podem ser aquelas consideradas por muitos (mas não por ele) como extracientíficas e irrelevantes para a questão da aceitabilidade de T ; por exemplo, teorias em ética, metafísica, teologia. Inconsistências entre T e uma doutrina metafísica ou afim considerada bem fundamentada pelos defensores de T são chamadas por Laudan de problemas de visão de mundo.

Tais como as anomalias empíricas, os problemas conceituais, sejam de tipo (d) ou (e), não necessariamente constituem razão para o abandono da teoria, pois eles têm graus de importância.⁵² O grau de importância de um problema conceitual P para uma teoria T depende de fatores que podem incluir: o grau de tensão entre T e uma teoria ou doutrina julgada como sendo bem fundamentada pelos proponentes de T (e.g., T implicar a *negação* dessa outra teoria é uma tensão mais forte do que quando T implica apenas que essa outra teoria é *pouco provável*); o grau de confiança em T' quando T for inconsistente com T' (em particular, P será importante para T se T' tiver um ótimo registro de solução de problemas empíricos, mas, do contrário, será pouco importante); uma teoria rival de T gerar ou não P (se a teoria rival não gerar esse problema conceitual, mas T o gerar, então P adquirirá importância para T); a idade de P (se os partidários de

⁵² Segundo Laudan (1977, p. 64), o grau de importância dos problemas conceituais enfrentados por uma teoria é, contudo, geralmente mais alto do que o das anomalias empíricas (o que não significa que ele considere que todos os problemas conceituais sejam mais importantes que os empíricos). Isso porque, segundo o autor, os conceituais são, em geral, mais difíceis de resolver do que as anomalias empíricas.

T tentarem resolver P repetida e sucessivamente, mas sem sucesso, P tornar-se-á um problema mais importante do que logo quando ele surge) (cf. Laudan 1977, p. 64-66).

5.1.3. A Efetividade de uma Teoria em Resolver Problemas e Sua Aceitabilidade

A efetividade de uma teoria T na resolução de problemas é, portanto, conforme esse modelo, sempre relativa; a saber, sempre em relação a uma ou mais teorias rivais (as quais podem ser da mesma tradição de pesquisa). Ou seja, a efetividade não é absoluta, mas comparativa, significando maior ou menor grau na resolução de problemas do que o de outra teoria.

O cálculo da efetividade, propõe Laudan (1977, p. 68), tem a seguinte forma: considerar o número e a importância dos problemas (tanto empíricos como conceituais) que T resolve, subtraindo-se o número e a importância das anomalias empíricas (ou problemas empíricos anômalos) e dos problemas conceituais (internos e externos) enfrentados por T .

Assim, segundo esse modelo, a mudança de uma teoria T para uma teoria T' representa progresso científico – ou, em outros termos, T' é racionalmente mais aceitável do que T – se, e somente se, T' for mais efetiva do que T em resolver problemas (Laudan 1977, p. 66, p. 68; 1981, p. 149, p. 151-152; cf. também Laudan *et al.* 1986, p. 208, p. 210).⁵³ Se, por exemplo, para tomar um caso simples, T' solucionar os mesmos problemas empíricos que T e, ao mesmo tempo, gerar menos problemas conceituais e anomalias empíricas, então T' é mais aceitável que T . Sendo a aceitabilidade de uma teoria T' sobre outra, T , função de sua efetividade na solução de problemas, a aceitabilidade de T' é baseada em fatores tais como, dentre outros, sua habilidade em tornar contraexemplos em problemas resolvidos (Laudan 1977, p. 31; cf. também Laudan *et al.* 1986, p. 171-172); consistência interna; precisão conceitual; e consistência com teorias com as quais está associada, bem como com outras crenças prevalentes que tome como bem fundamentadas (Laudan 1977, p. 14, p. 49ss; cf. também Laudan *et al.* 1986, p. 172-173).⁵⁴

Por fim, há, segundo esse modelo, dois contextos de avaliação de uma teoria: o contexto de aceitação e o de perseguição (*pursuit*).⁵⁵ Aceitar uma teoria significa, na caracterização de Laudan (1977, p. 108), tomar a teoria *como se fosse* verdadeira. A aceitabilidade de uma teoria,

⁵³ O progresso científico, portanto, não é entendido, nesse modelo, em termos de racionalidade científica; mas, antes, o inverso: a racionalidade científica é entendida como escolher as teorias mais progressivas.

⁵⁴ Por sua vez, a aceitabilidade de uma tradição de pesquisa G' , sobre outra, G , é vista como sendo função dos graus de efetividade de suas teorias respectivas mais recentes em resolver problemas (Laudan 1977, p. 82, p. 124; cf. também Laudan *et al.* 1986, p. 164, p. 211). Se as teorias mais recentes de G' tiverem maior grau de efetividade na resolução de problemas do que as mais recentes de G , então G' é mais aceitável do que G .

⁵⁵ Esses contextos aplicam-se também à avaliação de uma tradição de pesquisa. Centrar-me-ei aqui na aceitação e na perseguição de teorias.

como vimos, depende de sua efetividade (comparativa) na resolução de problemas. Porém, o que está às vezes em questão não é aceitar ou rejeitar uma teoria, mas, antes, se é racional *perseguir-la*. Isso acontece, por exemplo, com relação a teorias novas, pois elas raramente possuem um grau de efetividade na resolução de problemas tão alto quanto o de teorias mais antigas e estabelecidas. Segundo Laudan, é irracional *aceitar* uma teoria sobre outra que possua maior grau de efetividade na resolução de problemas; mas pode ser racional, no entanto, *perseguir-la*. Nomeadamente, é racional *perseguir-la* quando sua *taxa de progresso* é alta, isto é, quando ela tem realizado progresso na resolução de problemas de maneira muito rápida. Perseguir uma teoria significa considerá-la frutífera e engajar-se nela apostando que eventualmente será capaz de superar o grau de efetividade de uma teoria rival na resolução de problemas (Laudan 1977, p. 107, p. 110, p. 119; 1981, p. 150, p. 152; cf. também Laudan *et al.* 1986, p. 208, p. 211).

5.2. Algumas Suposições Guia Predominantemente Compartilhadas em Análise do Comportamento

Passarei agora ao uso de alguns elementos do modelo de Laudan para reconstituir alguns aspectos centrais do debate corrente em análise do comportamento sobre (Q); isto é, sobre se seria útil o bastante adotar o vocabulário psicológico ordinário na área.

A tradição de pesquisa comportamental (ou behaviorista) em psicologia engloba uma rica gama de teorias de diferentes graus de generalidade, destacando-se, entre aquelas mais gerais, inicialmente aquela de Watson (e.g., 1919) e, a partir dela, com várias diferenças, as teorias associadas aos nomes de Tolman (e.g., 1932), Hull (e.g., 1943), Kantor (e.g., 1933) e Skinner (e.g., 1953). Dentre as mais recentes, as teorias associadas aos nomes de Rachlin (e.g., 1994), Staddon (e.g., 2001) e (em menor grau) Foxall (e.g., 2004) estão entre as que se têm destacado. Porém, aquela que mais ganhou aderência e ainda é a mais influente nessa tradição é a de Skinner (cf., e.g., Chiesa 1994; Moore 2008; Moreira & Hanna 2012).

Convencionou-se chamar (a partir de cerca da metade do século XX) de análise do comportamento à fração da tradição de pesquisa comportamental baseada no behaviorismo radical de Skinner. Teorias como as de Rachlin, Staddon e Foxall (que são mais recentes) desdobram-se a partir daquela desse autor. Elas tomam por base algumas das suposições guia defendidas por Skinner (e seus seguidores), ao mesmo tempo que propõem modificações em outras delas. Sendo aquelas de Skinner as mais aceitas desde há muito tempo na tradição

comportamental, tenho-me referido aqui à análise do comportamento como uma tradição de pesquisa por direito próprio (*in its own right*); mas ela é apenas uma fração particularmente significativa da tradição comportamental. A seguir, procurarei *listar algumas* dessas (longe de ser todas as) suposições guia. É preciso ter-se em conta, porém, que Skinner, tendo escrito de 1930 a 1990, aprimorou sua teoria e, dessa maneira, essas suposições guia, ao longo de sua carreira. Procurarei levar em consideração suas formulações mais maduras, quando for o caso.⁵⁶

5.2.1. Suposições Guia Ontológicas

- O comportamento, como, em geral, os outros objetos de estudo científico, é governado por leis. Isto é, ele é determinado por uma série de variáveis ambientais, por oposição a ser algo aleatório ou causado pelo organismo livre da influência dessas variáveis. Nos termos de Skinner (1961b/1947): “Para termos uma ciência da psicologia de todo, temos que adotar o postulado fundamental de que o comportamento humano é um dado nomológico [*lawful*] [...] – em outras palavras, que ele é completamente determinado” (p. 227; trad. minha). Segundo Skinner (1953), a ciência (qualquer ciência empírica) “é mais do que a mera descrição dos eventos quando ocorrem. Ela é um esforço de descobrir ordem, de mostrar que certos eventos estão em relações nomológicas [*lawful relations*] com outros eventos”, e, por isso, a nomologicidade “é uma hipótese de trabalho que deve ser adotada desde o começo” (p. 6; trad. minha).
- O comportamento, como variável dependente (ou seja, como aquilo que se deseja explicar, prever ou controlar), é determinado por variáveis independentes (ou causas, na terminologia popular) de três níveis: variáveis filogenéticas (ou seja, relacionadas à história da espécie), que atuam por meio dos genes; variáveis da história individual do organismo; e (sobretudo no caso humano) variáveis sociais e culturais. Nos termos de Skinner (1961b/1947): “A constituição genética do indivíduo e sua história pessoal [...] desempenham uma parte nessa determinação [do comportamento]. Para além disso, o controle repousa no ambiente. As forças mais importantes, ademais, estão no ambiente social” (p. 227; trad. minha). Sobretudo em suas formulações a partir dos anos sessenta,

⁵⁶ Recorrerei, aqui, majoritariamente a obras de Skinner e de maneira breve. Pormenores a respeito do que se segue ou exposições de outros aspectos de sua abordagem podem ser encontrados, além de nessas próprias obras, também em vários livros e artigos especializados; por exemplo, Catania (2012); Chiesa (1994); Delprato e Midgley (1992); Moore (2008); Pierce e Cheney (2004); Zilio (2010).

Skinner (e.g., 1969a; 1971; 1976/1974; 1981; 1990) fala em termos de três correspondentes níveis de seleção: seleção natural; seleção operante; e seleção cultural.⁵⁷ Ou seja, os comportamentos são entendidos como sendo função, em geral, desses três níveis de seleção; e, portanto, como produtos de processos dinâmicos e históricos, em conjunção com fatores do ambiente presente.

- Há dois tipos gerais de comportamento, a saber, o respondente (ou reflexo) e o operante.⁵⁸ O comportamento respondente é função de estímulos eliciadores, isto é, de mudanças que ocorrem no ambiente antecedente (isto é, imediatamente antes de sua ocorrência) e que o induzem com alto grau de probabilidade. Já o comportamento operante é aquele que ocorre em função das consequências que produz (ou seja, que se seguem a ele) no ambiente. Nos termos de Skinner (1938):

O tipo de comportamento correlacionado com estímulos eliciadores específicos pode ser chamado de comportamento *respondente* e uma dada correlação *um respondente*. O termo procura carregar o sentido de uma relação com um evento anterior. Tal comportamento não está sob esse [outro] tipo de controle que eu chamarei de *operante* e qualquer exemplar específico do qual um *operante*. O termo ['operante'] faz referência a um evento posterior [à resposta] [...]. (p. 20; grifos no original; trad. minha)

O respondente (ou reflexo) pode ser de dois tipos: incondicionado ou condicionado. O respondente incondicionado é o comportamento herdado filogeneticamente, isto é, como um traço da espécie (e.g., vários mamíferos são equipados com o reflexo incondicionado de piscar o olho, dado, como estímulo eliciador, vento com pó ou rajada de vento em contato com o olho). O comportamento respondente condicionado, por sua vez, é adquirido pelo organismo na ontogênese e em função de condicionamento respondente (também dito clássico ou pavloviano). Isto é, ele origina-se quando um estímulo incondicionado (ou seja, que elicia respostas reflexas incondicionadas) for associado (ocorrer simultaneamente) com um estímulo inicialmente neutro (isto é, que não tinha poder de eliciar tais respostas), passando este a funcionar, a partir disso, como estímulo eliciador (chamado então de estímulo condicionado) das respostas associadas ao estímulo incondicionado (e.g., apresentando-se uma rajada de vento com um determinado som, este som, que inicialmente não produzia a resposta de piscar, pode vir a eliciar respostas de

⁵⁷ Já em Skinner (1953) encontram-se paralelos entre o condicionamento operante e a seleção natural, no entanto.

⁵⁸ Em seu primeiro livro, de 1938, Skinner utilizou o termo 'reflexo' para se referir aos operantes e aos respondentes em conjunto. Posteriormente (cf., e.g., Skinner 1953), passou a utilizar o termo 'reflexo' apenas como sinônimo de 'respondente'.

piscar quando apresentado sozinho). (Cf., e.g., Skinner 1953, p. 45ss; 1976/1974, p. 37ss)⁵⁹

- Diferentemente do comportamento reflexo, o comportamento operante é, em geral, mais maleável e espontâneo. (Ordinariamente, atribui-se, *grosso modo*, involuntariedade aos reflexos e voluntariedade aos operantes.) As respostas operantes produzem estímulos consequentes no ambiente, os quais podem ser: reforçadores, isto é, aumentar a probabilidade de respostas similares ocorrerem em um contexto similar; ou punidores, isto é, diminuir a probabilidade de respostas similares ocorrerem sob um contexto semelhante. Uma resposta operante não é eliciada (ou induzida com grande probabilidade) pelo seu estímulo antecedente, antes resultando de uma forma de seleção por consequências conhecida como condicionamento operante. O condicionamento operante é uma extensão da seleção natural no âmbito ontogenético e sua estrutura é análoga à da seleção natural:

Se o comportamento não fosse nada mais do que respostas a estímulos, os estímulos poderiam ser novos, mas não o comportamento. O condicionamento operante resolve o problema mais ou menos como a seleção natural resolveu um problema similar na teoria da evolução. Como os traços acidentais, surgidos por mutação, são selecionados por sua contribuição para a sobrevivência, também variações acidentais no comportamento são selecionadas por suas consequências reforçadoras. (Skinner 1976/1974, p. 126; trad. minha)

O condicionamento operante é um tipo de processo que, como a seleção natural, envolve variação cega, sucesso diferencial e retenção. A saber, envolve: variação entre um conjunto de mudanças no ou pelo organismo (e.g., algumas bicadas de um pombo em um disco darem-se quando o disco ficar iluminado e, outras, quando ele não estiver iluminado), algumas das quais, por possuírem uma ou mais propriedades $B1...Bn$, resultando em determinada consequência C , ao passo que outras, sem ter $B1...Bn$, não resultando em C (e.g., digamos, as bicadas que ocorrem quando o disco ficar iluminado resultarem na liberação de um alimento, enquanto aquelas que ocorrem quando o disco não estiver iluminado não o produzem); interação com o ambiente, aquelas mudanças que resultaram em C tendo um sucesso diferencial sobre aquelas que não resultaram em C (e.g., bicadas similares àquelas que resultaram na obtenção do alimento tendem a ocorrer futuramente, enquanto que bicadas similares àquelas que não o fizeram tendem a

⁵⁹ Várias leis do comportamento reflexo, como é sabido, foram herdadas pela análise do comportamento a partir da reflexologia de Pavlov (1927) e outros.

extinguir-se); e retenção das primeiras, por meio presumivelmente de mecanismos neurofisiológicos (cf. Skinner 1976/1974, p. 44ss; 1981; 1990; também, e.g., Glenn & Madden 1995, para um ótimo tratamento desse tópico). O estímulo que antecede uma resposta operante, chamado de estímulo discriminativo, não a provoca (e.g., presença de um disco no contexto em que o pombo se encontra não provoca a resposta de bicar), embora aumente sua probabilidade (ou seja, é uma das variáveis envolvidas na determinação do comportamento), funcionando como um sinalizador da ocasião para a obtenção da consequência *C* relevante (cf., e.g., Skinner 1953, p. 59ss). As relações (triádicas) entre comportamentos, estímulos discriminativos e consequências são chamadas de contingências de reforço (e.g., Skinner 1969a).

- Eventos neurofisiológicos do organismo preenchem as lacunas temporais e espaciais entre as histórias de condicionamento respondente e operante e as respostas oriundas delas. A descrição dos processos neurofisiológicos subjacentes “irá preencher as lacunas temporais e espaciais entre uma história anterior de condicionamento e seu resultado corrente” (Skinner 1953, p. 54; trad. minha; cf. também, e.g., Skinner 1975, p. 43; 1976/1974, p. 236-238, p. 274; 1989, p. 18). (Esse ponto será retomado na subseção seguinte, relacionado a uma suposição guia metodológica.)
- Alguns estímulos ocorrem dentro do corpo do organismo. Ambiente não é apenas aquilo que está fora do corpo, mas o que pode funcionar como estímulo, seja eliciador (no caso, associado a um reflexo) ou discriminativo (no caso, associado a um operante). Os estímulos podem ser interoceptivos, proprioceptivos ou exteroceptivos.

Uma pequena parte do universo está contida dentro da pele de cada um de nós. Não há nenhuma razão por que ela deveria ter qualquer status físico especial por residir nesta fronteira, e eventualmente deveremos ter uma descrição completa dela pela anatomia e a fisiologia. [...] Respondemos ao nosso próprio corpo com três sistemas nervosos [...]. O assim chamado sistema interoceptivo carrega estimulação de órgãos tais como a bexiga e o trato alimentar, de glândulas e seus dutos e de veias sanguíneas. [...] O assim chamado sistema proprioceptivo carrega estimulação dos músculos, juntas e tendões do quadro esquelético, bem como de órgãos envolvidos na manutenção da postura e na execução do movimento. Usamos o verbo 'sentir' para descrever nosso contato com esses dois tipos de estimulação. Um terceiro sistema nervoso, o exteroceptivo, é primariamente relacionado ao ver, ouvir, experimentar, cheirar e sentir coisas ao nosso redor [...]. (Skinner 1976/1974, p. 24-25; trad. minha)

Os objetos, eventos e condições em torno do organismo funcionam como estímulos exteroceptivos (se ele possuir um sistema exteroceptivo), com os quais interage perceptualmente (vê, ouve, cheira, etc.). Já objetos, eventos e condições corporais que

ocorrem onde os sistemas interoceptivo e proprioceptivo alcançam funcionam como estímulos que ordinariamente dizemos *sentir*. Quando um organismo sente sua garganta seca, por exemplo, está reagindo em relação a uma condição de sua garganta como um estímulo interoceptivo. Quando um organismo locomove-se, por exemplo, sente partes de seu corpo (e.g., tendões) em movimento produzindo estímulos proprioceptivos. Esses estímulos possuem as mesmas dimensões físicas dos objetos, eventos e condições do ambiente externo, por contraste a serem coisas espirituais ou congêneres que escapassem às leis da natureza (cf. também, e.g., Skinner 1953, p. 261-262; 1969c/1963).

- Similarmente, algumas respostas, tanto reflexas como operantes, não são observáveis na parte externa do corpo. Skinner (e.g., 1953; 1976/1974) chama-as de comportamentos encobertos ou privados. Aumento do batimento cardíaco na presença de som na relva que se tornou associado no passado com presença de predador, fazer um silogismo apenas subvocalmente, imaginar um cubo com certas propriedades, por exemplo, são comportamentos encobertos. Para que algo conte como comportamento, não importa que envolva movimentos motores ou que seja observável exteriormente, mas sim que se trate de algo oriundo dos mesmos tipos de processos (ou, em outras palavras, que recaia sob as mesmas leis) envolvidos nos comportamentos manifestos (cf., e.g., Skinner 1953, p. 257ss).
- Os eventos ou condições corporais que um organismo sente ou acessa introspectivamente não são causas de seu comportamento (e.g., o que um organismo sente ao estar irritado não é causa de seu comportamento de agredir outro; raciocinar em fala subvocal sobre o resultado de uma multiplicação não é causa do comportamento de declarar o resultado da multiplicação). Trata-se, antes, eles mesmos de comportamentos, ou de produtos colaterais de sua história genética e de interação com o ambiente presente. Ao invés de explicarem por que um comportamento ocorre, requerem eles próprios explicação (cf., e.g., Skinner 1969c/1963, p. 257-260; 1969d/1964, p. 130; 1971, p. 12-13; 1975, p. 43-44; 1976/1974, p. 19, p. 52-53; 1989, p. 18). A existência desses fenômenos é reconhecida, mas se negando que eles sejam causas originadoras do comportamento: a análise do comportamento “nem ignora, nem destrói os fenômenos associados com a introspecção ou qualquer forma de auto-observação. Ela apenas representa-os de outras maneiras” (Skinner 1969c/1963, p. 267-268; trad. minha). Por exemplo, reconhece-se que, ao ter

fome, às vezes sentimos contrações no estômago, mas se rejeita que os comportamentos de procura por alimento sejam causados pela sensação de contração no estômago, por mais que ela tenha alguma influência. A própria sensação é uma condição corporal resultante de fatores ambientais, como, por exemplo, privação de alimento por muito tempo. Calcular em fala subvocal é um comportamento encoberto, que, embora tenha influência sobre outros comportamentos, é função dos mesmos tipos de variáveis que os comportamentos manifestos, como, por exemplo, os de calcular com lápis e papel.

- O comportamento operante pode ser modelado pelo contato direto com as contingências (isto é, pela produção das consequências relevantes associadas a certos estímulos antecedentes), ou ser governado por regra. O comportamento governado por regra é um comportamento verbal sob controle de uma regra – por exemplo, uma instrução, um aviso, uma máxima, uma lei científica – atuando como estímulo discriminativo que sinaliza contingências. Seguir uma instrução, a partir de um mapa ou da ajuda de outra pessoa, acerca da direção de determinado local, e fazer determinada coisa conforme um plano previamente elaborado por si próprio (seja o comportamento de planejar manifesto ou encoberto), são exemplos de comportamentos governados por regras. A pessoa, ao seguir uma regra, pode executar um comportamento pela primeira vez (e.g., ser a primeira vez que vai a determinado local); mas ela o fará em função de contato direto que ela teve com certas contingências de reforço no passado (razão pela qual é um comportamento operante). Ou seja, o comportamento de seguir regras é função do seguimento passado, pela pessoa, de regras similares, resultando em consequências reforçadoras (isto é, que aumentaram a probabilidade de fazer isso sob estímulos discriminativos semelhantes) (cf. Skinner 1969d/1964, p. 121-125; 1969e/1966).

5.2.2. Suposições Guia Metodológicas

- O comportamento, em análise do comportamento, deve ser investigado como um objeto de estudo por direito próprio, e não como uma maneira de estudar outros eventos envolvidos no organismo, sejam existentes (como no caso dos eventos fisiológicos) ou hipotéticos (como no caso dos construtos cognitivistas) (cf., e.g., Skinner 1938, p. 3-4, p. 418ss; 1961c/1955). Nos termos de Skinner (1961d/1958):

[D]evemos deixar claro que o comportamento é um objeto de estudo por direito próprio e que ele pode ser estudado com métodos aceitáveis [...]. [...] O comportamento não é simplesmente o resultado de atividades mais fundamentais, às quais nossa pesquisa devesse ser endereçada, mas antes um fim em si mesmo, cujas substância e importância são demonstradas nos resultados práticos de uma análise experimental. Podemos controlar e prever o comportamento, podemos modificá-lo, podemos construí-lo de acordo com especificações [...]. (p. 253-254; trad. minha)

- Deve-se buscar descobrir leis do comportamento por meio da investigação experimental, sendo que esta consiste em análise funcional; isto é, em manipular variáveis independentes (ordinariamente chamadas de causas) e observar mudanças resultantes (ordinariamente chamadas de efeitos) sobre o comportamento como variável dependente. As correlações bem estabelecidas entre variáveis independentes e dependentes são chamadas de relações funcionais. As variáveis independentes (como mencionado anteriormente) jazem na filogênese (evolução da espécie) e na ontogênese (história interativa durante a vida) do organismo, esta última incluindo variáveis sociais e culturais (sobretudo no caso do organismo humano), bem como fatores do ambiente presente (cf., e.g., Skinner 1938, p. 8-9, p. 433-435; 1953, p. 23, p. 35; 1961b/1947, p. 225).
- Deve haver uma divisão de trabalho no estudo do comportamento. A análise do comportamento deve ser entendida como parte de uma ciência maior do comportamento, formada também pela etologia e por uma parte da antropologia. Cabem-lhes estudar comportamentos dos três diferentes níveis seletivos aos quais respectivamente dizem respeito (cf. Skinner 1981; 1990, p. 1208).
- A análise do comportamento integra-se com a fisiologia (ou neurobiologia), ao mesmo tempo mantendo autonomia com relação a ela. Cabe à fisiologia, e apenas a ela (que possui os instrumentos adequados), estudar o resultado daqueles três níveis de seleção no organismo. A fisiologia explica *como* o comportamento se dá, mas não é capaz de explicar o *porquê* de ele se dar, pois o porquê dos comportamentos reside naqueles níveis de seleção, em conjunção com variáveis do ambiente presente: “A fisiologia diz-nos *como* o corpo funciona; as ciências da variação e da seleção dizem-nos *por que* é um corpo que funciona de tal maneira” (Skinner 1990, p. 1208; grifos no original; trad. minha). (Embora Skinner não o explicita, suas distinções, aqui, têm um claro paralelo com aquelas traçadas por Mayr 1961.) Além disso, a descoberta das leis do comportamento e o controle do comportamento em grande medida independem da fisiologia e não são afetados pelo avanço desta. A explicação do fisiólogo:

[S]erá um importante avanço [complementar] sobre uma análise do comportamento, pois a última é necessariamente 'histórica' – ou seja, é confinada a relações funcionais que mostram lacunas temporais. [...] [U]m passo está faltando e precisamos aguardar o fisiólogo para supri-lo. Ele será capaz de mostrar como um organismo é modificado quando exposto a contingências de reforço [...]. O que ele descobre não pode invalidar as leis da ciência do comportamento, mas tornará a imagem da ação humana mais próxima de completa (Skinner 1976/1974, p. 236-237; trad. minha).

Ou seja, tal como a seleção natural foi descoberta por Darwin sem dispor do conhecimento dos mecanismos de retenção das variantes selecionadas e a nova síntese em biologia não anulou sua descoberta, mas apenas a complementou, assim a análise do comportamento descobre leis do comportamento e as aplica sem depender da fisiologia, esta apenas complementando-a (cf. também Skinner 1953, p. 54; 1975, p. 43).

- Deve-se proceder, na descoberta das leis do comportamento, por meio de indução, que privilegia a manipulação direta das variáveis, e não (como, e.g., na abordagem comportamental de Hull 1943 e na psicologia cognitiva) por meio do teste de hipóteses (ou método hipotético-dedutivo) (cf., e.g., Skinner 1938, p. 44; 1969a, p. viii-xii; cf. também Chiesa 1994 e Smith 1995, para ótimos tratamentos pormenorizados desse tópico). Sugere-se que se proceda “larga ou inteiramente sem hipóteses para a determinação quantitativa das propriedades do comportamento e por meio de *indução* para o estabelecimento das leis” (Skinner 1938, p. 437; grifo no original; trad. minha).
- A análise do comportamento básica (ou experimental) deve focar no comportamento de organismos individuais, evitando o uso do método estatístico. (Isso embora o método estatístico seja útil em algumas outras ciências; e mesmo para alguns casos em análise do comportamento aplicada, a qual requer soluções mais imediatas.) Cada organismo tem uma história única de interação com o ambiente, a qual pode ser obliterada por inferências estatísticas. Além disso, o método estatístico é comumente utilizado em aliança com o método hipotético-dedutivo, e não com o método indutivo (cf. Skinner 1938, p. 442-444; 1953, p. 19; 1961d/1958, p. 243, p. 247-249; 1969d/1964, p. 110-113; também Chiesa 1994, p. 71ss, para um ótimo tratamento desse tópico).
- Uma dimensão importante da análise do comportamento não é experimental, nomeadamente, a de *interpretação*. Há eventos comportamentais cujas variáveis independentes fogem ao acesso direto pelo analista do comportamento. Esse é notoriamente o caso daqueles que se dão em contextos abertos (isto é, fora do laboratório), mesmo porque são oriundos de *histórias* de interação com o ambiente (as

quais, diferentemente de no contexto do laboratório, não podem ser largamente acompanhadas), às vezes inclusive envolvendo a confluências de múltiplas variáveis independentes. Para lidar com esses casos, seja para propósitos teóricos (como, e.g., no desenvolvimento da teoria da linguagem de Skinner 1957) ou práticos (e.g., resolver um problema pedagógico em uma escola; psicoterapia), é preciso recorrer à interpretação. Esta, embora envolva inferências em algum grau especulativas (na medida em que sobre variáveis particulares não diretamente acessíveis), deve ser feita sempre com base nos princípios descobertos no laboratório. Ela não deve postular nenhum tipo de entidade para além daqueles tipos admitidos na explicação dos comportamentos que ocorrem no laboratório (cf. Skinner 1953, p. 22; 1957, p. 10-12; 1961c/1955, p. 204, p. 206; 1971, p. 22-23; 1976/1974, p. 21; também Baum & Heath 1992, Donahoe 2004 e Palmer 2009, para ótimos tratamentos desse tópico). Nas palavras de Skinner (1976/1974):

Não podemos saber tudo que há para saber [...], mas isso não significa que o que permanece desconhecido é de natureza diferente. Como em outras ciências, frequentemente carecemos da informação necessária para a predição e o controle, e temos de satisfazer-nos com interpretação; mas nossa interpretação terá o apoio da predição e do controle possível sob outras condições. (p. 194; trad. minha)

Obviamente, não podemos prever e controlar o comportamento humano na vida diária com a precisão obtida no laboratório, mas podemos, contudo, usar os resultados do laboratório para interpretar o comportamento alhures. (p. 251-252; trad. minha).

Ou seja, as inferências feitas na atividade interpretativa devem ser inferências de prováveis histórias de reforço, prováveis contingências de reforço em vigor e afins, à luz dos princípios já rigorosamente estabelecidos e das evidências disponíveis (de modo análogo, e.g., a inferências de histórias evolutivas em biologia evolutiva, que têm por base os princípios conhecidos e as evidências fósseis disponíveis). Tal como em outras ciências naturais com relação aos seus respectivos objetos de estudo, nossa ignorância das variáveis que controlam determinado comportamento em um contexto aberto não deve levar à inferência de causas de outra natureza.

- O vocabulário científico, e o da análise do comportamento em particular, deve ser simples, isto é, conter o menor número de termos possíveis. Além disso, deve ser baseado em experimentação, isto é, suas distinções devem ter (nos termos de Skinner 1938, p. 41-42) “realidade experimental” demonstrada. É necessário “demonstrar a realidade [experimental correspondente ao termo] se o termo for ser usado para propósitos

científicos” (Skinner 1938, p. 42; trad. minha). O vocabulário deve evitar conter termos que se sobreponham ou que façam distinções inexistentes ou desnecessárias para o controle e a predição (cf. Skinner 1938, p. 7-8, p. 41-43, p. 436, p. 438; também Smith 1986, p. 259ss; 1995).

- Deve-se evitar ao máximo, em análise do comportamento, qualquer explicação do porquê do comportamento em termos do vocabulário psicológico ordinário, ou de qualquer outro vocabulário que se refira a um nível não comportamental de análise, seja real (como no caso do fisiológico) ou hipotético (e.g., o vocabulário teórico da psicologia cognitiva tradicional, que infere processos de armazenamento e recuperação de memórias, etc.) (cf., e.g., Skinner 1938, p. 418ss; 1950, p. 193-195; 1989, p. 18). Conceitos psicológicos ordinários (que, para Skinner, são sinônimos de “conceitos mentalistas”), em particular, “são baseados em dados de outro nível de análise e não se pode esperar que se provem úteis. Eles não têm nenhum lugar em um sistema derivado passo a passo do comportamento ele próprio” (Skinner 1938, p. 441; trad. minha). (Esta suposição guia metodológica é especialmente de interesse deste trabalho. Discorrerei sobre pormenores dela na seção 5.3.)

5.2.3. Suposições Guia Axiológicas (ou Valores Cognitivos)

- O objetivo fundamental da análise do comportamento é prever e controlar (sendo que por controlar se entende modificar ou gerar) comportamentos, por meio de análises funcionais (como caracterizadas acima) e a manipulação das variáveis relevantes. A validação das análises funcionais é primariamente função do sucesso na predição e no controle do comportamento (cf., e.g., Skinner 1938, p. 438; 1953, p. 35; 1957, p. 12; 1961c/1955, p. 215). Nos termos de Skinner (1961c/1955):

O objeto [de minha pesquisa] tem sido descobrir as relações funcionais que prevalecem entre aspectos mensuráveis do comportamento e várias condições e eventos na vida do organismo. O sucesso de um tal empreendimento é aferido por quão o comportamento pode, como resultado das relações descobertas, ser de fato predito e controlado. [...] Se alcançamos um entendimento científico verdadeiro do homem, devemos ser capazes de provar isso na predição e no controle real de seu comportamento. (p. 203-204; trad. minha)

- De modo semelhante, um conceito é adequado para a explicação do comportamento não meramente se puder ser operacionalizado, mas se for útil para a predição e o controle do

comportamento: “O critério fundamental de quando um conceito é bom não é se dois cientistas podem entrar em acordo, mas se o cientista que o usa pode operar com sucesso sobre seu material [...] [ou seja] se ele está chegando a algum lugar com seu controle sobre a natureza” (Skinner 1961a/1945, p. 284-285; trad. minha).

5.3. Behaviorismo Radical e o Vocabulário Psicológico Ordinário (VPO)

Nesta seção, procurarei expor os argumentos principais de Skinner em favor de sua tese metodológica de que o vocabulário psicológico ordinário (doravante, 'VPO') não deve, em geral, ser usado em psicologia experimental; em particular, na análise do comportamento. A rigor, Skinner não sustenta que nenhum dos termos do VPO pode integrar a análise do comportamento. Ele afirma que “essas palavras não podem ser usadas” em uma psicologia científica, com a qualificação de que “Alguns termos tradicionais podem sobreviver na linguagem técnica da ciência, mas eles são cuidadosamente definidos e despojados, pelo uso, de suas antigas conotações” (Skinner 1989, p. 18; trad. minha; cf. também Skinner 1938, p. 7-8). Resguardada essa qualificação, veremos que Skinner propõe a uma ampla rejeição do VPO para os fins da análise do comportamento. Antes de expor os argumentos de Skinner em favor dessa posição, farei uma observação preliminar relevante sobre a maneira como ele entende o funcionamento do VPO.

5.3.1. O Funcionamento do VPO Segundo o Behaviorismo Radical: Algumas Observações

Muito pode ser dito sobre a maneira como Skinner entende diferentes categorias de conceitos psicológicos ordinários. Porém, limitar-me-ei aqui a apontar que há certa ambiguidade na maneira como Skinner entende o VPO. Às vezes Skinner sugere uma forma de perspectiva comportamental sobre essas categorias tal que admite a existência dos fenômenos correspondentes de pelo menos muitas dessas categorias. No entanto, em alguns outros momentos Skinner sugere uma forma comportamental de eliminativismo, pelo menos a respeito de várias dessas categorias. Nesta subseção, procurarei elucidar brevemente isso, sendo uma dimensão importante de seus argumentos contra o uso do VPO em análise do comportamento (cf. Lazzeri & Oliveira-Castro 2010b).

Por um lado, Skinner (e.g., 1953; 1969a; 1976/1974) admite a existência de fenômenos relativos a pelo menos várias das categorias psicológicas ordinárias. Por exemplo, ele admite que

haja coisas tais como ter sensações (e.g., ter uma coceira), emoções (e.g., estar com medo, raiva), humores (e.g., estar alegre), apetites (e.g., estar com fome), perceber (e.g., ver, ouvir), pensar, imaginar, sonhar, etc. Esses fenômenos existem, segundo essa perspectiva que Skinner por vezes sugere, como realidades comportamentais ou fisiológicas (dependendo do caso). Em *Science and human behavior* (Skinner 1953, e.g., p. 31, p. 62-63, p. 87-90, p. 160ss, p. 195-196) e *About behaviorism* (Skinner 1976/1974), dentre outros textos, Skinner apresenta várias análises de fenômenos como esses, em termos de relações e processos comportamentais ou, em alguns casos (em particular, no caso de sensações), em termos de fenômenos puramente fisiológicos (condições corporais). A título de exemplo, isso transparece ao falar das relações entre os estímulos interoceptivos e proprioceptivos com sentimentos (como aqueles envolvidos em sensações e pelo menos algumas ocorrências de emoções, humores e apetites), conforme vimos. Transparece também, por exemplo, em sua análise das emoções (Skinner 1953, p. 160ss) em termos de “comportamento com relação a várias circunstâncias que afetam sua probabilidade” (Skinner 1953, p. 162; trad. minha); e de formas de quase-percepções (e.g., imaginar, sonhar) como comportamentos do organismo como se ele estivesse diante de seus *relata*, mas sob o controle de estímulos no ambiente presente não correspondentes aos seus *relata* (e.g., Skinner 1976/1974, p. 80ss). Algo que Skinner provavelmente sempre negou ao longo sua carreira (cf., e.g., Skinner 1961a/1945; 1969a; 1976/1974; 1990) foi que se trate de causas iniciadoras (ou que expliquem o porquê) dos comportamentos.

Por outro lado, principalmente quando Skinner faz considerações diretamente relacionadas à questão (Q), parece adotar uma forma comportamental de eliminativismo (ou de materialismo eliminativo) a respeito de pelo menos várias categorias do VPO. Segundo a forma de eliminativismo às vezes sugerida por Skinner, pelo menos um subconjunto bastante significativo delas (na verdade, ele fala sem restrições) são ficções explicativas (que, portanto, na verdade não existem, salvo metaforicamente falando) e, pior do que isso, ultrapassadas, ao invés de úteis, devendo ser abandonadas para fins científicos. Elas seriam análogos a entidades teóricas ultrapassadas da história de outras ciências, como éter e *vis viva*, de modo que seu destino deveria ser similar.

Gastar muito tempo com redefinições exatas [de termos psicológicos ordinários] [...] seria tão insensato quanto os físicos fazerem o mesmo para éter, flogisto ou *vis viva*. [...] As velhas maneiras de falar são abandonadas com pesar, e, as novas, são estranhas e desconfortáveis, mas a mudança deve ser feita. Esta não é a primeira vez que uma ciência sofre de tal transição. Houve períodos em que era difícil para o astrônomo não parecer um astrólogo (ou ser um astrólogo no fundo) e quando o químico não tinha, de nenhuma

maneira, se libertado da alquimia. Estamos em um estágio similar em uma ciência do comportamento, e quanto antes a transição for completada, melhor. (Skinner 1976/1974, p. 21-22; trad. minha)

Dito de modo simplificado, diferentemente do eliminativismo de autores como Churchland (1988), Skinner favorece o uso de um vocabulário comportamental no lugar do VPO, e não de um vocabulário neurofisiológico. Para Skinner, o vocabulário neurofisiológico é cabível e necessário apenas para certas outras finalidades, como aponte na seção 5.2.2. (Ademais, diferentemente de Churchland 1988, Skinner rejeita o VPO apenas para fins científicos, e não para fins do discurso comum.) (Cf. Lazzeri & Oliveira-Castro 2010b)

Lazzeri e Oliveira-Castro (2010b) elucidam parte de como Skinner alega e diagnostica conotações mentalistas do VPO ('mentalismo' é um termo empregado por Skinner para designar a atribuição do porquê do comportamento a reais ou supostos processos ou entidades em um nível não comportamental), em particular dos conceitos psicológicos ordinários com caráter disposicional (e.g., atitudes proposicionais, apetites, traços de caráter), nos seguintes itens:

1. [...] [O] emprego dos termos intencionais em primeira pessoa (em particular para eventos futuros [e.g., dizer 'Tenho o propósito de fazer tal e tal coisa']) pode dar a entender que estão para entidades mentais internas [causadoras do comportamento]. Funcionando este emprego como regras precursoras de ações, que têm certa influência sobre elas e que frequentemente são encobertas [...], é-se levado a negligenciar a história deste tipo de comportamento e a supor-se que é um precursor mental [no sentido específico do mentalismo], e não um comportamento (operante). [Cf. Skinner 1969d/1964, p. 125-126; 1969e/1966]
2. Os DPTs [termos psicológicos disposicionais] funcionam originalmente como adjetivos ou verbos, mas, aos serem substantivados, tendem a ser tomados como nomes de causas, pelo fato de os substantivos frequentemente funcionarem como nomes para objetos. Por exemplo, de 'um comportamento ser inteligente' e 'uma pessoa querer obter determinada coisa', infere-se que o comportamento 'exibe inteligência' e que a pessoa 'tem uma vontade', e, a partir disso, que o comportamento 'é o efeito da inteligência' e 'resultado da vontade'. [Cf. Skinner 1953, p. 202; 1976/1974, p. 177-178]
3. O papel do ambiente não é claro. As ações dirigem-se para consequências futuras, e, então, aparentemente, não é o ambiente que as determinam. Como suas causas [originadoras] [...] estão no passado e não se mostram de modo evidente no ambiente presente, é-se levado a inferir que as causas das ações são internas. [Cf. Skinner 1969b; 1971, p. 16-18; 1976/1974, p. 57-59, p. 142; 1989, p. 14; 1990, p. 1209]
4. Os seres humanos e outros organismos, por vezes, experimentam sensações na circunstância do agir, que facilmente são tomadas como causas. São, antes, produtos colaterais das interações [...], de modo que o acontecimento de determinados aspectos ambientais [...] evoca tais sensações. Elas facilmente são tomadas como causas, substitutos da causação não visualizada, o que corresponde a uma inferência *post hoc, ergo propter hoc*. [Cf. Skinner 1971, p. 15-16; 1976/1974, p. 10-11, p. 52-53]
5. A cultura geral em que vivemos herda pressuposições mentalistas acerca do ser humano [...]. Dentre as quais, há a pressuposição de que o ser humano é o agente determinante de suas ações e responsável por elas, e não o ambiente. Também, a suposição de que as artes e outras atividades criativas humanas são fruto de um gênio criador ou similar sem precedentes ambientais. Tendemos a admirar os comportamentos e a atribuir-lhes causas

mentais [no sentido específico do mentalismo] quando parecem misteriosos, ou seja, quando não temos qualquer conhecimento de sua história seletiva. [Cf. Skinner 1953, p. 9-10; 1971; 1975, p. 47] (p. 165-166)⁶⁰

Em suma, para Skinner, (a) àquilo ao que no fundo os conceitos do VPO dizem respeito é relações e processos comportamentais ou (em alguns casos) fisiológicos. Ao mesmo tempo, Skinner mantém que (b) esses conceitos possuem conotações mentalistas, isto é, que eles conotam referências a causas iniciadoras (ou que explicam o porquê) do comportamento localizadas no interior do corpo; e que essas conotações correspondem a uma imagem sobremaneira errônea das causas que dão origem aos comportamentos, por isso tornando uma tradução comportamental desses conceitos similar ao esforço de traduzir aqueles ultrapassados da história da ciência. A visão (b) de Skinner sobressai-se à visão (a) em suas considerações sobre (Q). Ela é um dos elementos centrais que o levam a rejeitar o uso do VPO em análise do comportamento, conforme veremos a seguir.

5.3.2. Os Argumentos de Skinner para a Rejeição do VPO em Análise do Comportamento

Penso que os argumentos principais de Skinner contra o VPO em uma ciência do comportamento são pelo menos os quatro seguintes.

5.3.2.1. O argumento de que o VPO corresponde a uma compreensão errônea do comportamento.

Um dos argumentos de Skinner contra o uso do VPO em uma ciência do comportamento é o de que esse vocabulário corresponde a uma compreensão muito equivocada do comportamento (cf., e.g., Skinner 1961d/1958, p. 256). Para Skinner, conforme aponteí na subseção anterior, os conceitos psicológicos ordinários, em geral, conotam referências a supostas causas internas que explicam o porquê do comportamento; mas as causas que explicam o porquê do comportamento são, na verdade, muito diferentes – processos históricos (filogenéticos e ontogenéticos), em conjunção com aspectos do ambiente presente. Em outras palavras, Skinner considera que o mentalismo é inerente ao VPO e que, no entanto, o mentalismo é uma visão totalmente errônea. Para Skinner, os conceitos que formam o VPO, em geral, são como aqueles ultrapassados da história da ciência, e, nessa medida, deveriam ser abandonados em favor de um vocabulário rigoroso (cf. Lazzeri & Oliveira-Castro 2010b, p. 172-173).

⁶⁰ As referências entre colchetes, nessa citação, estão em notas de rodapés no original e, aqui, tiveram ligeiras adaptações e acréscimos.

Esse argumento encontra-se em Skinner (1976/1974, p. 21-22), trecho citado na subseção anterior. Também no início de *Beyond freedom and dignity*, Skinner (1971, p. 3ss) questiona por que no domínio científico do comportamento humano (como em psicologia, economia, ciência política e antropologia) ainda falamos “de modo pré-científico” (Skinner 1971, p. 9), em termos do VPO, quando nas ciências mais bem estabelecidas (como a física e a biologia) os conceitos da tradição foram largamente abandonados. “Quase ninguém questiona” essa prática na psicologia e ciências afins; mas “não há nada como isso na física moderna e na maioria da biologia, e tal fato pode bem explicar por que uma ciência e uma tecnologia do comportamento têm sido por tão longo tempo atrasadas” (Skinner 1971, p. 10; trad. minha). Na física e na biologia, explicações como aquelas em termos de 'júbilo', 'ímpeto' e 'espíritos vitais' foram abandonadas, e deveríamos fazer algo análogo em ciência do comportamento:

A física não avançou olhando mais de perto para o júbilo de um corpo em queda, ou a biologia olhando para a natureza de espíritos vitais, e nós não precisamos tentar descobrir o que personalidades, estados da mente, sentimentos, traços de caráter, planos, propósitos, intenções ou outros pré-requisitos do homem autônomo [*sic.*] são realmente, para progredir em uma análise científica do comportamento. (Skinner 1971, p. 15; trad. minha)

De modo aproximado, o argumento em questão pode ser representado como se segue:

- (1) Os conceitos do VPO, em geral, são conceitos mentalistas (isto é, conotam referirem-se a causas internas iniciadoras, ou que explicam o porquê, do comportamento). [Premissa]
- (2) Se (1), então o VPO corresponde a uma compreensão largamente equivocada do comportamento. [Premissa]
- (3) Se o VPO corresponde a uma compreensão largamente equivocada do comportamento, então o VPO não deve, em geral, ser usado em uma ciência rigorosa do comportamento. [Premissa]
- (4) Logo, o VPO não deve, em geral, ser usado em uma ciência rigorosa do comportamento. [De (1)-(3), sorites]

Esse argumento baseia-se na ideia de que o VPO é um vocabulário mentalista (premissa 1), bem como na ideia de que o mentalismo é uma visão errônea do comportamento (premissa 2). A segunda premissa, por sua vez, está indiretamente alicerçada em suposições guia ontológicas sugeridas pelo behaviorismo radical, sobre quais são as causas que explicam por que os

comportamentos ocorrem. Segundo esse argumento, introduzir o VPO na área implicaria em problemas conceituais internos, em especial de consistência. O VPO e a ontologia do behaviorismo radical, sugere esse argumento, são incompatíveis entre si, por o VPO ser mentalista, mas a ontologia do behaviorismo radical implicar que o mentalismo é uma visão errônea dos determinantes do comportamento.

5.3.2.2. O argumento de que o VPO deturpa o controle e a predição do comportamento. Em vários momentos, Skinner formula um argumento semelhante ao de 5.3.2.1, mas com ênfase na ideia de que o VPO atrapalha o controle e a predição do comportamento (cf. Lazzeri & Oliveira-Castro 2010b, p. 168-169). Skinner considera que as explicações ou inferências em termos dos conceitos psicológicos ordinários distraem o cientista com relação às reais causas que explicam o porquê do comportamento. Tais explicações ou inferências levam o cientista do comportamento a dar-se por satisfeito sem ir atrás do estabelecimento das variáveis que realmente são responsáveis pela variável dependente, assim atrapalhando um efetivo controle e predição: “Na procura por uma explicação interna [*sic.*], apoiada no falso sentido de causa associado a sentimentos e observações introspectivas, o mentalismo obscureceu os antecedentes ambientais que teriam levado a uma análise muito mais eficiente” (Skinner 1976/1974, p. 182; trad. minha; cf. também Skinner 1971, p. 12-13).

Skinner esclarece que sua crítica não é de que supostas operações mentais sejam inobserváveis:⁶¹ o problema não é que “não sejam abertas à inspeção, mas que elas atrapalharam a inspeção de coisas mais importantes” (Skinner 1976/1974, p. 182; trad. minha).

A natureza de qualquer causa interna real ou imaginada do comportamento não está em questão; práticas investigativas sofrem o mesmo dano em qualquer caso. [...] Entidades ou eventos internos não 'causam' comportamento [...]. No melhor dos casos, são mediadores, mas as relações causais entre os eventos terminais que são mediados são representados de maneira inadequada por dispositivos [*sic.*] tradicionais. Conceitos mentalistas podem ter tido algum valor heurístico em algum estágio na análise do comportamento, mas já desde há muito tem sido mais proveitoso abandoná-los. (Skinner 1961d/1958, p. 252-253; grifo no original; trad. minha)

A tentativa de usar as aparentes referências a uma mente iniciadora e converter o vernáculo em linguagem de uma ciência foi [...] um equívoco. Watson e outros primeiros behavioristas pensaram que o engano jaz em utilizar-se introspecção. [...] Antecipando o positivismo lógico, argumentaram que um evento visto apenas por uma pessoa não teria lugar em uma ciência. O problema não era a introspecção, contudo. Era o eu iniciador ou mente ao qual a introspecção parecia dar acesso. [...] Não vemos as histórias de seleção

⁶¹ Isso parece contrariar, por exemplo, a descrição de Heil (2004, p. 68), conforme apontam Lazzeri & Oliveira-Castro (2010b, p. 178-179).

responsáveis pelo que é feito e, por isso, inferimos um originador interno [...]. Em uma análise científica, histórias de variação e seleção cumprem o papel de iniciador. (Skinner 1990, p. 1209; trad. minha)

A prática de explicar comportamentos em termos do VPO é, segundo Skinner (1953), uma prática “perigosa, porque sugere que [já] encontramos a causa e, por isso, não precisamos procurar nada mais” (p. 31; trad. minha). (Cf. também Skinner 1961d/1958, p. 213; 1988)

O presente argumento admite ser representado como se segue:

- (1) Os conceitos do VPO conotam referência a causas iniciadoras do comportamento (que explicariam seu porquê) no interior do organismo. [Premissa]
- (2) Se (1), então, se o comportamento não é determinado por causas iniciadoras no interior do organismo, então o VPO deturpa a busca pela predição e o controle do comportamento. [Premissa]
- (3) Logo, se o comportamento não é determinado por causas iniciadoras no interior do organismo, então o VPO deturpa a busca pela predição e o controle do comportamento. [De (1) e (2), *modus ponens*]
- (4) Ora, o comportamento não é determinado por causas iniciadoras no interior do organismo. [Premissa]
- (5) Logo, o VPO deturpa a busca pela predição e o controle do comportamento. [De (3) e (4), *modus ponens*]
- (6) Ora, se (5), então o VPO não deve, em geral, ser usado em uma ciência rigorosa do comportamento. [Premissa]
- (7) Logo, o VPO não deve, em geral, ser usado em uma ciência rigorosa do comportamento. [De (5) e (6), *modus ponens*]

Essa reconstituição do argumento mostra que ele depende da ideia de que o VPO é mentalista (premissa 1), bem como de suposições guia ontológicas sobre o comportamento estabelecidas pelo behaviorismo radical (premissa 4). Além disso, o argumento baseia-se nas suposições axiológicas assumidas por Skinner, que enfatizam o controle e a predição do comportamento (premissa 6). O argumento sugere que admitir o VPO em análise do comportamento é algo que entraria em choque com as diretrizes axiológicas da área, gerando problemas conceituais internos de consistência e barreiras para a resolução dos problemas

empíricos dos quais se ocupa.

5.3.2.3. O argumento de que o uso do VPO em psicologia é demasiado dispendioso. Um terceiro argumento avançado por Skinner em favor da rejeição do VPO em análise do comportamento é de que explicações ou inferências em termos do VPO são demasiado dispendiosas: “Muita experimentação inútil resulta das teorias [mentalistas], e muita energia e habilidade são absorvidas com elas. A maioria das teorias [mentalistas] é eventualmente derrubada e grande parte da pesquisa associada é descartada” (Skinner 1950, p. 194; trad. minha). Explicações ou inferências em termos do VPO poderiam talvez justificar-se em uma ciência do comportamento se o método hipotético-dedutivo fosse, ainda assim, a única maneira produtiva de proceder no estudo do comportamento; mas, sustenta Skinner (1950), ele não o é. Pode-se representar esse argumento do seguinte modo, com ligeiras adaptações:

- (1) O uso do VPO para se estudar o comportamento envolve largamente a formulação e o teste de hipóteses. [Premissa]
- (2) O método hipotético-dedutivo em ciência do comportamento é demasiado dispendioso e o método indutivo é mais eficiente para a descoberta de leis nessa ciência. [Premissa]
- (3) Logo, (1) e (2). [De (1) e (2), introdução da conjunção]
- (4) Ora, se (1) e (2), então o VPO não deve, em geral, ser usado em uma ciência rigorosa do comportamento. [Premissa]
- (5) Logo, o VPO não deve, em geral, ser usado em uma ciência rigorosa do comportamento. [De (3) e (4), *modus ponens*]

Esse argumento, portanto, apoia-se em parte na suposição guia metodológica que prescreve o método indutivo e a rejeição do método hipotético-dedutivo para a busca das relações funcionais relevantes na área (premissas 2 e 4). A busca pelas relações funcionais relevantes, por sua vez, como vimos, é prescrita por outra das suposições guia metodológicas estabelecidas por Skinner. Trata-se de mais um argumento apontando que a adoção do VPO na área seria inconsistente com suas suposições guia e criaria barreiras para seu progresso na resolução de problemas.

5.3.2.4. *O argumento de que o VPO é, em geral, incongruente com o vocabulário científico.* Em *The behavior of organisms*, Skinner (1938, p. 7-8, p. 41-43) argumentou que o VPO, em geral, não satisfaz o que se deve esperar de um vocabulário científico. Conforme já indicado em 5.2.2, Skinner (seguindo Bacon 1592/1620 e Mach 1919, conforme mostra Smith 1986, p. 259ss; 1995; cf. também Skinner 1987) considera que o vocabulário científico deve (para o benefício da lida efetiva com o meio ou, nos termos de Mach, da economia biológica) ser o mais simples possível e fazer distinções com realidade demonstrada experimentalmente. O VPO, por outro lado, contém inúmeros termos, muitos dos quais inclusive termos que se sobrepõem (e.g., 'gostar' e 'estar com raiva' não têm diferença significativa com relação a 'apreciar' e 'estar irritado', respectivamente); e trata-se de um vocabulário que faz distinções desnecessárias para o controle e a predição, ou sem reais contrapartes na natureza (cf. também Baum & Heath 1992, p. 1314). Nas palavras de Skinner (1938):

O vernáculo é desajeitado e obeso; seus termos sobrepõem-se uns aos outros, fazem distinções desnecessárias ou irreais, e estão longe de ser os mais convenientes [*convenient*] para lidar com os dados. Eles têm a desvantagem de ser produtos históricos, introduzidos por causa da conveniência diária, ao invés daquele tipo especial de conveniência característico de um sistema científico simples. [...] Há apenas uma única maneira de obter-se um sistema conveniente e útil, e ela é ir diretamente aos dados. (p. 7; trad. minha)

Este argumento, portanto, resumidamente falando, tem a seguinte forma:

- (1) O vocabulário científico deve ser simples e fazer distinções experimentalmente demonstradas. [Premissa]
- (2) O VPO não é um vocabulário simples e faz distinções desnecessárias ou sem contrapartidas na natureza. [Premissa]
- (3) Logo, (1) e (2). [De (1) e (2), introdução da conjunção]
- (4) Se (1) e (2), então o VPO não deve, em geral, ser utilizado em uma ciência rigorosa do comportamento. [Premissa]
- (5) Logo, o VPO não deve, em geral, ser utilizado em uma ciência rigorosa do comportamento. [De (3) e (4), *modus ponens*]

Tal argumento está ancorado na diretriz metodológica sugerida por Skinner acerca do que deve contar como vocabulário científico (premissas 1 e 4). Além disso, baseia-se em suposições

de Skinner sobre o funcionamento do VPO (premissa 2). Segundo esse raciocínio, se o VPO fosse utilizado em análise do comportamento, problemas conceituais internos seriam gerados, em parte por o VPO ser demasiado vago e ambíguo, o que por sua vez prejudicaria a resolução de problemas empíricos.

5.4. Behaviorismo Teleológico e o VPO

Tal como a perspectiva de Skinner sobre (Q), a de Rachlin alicerça-se parcialmente em certas premissas sobre como o VPO funciona. No entanto, essas premissas de Rachlin e sua visão sobre (Q) diferem daquelas de Skinner. Veremos que Rachlin diverge de algumas suposições guia da análise do comportamento embasada no behaviorismo radical (chamá-la-ei, doravante, de análise do comportamento padrão), mas que, ao mesmo tempo, Rachlin assume várias suposições guia ontológicas, metodológicas e axiológicas do behaviorismo radical. Seu propósito é aperfeiçoar a capacidade de resolução de problemas da teoria skinneriana.

5.4.1. O Funcionamento do VPO segundo o Behaviorismo Teleológico

Descrevi a abordagem de Rachlin sobre o funcionamento do VPO no capítulo 3 (seção 3.4.1), além de alhures (Lazzeri 2013a; 2013b). Por isso, farei aqui apenas um breve resumo da abordagem (cf. também Dutra 2006, para uma excelente exposição dela).

A tese central de Rachlin (e.g., 1994; 2005) é de que os conceitos psicológicos das mais diversas categorias referem-se a padrões de comportamento manifesto estendidos no tempo. Em suas palavras, “nossas vidas mentais [...] são nossos padrões de comportamento manifesto estendendo-se, talvez muito distantemente, em nosso passado e futuro. [...] [Eventos mentais] são como sinfonias ou balés” (Rachlin 2000, p. 19; trad. minha). Rachlin ressalta que, segundo sua visão, “eventos mentais não são nem eventos espirituais tendo lugar em um mundo à parte, nem tampouco eventos neurofisiológicos tendo lugar em algum lugar no sistema nervoso. Eles são, antes, [padrões de] ações da pessoa como um todo expressas em comportamento manifesto” (Rachlin 2005, p. 47-48; trad. minha)

Para Rachlin, apenas comportamentos manifestos compõem os padrões de comportamento relevantes e, logo, os fenômenos psicológicos (isto é, os fenômenos aos quais nos referimos em termos do VPO). Rachlin parece considerar que levar em conta comportamentos encobertos na análise de conceitos psicológicos ordinários envolveria associar esses conceitos a

entidades puramente fisiológicas e, por isso, cair em mentalismo. Rachlin julga que os processos fisiológicos são apenas mecanismos que embasam os fenômenos psicológicos, sem chegar a ser estes propriamente ditos.

Os padrões de comportamento relevantes são entendidos por Rachlin como padrões operantes estendidos no tempo. Trata-se de conjuntos de comportamentos emitidos ao longo de um período mais ou menos longo (a depender do caso) em função das consequências reforçadoras que produzem historicamente, sob os contextos aos quais se tornaram associados.

Rachlin também expressa sua visão dizendo que os processos fisiológicos são causas eficientes dos comportamentos, ao passo que os conceitos psicológicos ordinários dizem respeito a causas finais; mais especificamente, a padrões de comportamento operante, incluindo suas relações com os contextos e consequências relevantes (isto é, contingências de reforço). A causa eficiente de algo pode variar, mas a causa final ser a mesma. Por exemplo, duas casas podem ser feitas de materiais diferentes, mas suas causas finais são iguais (a saber, algo como servir de abrigo e proteção). Os padrões operantes de comportamento manifesto são entendidos pelo autor como causas finais dos comportamentos particulares que os compõe ao longo do tempo: podem ser constituídos por movimentos muito diferentes (e.g., um rato pode pressionar uma alavanca com as patas dianteiras, com apenas uma delas, com a calda, etc.) e terem, a princípio, diferentes processos neurofisiológicos subjacentes, mas serem exemplares de um mesmo tipo de comportamento (e.g., o de pressionar alavanca, o de busca por alimento). Aquilo que define um padrão operante é as consequências produzidas. Além disso, segundo Rachlin, causas eficientes explicam apenas *como* um fenômeno ocorre, ao passo que as causas finais explicam seu *porquê*. Assim, os processos neurofisiológicos explicam, nessa visão, como se dão os comportamentos, enquanto que os padrões de comportamento que os comportamentos particulares compõem ao longo do tempo (mais exatamente, contingências de reforço) explicam por que estes se dão.

5.4.2. Os Argumentos de Rachlin para o Uso do VPO em Análise do Comportamento

Vejamos agora os argumentos de Rachlin a respeito de (Q). Para Rachlin, “A questão crucial entre os dois [behaviorismo teleológico e behaviorismo radical] é se termos mentais têm seu lugar próprio em uma psicologia científica. O behaviorismo teleológico afirma que eles o têm; o behaviorismo skinneriano afirma que eles não o têm” (Rachlin 1995b, p. 180; trad. minha). Rachlin oferece pelo menos dois argumentos em favor do uso do VPO em análise do

comportamento.

5.4.2.1. O argumento de que o VPO não é mentalista e é útil para predição e controle. Em primeiro lugar, Rachlin (1988; 1995b) sugere que, funcionando o VPO pela referência a padrões operantes de respostas manifestas, esse vocabulário pode ser útil para a predição e o controle do comportamento. Como vimos, segundo Rachlin, o VPO não envolve inferências a causas iniciadoras do comportamento em um nível não comportamental, quer real, quer hipotético. Por isso, raciocina Rachlin, o VPO não envolve incompatibilidade com suposições básicas da análise do comportamento.

Um passo preliminar para a implementação do VPO na área seria “determinar quais são os critérios (comportamentais manifestos) para o uso dos termos mentais” (Rachlin 1994, p. 201; trad. minha); ou seja, explicitar quais padrões de comportamento manifesto são condições para a atribuição de diferentes tipos de fenômenos psicológicos. Uma vez feito isso (o que é empreendido por Rachlin em alguns de seus escritos, como em Rachlin 1994), ele poderá ser usado para as finalidades dessa ciência.

Na medida em que os termos mentais referem-se ao contexto comportamental manifesto de comportamento imediato [*sic.*], é possível usá-los em uma ciência comportamental. Na medida em que os termos mentais referem-se ao contexto comportamental encoberto ou interno de comportamento imediato [*sic.*], eles não têm lugar em uma ciência comportamental, porque tal uso dos termos mentais converte operantes observáveis em respondentes hipotéticos. (Rachlin 1988, p. 201; trad. minha)

Em uma resenha do livro de Baum (2005), autor que compartilha a ênfase de Rachlin em padrões de comportamento operante estendidos no tempo (ou molares), mas, como Skinner, rejeita que o VPO seja útil na área, Rachlin e Frankel (2009) afirmam:

Nossa única reserva é que Baum não vai longe o bastante na análise comportamental da linguagem comum, incluindo a linguagem mentalista. [...] [U]ma ciência desenvolvida do comportamento terá eventualmente de confrontar o fato pragmático de que a vida no mundo moderno seria quase impossível sem as distinções comportamentais que esses termos fazem. [...] Acreditamos que é possível evitar o mentalismo sem banir os termos mentalistas [*sic.*] de uma ciência do comportamento. Skinner cedeu tais termos a psicologias menos pragmáticas e mais mentalistas; isso levou as pessoas a achar que uma ciência behaviorista não poderia lidar com os aspectos de suas vidas que mais lhe preocupam, quando o exato oposto era, e é, o caso. [...] A visão molar, funcional de Baum permite uma compreensão profunda (em termos de predição e controle comportamental) de todos os aspectos da vida, incluindo aqueles geralmente tomados como mentalistas. (p. 136-137; trad. minha)

Segundo essa perspectiva, o VPO é um vocabulário consoante com as suposições guia

ontológicas e axiológicas (e mesmo com várias metodológicas) da análise do comportamento. Rachlin (1994) julga que o mentalismo (isto é, a visão de que o VPO funciona pela referência a entidades internas tomadas como causas que explicam o porquê do comportamento) representa mal o funcionamento desse vocabulário (cf. também Rachlin 1987; 1994). Para o autor, quando o funcionamento do VPO é adequadamente entendido, a análise do comportamento revela-se a ciência mesma da “vida mental” (expressão dele). Assim, um dos argumentos de Rachlin concernentes a (Q) é aproximadamente o seguinte:

- (1) O VPO funciona apenas pela referência a padrões de comportamento manifesto.
[Premissa]
- (2) Se (1), então o VPO é útil para a predição e o controle do comportamento. [Premissa]
- (3) Se o VPO é útil para a predição e o controle do comportamento, então, se o VPO for entendido de forma adequada (e não de modo mentalista) em análise do comportamento, então ele deve ser empregado na área. [Premissa]
- (4) Logo, se o VPO for entendido de forma adequada em análise do comportamento, então ele deve ser empregado na área. [De (1)-(3), sorites]

A teoria de Rachlin, portanto, diverge da análise do comportamento padrão, ao defender que o VPO tem um lugar próprio na área. (Também diverge da análise do comportamento padrão ao propor um enfoque em variáveis mais estendidas no tempo, isto é, um enfoque mais molar; cf., e.g., Rachlin 1976; 1994. Não tratarei, entretanto, de pormenores sobre o molarismo de Rachlin aqui.) Ao mesmo tempo, sua teoria baseia-se nos valores cognitivos associados à tal tradição, relacionados à ênfase na predição e no controle (como transparece a premissa 3), bem como em suposições ontológicas e metodológicas dela; por exemplo, a visão geral dos tipos de variáveis que explicam o porquê dos comportamentos; a visão sobre o papel da fisiologia em uma ciência do comportamento; a prescrição de evitar-se inferências a entidades reais ou hipotéticas de um nível não comportamental (cf. também Rachlin 1976; 1987). A proposta de Rachlin visa aumentar a efetividade da análise do comportamento na resolução de problemas, com base na ideia de que o VPO identifica padrões complexos de comportamento (premissa 1), ao invés de ser um vocabulário mentalista. O VPO, então, segundo essa concepção, ajuda na predição e no controle e não gera problemas conceituais internos, uma vez que se tenha clareza sobre seu funcionamento.

5.4.2.2. *O argumento do grande apelo cultural do VPO.* Em segundo lugar, Rachlin considera que uma perspectiva negativa como a de Skinner sobre o VPO leva muitas pessoas a achar que a análise do comportamento ignora os fenômenos a que esse vocabulário diz respeito (emoções, humores, pensamento, traços de caráter, etc.) e que, assim, deixa de levar em conta fenômenos particularmente importantes em suas vidas, os quais são naturalmente objetos para o estudo de uma psicologia científica. Esse argumento figura-se em parte do trecho que citei há pouco de Rachlin e Frankel (2009). Também transparece ao Rachlin (2012b) afirmar que rejeita a aceitação, em análise do comportamento, de que “é melhor, afinal de contas, eliminar todos os termos mentais de nosso vocabulário científico”, porque isso “levou à marginalização do behaviorismo na psicologia experimental acadêmica e à sua demonização na filosofia” (p. 135; trad. minha).

Em termos semiformais, penso que esse argumento nos diz, de modo aproximado, o seguinte:

- (1) Suponha-se que não devamos fazer uso do VPO em uma psicologia científica (mas eliminá-lo). [Hipótese de absurdo]
- (2) Se (1), então não estaremos querendo estudar fenômenos psicológicos (ou mentais). [Premissa]
- (3) Logo, não estaremos querendo estudar fenômenos psicológicos. [De (1) e (2), *modus ponens*]
- (4) Se (3), então aceitamos desagradar demasiadamente, em geral, ao povo e à comunidade filosófica. [Premissa]
- (5) Se aceitarmos desagradar demasiadamente, em geral, ao povo e à comunidade filosófica, então estaremos aceitando que a análise do comportamento seja marginalizada. [Premissa]
- (6) Ora, não aceitamos que a análise do comportamento seja marginalizada. [Premissa]
- (7) Logo, estamos querendo estudar fenômenos psicológicos. [De (4)-(6), sorites]
- (8) Logo, (3) e (7). [De (3) e (7), introdução da conjunção]
- (9) Logo, devemos fazer uso do VPO em uma psicologia científica. [De (1) e (8), *reductio ad absurdum*]

Esse argumento, portanto, aponta algo próximo de um problema conceitual externo do subtipo denominado por Laudan (1977) de problema de visão de mundo. A análise do comportamento padrão estaria, segundo esse argumento, entrando em conflito com visões particularmente caras à nossa cultura, incluindo a comunidade filosófica (premissas 1-4). (O problema é apenas próximo de um de visão de mundo, como caracterizado por Laudan, porque o argumento não pressupõe que a análise do comportamento padrão enfrente inconsistência com uma visão com a qual ela *concorda*.) Para Rachlin, levar em conta essas crenças gerais é importante para a análise do comportamento aumentar sua efetividade na resolução de problemas, mesmo porque não levar em conta essas crenças tem como consequência a marginalização da área (premissa 5). Rachlin sugere que esse problema surge em função de suposições questionáveis da análise do comportamento padrão sobre o funcionamento do VPO.

5.5. Behaviorismo Intencional e o VPO

Por fim, tratarei de alguns elementos da proposta de Foxall (2004; 2007), chamada de behaviorismo intencional. Essa proposta procura aprimorar a dimensão interpretativa da análise do comportamento padrão, de maneira a resolver supostas dificuldades enfrentadas pela área. (Veremos mais adiante quais são as dificuldades alegadas por Foxall.) A proposta baseia-se parcialmente na teoria dos sistemas intencionais de Dennett (1969; 1978; 1987), com quem concorda que a adoção de um vocabulário estritamente extensional (isto é, que satisfaz plenamente à lei de substituição de idênticos de Leibniz), despidido do VPO, é insuficiente para a interpretação do comportamento. Nos termos de Foxall (2004), sua proposta é de “uma combinação da ciência comportamental operante extensional com a postura intencional de Dennett”, que defende a atribuição de conteúdo proposicional (no sentido a seguir caracterizado) aos achados empíricos da primeira, “a fim de proporcionar um fundamento para a interpretação behaviorista radical” (p. 129; trad. minha).

O behaviorismo radical, alega Foxall, adota um vocabulário estritamente extensional, e por isso estaria enfrentando certas dificuldades em promover a explicação e a interpretação de comportamentos. Ou então estaria sendo bem-sucedido nisso apenas por fazer um uso sub-reptício do VPO; em particular, do vocabulário psicológico intencional (doravante, 'VPI'). O VPI corresponde aos conceitos de tipo intencional do VPO, tais como aqueles relativos às chamadas atitudes proposicionais. Atribuições (ou predicções) formadas por conceitos psicológicos

intencionais são atribuições de fenômenos que exibem conteúdo proposicional, ou intencionalidade, no sentido de Brentano (1995/1874); isto é, de fenômenos que exibem a propriedade de ser sobre, ou direcionado a, algo, e este algo não necessariamente ser ou vir a ser o caso (e.g., querer é sempre querer algo ou que algo aconteça, mas esse algo pode não ser, nem vir a ser, o caso).⁶² Atribuições desse tipo, diferentemente das atribuições puramente extensionais, geram contextos opacos, isto é, violam a lei da substituição de idênticos de Leibniz. Conforme essa lei, substituir, em uma frase declarativa, uma expressão referencial por uma que possua a mesma referência (ou extensão) resulta em uma frase com o mesmo valor de verdade. Por exemplo, dado que 'a Estrela Matutina' possui a mesma referência que 'a Estrela Vespertina' (nomeadamente, o planeta Vênus), então, se a frase “A Estrela Matutina tem uma gravidade semelhante à da Terra” é verdadeira, então “A Estrela Vespertina tem uma gravidade semelhante à da Terra” é automaticamente verdadeira. O VPI, segundo vários autores (e.g., Chisholm 1957; Quine 1960), viola essa lei. Por exemplo, do fato de ser verdade “x quer ver a Estrela Vespertina hoje” não se segue “x quer ver a Estrela da Matutina hoje”, pois x pode desconhecer que a Estrela Vespertina é o mesmo que a Estrela Matutina e achar que se trate de coisas diferentes (cf. também Frege 1978/1892).

5.5.1. O Funcionamento do VPO (em Particular, do VPI) segundo o Behaviorismo Intencional (e Dennett)

O behaviorismo intencional assume, em geral, a perspectiva de Dennett sobre o VPI (cf. Foxall 2004; 2007). Não entrarei aqui em pormenores a respeito da abordagem de Dennett (da qual já tratei alhures, em Lazzeri 2011a, p. 101ss; 2012a). Apenas resumi-la-ei, chamando atenção para aspectos ressaltados por Foxall a respeito.

Dennett (1978; 1987) caracteriza as atribuições formadas por conceitos do VPI em termos de adoção do que ele chama de *postura intencional*. Adotar essa postura é fazer essas atribuições a um organismo ou (na terminologia de Dennett, que procura evitar restrição quanto à constituição física subjacente) sistema, sob a suposição de que o sistema é racional. Dennett entende a pressuposição de racionalidade, aproximadamente, como aquela de que o sistema agirá de modo coerente com as circunstâncias em que se encontra, bem como com suas capacidades

⁶² Estou aqui seguindo, em grande medida, a terminologia de Foxall e Dennett (também empregada por vários outros autores). De modo mais geral, os conceitos chamados de intensionais (com 's') não são extensionais. Os conceitos psicológicos intencionais (com 'c') são apenas uma subclasse dos conceitos intensionais (com 's') (cf., e.g., Quine 1960).

perceptuais e sua história interativa (cf. também Lazzeri 2011a, p. 101ss).

As atribuições de atitudes proposicionais e similares, segundo Dennett, têm por base comportamentos do sistema como um todo, o contexto do comportamento alvo (sendo explicado ou predito) e a história interativa do sistema. Esses são aspectos daquilo que Foxall (2004; 2007) chama de *nível superpessoal* (isto é, o nível das variáveis comportamentais). Não há como dizer se um organismo gosta de determinadas coisas e tem certas crenças e intenções, por exemplo, apenas pela observação de seu sistema nervoso, isto é, de seu *nível subpessoal* (relativo aos processos e estruturas neurofisiológicas ou afins subjacentes). Determinamos a veracidade ou falsidade de uma atribuição, por exemplo, de intenção de dar água a um cão, ao invés de intenção de molhar o cão ou de beber a água, com base em uma suposição de racionalidade e na consideração de coisas tais como o recipiente em que a pessoa coloca água (e.g., se é um recipiente em que costuma dar água para o cão beber, ou se é um recipiente que ela própria usa para beber água); se o cão está ofegante e emitindo comportamentos que, no passado, em um lugar semelhante, se seguiram de apresentação de água e ele bebeu o líquido; etc.

Para os propósitos de uso da postura intencional na dimensão interpretativa em análise do comportamento, em particular, Foxall (2004; 2007; 2008) enfatiza que o uso deve ser baseado no que ele (cf. Foxall 1999; 2004; 2007) chama de *postura contextual*. Segundo Foxall, a postura contextual é, justamente, a estratégia de considerar as variáveis comportamentais, tais como histórias de reforço, na explicação e predição do comportamento, e corresponde à estratégia interpretativa do behaviorismo radical. Além disso, “atribuições intencionais” (isto é, de atitudes proposicionais e afins) poderiam levar em conta também variáveis estritamente neurofisiológicas. Nos termos do autor, “no quadro do behaviorismo intencional”, elas são feitas “com base em padrões molares de comportamento e, se disponíveis, dados neurológicos sobre conexões aferente-eferente. Assim, intencionalidade é atribuída cuidadosamente com base em critérios comportamentais e evidências neurofisiológicas” (Foxall 2008, p. 144; trad. minha).

Diferentemente da postura contextual, entretanto, a postura intencional envolve, ao mesmo tempo, a atribuição de intencionalidade, ao invés de ser puramente extensional. Um ganho importante que Foxall acredita haver nisso é permitir tratar mais satisfatoriamente do *nível pessoal* do sistema, que é o nível da “perspectiva de primeira pessoa”. Não é totalmente claro o que Foxall entende por esta. Foxall (2004; 2007) diz-nos que ela corresponde à maneira como o sistema experiencia a si e aos seus arredores, tal como transparecido na opacidade referencial de

atribuições intencionais ao sistema. Em conformidade com a abordagem de Dennett (em especial, Dennett 1969), Foxall (2004) julga que a perspectiva de primeira pessoa “é uma característica do nível pessoal, ao invés de ser do nível fisiológico ou ambiental. Este [*sic.*] nível pessoal não é capturado por nenhuma análise extensional” (p. 88; trad. minha). Uma pessoa gostar da Estrela Matutina, por exemplo, não implica que manifestará comportamentos similares com relação ao que ela acha que é a Estrela Vespertina. Podemos especificar em uma linguagem extensional as diferenças comportamentais envolvidas, mas haveria uma dimensão aqui envolvida capturável apenas introduzindo-se o VPI.

Apesar de as atribuições intencionais serem ancoradas na consideração de comportamentos e suas relações com o meio, Dennett (1969; 1987; 1991) considera que elas funcionam como mensurações indiretas de eventos internos subjacentes aos comportamentos. Elas seriam como um invólucro ou revestimento linguístico (*linguistic overlay*) (terminologia adotada em Dennett 1969) sobre eventos da economia interna do sistema. Em outras palavras, termos do VPO seriam semelhantes a termos teóricos tais como 'torque' e 'centro gravitacional'. Assim, crenças, desejos, medos e fenômenos similares, segundo Dennett, não têm uma realidade discreta, a ponto de que pudessem ser localizadas em alguma parte do cérebro. Porém, Dennett julga que as atribuições em questão são instrumentos úteis para a predição e explicação de comportamentos por fundamentalmente mensurarem realidades difusas do interior dos sistemas.

Foxall (2004, p. 47ss, p. 125ss; 2007; 2008) retém a ideia de Dennett de que as atribuições intencionais são apenas um invólucro ou revestimento linguístico; mas, além disso, sugere que a postura intencional, em análise do comportamento, deve ser neutra ontologicamente (*a-ontological*). Ele propõe que o VPI seja empregado na área sem pressupor nenhum compromisso com a existência de atitudes proposicionais e afins e sequer com o que elas são.

A atribuição intencional apenas descreve o que uma teoria puramente extensional descreveria, nada mais, mas de uma maneira diferente. [...] Nenhuma lógica [*sic.*] [neuro]biológica pode dizer-nos por que o rato conhece qual caminho a percorrer para sua comida. Nem pode nenhuma lógica [*sic.*] puramente contextualista revelar isso na ausência de alguma forma de 'revestimento dennettiano'. Em nenhum dos casos a atribuição intencional proposta distrai da versão extensional dos eventos, mas acrescenta uma interpretação que proporciona maior entendimento intuitivo do sistema. [...] [Mantém-se uma] suposição ontologicamente neutra [*a-ontological assumption*] sobre eventos, estados, processos e estruturas de caráter cognitivo [...]. (p. 127; grifo no original; trad. minha)

O behaviorismo intencional [...] segue o reconhecimento sutil de Dennett de que o acréscimo de uma camada intencional de interpretação não descobre nada novo, mas nos narra outra estória [*story*] sobre as teorias e achados produzidos pela psicologia operante

[...]. (p. 132; trad. minha)

A seguir, passarei aos argumentos de Foxall em favor da adoção da postura intencional, assim entendida por ele, em análise do comportamento.

5.5.2. Os Argumentos de Foxall para o Uso do VPO em Análise do Comportamento

Foxall (2004; 2007) alega que a análise do comportamento padrão (ou seja, tal como articulada pelo behaviorismo radical) limita-se a um vocabulário puramente extensional (cf. também Foxall 1999); e que, por isso, enfrenta três dificuldades: (a) não explicar a dimensão de primeira pessoa (ou nível pessoal); (b) não explicar a continuidade do comportamento ao longo do espaço e do tempo; e (c) um suposto problema relacionado à “equifinalidade” das respostas operantes.

Cingir-me-ei, aqui, apenas aos argumentos de Foxall relativos a (a) e (b). Os três argumentos gerais de Foxall (pelo menos como apresentados em Foxall 2004; 2007) são enormemente abstrusos, mas acredito entender significativa parte do que ele quer dizer com aqueles relativos a (a) e (b). Faço a qualificação de que minhas reconstituições deles são particularmente aproximativas.

Antes do mais, é preciso ter-se conta que Foxall *não* questiona o sucesso da análise do comportamento padrão em prever e controlar comportamentos, mesmo em contextos abertos:

Não nego [...] que [o behaviorismo radical] identifica eventos ambientais que são variáveis independentes dos quais o comportamento é função. Deveras, não tenho nenhuma crítica ao behaviorismo radical em termos de seu critério pragmático de sucesso, a predição [...] e o controle do (influência sobre o) comportamento. Aqui ele sem dúvida é bem sucedido, não apenas nos cenários fechados do laboratório operante e da comunidade terapêutica, mas também nos cenários abertos presentes na economia da vida cotidiana. [...] Em outras palavras, não estou questionando a capacidade do behaviorismo radical em ser bem sucedido em seus próprios termos. (Foxall 2007, p. 51; trad. minha)

A proposta de Foxall é de adoção do VPI para permitir a análise do comportamento lidar com (a)-(c), que não concernem à predicação e ao controle, mas à explicação e interpretação. Nos termos do autor: “Isso não subtrai nada do behaviorismo radical; [mas] adiciona o que é necessário para explicar e interpretar, ao invés de simplesmente predizer e controlar” (Foxall 2007, p. 51; trad. minha).

5.5.2.1. O argumento sobre o nível pessoal. O primeiro argumento de Foxall procura defender a

adoção da postura intencional em análise do comportamento por meio da inferência de (a), isto é, de que o behaviorismo radical não abrange a dimensão subjetiva ou de primeira pessoa, tal como transparecida na opacidade referencial das atribuições intencionais:

A dificuldade para o behaviorismo radical é que ele lida de forma inadequada com os aspectos de primeira e terceira pessoas do nível pessoal, em grande medida porque os confunde. [...] [N]o caso do nível subjetivo ou de primeira pessoa [...], o behaviorismo radical simplesmente não tem meios de descrever alguns comportamentos sem recorrer à linguagem intencional. Isso decorre da irredutibilidade da linguagem intencional para a linguagem extensional [...]. A questão não é que uma interpretação behaviorista radical desses comportamentos é impossível, [...] mas que tal interpretação não pode jamais capturar o inteiro comportamento em questão sem recorrer a expressões intencionais (ou seja, sem se desviar de seu compromisso com a ciência comportamental extensional). (Foxall 2007, p. 10-11; trad. minha)

Se, por exemplo, prevermos que uma criança *x* exibirá um comportamento de fuga com relação a, digamos, um estímulo para ela aversivo *y*, então, se *y* for idêntico a *z*, poderemos dizer que *x* exibirá um comportamento de fuga com relação a *z*, *ceteris paribus*. Se, digamos, *y* for a presença de determinada pessoa fantasiada, a ponto de que *x* não saberia que *y* é a mesma pessoa que *z* e *x* exibiria o comportamento de fuga na presença da pessoa fantasiada (*y*), mas não na presença dela sem a fantasia (*z*), a diferença nas variáveis ambientais e nos comportamentos de *x* seria capturável por um vocabulário comportamental. Porém, Foxall sugere, ainda assim, haver uma dimensão não capturável pela postura contextual dissociada da postura intencional (cf. também Foxall 2004, p. 87ss). Não me é inteiramente claro o que não estaria sendo capturado da perspectiva de primeira pessoa. Não deve ser a chamada experiência fenomênica, que é reconhecida pelo behaviorismo radical, inclusive como algo “privado”; mas sim algo que transparece na opacidade referencial de atribuições intencionais. Foxall (2007, p. 11-12) menciona a esse respeito que o autoconhecimento de alguém *x* (isto é, o conhecimento que *x* tem sobre si) é diferente do conhecimento de terceira pessoa sobre *x*; mas para mim não é claro em que isso seria relevante para o argumento.

Independentemente desse pormenor, acredito ser seguro dizer que o argumento envolve, de modo aproximado, as seguintes premissas:

- (1) O VPI gera contextos opacos. [Premissa]
- (2) Se o VPI gera contextos opacos, então ele é irredutível a um vocabulário puramente extensional. [Premissa]
- (3) Logo, o VPI é irredutível a um vocabulário puramente extensional. [De (1) e (2), *modus*

ponens]

- (4) O vocabulário da análise do comportamento padrão é puramente extensional. [Premissa]
- (5) Se (4), então, se (3), então o VPI é irreduzível ao vocabulário da análise do comportamento padrão. [Premissa]
- (6) Logo, se (3), então o VPI é irreduzível ao vocabulário da análise do comportamento padrão. [De (4) e (5), *modus ponens*]
- (7) Logo, o VPI é irreduzível ao vocabulário da análise do comportamento padrão. [De (3) e (6), *modus ponens*]
- (8) Se (7), então a análise do comportamento padrão não é suficiente para interpretar a dimensão do nível pessoal dos comportamentos, ou ela introduz sub-repticiamente o VPI ao fazê-lo. [Premissa]
- (9) Se a análise do comportamento padrão não é suficiente para interpretar a dimensão do nível pessoal dos comportamentos, ou introduz sub-repticiamente o VPI ao fazê-lo, então a análise do comportamento deve explicitamente adotar o VPI como um revestimento linguístico neutro. [Premissa]
- (10) Logo, a análise do comportamento deve explicitamente adotar o VPI como um revestimento linguístico neutro. [De (7)-(9), sorites]

Foxall parece alegar que há uma anomalia empírica na análise do comportamento padrão, ou um problema conceitual interno de consistência. Essa tradição de pesquisa estaria assumindo uma linguagem estritamente extensional, quando, na verdade, para se acomodar a dimensão do nível pessoal, requerer-se-ia o VPI. A análise do comportamento, então, estaria deixando de lado essa dimensão, assim não sendo capaz de explicar alguns aspectos dos eventos comportamentais, embora sem afetar sua capacidade de predição e controle. Tratar-se-ia de uma anomalia empírica na medida em que algumas teorias rivais, equipadas com o VPI, são capazes de abranger esses casos. Ou então a análise do comportamento estaria fazendo um uso sub-reptício do VPI, gerando inconsistência em seu arcabouço conceitual. A solução, em qualquer um dos casos, seria a incorporação explícita do VPI na análise do comportamento, na forma de um revestimento linguístico ontologicamente neutro. Isso envolveria abrir mão de uma alegada suposição guia segundo a qual o vocabulário da área deve ser puramente extensional.

5.5.2.2. O argumento das lacunas temporais e espaciais. O segundo argumento de Foxall procura favorecer a adoção do VPI apontando (b), isto é, que a análise do comportamento padrão é incapaz de explicar as lacunas temporais e espaciais entre as histórias de reforço e as ocorrências das respostas operantes. Ela só seria capaz de fazê-lo adotando o VPI. Foxall procura apoiar (b) por meio do seguinte raciocínio:

Todo significado explicativo da história de aprendizagem diz respeito à continuidade do comportamento entre cenários, e isso implica alguma mudança no organismo [...]. A explicação behaviorista radical da continuidade comportamental requer que um estímulo comum ou algum componente deste esteja presente em cada ocasião em que a resposta é emitida. O estímulo deve ser um estímulo discriminativo aprendido e/ou um reforçador. A dificuldade com isso é que nem sempre é possível detectar cada elemento da contingência tríplice quando o comportamento é aprendido ou realizado. A tendência é supor, então, que alguma mudança ocorre dentro do indivíduo, presumivelmente no nível fisiológico, que um dia será identificada como suficiente para explicar a continuidade do comportamento – mas o problema é menos um de ontologia do que de metodologia, dos imperativos teóricos envolvidos na explicação da continuidade do comportamento e, portanto, da linguagem empregada para tanto. (Foxall 2007, p. 13; trad. minha)

Foxall (2004; 2007) parece concordar com o behaviorismo radical sobre como as ações particulares são determinadas, mas sugere que tal visão é insuficiente para explicar a continuidade do comportamento no espaço e no tempo. Ele alega, no lastro de Bandura (1986), que há casos de ações em que algum dos elementos da contingência tríplice está ausente. Ter-se-ia que introduzir elementos de algum tipo para além da contingência tríplice e especificados em termos da postura intencional para se explicar as ações em tais casos. Segundo Foxall e Bandura, o fato, por exemplo, de que a taxa de emissão de um padrão operante é função da frequência de suas consequências é um caso em questão:

A abordagem molar de Baum (1973), à qual Bandura faz referência, é suficiente para sugerir que os organismos são sensíveis a quantas vezes uma resposta é reforçada por um longo período de tempo e que o seu comportamento é assim regulado de acordo com o nível agregado de reforço. Tal integração, Bandura afirma, requer habilidades cognitivas e, na verdade, sugere a necessidade de um nível inclusivo [*subsumptive*] de análise – cognitivo, ambiental, fisiológico, comportamental ou outro [...]. A ausência de qualquer evidência convincente para essas [...] deixa a atribuição de conteúdo intencional como a única possibilidade segura, dado o estado atual do conhecimento. (Foxall 2007, p. 14-15; trad. minha)

Foxall questiona a suposição guia da análise do comportamento padrão de que as lacunas temporais e espaciais em questão são preenchidas por variáveis neurofisiológicas. Ele não nega que tal suposição possa revelar-se o caso. Mas afirma, em primeiro lugar, que não há ainda evidência suficiente em favor dela e que, por isso, é mais razoável deixar em aberto se não há algum outro tipo de variável que explique a continuidade comportamental. Em segundo lugar,

Foxall afirma que, mesmo que a suposição se revele o caso no futuro, aquilo que é aprendido pelo organismo não poderia ser especificado sem o VPI.

As dificuldades com isso são duplas. Primeiro, [...] [o fato de] que a fisiologia produzirá o tipo de conexões que Skinner procura dela pode ser, no presente momento, não mais do que um artigo de fé [...]. Estaria mais de acordo com o que sabemos da natureza tentativa da ciência reconhecer isso do que argumentar ou agir *de facto* como se os achados científicos necessários fossem um fato presente [*sic.*]. Segundo, enquanto pode ser razoável crer, em termos gerais, que a neurociência identificará os correlatos do comportamento no nível da ciência extensional, não há nenhuma razão para crer que tal ciência pode produzir o tipo de dispositivo interpretativo requerido para a explicação do comportamento no nível pessoal. Na verdade, Dennett argumentou persuasivamente que ela não o pode [...]. (Foxall 2004, p. 109; trad. minha)

Aqui, em seu primeiro ponto, Foxall questiona o comprometimento da análise do comportamento padrão com a suposição guia ontológica de que as lacunas espaciais e temporais são preenchidas por variáveis neurofisiológicas. Ele inclusive considera que a análise do comportamento deveria deixar em aberto a possibilidade de que haja variáveis de caráter cognitivo, intermediárias entre um nível neurofisiológico e comportamental, que o façam.

No entanto, Foxall (2007, p. 13-14) sugere que o argumento em pauta resume-se ao segundo ponto, que diz respeito à questão sobre *o que é aprendido*: para ele, “o problema é menos um de ontologia do que de metodologia” e “gira em torno do que é aprendido” (Foxall 2007, p. 13; trad. minha). Foxall afirma, apoiado em Dennett, que especificar aquilo que é aprendido (e que explicaria a continuidade comportamental) não é algo que pode ser feito, pelo menos sempre, em uma linguagem puramente extensional, requerendo pelo menos em vários casos introdução do VPI. Foxall concorda com Dennett que, no caso, por exemplo, de um rato que aprende a encontrar comida em um labirinto, o que é aprendido não pode ser especificado sem introdução do VPI. O que o rato aprende, nesse caso, é “onde a comida está”, mas “como isso pode ser caracterizado não Intencionalmente? Não há nenhum espaço para 'saber', ou 'crer', ou 'procurar por', na linguagem oficial do behaviorismo; assim, o behaviorista não pode dizer que o rato sabe ou acha que sua comida está em *x*, ou que o rato está procurando por uma rota para *x*” (Dennett 1969, p. 34; trad. minha; cf. Foxall 2007, p. 16-17).

Esse argumento de Foxall, então, é impreciso, mas parece dizer-nos algo aproximadamente da seguida forma:

- (1) Explicar a continuidade do comportamento no espaço e no tempo requer especificar aquilo que é aprendido. [Premissa]

- (2) Aquilo que é aprendido (independentemente de ao que corresponde) requer especificação, em alguns casos, em termos do VPI. [Premissa]
- (3) O VPI é irreduzível ao vocabulário da análise do comportamento padrão. [Premissa]
- (4) A análise do comportamento deve explicar a continuidade do comportamento no espaço e no tempo. [Premissa]
- (5) Logo, (1), (2), (3) e (4). [De (1)-(4), introdução da conjunção]
- (6) Se (5), então o VPI deve ser adotado na análise do comportamento como um revestimento linguístico ontologicamente neutro. [Premissa]
- (7) Logo, o VPI deve ser adotado na análise do comportamento como um revestimento linguístico ontologicamente neutro. [De (5) e (6), *modus ponens*]

Foxall parece sugerir que a análise do comportamento padrão deveria explicar o que ele chama de continuidade comportamental, ao invés de deixar a fisiologia tal tarefa (premissa 4). A solução do problema, segundo Foxall, seria a área adotar o VPI como um revestimento linguístico ontologicamente neutro (premissa 6). Ele considera que o VPI é necessário em vários casos para se especificar o que é aprendido (premissa 2), do que dependeria a explicação da continuidade comportamental (premissa 1).

5.6. Algumas Ponderações

Por fim, apresentarei algumas breves ponderações aos argumentos e perspectivas de Skinner, Rachlin e Foxall acerca de (Q). Começarei pelos argumentos de Rachlin, posto que apoio aqui versões modificadas destes.

5.6.1. Ponderações à Perspectiva de Rachlin sobre (Q)

Com relação ao primeiro argumento de Rachlin (subseção 5.4.2.1), considero razoável a ideia de que o VPO funciona, em geral, pela referência a variáveis comportamentais e, nessa medida, é potencialmente útil para a predição e o controle do comportamento. Por outro lado, discordo que o VPO funcione tão somente pela referência a padrões operantes molares de comportamento manifesto. Minhas críticas à abordagem de Rachlin sobre isso encontram-se alhures (ver capítulo 3, seção 3.4.2; também Lazzeri 2013a; 2013b). Resumidamente falando, sugiro que: (i) não só comportamentos manifestos, mas também comportamentos encobertos

podem compor fenômenos psicológicos; (ii) Rachlin equivocadamente trata todas as categorias psicológicas de uma mesma maneira (a saber, como se todas se referissem a padrões de comportamento), por isso não distinguindo entre as categorias de caráter episódico e as de caráter disposicional; (iii) não apenas padrões operantes, mas também reflexos, cadeias de reação e afins são relevantes na análise de diferentes categoriais do VPO; e (iv) aspectos não comportamentais de processos neurofisiológicos podem ser componentes parciais de alguns fenômenos psicológicos (deixo aqui em aberto isso). Como Rachlin, sustento uma visão comportamental sobre as categoriais psicológicas, mas com diferenças significativas.

A meu ver, entretanto, o fundamental do argumento em questão é plausível. Ou seja, o VPO é, em geral, consistente com as suposições ontológicas da análise do comportamento padrão, e não um vocabulário que supusesse funcionar pela designação de fenômenos inteiramente não comportamentais, confinados ao interior do corpo e que expliquem o porquê dos comportamentos. Por isso, é um vocabulário potencialmente útil para o controle e a predição (isto é, consoante com as suposições axiológicas da análise do comportamento padrão), conquanto empregado com clareza sobre seu funcionamento, o qual é harmonioso com as análises funcionais procuradas na área. Concordo com Skinner que há usos mentalistas do VPO e parte de nossa cultura herda certas pressuposições mentalistas sobre o comportamento, como apontei anteriormente (cf. seção 5.3.1; também Lazzeri & Oliveira-Castro 2010b). Porém, não se trata de um vocabulário mentalista inerentemente. Pois sua geografia lógica é compatível e, inclusive, mais harmônica com um olhar comportamental, particularmente como aquele que sugeri nos capítulos 3 e 4.

Uma forma desse raciocínio foi articulada também por Deitz e Arrington (1984; cf. também Deitz 1986; 1988; Arrington & Deitz 1986), com base sobretudo em Wittgenstein (1953) e com ênfase em termos ditos cognitivos (tais como 'crença', 'raciocinar', 'lembrar', 'prestar atenção'). Em suas palavras:

Wittgenstein mostrou-nos que, quando termos cognitivos são examinados no jogo de linguagem que é seu lar original, eles se relevam nem mentalistas nem dualistas; [...]. Eles descrevem comportamento em contexto e nada mais. Embora a crítica de Skinner (1977) à ciência cognitiva seja correta, ela repousa em um acordo em que os termos cognitivos significam o que os cientistas cognitivos dizem que eles significam. Wittgenstein mostrou como essa suposição é incorreta. Termos cognitivos são mais passíveis de uso pelos behavioristas do que pelos psicólogos cognitivos; um interessante giro, para dizer o mínimo. Pode-se dizer que os termos cognitivos têm seu lugar próprio no behaviorismo, e é os behavioristas que podem estudar de maneira mais adequada aquilo ao que esses termos verdadeiramente se referem. Isso não apenas legitima o behaviorismo como um estudo da cognição, mas também abre vastas novas áreas de

pesquisa interessante para os behavioristas. (Deitz & Arrington 1984, p. 12; trad. minha)

[U]ma vez a base comportamental da cognição é reconhecida, behavioristas podem abraçar o estudo da cognição sem sacrificar quaisquer de seus escrúpulos científicos. (Arrington & Deitz 1986, p. 104; trad. minha)

A perspectiva que eu sugiro a respeito de (Q) segue a linha de raciocínio de Rachlin e de Deitz e Arrington. Porém, faço-o partir de uma perspectiva comportamental específica sobre o funcionamento das categorias psicológicas que difere, em alguns aspectos, daquela de Rachlin; e difere daquela de Deitz e Arrington no mínimo em não dizer respeito apenas a termos cognitivos (cf. capítulos 3 e 4; também Lazzeri 2013a; 2013b; 2013c). Essa é uma dimensão fundamental de minha sugestão a respeito de (Q).

Com relação ao segundo argumento de Rachlin (subseção 5.4.2.2), considero que chama atenção para outro fator importante envolvido em (Q). É razoável dizer que a rejeição do VPO em uma psicologia científica tende a desagradar muito à comunidade a ponto de levar à marginalização da análise do comportamento. O fato de que outras tradições de pesquisa em psicologia dão peso à modelagem de diferentes tipos de fenômenos psicológicos pode ser mencionado como um fator correlato importante – pois (seguindo o modelo de Laudan) pode-se dizer que ele aumenta o grau de importância do problema para a análise do comportamento (mesmo que ela tenda a desacreditar tal problema). Utilizar o VPO (desde que devidamente) em análise do comportamento provavelmente contribuiria para expandir sua popularidade e evitar sua marginalização.

Todavia, penso que esse argumento funciona bem apenas se for entendido de tal modo que envolva uma premissa sobre o funcionamento do VPO e, é claro, que seja uma premissa razoável. Isso porque se a visão eliminativista de Skinner sobre o VPO estivesse correta (a meu ver, não está, mas suponhamos por hipótese que estivesse), ter-se-ia razão em persistir com a rejeição do VPO em análise do comportamento. Seria mais razoável, em tal caso hipotético, procurar convencer a comunidade de que fenômenos psicológicos são ficções explicativas que não podem ter um lugar legítimo ou útil em uma psicologia científica. Pois faria pouco sentido a análise do comportamento ceder a crenças que toma como inteiramente incompatíveis com suas suposições ontológicas. Por isso, o segundo argumento de Rachlin tem força apenas se assumirmos que ele dependa de uma premissa apropriada sobre o funcionamento do VPO. Dada a harmonia entre o VPO e as suposições ontológicas da análise do comportamento, o fato de que ele tem um grande

apelo em nossa cultura constitui uma razão a mais em favor do emprego dele na área, conquanto seja um emprego sem cometer erros conceituais.

Antes de passar às minhas ponderações aos argumentos de Skinner e Foxall sobre (Q), gostaria ainda de indicar, embora não mais do que como um pequeno esboço, as funções que, a meu ver, o VPO poderia desempenhar com proveito em análise do comportamento. Rachlin não deixa inteiramente claro quais seriam essas funções.

Em primeiro lugar, acredito que o VPO pode ser usado (i) para fazer da análise do comportamento em parte uma ciência (ou uma das ciências fundamentais) dos fenômenos psicológicos; isto é, uma ciência dos processos cognitivos e cogitativos, das emoções, dos humores, etc. Isso parece ser sugerido por Rachlin (1994; 1995b; 2007), ao falar de uma análise do comportamento com o VPO como a “ciência da vida mental”. Como fenômenos psicológicos são realidades comportamentais (e talvez em parte fisiológicas), a análise do comportamento tem, naturalmente, muito a contribuir como uma ciência deles. Tratar-se-ia da função de buscar generalidades relativas a diferentes categorias do VPO, com base tanto em experimentos como em atividade interpretativa. A atividade interpretativa deveria ser feita em parte com auxílio de análise conceitual, para que se tenha em vista as nuances básicas das categorias relevantes.

Ressalto que tal empreendimento *não* seria a investigação de fenômenos psicológicos como fenômenos que requeressem princípios diferentes daqueles já bem estabelecidos na área; por exemplo, leis relacionadas a esquemas de reforço, operações estabelecedoras, fuga e esquivo, condicionamento respondente, etc. Significa, antes, investigar fenômenos psicológicos de diferentes categoriais como fenômenos (pelo menos em grande medida) comportamentais, que, portanto, requerem explicação em termos desses princípios.

A teoria do autocontrole de Rachlin (2000), por exemplo, exemplifica aproximadamente esse empreendimento. Donahoe e Palmer (1994) também, por exemplo, fazem algo nessa direção com respeito particularmente à categoria dos chamados processos cognitivos. O empreendimento deveria: (a) ser ampliado para as diferentes categoriais psicológicas; (b) ser mais valorizado e menos periférico; (c) ser realizado em termos positivos, e não eliminativistas (cf. capítulos 3 e 4); e (d) ter grande atenção às nuances básicas das categorias relevantes (para evitar equívocos conceituais decorrentes da negligência dessas nuances).

Em segundo lugar, (ii) a partir do desenvolvimento da função (i), a análise do comportamento poderia aplicar essas categorias para facilitar o controle e predição em contextos

abertos, onde o acesso às variáveis relevantes é bastante limitado. Tais categorias não servem para explicar causalmente os comportamentos – não designam causas deles, embora realidades comportamentais possam ter influência sobre outras (cf. capítulo 4, seção 4.3.1) –; mas podem facilitar a identificação deles e de suas variáveis independentes e, assim, as análises funcionais nesse âmbito. Lazzeri e Oliveira-Castro (2010b) colocam essa ideia em termos do valor heurístico do VPO para a busca das variáveis de interesse, uma vez que as atribuições formadas por conceitos do VPO referem-se abreviadamente a essas variáveis.

Sugiro, portanto, que os argumentos de Rachlin, ao serem modificados em conformidade com minhas ponderações nesta subseção, justificam um emprego do VPO em análise do comportamento, para o desempenho dessas duas funções. Eles apontam indícios *a priori* de que tal emprego aumentaria a efetividade da área na resolução de problemas. Como – apesar dos bons indícios – não sabemos se esse aumento viria realmente a acontecer, considero que tais argumentos justificam a tentativa de perseguição de uma linha investigativa na área que explore o VPO das maneiras aqui indicadas, em paralelo com a linha investigativa padrão (e não se abrindo mão desta, pelo menos até a estratégia que procura aprimorá-la se mostre claramente mais efetiva na resolução de problemas).

5.6.2. Ponderações à Perspectiva de Skinner sobre (Q)

Consideremos, agora, os quatro argumentos de Skinner reconstituídos em 5.3.2. Tanto o argumento da subseção 5.3.2.1 como o da 5.3.2.2 dependem da premissa de que o VPO é um vocabulário mentalista (ou seja, que supõe designar causas iniciadoras do comportamento no interior do corpo). Ora, como já aponteí, concordo com Rachlin, Deitz e Arrington, ainda que divergindo deles em alguns pormenores, que essa premissa é uma ideia equivocada. A meu ver, Skinner (também, e.g., Hineline 1980; 1984) é bem sucedido em apontar que há usos mentalistas do VPO e que o mentalismo é errôneo. Porém, uma geografia lógica das categorias do VPO (isto é, uma análise de suas nuances básicas, ou regras que governam seu emprego típico) revela que, na verdade, suas nuances básicas são inconsistentes com o mentalismo e são mais harmoniosas com uma perspectiva comportamental, baseada em suposições ontológicas da análise do comportamento padrão. Se isso estiver correto, segue-se ser equivocado, no argumento de 5.3.2.1, que o VPO corresponde a uma compreensão totalmente errônea do comportamento; e, no argumento de 5.3.2.2, que o VPO tenderia a atrapalhar o controle e a predição na análise do

comportamento (cf. Lazzeri & Oliveira-Castro 2010).

O argumento de 5.3.2.3 depende da premissa de que o VPO em psicologia envolve o método hipotético-dedutivo; além da premissa, correspondente a uma das suposições guia metodológicas de Skinner, que prescreve evitar-se esse método para os propósitos da análise do comportamento. Caso a primeira premissa for a alegação de que o VPO envolve o teste de hipótese por ser mentalista, então, conforme apontei anteriormente, temos boas razões para questioná-la.

Entretanto, a primeira premissa pode não corresponder a tal alegação. Pois Skinner poderia estar afirmando, nessa premissa, que o VPO inclusive entendido consoante uma perspectiva como a que eu sugiro (nos capítulos 3 e 4) envolve o teste de hipóteses, ao ser empregado no contexto científico. Sob essa segunda interpretação da premissa, pode ser verdade que o emprego do VPO, *mesmo assim entendido*, envolveria em alguma medida o teste de hipóteses. No entanto, haveria boas razões para flexibilizar a suposição guia indutivista, de maneira a permitir o emprego do VPO para o desempenho das funções cabíveis. Pois a análise do comportamento aparentemente expandiria sua efetividade na resolução de problemas.

Por fim, o argumento de 5.3.2.4 depende da premissa de que o VPO faz distinções sem contrapartidas na natureza. Porém, se eu estiver correto, o VPO na verdade faz distinções, ainda que imprecisas, de coisas que existem: dito simplificadamente, distinções de realidades comportamentais.

Skinner também pressupõe no argumento em questão que o vocabulário científico deve ser simples. É verdade que o VPO não é simples. Trata-se de um vocabulário que envolve uma ampla gama de conceitos, alguns dos quais inclusive conceitos que se sobrepõem. Porém, por mais que a falta de simplicidade do VPO viesse a gerar algum problema, os ganhos na resolução de problemas provavelmente compensá-lo-iam. O somatório total da efetividade na resolução de problemas seria aparentemente maior do que do contrário.

Assim, vale à pena perseguir uma linha investigativa em análise do comportamento explorando uma adoção devidamente balizada do VPO, em consonância com as suposições ontológicas e axiológicas – e mesmo com boa parte das metodológicas – de sua linha investigativa padrão e em paralelo com esta.

5.6.3. Ponderações à Perspectiva de Foxall sobre (Q)

Por fim, com respeito aos dois argumentos de Foxall reconstituídos em 5.5.2, penso que nenhum deles é convincente. Concordo com Foxall que o VPO pode ser empregado com proveito em análise do comportamento, mas por razões muito diferentes.

Em primeiro lugar, os argumentos de Foxall procuram defender a adoção do VPO, em especial do VPI, como um revestimento linguístico ontologicamente neutro, o que é problemático. Se fôssemos usar o VPI dessa maneira e, portanto, sem fazer pressuposições sobre o que são atitudes proposicionais e afins, estaríamos dando margem a que esses fenômenos pudessem existir conforme postulados pelo mentalismo, que enfrenta várias dificuldades (cf., e.g., capítulo 3; Lazzeri 2013c) e é largamente incompatível com as suposições ontológicas da análise do comportamento padrão. Foxall parece concordar com isso, mas sem notar que sua proposta instrumentalista enfrenta esse problema.

Em segundo lugar, note-se que ambos os argumentos de Foxall pressupõem que o vocabulário da análise do comportamento padrão é puramente extensional. Foxall considera que o que ele chama de postura contextual é uma estratégia que não envolve senão um vocabulário com tal característica. Skinner, porém, em nenhum momento (até onde sei) demonstra preocupação em restringir-se a um vocabulário extensional. Para ele, é importante garantir que abracemos, em uma psicologia científica, um vocabulário rigoroso e aceitável para os parâmetros de uma ciência biológica; e, acima de tudo, um vocabulário útil para a predição e o controle. Certamente, Skinner rejeita o VPO para fins científicos, inclusive com base nesse tipo de consideração. No entanto, isso não quer dizer que o vocabulário que sugere não envolva atribuição de intencionalidade (no sentido de Brentano, que não se confunde com a noção de ter uma intenção), ou pelo menos que sua preocupação não seja compatível com a ideia de que comportamentos envolvem essa propriedade (cf. Lazzeri & Oliveira-Castro 2010b). Argüivelmente, as ciências biológicas fazem uso de vocabulário não puramente extensional, ao utilizarem a noção de função (biológica) (e.g., para individuar adaptações). Além disso, comportamentos são, como argumentei alhures (capítulo 2), fenômenos que exibem funções. Ora, funções implicam intencionalidade, na referida acepção (cf. Millikan 1984). Se algo x tem uma função F , x é sobre, ou dirigido à, realização de F ; e x pode não realizar F . Por exemplo, um comportamento de forragear tem a função de obtenção de alimento (ou, em outros termos, simplificada e falando, é controlado em parte por uma história de seleção pela consequência

reforçadora de obtenção de alimento), mas um organismo pode forragear sem obter alimento; alguém pode erguer a mão com a função de fazer uma pergunta (o que, novamente, pode ser traduzido em termos de contingências de reforço), mas não resultar na consequência reforçadora.

Dado isso, é bastante questionável a distinção de Foxall, subjacente ao seu primeiro argumento, entre o que ele chama de níveis pessoal e superpessoal. Pois essa dicotomia pressupõe que os fenômenos do nível superpessoal, relativo a variáveis comportamentais, não envolve a propriedade de intencionalidade.

Além disso, mostra-se também bastante questionável a alegação de Foxall, em seu segundo argumento, de que “aquilo que é aprendido” não é especificável pela análise do comportamento sem introdução do VPI. O que Foxall quer dizer ao falar em “aquilo que é aprendido” (conforme transparece em seus exemplos) são padrões de comportamento (e.g., padrão de comportamento de procura por alimento). Estes podem ser especificados em termos de funções, que não requerem necessariamente introdução do VPI, ao mesmo tempo de maneira consistente, ou pelo menos largamente consistente, com as suposições ontológicas da análise do comportamento padrão. Por isso, não vejo problema em supormos que as lacunas envolvidas na continuidade comportamental podem ser explicadas em termos fisiológicos, em aliança com uma individuação adequada do comportamento no âmbito da análise do comportamento. Isso de fato exclui que as variáveis que preenchem as lacunas temporais e espaciais da continuidade comportamental sejam variáveis para além da fisiologia dos organismos, mas não impede que teorias em outras tradições de pesquisa as concebam da maneira diferente.

5.7. Observações Finais

O modelo de Laudan (1977) sobre a estrutura e a dinâmica de teorias revelou-se bastante útil para os propósitos deste capítulo. É possível identificar uma tradição de pesquisa que as teorias de Skinner, Rachlin e Foxall exemplificam. Elas têm em comum várias suposições guia de caráter ontológico, metodológico e axiológico, apesar de divergirem em algumas delas. Essas suposições guia servem para, dentre outras coisas, delimitar seus domínios de aplicação – por exemplo, o comportamento como um objeto de estudo por direito próprio, incluindo suas leis – e para justificá-las – por exemplo, a ênfase na predição e no controle figura como premissa em vários de seus argumentos (sobretudo nos de Skinner e Rachlin). As teorias de Rachlin e Foxall procuram melhorar a efetividade da análise do comportamento na resolução de problemas

propondo modificações em algumas das suposições guia dessa tradição. Em especial, elas sugerem o emprego do VPO na área, alentando, para tanto, modificações em algumas outras das suposições guia.

A ideia presente no modelo de Laudan de que as tradições de pesquisa não reinam soberanas, mas, antes, estão em constante competição com outras, adequa-se bem ao caso científico aqui estudado. A análise do comportamento, já há várias décadas, existe em paralelo com outras tradições em psicologia, como as tradições psicanalista e cognitivista. Além disso, o caso aqui estudado está em conformidade com a ideia, também abarcada pelo modelo de Laudan, de que teorias de uma mesma tradição de pesquisa podem ser rivais e modificar suas suposições guia, mantendo um subconjunto delas que lhe julgam sacrossantas.

Laudan salienta que a ocorrência de um problema empírico anômalo ou de um problema conceitual em uma teoria não acarreta o abandono dela, o que também parece estar em conformidade com debate científico aqui estudado. A teoria skinneriana é ainda a mais aceita em análise do comportamento, mesmo enfrentando, segundo alguns, um problema empírico anômalo em explicar certos comportamentos fora de laboratório, supostamente melhor enfrentado pela tradição cognitivista. Além disso, para Foxall, a teoria skinneriana possui, senão um problema anômalo empírico de explicar certos comportamentos, um problema conceitual interno de consistência. Esses possíveis problemas aparentemente não afetaram, até o momento, a maioria dos analistas do comportamento, que mostra acreditar na fertilidade da teoria skinneriana.

As teorias aqui reconstituídas, como vimos, demonstram um foco na resolução de problemas. Além disso, Skinner, Foxall e Rachlin, ao avaliarem teorias, consideram fundamentalmente alguns dos fatores que Laudan aponta estarem envolvidos na aceitabilidade de teorias.

Por outro lado, vejo uma possível dificuldade na caracterização de Laudan (1977) de quando um problema é resolvido. Uma coisa é uma comunidade científica reputar que certa proposta de solução para o problema o resolve. Outra coisa é a teoria oferecer uma resposta que o soluciona de fato (embora, é claro, ela pode calhar de ser uma solução real, além de a teoria sugerir que o seja). Por exemplo, dado que as teorias de Skinner, Rachlin e Dennett são bastante diferentes entre si a respeito de como os conceitos psicológicos ordinários explicam e predizem comportamentos, seria bastante contraintuitivo dizer que as três solucionam tal problema.

Outra possível limitação do modelo de Laudan é considerar que questões sobre verdade

ou falsidade não são, em geral, colocadas pelos cientistas ao avaliarem se uma teoria resolve um problema empírico. Alguns analistas do comportamento, por exemplo, provavelmente diriam que teorias mentalistas envolvem suposições ontológicas falsas. Apesar disso, o presente estudo parece estar em larga harmonia mesmo com tal aspecto do modelo de Laudan.

Por fim, penso que o cálculo que Laudan sugere para determinar a efetividade de uma teoria na resolução de problemas é útil para avaliar as três teorias aqui tratadas. Laudan oferece-nos uma rica ferramenta para tanto, com suas distinções entre tipos de problemas e os pesos deles, aqui apenas brandamente explorada. É possível, porém, que a caracterização que o autor faz de quando um problema é resolvido leve a alguma dificuldade na realização do cálculo da efetividade comparativa.

CONCLUSÃO

Em suma, procurei, neste trabalho, contribuir com respostas para três problemas filosóficos gerais e que possuem certas relações; nomeadamente, problemas sobre: (i) a ontologia de categorias psicológicas (capítulos 1, 3 e 4); (ii) a ontologia de comportamentos (capítulo 2); e (iii) conceitos psicológicos ordinários em análise do comportamento (capítulo 5).

No capítulo 1, distingi entre dois contextos de taxonomias das categorias psicológicas (seja em sentido ôntico ou semântico): os contextos teóricos, em que a taxonomia baseia-se em respostas que uma abordagem (ou teoria) particular oferece a questões substanciais sobre os fenômenos ou predicados psicológicos; e os contextos que requerem neutralidade sobre essas questões. Estabeleci três desideratos para uma taxonomia relativa a contextos que requerem neutralidade: (a) ser abrangente; (b) ser neutra; e (c) ser efetivamente taxonômica. Procurei mostrar que várias taxonomias do mental feitas em contextos que requerem neutralidade falham quanto a um ou mais desses desideratos. Examinei, em particular, aquelas de McGinn (1996), Rey (1996) e Maslin (2001), mostrando suas limitações. Sugeri uma taxonomia alternativa para o mesmo tipo de contexto, argumentando que ela se mostra mais harmoniosa com aqueles três desideratos. (A Figura 4 na seção 1.3 sumariza as dimensões estrutural e terminológica, ainda que não a intensional, da taxonomia que proponho.)

No capítulo 2, argumentei que o conceito de comportamento possui diferentes acepções, incluindo as de: (i) comportamento como ocorrência de uma ação ou reação de um organismo; (ii) comportamento enquanto padrão ou classe; (iii) comportamento de grupo; e (iv) comportamento como mudança ou movimento de um objeto. Delimitei as formas de definição possivelmente adequadas para o conceito na acepção (i) – o *definiendum* de interesse – e o contexto relevante (que envolve o interesse de identificar condições que delimitam o que conta e o que não conta como comportamento). Apontei como um corolário que o *definiendum* não corresponde a um conceito de similaridade de família, pelo menos se entendermos que conceitos de similaridade de família requerem o que Cooper (1972) chamou de definições de suficiência. Além disso, estabeleci uma lista de desideratos para uma definição de comportamento na acepção relevante e em qualquer uma das formas de definição delimitadas. A lista inclui os seguintes desideratos: (a) não ser demasiado abrangente; (b) não ser demasiado restritiva; (c) não ser

circular (salvo se não a circularidade não for viciosa); (d) ser informativa; e (e) estar em harmonia, em geral, com as nuances básicas do *definiendum*. Munido dessas distinções, procedi a uma revisão crítica de doze definições de comportamento na referida acepção, sugerindo que elas enfrentam dificuldades com relação a um ou mais de tais desideratos. Com base em análises que desenvolve ao longo do capítulo e nas definições de Millikan (1993b) e Moore (2008), formulei as seguintes definições alternativas (falando aqui de modo simplificado): (D.1) comportamento é aquilo que um organismo faz que possui uma ou mais funções e cuja etiologia envolve (parcialmente) fatores do ambiente presente como estímulos sensoriais; e (D.2) comportamento é aquilo que um organismo faz cuja etiologia envolve (em parte) processos seletivos na filogênese e/ou na ontogênese do organismo e (em parte) fatores do ambiente presente atuando como estímulos sensoriais. Trata-se de definições compatíveis entre si, posto que funções em (D.1) são entendidas, resumidamente falando, em termos das formas de etiologia referidas em (D.2).

No capítulo 3, delineei uma forma específica de externismo forte comportamental sobre as categorias psicológicas. Segundo minha abordagem, todos os exemplares de pelo menos a maioria das (senão de todas as) categorias psicológicas são constituídos por comportamentos, que podem ser: ações e/ou reações; manifestos e/ou encobertos; e singulares, em cadeias ou espalhados em diferentes momentos e lugares (dependendo do caso). Procurei elucidar várias das diferentes maneiras como os fenômenos psicológicos de diferentes categorias são constituídos por comportamentos. Pelo menos duas razões gerais contam em favor dessa abordagem: sua ampla harmonia com as nuances básicas das categorias psicológicas e sua parcimônia virtuosa. A abordagem contrasta com o internismo, o externismo tradicional de conteúdo, o externismo forte não comportamental e algumas formas de externismo forte comportamental. Comparei-a, em particular, com o externismo forte comportamental de Rachlin (behaviorismo teleológico) e com o externismo forte não comportamental de Clark e Chalmers (uma versão da abordagem da mente estendida). As abordagens de Rachlin e de Clark e Chalmers, se eu estiver correto, falham em capturar nuances básicas importantes das categorias psicológicas. Além disso, a de Rachlin é parcimoniosa, mas não na medida certa. A de Clark e Chalmers é relativamente não parcimoniosa.

O capítulo 4 lidou com várias objeções comuns a uma abordagem comportamental sobre as categorias psicológicas: (i) a objeção causal; (ii) alegados contraexemplos segundo os quais um organismo pode exibir os comportamentos associados a um fenômeno psicológico sem

exemplificar este; (iii) supostos contraexemplos segundo os quais um organismo pode exemplificar um conjunto de fenômenos psicológicos sem exemplificar nenhum comportamento associado a eles; e (iv) a frequentemente mencionada objeção holista. Apontei problemas em premissas de cada uma dessas críticas, mostrando que não atingem, de modo nenhum, a abordagem comportamental que eu sugiro.

Por fim, no capítulo 5, com base no modelo de solução de problemas de Laudan sobre a estrutura e dinâmica de teorias, apresentei várias das suposições guia ontológicas, metodológicas e axiológicas da análise do comportamento padrão, isto é, estabelecidas pelo behaviorismo radical de Skinner. Ofereci uma reconstituição dos argumentos e perspectivas do behaviorismo radical, do behaviorismo teleológico e do behaviorismo intencional acerca da questão da legitimidade e utilidade de um emprego de conceitos psicológicos ordinários em análise do comportamento. Apontei algumas conexões e divergências dessas perspectivas com relação àquelas suposições guia. Além disso, elaborei algumas ponderações às três respectivas teorias, examinando seus argumentos sobre a questão. Apoio versões modificadas de dois argumentos de Rachlin a respeito, procurando mostrar que há razões *a priori* que indicam ser promissor perseguir-se uma linha investigativa em análise do comportamento com adoção do vocabulário psicológico ordinário para certas finalidades, em paralelo com a linha investigativa padrão. Contrariamente ao que supôs Skinner, isso estaria (como em certa medida já argumentaram Deitz & Arrington 1984) em ampla harmonia com as suposições ontológicas e axiológicas (e também com várias das metodológicas) que ele sugeriu e expandiria a efetividade da área na resolução de problemas, desde que tal vocabulário seja usado adequadamente (atentando-se para as nuances básicas das diferentes categorias dele) e para os fins cabíveis.

REFERÊNCIAS

- Allen, C., & Bekoff, M. (1997). *Species of mind: The philosophy and biology of cognitive ethology*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Aristóteles. (1984). *On the soul* (J. A. Smith, Trans.). In J. Barnes (Ed.), *The complete works of Aristotle: The revised Oxford translation* (Vol. 1, pp. 641-692). Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Armstrong, D. M. (1968). *A materialist theory of the mind*. London, UK: Routledge.
- Armstrong, D. M. (1980/1970). The nature of mind. In N. Block (Ed.), *Readings in philosophy of psychology* (Vol. 1, pp. 191-199). Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Armstrong, D. M. (1984). Consciousness and causality. In D. M. Armstrong & N. Malcolm, *Consciousness and causality: A debate on the nature of mind* (pp. 103-191). Oxford, UK: Blackwell.
- Armstrong, D. M. (1999). *The mind-body problem*. Boulder, CO: Westview Press.
- Arrington, R. L., & Deitz, S. M. (1986). A second call. *Behaviorism*, 14(1), 103-106.
- Artiga, M. (2010). Learning and selection processes. *Theoria*, 25, 197-208.
- Austin, J. L. (1962). *Sense and sensibilia* (G. J. Warnock, Ed.). Oxford, UK: Oxford University Press.
- Bacon, F. (1979/1620). *Novum organum* (J. A. R. de Andrade, Trad.). In J. A. R. de Andrade (Org.), *Bacon* (pp. 5-231). São Paulo, SP: Abril Cultural.
- Bandura, A. (1986). *Social foundations of thought and action: A social cognitive theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Baum, W. M. (1973). The correlation-based law of effect. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 20, 137-153.
- Baum, W. M. (1997). New paradigm for behavior analysis: A review of *Behavior and mind* by Howard Rachlin. *The Behavior Analyst*, 20, 11-15.
- Baum, W. M. (2005). *Understanding behaviorism: Behavior, culture, and evolution* (2nd ed.). Malden, MA: Blackwell.
- Baum, W. M., & Heath, J. L. (1992). Behavioral explanations and intentional explanations in psychology. *American Psychologist*, 47, 1312-1317.
- Bedford, E. (1957). Emotions. *Proceedings of the Aristotelian Society*, 57, 281-304.

- Ben-Yami, H. (2005). Behaviorism and psychologism: Why Block's argument against behaviorism is unsound. *Philosophical Psychology*, 18, 179-186.
- Bennett, M. R., & Hacker, P. M. (2003). *Philosophical foundations of neuroscience*. Oxford, UK: Blackwell.
- Bergner, R. M. (2011). What is behavior? And so what? *New Ideas in Psychology*, 29, 147-155.
- Bermúdez, J. L. (2010). *Cognitive science: An introduction to the science of the mind*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Block, N. (1978). Troubles with functionalism. In C. W. Savage (Ed.), *Minnesota studies in the philosophy of science: Vol. 9* (pp. 261-325). Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- Block, N. (1980). What is functionalism? In N. Block (Ed.), *Readings in philosophy of psychology* (Vol. 1, pp. 171-184). Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Block, N. (1981). Psychologism and behaviorism. *Philosophical Review*, 90, 4-43.
- Braddon-Mitchell, D. & Jackson, F. (2007). *Philosophy of mind and cognition* (2nd ed.). Oxford, UK: Blackwell.
- Brandt, R. B. (1970). Traits of character: A conceptual analysis. *American Philosophical Quarterly*, 7, 23-37.
- Brentano, F. (1995/1874). *Psychology from an empirical standpoint* (A. C. Rancurello, D. B. Terrell & L. L. McAlister, Trans.). London, UK: Routledge.
- Burge, T. (1979). Individualism and the mental. *Midwest Studies in Philosophy*, 4, 73-121.
- Burgess, J. A. (2008). When is circularity in definitions benign? *Philosophical Quarterly*, 58, 214-233.
- Catania, A. C. (2012). *Learning* (5th ed.). Cornwall-on-Hudson, NY: Sloan.
- Catania, A. C. (2013). A natural science of behavior. *Review of General Psychology*, 17, 133-139.
- Chalmers, D. J. (1995). Facing up to the problem of consciousness. *Journal of Consciousness Studies*, 2, 200-219.
- Chance, P. (2003). *Learning & behavior* (5th ed.). Belmont, CA: Wadsworth.
- Charles, E. P. (2011). Seeing minds in behavior: Descriptive mentalism. *Review of General Psychology*, 15, 267-276.
- Charles, E. P., Bybee, M. D., & Thompson, N. S. (2011). A behaviorist account of emotions and feelings: Making sense of James D. Laird's *Feelings: The perception of self*. *Behavior and*

Philosophy, 39, 1-16.

- Chemero, A. (2009). *Radical embodied cognitive science*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Chiesa, M. (1994). *Radical behaviorism: The philosophy and the science*. Boston, MA: Authors Cooperative.
- Chisholm, R. M. (1957). *Perceiving: A philosophical study*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Churchland, P. M. (1988). *Matter and consciousness* (Rev. ed.). Cambridge, MA: MIT Press.
- Clark, A. (1997). *Being there: Putting brain, body, and world together again*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Clark, A. (2008). *Supersizing the mind: Embodiment, action, and cognitive extension*. New York, NY: Oxford University Press.
- Clark, A. (2010). *Memento's revenge: The extended mind, extended*. In R. Menary (Ed.), *The extended mind* (pp. 43-66). Cambridge, MA: MIT Press.
- Clark, A., & Chalmers, D. J. (1998). The extended mind. *Analysis*, 58, 7-19.
- Cleaveland, J. M. (2002). Beyond trial-and-error in a selectionist psychology. *Behavior and Philosophy*, 30, 73-99.
- Cook, R. T. (2009). *A dictionary of philosophical logic*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Cooper, D. E. (1972). Definitions and 'clusters'. *Mind, new series*, 81, 495-503.
- Copi, I. M. (1982). *Introduction to logic* (6th ed.). New York, NY: Macmillan.
- Cummins, R. (2002). Neo-teleology. In A. Ariew, R. Cummins, & M. Perlman, (Eds.), *Functions: New essays in the philosophy of psychology and biology* (pp. 157-172). New York, NY: Oxford University Press.
- Davidson, D. (1980/1963). Actions, reasons, and causes. In *Essays on actions and events* (pp. 3-19). Oxford, UK: Oxford University Press.
- Davidson, D. (1980/1970). Mental events. In *Essays on actions and events* (pp. 207-227). Oxford, UK: Oxford University Press.
- Davidson, D. (1987). Knowing one's own mind. *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association*, 60, 441-458.
- Davidson, D. (2001). *Subjective, intersubjective, objective*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Davis, D. E. (1966). *Integral animal behavior*. New York, NY: Macmillan.
- Davis, L. H. (1979). *Theory of action*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

- de Sousa, R. (1994). Emotion. In S. Guttenplan (Ed.), *A companion to the philosophy of mind* (pp. 270-276). Oxford, UK: Blackwell.
- Deitz, S. M. (1986). Understanding cognitive language: The mental idioms in children's talk. *The Behavior Analyst*, 9, 161-166.
- Deitz, S. M. (1988). Real people, ordinary language, and natural measurement. In A. C. Catania & S. Harnad (Eds.), *The selection of behavior* (pp. 105-107). New York, NY: Cambridge University Press.
- Deitz, S. M., & Arrington, R. L. (1984). Wittgenstein's language-games and the call to cognition. *Behaviorism*, 12(2), 1-14.
- Delprato, D. J. & Midgley, B. D. (1992). Some fundamentals of B. F. Skinner's behaviorism. *American Psychologist*, 47, 1507-1520.
- Dennett, D. C. (1969). *Content and consciousness*. London, UK: Routledge, 1969.
- Dennett, D. C. (1978). *Brainstorms: Philosophical essays on mind and psychology*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Dennett, D. C. (1987). *The intentional stance*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Dennett, D. C. (1991). Real patterns. *Journal of Philosophy*, 88, 27-51.
- Derr, P., & Thompson, N. S. (1992). Reconstructing Hempelian motivational explanations. *Behavior and Philosophy*, 20, 37-45.
- Descartes, R. (2004/1641). *Meditações sobre filosofia primeira* (F. Castilho, Trad.). Campinas, SP: Ed. da Unicamp.
- Donahoe, J. W. (2004). Interpretation and experimental-analysis: An underappreciated distinction. *European Journal of Behavior Analysis*, 5, 83-89.
- Donahoe, J. W., & Palmer, D. C. (1994). *Learning and complex behavior*. Boston, MA: Allyn and Bacon.
- Dretske, F. (1988). *Explaining behavior: Reasons in a world of causes*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Dutra, L. H. de A. (2006). Comportamento intencional e contextos sociais: Uma abordagem nomológica. *Abstracta*, 2, 102-128.
- Enç, B. (1995). Units of behavior. *Philosophy of Science*, 62, 523-542.
- Epstein, R., Kirshnit, C. E., Lanza, R. P., & Rubin, L. C. (1984). 'Insight' in the pigeon: Antecedents and determinants of intelligent performance. *Nature*, 308, 61-62.

- Fodor, J. A. (1968). *Psychological explanation: An introduction to the philosophy of psychology*. New York, NY: Random House.
- Fodor, J. A. (1975). *The language of thought*. New York, NY: Crowell.
- Fodor, J. A. (1980). Methodological solipsism considered as a research strategy in cognitive psychology. *Behavioral and Brain Sciences*, 3, 63-109.
- Foxall, G. R. (1999). The contextual stance. *Philosophical Psychology*, 12, 25-46.
- Foxall, G. R. (2004). *Context and cognition: Interpreting complex behavior*. Reno, NV: Context Press.
- Foxall, G. R. (2007). Intentional behaviorism. *Behavior and Philosophy*, 35, 1-55.
- Foxall, G. R. (2008). Intentional behaviorism revisited. *Behavior and Philosophy*, 36, 113-155.
- Frege, G. (1978/1892). Sobre o sentido e a referência (P. Alcoforado, Trad.). In P. Alcoforado (Org.), *Lógica e filosofia da linguagem* (pp. 59-86). São Paulo, SP: Cultrix/Edusp.
- Garson, J. (2012). Selected effects and causal role functions in the brain: The case for an etiological approach to neuroscience. *Biology and Philosophy*, 26, 547-565.
- Gaut, B. (2005). The cluster account of art defended. *British Journal of Aesthetics*, 45, 273-288.
- Geach, P. T. (1958). *Mental acts: Their content and their objects*. London: Routledge.
- Genone, J. R. (2011). *Appearance as reality: Direct perception and perceptual error*. Ann Arbor, MI: ProQuest.
- Gibson, J. J. (1960). The concept of the stimulus in psychology. *American Psychologist*, 15, 694-703.
- Gibson, J. J. (1979). *The ecological approach to visual perception*. Boston, MA: Houghton-Mifflin.
- Glenn, S. S., & Madden, G. J. (1995). Units of interaction, evolution, and replication: Organic and behavioral parallels. *The Behavior Analyst*, 18, 237-251.
- Glock, H. J. (2001). Intentionality and language. *Language & Communication*, 21, 105-118.
- Goldberg, S., & Pessin, A. (1997). *Gray matters: An introduction to the philosophy of mind*. New York, NY: M. E. Sharpe.
- Gorskij, D. P. (1970). On the types of definitions and their importance for science. In P. V. Tavanec (Ed.), *Problems of the logic of scientific knowledge* (pp. 312-375). (T. J. Blakeley, Trans.). Dordrecht: Reidel.
- Hacker, P. M. S. (2012). The relevance of Wittgenstein's philosophy of psychology to the

- psychological sciences. In P. Stekeler-Weithofer (Ed.), *Wittgenstein: Zu Philosophie und Wissenschaft*. (pp. 205-223). Hamburg: Meiner.
- Hamlyn, D. W. (1953). Behaviour. *Philosophy*, 28, 132-145.
- Harman, G. (1990). The intrinsic quality of experience. *Philosophical Perspectives*, 4, 31-52.
- Harzem, P., & Miles, T. R. (1978). *Conceptual issues in operant psychology*. New York, NY: John Wiley.
- Hauser, L. (2005). Behaviorism. In *Internet Encyclopedia of Philosophy*. Acessado em 20 de julho de 2014, em: <http://www.iep.utm.edu/behavior/print>
- Heil, J. (2004). *Philosophy of mind* (2nd ed.). London, UK: Routledge.
- Hempel, C. G. (1980/1935). The logical analysis of psychology (W. Sellars, Trans.). In N. Block (Ed.), *Readings in philosophy of psychology* (Vol. 1, pp. 14-23). Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Hineline, P. N. (1980). The language of behavior analysis: Its community, its functions, and its limitations. *Behaviorism*, 8(1), 67-86.
- Hineline, P. N. (1984). Can a statement in cognitive terms be a behavior-analytic interpretation? *The Behavior Analyst*, 7, 97-100.
- Hocutt, M. (1985). Spartans, strawmen, and symptoms. *Behaviorism*, 13, 87-97.
- Hornsby, J. (2006/1986). Physicalist thinking and conceptions of behaviour. In J. Bermúdez (Ed.), *Philosophy of psychology: Contemporary readings* (pp. 31-47). London, UK: Routledge.
- Hull, C. L. (1943). *Principles of behavior*. New York, NY: Appleton-Century-Crofts.
- Hurley, S. (2010). The varieties of externalism. In R. Menary (Ed.). *The extended mind* (pp. 101-153). Cambridge, MA: MIT Press.
- Jensen, R., & Burgess, H. (1997). Mythmaking: How introductory psychology texts present B. F. Skinner's analysis of cognition. *The Psychological Record*, 47, 221-232.
- Jessor, R. (1958). The problem of reductionism in psychology. *Psychological Review*, 65, 170-178.
- Kantor, J. R. (1921). A tentative analysis of the primary data of psychology. *Journal of Philosophy*, 18, 253-269.
- Kantor, J. R. (1933). *A survey of the science of psychology*. Bloomington, IN: Principia Press.
- Kantor, J. R. (1978). Cognition as events and as psychic constructs. *The Psychological Record*,

38, 329-342.

- Kenny, A. (2003/1963). *Action, emotion and will*. London, UK: Routledge.
- Kim, J. (1996). *Philosophy of mind*. Boulder, CO: Westview Press.
- Kingsbury, J., & McKeown-Green, J. (2009). Definitions: Does disjunction mean dysfunction? *Journal of Philosophy*, 106, 568-585.
- Kirk, R. (1974). Sentience and behaviour. *Mind*, 83, 43-60.
- Kirk, R. (1999). Why there couldn't be zombies. *Aristotelian Society Supplementary Volume*, 73, 1-16.
- Kitchener, R. F. (1977). Behavior and behaviorism. *Behaviorism*, 5, 11-71.
- Krueger, J. (2012). Seeing mind in action. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 11, 149-173.
- Kuhn, R. S. (1970). *The structure of scientific revolutions* (2nd ed.). Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Lacey, H. (2001). *Psicologia experimental e natureza humana: Ensaios de filosofia da psicologia* (L. H. de A. Dutra & C. A. Mortari, Trans.). Florianópolis, SC: NEL/UFSC.
- Lakatos, I. (1978). *The methodology of scientific research programmes*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Lamb, R. (1987). Objectless emotions. *Philosophy and Phenomenological Research*, 48, 107-117.
- Laudan, L. (1977). *Progress and its problems: Towards a theory of scientific growth*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Laudan, L. (1981). A problem-solving approach to scientific progress. In I. Hacking (Ed.), *Scientific revolutions* (pp. 144-155). Oxford, UK: Oxford University Press.
- Laudan, L. (1984). *Science and values: The aims of science and their role in scientific debate*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Laudan, L., Donovan, A., Laudan, R., Barker, P., Brown, H., Leplin, J., Thagard, P., & Wykstra, S. (1986). Scientific change: Philosophical models and historical research. *Synthese*, 69, 141-223.
- Laudan, R., Laudan, L., & Donovan, A. (1988). Testing theories of scientific change. In A. Donovan, L. Laudan, & R. Laudan (Eds.), *Scrutinizing science: Empirical studies of scientific change* (pp. 3-44). Dordrecht: Kluwer.
- Lazzeri, F. (2011a). *Funcionalismo e behaviorismo sobre predicções psicológicas ordinárias:*

- Esboço de uma abordagem, discussão crítica e novos paralelos* (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- Lazzeri, F. (2011b). Resenha de *Externalism*, de M. Rowlands. *Peri*, 3, 86-99.
- Lazzeri, F. (2012a). Um balanço de parte da teoria dos sistemas intencionais de Dennett. *Psicologia: Teoria & Pesquisa*, 28, 245-253.
- Lazzeri, F. (2012b). Acerca da taxonomia do mental para contextos que requerem neutralidade. *Principia*, 16, 365-392.
- Lazzeri, F. (2013a). Observações sobre o behaviorismo teleológico: Parte 1. *Acta Comportamentalia*, 21, 241-258.
- Lazzeri, F. (2013b). Observações sobre o behaviorismo teleológico: Parte 2. *Acta Comportamentalia*, 21, 391-408.
- Lazzeri, F. (2013c). Referir-se-ão as categorias psicológicas ordinárias a causas internas do comportamento? *Philosophos*, 18, 41-73.
- Lazzeri, F. (2013d). Um estudo sobre definições de comportamento. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 9, 47-65.
- Lazzeri, F. (2014a). Compatibilidade entre holismo e funcionalismo sobre categorias psicológicas ordinárias com uma perspectiva comportamental. *Discusiones Filosóficas*, 15, 99-114.
- Lazzeri, F. (2014b). A conceptual difficulty with some definitions of behavior. In J. Conte & C. A. Mortari (Eds.), *Temas em filosofia contemporânea* (pp. 148-155). Florianópolis, SC: NEL/UFSC.
- Lazzeri, F. (2015). Dynamic interactions with the environment make up our psychological phenomena: A review of Noë's *Out of our heads*. *The Psychological Record*, 65, 215-222.
- Lazzeri, F. (No prelo 1). Réplicas. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*.
- Lazzeri, F. (No prelo 2). On the place of behavior in the analysis of psychological categories. *The Psychological Record*.
- Lazzeri, F. (No prelo 3). On defining behavior: Some notes.
- Lazzeri, F., & Oliveira-Castro, J. M. (2010a). Um exame de objeções a Ryle sobre o funcionamento dos termos psicológicos intencionais. *Abstracta*, 6, 42-64.
- Lazzeri, F., & Oliveira-Castro, J. M. (2010b). Termos psicológicos disposicionais e análise do comportamento. *Princípios*, 17, 155-183.
- Lee, V. L. (1983). Behavior as a constituent of conduct. *Behaviorism*, 11, 199-224.

- Lehner, P. N. (1996). *Handbook of ethological methods* (2nd ed.). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Leigland, S. (2014). Contingency-horizon: On private events and the analysis of behavior. *The Behavior Analyst*, 37, 13-24.
- Levitis, D. A., Lidicker Jr., W. Z., & Freund, G. (2009). Behavioural biologists do not agree on what constitutes behaviour. *Animal Behaviour*, 78, 103-110.
- Lewis, D. K. (1966). An argument for the identity theory. *Journal of Philosophy*, 61, 17-25.
- Lewis, D. K. (1972). Psychophysical and theoretical identifications. *Australasian Journal of Philosophy*, 50, 249-258.
- Lewis, D. K. (1974). Radical interpretation. *Synthese*, 23, 331-344.
- Lewis, D. K. (1994). Reduction of mind. In S. D. Guttenplan (Ed.), *A companion to the philosophy of mind* (pp. 412-431). Oxford, UK: Blackwell.
- Longworth, F., & Scarantino, A. (2010). The disjunctive theory of art: The cluster account reformulated. *British Journal of Aesthetics*, 50, 151-167.
- Lormand, E. (1985). Toward a theory of moods. *Philosophical Studies*, 47, 385-407.
- Mach, E. (1919). *The science of mechanics* (4th ed.) (T. J. McCormack, Trans.). Chicago, IL: Open Court.
- Marken, R. (1982). Intentional and accidental behavior: A control theory analysis. *Psychological Reports*, 50, 647-650.
- Martin, C. B. & Pfeifer, K. (1986). Intentionality and the non-psychological. *Philosophy and Phenomenological Research*, 46, 531-554.
- Maslin, K. T. (2001). *An introduction to the philosophy of mind*. Oxford, UK: Polity.
- Maturana, H. R. (1995). Biology of self-consciousness. In G. Tratteur (Ed.), *Consciousness: Distinction and reflection* (pp. 145-175). Naples: Bibliopolis.
- Mayr, E. (1961). Cause and effect in biology. *Science*, 134, 1501-1506.
- Mazur, J. E. (2006). *Learning and behavior* (6th ed.). Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall.
- McDowell, J. J. (2010). Behavioral and neural Darwinism: Selectionist function and mechanism in adaptive behavior dynamics. *Behavioural Processes*, 84, 358-365.
- McGinn, C. (1996). *The character of mind: An introduction to the philosophy of mind* (2nd ed.). Oxford, UK: Oxford University Press.
- Mele, A. R. & Moser, P. K. (1994). Intentional action. *Noûs*, 28, 39-68.

- Menary, R. (2010a). Introduction: The extended mind in focus. In R. Menary (Ed.), *The extended mind* (pp. 1-25). Cambridge, MA: MIT Press.
- Menary, R. (2010b). Cognitive integration and the extended mind. In R. Menary (Ed.), *The extended mind* (pp. 227-243). Cambridge, MA: MIT Press.
- Millikan, R. G. (1984). *Language, thought, and other biological categories: New foundations for realism*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Millikan, R. G. (1989). In defense of proper functions. *Philosophy of Science*, 56, 288-302.
- Millikan, R. G. (1993a). *White queen psychology and other essays for Alice* (pp. 135-150). Cambridge, MA: MIT Press.
- Millikan, R. G. (1993b). What is behavior? A philosophical essay on ethology and individualism in psychology, part 1. In *White queen psychology and other essays for Alice* (pp. 135-150). Cambridge, MA: MIT Press.
- Millikan, R. G. (1993c). The green grass growing all around: A philosophical essay on ethology and individualism in psychology, part 2. In *White queen psychology and other essays for Alice* (pp. 151-170). Cambridge, MA: MIT Press.
- Millikan, R. G. (1999). Wings, spoons, pills, and quills: A pluralist theory of function. *Journal of Philosophy*, 96, 191-206.
- Mitchell, S. D. (1995). Function, fitness and disposition. *Biology and Philosophy*, 10, 39-54.
- Molnar, G. (2003). *Powers: A study in metaphysics*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Montague, M. (2007). Against propositionalism. *Noûs*, 41, 503-518.
- Moore, J. (2008). *Conceptual foundations of radical behaviorism*. Cornwall-on-Hudson, NY: Sloan.
- Moore, J. (2010). What do mental terms mean? *The Psychological Record*, 60, 699-714.
- Moreira, M. B., & Hanna, E. S. (2012). Bases filosóficas e noção de ciência em análise do comportamento. In M. M. C. Hübner & M. B. Moreira (Eds.), *Temas clássicos da psicologia sob a ótica da análise do comportamento* (pp. 1-19). Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan.
- Moya, C. J. (1993). *The philosophy of action*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Murcho, D. (2006). Definição. In J. Branquinho, D. Murcho, & N. G. Gomes (Eds.), *Enciclopédia de termos lógico-filosóficos* (pp. 239-241). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Myers, D. G. (2010). *Psychology* (9th ed.). New York, NY: Worth Publishers.
- Nagel, T. (1974). What is it like to be a bat? *Philosophical Review*, 83, 435-450.

- Noë, A. (2004). *Action in perception*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Noë, A. (2009). *Out of our heads: Why you are not your brain, and other lessons from the biology of consciousness*. New York, NY: Hill and Wang.
- Noë, A. (2012). *Varieties of presence*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- O'Regan, K., & Noë, A. (2001). A sensorimotor account of vision and visual consciousness. *Behavioral and Brain Sciences*, 24, 939-1031.
- Pacherie, E. (2011). Framing joint action. *Review of Philosophy and Psychology*, 2, 173-192.
- Palmer, D. C. (2003). Cognition. In K. A. Lattal & P. N. Chase (Eds.), *Behavior theory and philosophy* (pp. 167-185). New York, NY: Kluwer.
- Palmer, D. C. (2009). The role of private events in the interpretation of complex behavior. *Behavior and Philosophy*, 37, 3-19.
- Pap, A. (1964). Theory of definition. *Philosophy of Science*, 31, 49-54.
- Pavlov, I. P. (1927). *Conditioned reflexes: An investigation of the physiological activity of the cerebral cortex*. (G. V. Anrep, Trans.). Oxford, UK: Oxford University Press.
- Peters, R. S. (1958). *The concept of motivation*. London, UK: Routledge.
- Pierce, W. D., & Cheney, C. D. (2004). *Behavior analysis and learning* (3rd ed.). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Popper, K. (1959). *The logic of scientific discovery*. London, UK: Hutchinson.
- Powell, R. A., Symbaluck, D. G., & Honey, P. L. (2009). *Introduction to learning and behavior* (3rd ed.). Belmont, CA: Wadsworth.
- Putnam, H. (1975a). The meaning of 'meaning'. In *Mind, language, and reality* (pp. 215-271). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Putnam, H. (1975b/1963). Brains and behavior. In *Mind, language, and reality* (pp. 325-341). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Putnam, H. (1975c/1964). Robots: Machines or artificially created life? In *Mind, language, and reality* (pp. 386-407). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Putnam, H. (1975d/1967). The mental life of some machines. In *Mind, language, and reality* (pp. 408-428). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Putnam, H. (1981). *Reason, truth and history*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Quine, W. V. O. (1960). *Word and object*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Quine, W. V. O. (1961/1951). Two dogmas of empiricism. In *From a logical point of view: Nine*

- logico-philosophical essays* (2nd ed.) (pp. 20-46). New York, NY: Harvard University Press.
- Rachlin, H. (1976). *Behavior and learning*. San Francisco, CA: Freeman.
- Rachlin, H. (1985). Pain and behavior. *Behavioral and Brain Sciences*, 8, 43-83.
- Rachlin, H. (1987). The explanatory power of Skinner's radical behaviorism. In S. Modgil & C. Modgil (Eds.), *B.F. Skinner: Consensus and controversy* (pp. 155-162). Philadelphia, PA: Falmer Press.
- Rachlin, H. (1988). Mental, yes; private, no. In A. C. Catania & S. Harnad (Eds.), *The selection of behavior* (pp. 200-201). New York, NY: Cambridge University Press.
- Rachlin, H. (1994). *Behavior and mind: The roots of modern psychology*. New York, NY: Oxford University Press.
- Rachlin, H. (1995a). Self-control: Beyond commitment. *Behavioral and Brain Sciences*, 18, 109-159.
- Rachlin, H. (1995b). Things that are private and things that are mental. In J. T. Todd & E. K. Morris (Eds.), *Modern perspectives on B. F. Skinner and contemporary behaviorism* (pp. 179-183). Westport, CT: Greenwood Press.
- Rachlin, H. (2000). *The science of self-control*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Rachlin, H. (2005). What Müller's law of specific nerve energies says about the mind. *Behavior and Philosophy*, 33, 41-54.
- Rachlin, H. (2007). A behavioral science of mental life: Comments on Foxall's 'intentional behaviorism'. *Behavior and Philosophy*, 35, 131-138.
- Rachlin, H. (2012a). Making IBM's computer, Watson, human. *The Behavior Analyst*, 35, 1-16.
- Rachlin, H. (2012b). Is the mind in the brain? A review of *Out of our heads: Why you are not your brain, and other lessons from the biology of consciousness*, by Alva Noë. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 98, 131-137.
- Rachlin, H., & Frankel, M. (2009). Taking pragmatism seriously: A review of William Baum's *Understanding behaviorism: Behavior, culture, and evolution (second edition)*. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 92, 131-137.
- Rey, G. (1997). *Contemporary philosophy of mind: A contentiously classical approach*. Malden, MA: Blackwell.
- Ribes-Iñesta, E. (2003). What is defined in operational definitions? The case of operant psychology. *Behavior and Philosophy*, 31, 111-126.

- Ribes-Iñesta, E. (2004). Behavior is abstraction, not ostension: Conceptual and historical remarks on the nature of psychology. *Behavior and Philosophy*, 32, 55-68.
- Ribes-Iñesta, E. (2008). Brain and behavior: Misunderstandings and misconceptions regarding an asymmetric relationship. In J. E. Burgos & E. Ribes-Iñesta (Eds.), *The brain-behavior nexus: Conceptual issues* (pp. 101-122). Guadalajara, JA: University of Guadalajara.
- Robinson, R. (1954). *Definitions*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Rockwell, W. T. (2005). *Neither brain nor ghost: A nondualist alternative to the mind-brain identity theory*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Rorty, R. (1965). Mind-body identity, privacy, and categories. *Review of Metaphysics*, 19, 24-54.
- Rosenblueth, A., Wiener, N., & Bigelow, J. (1943). Behavior, purpose and teleology. *Philosophy of Science*, 10, 18-24.
- Rowlands, M. (1991). A defence of behaviorism. *Behavior and Philosophy*, 19, 93-100.
- Rowlands, M. (1999). *The body in mind: Understanding cognitive processes*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Rowlands, M. (2003). *Externalism: Putting mind and world back together again*. Montreal: McGill Queen's University Press.
- Rowlands, M. (2010). *The new science of the mind: From extended mind to embodied phenomenology*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Ryle, G. (1949). *The concept of mind*. London, UK: Hutchinson.
- Ryle, G. (1951). Feelings. *Philosophical Quarterly*, 1, 193-205.
- Ryle, G. (2009/1945). Philosophical arguments. In *Collected papers* (2nd ed.) (Vol. 1, pp. 203-221). London, UK: Routledge.
- Sartwell, C. (1995). Radical externalism concerning experience. *Philosophical Studies*, 78, 55-70.
- Searle, J. R. (1980). Minds, brains, and programs. *Behavioral and Brain Sciences*, 3, 417-457.
- Searle, J. R. (2002/1990). Collective intentions and actions. In *Consciousness and language* (pp. 90-105). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Sellars, W. (1956). Empiricism and the philosophy of mind. In H. Feigl & M. Scriven (Eds.), *Minnesota studies in the philosophy of science: Volume 1* (pp. 253-329). Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- Siegel, S. (2001). Pavlovian conditioning and drug overdose: When tolerance fails. *Addiction Research and Theory*, 9, 503-513.

- Skinner, B. F. (1938). *The behavior of organisms: An experimental analysis*. New York, NY: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1950). Are theories of learning necessary? *Psychological Review*, 57, 193-216.
- Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. New York, NY: Macmillan.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. New York, NY: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1961a/1945). The operational analysis of psychological terms. In *Cumulative record: Enlarged edition* (pp. 272-286). New York, NY: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1961b/1947). Current trends in experimental psychology. In *Cumulative record: Enlarged edition* (pp. 223-241). New York, NY: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1961c/1955). What is psychotic behavior? In *Cumulative record: Enlarged edition* (pp. 202-219). New York, NY: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1961d/1958). The flight from the laboratory. In *Cumulative record: Enlarged edition* (pp. 242-257). New York, NY: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1969a). *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. New York, NY: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1969b). The role of the environment. In *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. (pp. 3-28). New York, NY: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1969c/1963). Behaviorism at fifty. In *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis* (pp. 221-268). New York, NY: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1969d/1964). Operant behavior. In *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. (pp. 105-132). New York, NY: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1969e/1966). An operant analysis of problem solving. In *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. (pp. 133-171). New York, NY: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. New York, NY: Knopf.
- Skinner, B. F. (1975). The steep and thorny way to a science of behavior. *American Psychologist*, 30, 42-49.
- Skinner, B. F. (1976/1974). *About Behaviorism*. New York, NY: Vintage Books.
- Skinner, B. F. (1977). Why I am not a cognitive psychologist. *Behaviorism*, 5(2), 1-10.
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213, 501-504.
- Skinner, B. F. (1987). Review of Laurence D. Smith's *Behaviorism and logical positivism: A*

- reassessment of the alliance. Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 23, 206-209.
- Skinner, B. F. (1988). Reply to Ringen. In A. C. Catania & S. Harnad (Eds.), *The selection of behavior* (p.204). New York, NY: Cambridge University Press.
- Skinner, B. F. (1989). The origins of cognitive thought. *American Psychologist*, 44, 13-18.
- Skinner, B. F. (1990). Can psychology be a science of mind? *American Psychologist*, 45, 1206-1210.
- Smith, L. D. (1986). *Behaviorism and logical positivism: A reassessment of the alliance*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Smith, L. D. (1995). Inquiry nearer the source: Bacon, Mach, and *The behavior of organisms*. In J. T. Todd & E. K. Morris (Eds.), *Modern perspectives on B. F. Skinner and contemporary behaviorism* (pp. 39-50). Westport, CT: Greenwood Press.
- Smith, N. W. (1981). Corrections to the use of 'psyche'. *The Interbehaviorist*, 10(4), 6-8.
- Smith, N. W. (1984). Fundamentals of interbehavioral psychology. *The Psychological Record*, 34, 479-494.
- Smith, N. W. (2007). Events and constructs. *The Psychological Record*, 57, 169-186.
- Solomon, E. P., Berg, L. R., & Martin, D. W. (2008). *Biology* (8th ed.). Belmont, CA: Thomson.
- Solomon, R. C. (1973). Emotions and choice. *Review of Metaphysics*, 27, 20-41.
- Solomon, R. C. (1977). The logic of emotion. *Noûs*, 11, 41-49.
- Staddon, J. (2001). *The new behaviorism: Mind, mechanism, and society*. Philadelphia, PA: Psychology Press.
- Sterelny, K. (1990). *The representational theory of the mind: An introduction*. Oxford, UK: Blackwell.
- Stout, R. (2006). *The inner life of a rational agent: In defence of philosophical behaviorism*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Stout, R. (2010). Seeing the anger in someone's face. *Proceedings of the Aristotelian Society Supplementary Volume*, 84, 29-43.
- Strawson, P. F. (1992). *Analysis and metaphysics*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Suppe, F. (1972). Theories, their formulations, and the operational imperative. *Synthese*, 25, 129-164.
- Tanney, J. (2004). On the conceptual, psychological, and moral status of zombies, swamp-beings, and other 'behaviourally indistinguishable' creatures. *Philosophy and Phenomenological*

Research, 69, 173-186.

- Tanney, J. (2009). Reasons as non-causal, context-placing explanations. In C. Sandis (ed.), *New essays on the explanation of action* (pp. 94-111). New York, NY: Palgrave Macmillan.
- Taylor, C. (1964). *The explanation of behaviour*. London, UK: Routledge.
- Thalberg, I. (1964). Emotion and thought. *American Philosophical Quarterly*, 1, 45-55.
- Tinbergen, N. (1951). *The study of instinct*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Todorov, J. C. (2012). Sobre uma definição de comportamento. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 3, 32-37.
- Tolman, E. C. (1932). *Purposive behavior in animals and men*. New York, NY: Appleton-Century-Crofts.
- Tourinho, E. Z. (2006). Private stimuli, covert responses, private events: Conceptual remarks. *The Behavior Analyst*, 29, 13-31.
- Turing, A. M. (1950). Computer machinery and intelligence. *Mind*, 59, 433-460.
- Tye, M. (1995). *Ten problems of consciousness: A representational theory of the phenomenal mind*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Varela, F. J., Thompson, E., & Rosch, E. (1991). *The embodied mind: Cognitive science and human experience*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Watson, J. B. (1919). *Psychology: From the standpoint of a behaviorist*. Philadelphia, PA: Lippincott.
- Watson, J. B. (1930). *Behaviorism* (2nd ed.). Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Watson, S. T., & Brown, D. (2011). Behavior. In S. Goldstein & J. A. Naglieri (Eds.), *Encyclopedia of child behavior and development: Volume 1, A-D* (pp. 221-222). New York, NY: Springer.
- Wheeler, M. (2010). In defense of extended functionalism. In R. Menary (Ed.), *The extended mind* (pp. 245-270). Cambridge, MA: MIT Press.
- White, A. R. (1968). Introduction. In A. White (Ed.), *The philosophy of action* (pp. 1-18). Oxford, UK: Oxford University Press.
- Wittgenstein, L. (1953). *Philosophical investigations*. (G. E. Anscombe, Trans.). Oxford, UK: Blackwell.
- Wittgenstein, L. (1967). *Zettel* (G. E. Anscombe, Trans.). Oxford, UK: Blackwell.
- Wright, L. (1973). Functions. *Philosophical Review*, 82, 139-168.

- Wright, L. (1976). *Teleological explanations: An etiological analysis of goals and functions*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Zilio, D. (2010). *A natureza comportamental da mente*. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica.